



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Curso de Mestrado *stricto sensu* em Educação

JÚLIA MARIANO PEREIRA

**Modelo Operário Venezuelano:
uma contribuição latino-americana à formação de
trabalhadores**

**Belo Horizonte
2015**

JÚLIA MARIANO PEREIRA

Modelo Operário Venezuelano:
uma contribuição latino-americana à formação de trabalhadores

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Educação

Linha de pesquisa: Política, Trabalho e
Formação Humana

Orientador: Prof. Dr. Antonio Julio de
Menezes Neto

Belo Horizonte
31 de Agosto, 2015

Na qualidade de titular dos direitos de autor(a) desta publicação, de acordo com a Lei no. 9610/98, autorizo a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento, em meio impresso ou eletrônico, na Rede Mundial de Computadores para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Nesse sentido, autorizo a Biblioteca da Faculdade de Educação (FaE - UFMG) a disponibilizar a minha Dissertação para empréstimos e comutação bibliográfica.

Autorizo também a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer pessoa interessada, através de meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

P436m Pereira, Júlia Mariano, 1981-
T
 Modelo Operário Venezuelano: uma contribuição latino-americana à formação de trabalhadores / Júlia Mariano Pereira. - Belo Horizonte, 2015. 197 f., enc., il.
 Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
 Orientador : Antonio Julio de Menezes Neto.
 1. Educação -- Teses. 2. Trabalho -- Teses. 3. Venezuela -- Aspectos sociais -- Teses. 4. Economia -- Teses.
 I. Título. II. Menezes Neto, Antonio Julio de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 331.13

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Nome: JÚLIA MARIANO PEREIRA

Título: MODELO OPERÁRIO VENEZUELANO: UMA CONTRIBUIÇÃO
LATINO-AMERICANA À FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Educação da Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação

Aprovada em 31/08/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Julio de Menezes Neto (Orientador)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof^a. Dr^a. Daisy Moreira Cunha
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Antonio Cícero Cassiano Sousa
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar: Golpistas, não passarão!

Gostaria de agradecer a todos companheiros do Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES), seu comitê científico e o conselho editorial da revista *Ciência & Luta de Classes*, pesquisadores e seus trabalhadores em geral, que há quase 30 anos se dedicam a construir na prática, contra todas adversidades impostas pela burguesia, a organização proletária que acreditamos ser necessária para botar abaixo esse sistema capitalista podre. Registro aqui meu orgulho de ter aprendido muito na tentativa de chegar à altura desses militantes, que acreditam na Revolução Brasileira e lutam por um futuro melhor para todos nós, o futuro que nosso povo trabalhador merece. Sem esse projeto maior e sem a força que encontro nesses companheiros de luta, esse estudo, qualquer pesquisa ou atividade científica não faria sentido.

Por outro lado, sem o apoio incondicional da minha família, a compreensão e a estrutura que me proporcionaram nesse processo – e de fato em toda a vida – nada disso teria sido possível. A confiança depositada na minha capacidade, independente das nossas diferenças em relação às escolhas de vida, me permitiu ter o tempo e a tranquilidade para buscar respostas em uma época de puras incertezas. Espero poder deixar para a mais nova membro da nossa família, cuja gestação foi muito próxima à escrita desse trabalho, pelo menos o caminho pavimentado para a vida em uma outra sociedade, uma sociedade nova e infinitamente superior.

Esse processo de estudo representou um salto na minha formação como cientista e como ser humano; salto que em grande parte se deve ao privilégio de poder pesquisar e pensar junto a meu coorientador, o professor Dr. Aluisio Pampolha Bevilaqua. Toda uma vida dedicada à revolução, o editor-chefe do *Jornal Inverta* é sobrevivente de uma geração que a ditadura tentou aniquilar, nunca desistiu da luta e se manteve coerente na sua decisão de ensinar para as novas gerações e para a classe trabalhadora em geral a ciência revolucionária do marxismo-leninismo, transmitindo o legado dos revolucionários brasileiros que nos precederam e levantando alto a bandeira da revolução e do internacionalismo proletário.

Minha gratidão imensa a meu orientador, o professor Dr. Antonio Julio de Menezes Neto, por quem fui surpreendida ao encontrar na academia um marxista comprometido de fato com os movimentos sociais e a transformação de nosso país e de toda América Latina. Ter sido acolhida pelo Antonio Julio na UFMG foi reencontrar a razão de ser do trabalho intelectual quando parecia existir um abismo entre a miséria nas ruas e as torres de marfim da academia. Sem sua compreensão, respeito e paciência, eu não poderia ter dado esse importante passo no caminho das ciências.

Nesse mesmo sentido, a professora Dra. Daisy Cunha, com quem tive o prazer de compartilhar os mais diversos espaços de formação, e o professor Dr. Rogério Cunha, que abriu suas portas para meu estágio docência, representaram contribuições inestimáveis, a partir de perspectivas muito diferentes, que me permitiram enxergar a educação para além das ementas e prescrições formais e despojada de romantismos e paixões que turvam a busca honesta das respostas que nosso tempo exige.

A vida na universidade teria sido insuportável sem os estudantes da pós-graduação que compartilharam essa busca, trazendo os mais diversos objetos e perspectivas para o debate e enfrentamento saudável. Os esforços de organização estudantil e de participação dos estudantes nas decisões do departamento - como a disciplina que organizamos junto ao professor Rogério sobre as manifestações de junho de 2013 - mostram que se forja uma geração de cientistas brasileiros que não acredita na pesquisa estéril dissociada da política. O Núcleo de Estudos Trabalho & Educação, que propiciou experiências únicas no estudo dessas duas categorias essenciais, e a linha de pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana estão entre os poucos espaços na UFMG que reivindicam o referencial marxista e foram essenciais para nosso encontro.

Por último, agradeço os amigos que tornaram a vida mais leve e o sonho mais colorido, tiveram a paciência nos momentos mais difíceis de aprendizado e contribuíram com suas opiniões críticas. *Gracias* aos lutadores e aos *panas* bolivarianos, que contribuíram com todo tipo de material e inspiração para esse trabalho e continuam na Venezuela resistindo contra o fascismo, hoje neoliberal, que nunca deixou de conspirar contra a independência de *Nuestra América*. Especialmente, queria agradecer o camarada Rafael Rocha, que revisou o trabalho e esperou desperto até a madrugada de sua conclusão, e a professora Jordana Ferreira, cuja batalha diária para educar nossos jovens de maneira crítica acompanha quase cotidianamente minhas reflexões sobre a educação e a revolução no Brasil.

EPÍGRAFES

Um movimento semelhante processa-se diante dos nossos olhos. As relações burguesas de produção e de intercâmbio, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara. De há decênios para cá, a história da indústria e do comércio é apenas a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de vida da burguesia e da sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, na sua recorrência periódica, põem em questão, cada vez mais ameaçadoramente, a existência de toda a sociedade burguesa. [...] As forças produtivas que estão à sua disposição já não servem para promoção das relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se demasiado poderosas para estas relações e são por elas tolhidas; e logo que triunfam deste tolhimento, lançam na desordem toda a sociedade burguesa, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem a riqueza por elas gerada. — E como triunfa a burguesia das crises? Por um lado, pela aniquilação forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda de antigos mercados. De que modo, então? Preparando crises mais omnilaterais e mais poderosas, e diminuindo os meios de prevenir as crises.

As armas com que a burguesia derrubou o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia.

*Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os **proletários***

Karl Marx e Frederich Engels - Manifesto do Partido Comunista, 1848.

Os casacos ainda são da França, mas o pensamento começa a ser da América. Os jovens da América arregaçam a manga, afundam as mãos na massa e a levantam com o fermento de seu suor. Entendem que se imita demais e que a salvação está em criar. Criar é a palavra chave dessa geração. O vinho, de banana; e se fica azedo, é nosso vinho! Entende-se que as formas de governo de um país tem de se acomodar a seus elementos naturais;

[...]

Estratégia é política. Os povos vão viver se criticando, porque a crítica é a saúde; mas com um único peito e uma mesma mente. Caminhar junto aos infelizes e levantá-los nos braços! Com o fogo do coração, tirar o gelo da América coagulada! Fazer brotar, fervendo e transbordando, pelas veias, o sangue natural do país! De pé, com os olhos alegres dos trabalhadores, se cumprimentam, de um povoado a outro, os homens novos americanos.

José Martí - Revista Nuestra América, 1891.

Não sou legislador nem quero ser, mas sim sou um pensador. Venho junto a vocês vivendo esses tempos e macerando ideias, vivendo em tempos de dialética, de teoria e de prática, de estratégia e de tática, de passado e de presente, unidos com o futuro, da abstração à concreção, de voar com a filosofia, mas vir ao combate de cada dia na guerra da política diária.

Hugo Chávez - Discurso perante a Assembleia Nacional. Caracas, Agosto de 1999.

RESUMO

O mundo atravessa hoje uma grave crise econômica que ameaça conquistas históricas da classe trabalhadora. Vemos nas economias desenvolvidas e emergentes, incluindo no Brasil, medidas que implicam um retrocesso nas condições de trabalho como a legalização do trabalho precário, flexibilização dos contratos, redução de salários, privatização ou restrição de acesso a benefícios sociais como saúde e educação, aumento na violência contra os trabalhadores e no número de acidentes e mortes no ambiente de trabalho. A crise se encontra com uma classe operária enfraquecida e desunida, onde o fascismo encontra terreno fértil: hoje, sua ascensão política e militar é inegável. Neste contexto, a América Latina aparece como um território interessante para as economias em crise, devido à quantidade e qualidade de seus recursos naturais e humanos. No entanto, a região vive um momento de ascensão política, como ator que emerge perante o sistema mundial mais unido e fortalecido que antes, através de mecanismos de integração regional que apontam a uma soberania maior, ainda que economicamente dependente. Um dos principais impulsionadores desse princípio de integração e soberania regional foi a Venezuela, cujo povo rechaçou, no final da década de 1989, as medidas neoliberais que são hoje utilizadas para ‘mitigar’ a crise econômica em todo o mundo, conhecidas como ‘austeridade’. O processo vivido na Venezuela coloca o trabalhador de volta no centro do debate teórico e como protagonista da construção prática de uma nova sociedade, com o compromisso de, por um lado, remediar uma dívida social histórica no que se refere a condições dignas de vida para toda a população e, por outro lado, resgatar a história e o acúmulo de conhecimento geral da humanidade, para serem postos a disposição da classe que constrói sua própria realidade através do trabalho: o proletariado. Os avanços na área de educação são conquistas sociais que nem a burguesia internacional pode negar e constituem um campo de ação que vai muito além da institucionalidade e do mero repasse de informação. Encontramos nesse país a experiência do Modelo Operário Venezuelano (MOV), metodologia para a formação de trabalhadores em defesa da saúde e segurança no trabalho; uma experiência que se inspira no Modelo Operário Italiano da década de 1960, baseado na pesquisa participante que concebe a formação humana integral através da autogestão e da construção coletiva do conhecimento para além do ambiente de trabalho. Este estudo constitui uma tentativa de aplicação do método do materialismo histórico dialético para compreender o específico e o universal da experiência do MOV, tentando compreendê-lo como parte de um contexto muito maior e complexo – abordando em profundidade os elementos que o compõe: o trabalho, a formação socioeconômica da Venezuela e a educação – para abstrair deste contexto as contribuições essenciais para uma formação humana emancipadora, não apenas para nós brasileiros, mas para os trabalhadores latino-americanos em geral.

Palavras-chave: Modelo Operário Venezuelano. Marxismo. Trabalho. Venezuela. Educação. Saúde.

ABSTRACT

The world is currently going through a severe economic crisis that threatens historical achievements of the working class; we see in developed and emerging economies measures involving a setback in working conditions like the legalization of precarious work, flexibility of contracts, wage cuts, privatization or restriction of access to social benefits such as health and education, increased violence against workers and in the number of accidents and fatalities in the workplace. The crisis meets a weakened and divided working class, where fascism finds fertile ground: today, its political and military rise is undeniable. In this context, Latin America appears as an interesting territory to economies in crisis, due to the quantity and quality of its natural and human resources. However, the region is experiencing a period of political ascent as an actor that emerges before the world system more united and strengthened than before, through regional integration mechanisms pointing to greater sovereignty, even if still economically dependent. A key driver of this principle of regional integration and sovereignty was Venezuela, whose people refused, in the late 1989, the neoliberal measures that are currently being used worldwide to mitigate the economic crisis, also known as 'austerity'. The process lived in Venezuela puts workers back in the center of the theoretical debate and as the protagonist of the practical construction of a new society, with a commitment to, on the one hand, pay back a historic social debt in relation to decent living conditions for the entire population and, on the other, rescue humanity's accumulated history and general knowledge and make it available to the class that builds its own reality through its work: the proletariat. Advances in Venezuelan education are social achievements that not even the international bourgeoisie can deny and constitute a framework for action that goes beyond the institutions and the mere transfer of information. Part of this effort is the Venezuelan Model Worker (MOV) experience, a methodology for training workers to defend their health and safety at work; an experience inspired by the Italian Worker Model from the 1960s, based on participatory research that conceives integral human formation through self-management and collective construction of knowledge beyond the workplace. This study is an attempt to apply the historical and dialectical materialist method to understand the specific and the universal aspects of the MOV experience, trying to understand it as part of a much larger and complex context - addressing in depth its constituent elements: work, Venezuela's economic-social formation and education - to abstract from this context the essential contributions to an emancipatory human development, not only for us Brazilians but for Latin American workers in general.

Key words: Venezuelan Worker Model. Marxism. Labor. Venezuela. Education. Health.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição geográfica da pobreza mundial	85
Gráfico 2 - Distribuição de trabalhadores por setor e gênero em três regiões de diferentes níveis de desenvolvimento	87
Gráfico 3 - Venezuela 2011. Divisão político-territorial operativa para fins estatísticos	93
Gráfico 4 - Distribuição por atividade da população economicamente ativa	94
Gráfico 5 - Trabalho formal e informal por ocupação	96
Gráfico 6 - Exportações Venezuelanas segundo país de destino (1913-1960)	116
Gráfico 7 - Importações Venezuelanas segundo país de origem (1913-1969)	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento da matrícula em educação infantil por período governamental (1951-2001).....	147
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

AD	Acción Democrática (tradicional partido político da direita venezuelana)
ALAMES	Associação Latino-americana de Medicina Social
BBC	British Broadcasting Company (canal inglês de notícias)
BM	Banco Mundial
CAP	Carlos Andrés Pérez (famoso político venezuelano da IV República)
CBV	Constitución Bolivariana de Venezuela
CC.OO.	Comisiones Obreras (organização trabalhista-sindical espanhola)
CNN	Cable News Network (canal estadunidense de notícias)
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente (tradicional partido político da direita venezuelana)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estadísticas e Estudos Socioeconômicos
FEDECAMARAS	Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
FNC	Fábrica Nacional de Cemento
ILO	OIT por sua sigla em inglês
INCES	Instituto Nacional de Capacitación y Educación Socialista
INE	Instituto Nacional de Estadísticas
INPSASEL	Instituto Nacional de Prevención, Salud y Seguridad Laborales
LOE	Ley Orgánica de Educación
LOPCYMAT	Ley Orgánica de Prevención, Condiciones y Medio Ambiente de Trabajo
LOTT	Ley Orgánica de Trabajadores y Trabajadoras
m.r.	média regional (em referência às cifras de educação na América Latina)
MAC	Máximo Aceitável de Concentração Movimento Bolivariano Revolucionário – 200
MBR-200	(movimento conspirativo fundado por Chávez e responsável pelo 4F em 1992)
MOI	Modelo Operário Italiano
MOV	Modelo Obrero Venezolano
MR	Mapa de Risco (ferramenta na luta pela saúde e segurança no trabalho)
MVR	Movimiento Quinta República (movimento eleitoral que organizou a campanha de Chávez em 1998)
NUDES	Núcleo de Desenvolvimento Endógeno
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPS	Organização Panamericana de Saúde
PAE	Programa de Alimentación Escolar
PEA	População Economicamente Ativa
PNE	Plano Nacional de Educação
SEB	Sistema de Educação Bolivariano
STF	Supremo Tribunal Federal
TBM	Taxa Bruta de Matrícula
UBV	Universidad Bolivariana de Venezuela

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Justificativa.....	15
1.2 Objeto da pesquisa.....	20
1.3 Objetivos.....	24
1.3.1 Objetivo Principal.....	24
1.3.2 Objetivos Específicos	24
1.4 Método.....	25
2 O TRABALHO.....	31
2.1 As categorias para entender o trabalho no tempo	34
2.2 O trabalho e suas contradições	37
2.3 O trabalho e o desenvolvimento do ser humano.....	45
2.4 O trabalho através dos diferentes modos de produção pré-capitalistas	48
2.4.1 O trabalho no Comunismo Primitivo.....	48
2.4.2 O trabalho no Escravismo.....	52
2.4.3 O trabalho no Feudalismo.....	56
2.4.4 Acumulação Primitiva, a gênese do trabalho assalariado.....	60
2.5 Trabalho e produção no capitalismo.....	64
2.5.1 Trabalho e produção no capitalismo de livre concorrência	66
2.5.2 Trabalho e produção no imperialismo	73
2.5.3 Trabalho e produção com o Taylorismo e o Fordismo	77
2.5.4 Trabalho e produção no neoliberalismo.....	82
2.6 O trabalho hoje: uma fotografia.....	85
3 VENEZUELA: SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	93
3.1 Venezuela: fotografia estática	93
3.2 Formação da Venezuela na história	98
3.2.1 A especificidade do modo de produção da Venezuela Colônia	101
3.2.2 Venezuela e a independência latino-americana	104
3.2.2.1 Independência: antecedentes da luta.....	106
3.2.2.2 O sonho de Bolívar	108
3.2.2.3 O ideário bolivariano de integração continental e transformação social.....	110
3.2.2.4 Da independência à guerra permanente.....	111
3.2.3 Venezuela e produção no século XX	113

3.3	<i>Caracazo</i> : o fim e o começo.....	123
3.4	Revolução Bolivariana	127
3.4.1	Um projeto de país: A árvore das três raízes	128
3.4.2	Primeiros passos e retrocessos (2001-2002).....	130
3.4.3	Cooperativas e conselhos comunais	132
3.4.4	Controle operário e autogestão	134
3.4.4.1	A organização dos trabalhadores para a autogestão.....	135
3.4.4.2	Nacionalizações	136
3.4.4.3	Organização Interna.....	138
3.5	Educação e transformação social na Venezuela.....	141
3.5.1	Concepção e estrutura da educação formal na Venezuela hoje	141
3.5.2	Educação na Venezuela hoje: fotografia.....	143
3.5.3	Educação na Venezuela do século XX	145
3.5.3.1	O fim do Gomecismo	146
3.5.3.2	O golpe da Acción Democrática.....	146
3.5.3.3	De volta ao militarismo com Pérez Jimenez	147
3.5.3.4	O retorno de Rómulo Betancourt e AD (1959-69)	148
3.5.3.5	Agora é a vez da democracia-cristã, COPEI (1969-74).....	149
3.5.3.6	Carlos Andres Pérez na Venezuela Saudita (1974-79)	149
3.5.3.7	A década de 1980 COPEI-AD (1979-89)	150
3.5.3.8	A volta do Filho pródigo, CAP (1989-93)	151
3.5.3.9	Rafael Caldera e mais outra reforma (1994-1999)	151
3.5.3.10	Vitória Bolivariana nas eleições (1998).....	152
4	O MODELO OPERÁRIO VENEZUELANO.....	154
4.1	Modelo teórico.....	155
4.1.1	Estrutura Formal	157
4.1.2	Os cinco momentos do MOV	158
4.1.3	O processo de formação além da fábrica.....	162
4.2	Breves considerações sobre a história do Modelo Operário Italiano	165
4.3	A pesquisa participante na América Latina.....	168
4.4	Debate com a medicina social latino-americana	170
4.4.1	Limitações do MO para elaboração de novo conhecimento.....	172
4.5	O MOV, retorno ao início	174
4.5.1	Experiência empírica: um relato.....	174
4.5.2	Análise da experiência empírica	178
5	CONCLUSÃO.....	183
6	REFERÊNCIAS	186

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é estudar a fundo o Modelo Operário Venezuelano (MOV), uma metodologia baseada na pesquisa participante e usada atualmente em algumas regiões da Venezuela na formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho, com o intuito de buscar algumas contribuições para a formação de trabalhadores em geral na América Latina hoje, o que implica determinar o específico e o universal desta experiência. O MOV, inspirado em um modelo originalmente italiano cuja proposta teórica foi objeto de amplo debate sobre a ciência e a saúde do trabalho no âmbito da medicina social latino-americana, constitui parte de um resgate histórico das ferramentas que foram mais efetivas ao proletariado na luta de classes mais recente. O MOV é um processo de pesquisa participante que concebe a formação humana integral dos participantes através da autogestão e da construção coletiva do conhecimento, utilizado pelo Instituto Nacional de Prevenção em Saúde e Seguridade Laboral (INPSASEL) para a formação de Delegados e Delegadas de Prevenção (DDPs). Como explicam Elío e Rodríguez,

[...] a luta pela saúde, entendida como luta política, deve ser vista como parte de um projeto político mais amplo de transformação da sociedade, é em grande parte a luta pelo controle dos processos vitais (entre eles, o de trabalho). A pesquisa participante em saúde do trabalho pretendeu, desde seu início na Itália com o Modelo Operário, conceber os centros de trabalho como espaço dessa luta. (p.117, tradução nossa).

Tive uma experiência empírica de aplicação deste método como consultora sindical e atuei junto a diferentes organizações operárias na Venezuela, inclusive na formação dos DDPs junto a funcionários da INPSASEL. Pude acompanhar trabalhadores que passavam por esse processo e desempenhavam papel importante em conflitos e conquistas em seu âmbito de trabalho. Cito três casos como exemplo: os casos da fábrica de cimentos Lafarge no estado Miranda, antes e depois de sua nacionalização como Fábrica Nacional de Cimentos; os trabalhadores da montadora Mitsubishi no estado Anzoátegui; e o Matadeiro Ospino no estado Portuguesa. Os DDPs da Lafarge participaram ativamente da nacionalização da indústria de cimento, em cuja planta pública foi abolida a terceirização e foram eleitos operários de linha para os cargos de gestão de produção e gestão de saúde trabalhista. O sindicato dos trabalhadores da Mitsubishi ocuparam a planta e paralisaram a produção em solidariedade aos trabalhadores terceirizados, não desistiram até que todos fossem incluídos na folha de pagamento mesmo depois de terem perdido dois companheiros assassinados pela polícia local. Os trabalhadores, com DDPs na vanguarda, tomaram o controle total de um matadouro à beira da falência no município de Ospino, estado Portuguesa, e restabeleceram a produção

com índices de produtividade e qualidade nunca antes alcançados naquele espaço.

O contexto da Revolução Bolivariana na Venezuela, como veremos mais adiante, é muito propício às lutas populares e tanto o nível de envolvimento político quanto as diversas conquistas da população em geral fazem parte de um processo social muito mais amplo e complexo que a formação técnica dos trabalhadores em si.

A luta dos trabalhadores italianos na década de 1970, durante a qual foi forjado o Modelo Operário Italiano, também ocorre em um contexto muito diferente da atual conjuntura brasileira. No entanto, consideramos de extrema importância o Modelo Operário como proposta educativa por contribuir, junto à metodologia de pesquisa participante, com uma reconceitualização da educação popular; com um questionamento à definição tradicional da relação saúde-trabalho mantida pela Medicina Ocupacional e inclusive a definição de ciência como tal; e não apenas no plano teórico, mas o envolvimento direto dos trabalhadores como sujeitos-pesquisadores resultou em experiências empíricas que demonstram seu potencial inegável para transformar a educação. Como destaca Asa Cristina Laurell da Associação Latino-Americana de Medicina Social (ALAMES) sobre a experiência italiana:

O fato de que dezenas de milhares de trabalhadores tenham se dedicado à tarefa de analisar a fábrica e seus riscos e danos e que um número ainda maior tenha participado em lutas pela saúde, se traduz necessariamente em um processo educativo massivo no qual se aprende fazendo (1984, p.28).

Pensar a educação técnica na atual conjuntura coloca em evidência sua perspectiva de classe e dominação, pois como indicou Paulo Freire “[...] a pesquisa não tem por que envolver os grupos populares como sujeitos de conhecimento e a formação do trabalhador vira 'treinamento da mão de obra'.” (*apud* OLIVEIRA e OLIVEIRA, p.36). A proposta da pesquisa participante em geral, que é uma das bases essenciais do Modelo Operário, é de redefinir a relação da educação com a sociedade, superando o desafio proposto por Rosiska e Miguel Oliveira com a seguinte questão: “Como romper o círculo vicioso em que situação material de opressão, sentimento, impotência e resignação mental se reforçam mutuamente de tal forma que se chega a considerar a dominação [...] como parte da ordem natural das coisas?” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, p.31)

Deste modo, a experiência do MOV, assim como o contexto que a engendrou são de extrema relevância para educadores que pretendem repensar o papel social e político da formação de trabalhadores; uma proposta de educação que reconhece o papel central que estes desempenham como sujeito social e que pretende ir além da restrição técnica e de classe que o capital designou à “mão de obra”, colocando à sua disposição as ferramentas de apropriação

da ciência humana acumulada historicamente e, principalmente, as ferramentas para seu questionamento e para a criação de uma nova ciência e sociedade. Como explica Elizabeth Pinto, professora do Programa de Formação de Grado em Economia Política na Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV), em referência à formação dos trabalhadores naquele país:

formação por uma parte, [que] deve contribuir com a compreensão de que somos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, possuidores de capacidade produtiva e ativadores de processos econômicos; o que acontece ao romper os tabus sobre o manejo de 'números, do rigor científico e das ciências no geral' como ferramenta para revelar, além disso, o funcionamento social e político da sociedade. (PINTO, 2009, p.18, tradução nossa).

Repensar a educação brasileira em geral e especialmente a formação de trabalhadores é uma tarefa posta pela história a todo professor e professora comprometida com a luta dos trabalhadores por uma sociedade mais digna e justa. Acredito que os centros de educação pública, entre eles a universidade, têm um papel destacado a cumprir nessa tarefa, por constituir hoje o único vínculo institucional possível entre a classe trabalhadora e a ciência erudita; cuja manutenção e desenvolvimento são sustentados pela primeira, que até pouco tempo esteve, contraditoriamente, impedida de entrar em suas torres de marfim.

1.1 Justificativa

Na atual conjuntura internacional, há um tema que se destaca como elemento unificador que preocupa todos os países: a crise econômica e suas consequências sobre a população mundial. Os efeitos da crise econômica mundial não discriminam geografia, idade, cor, etnia ou crença religiosa. Apesar de se utilizar destes critérios como desculpas para lançar com maior ou menor crueldade o terror da crise sobre uma ou outra população, o capital preserva seu critério claro: os efeitos da crise recaem sobre a classe trabalhadora onde quer que esta se encontre; O relatório *Global Employment Trends* de 2014 da OIT sobre tendências globais de emprego tem como subtítulo: “Risco de uma recuperação sem emprego?” (OIT, 2014t, tradução nossa).

As políticas de austeridade avançam sobre os trabalhadores das economias desenvolvidas, os indícios de recessão e a violenta disputa intercapitalista se assomam sobre os países emergentes, a miséria ou a guerra recaem sobre os países mais pobres. A crise se encontra com uma classe operária enfraquecida e desunida, em situação de retrocesso, onde o fascismo encontra terreno fértil: sua ascensão política e militar hoje é inegável. Para todos nós, isso significa perda de direitos: redução de salários; aumento no número de acidentes e

mortes; submissão a condições precárias de trabalho, evidenciadas pela “normalização” da terceirização; o fim da contratação coletiva; aumento do trabalho informal e doméstico entre outras medidas de flexibilização trabalhista.

Apesar de um quadro de recuperação tímida e de uma campanha midiática internacional para convencer o mundo que a crise já passou, a situação dos trabalhadores nas economias desenvolvidas demonstra que a realidade é bastante diferente. Mesmo com uma recuperação das cifras de emprego nos Estados Unidos, as condições de trabalho apresentam um quadro bastante distinto. Os EUA testemunharam no início de 2015 a maior greve dos trabalhadores de petróleo nos últimos trinta anos, que incluiu mais 6.500 trabalhadores de 15 refinarias – entre elas, a maior do país – comprometendo mais de 10% da produção nacional. Os principais motivos para a paralisação foram a falta de segurança no trabalho, condições insalubres e a terceirização. Reportagem da CNN informou que a Shell, representante patronal nos diálogos, afirmou que "Flexibilidade na contratação é uma maneira comprovada de proteger nossa força de trabalho permanente da Shell e a viabilidade econômica a longo prazo de nossos negócios." (WALLACE, tradução nossa). A própria OIT, em seu último relatório sobre a situação do trabalho no mundo, pinta um quadro atemorizante sobre o trabalho nos países em desenvolvimento, considerando que:

Mais da metade dos trabalhadores do mundo em desenvolvimento (i.e., quase 1,5 bilhão de pessoas) estão em empregos vulneráveis. Esses trabalhadores têm menos chance que os assalariados de terem acordos formais de trabalho, estarem cobertos por proteção social como aposentadoria ou serviços de saúde ou de terem renda estável. Tendem a estarem presos em um círculo vicioso de ocupações de baixa produtividade, remuneração pobre e habilidade limitada para investir na saúde e educação de suas famílias, o que, por sua vez, obstaculiza o desenvolvimento em geral e as perspectivas de crescimento – não apenas para si, mas para as gerações subsequentes. (OIT, 2014, p.XX, tradução nossa).

Como tendência do trabalho em geral, os problemas de saúde relacionados a saúde mental, como estresse e depressão, aumentam entre a população de trabalhadores devido majoritariamente às mudanças tecnológicas e principalmente organizacionais no mundo do trabalho, pois “[...] a forma como o capital gere e organiza o trabalho resulta em crescente demanda de energia intelectual e psíquica dos trabalhadores, mas não reduz a demanda por gasto de energia física, ao contrário, as pressões se acumulam” (DIEESE, 2015, p.78). Quando a isso se soma um quadro de crise, podemos observar demonstrações de verdadeiro desespero humano. Segundo um estudo realizado com dados de 30 anos na Grécia (BRANAS et al., p.5), um aumento significativo no número de suicídios está diretamente relacionado a políticas de austeridade implementadas no país em 2011; a versão em português

da British Broadcasting Company (BBC) informava que o próprio “ministro da Saúde da Grécia, Andreas Loverdos, disse que o número de suicídios no país pode ter subido 40% nos primeiros meses de 2011.” (HADJIMATHEOU, tradução nossa).

Isso não é novidade, pelo contrário, as condições de trabalho são determinantes para a saúde pública, seja pelos resíduos e diversos efeitos da produção sobre o ambiente, ou pela influência sobre a vida do trabalhador e sua família, como já demonstravam estudos do século XIX sobre epidemias de tifo na Grã-Bretanha e sua relação com as oscilações econômicas, apontando que crise econômica implica doença. (ENGELS, 1986, p.139)

O Brasil não é exceção à regra. Segundo relatório do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (DIEESE), A saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva, que analisou o triênio 2010-2012:

Já na esfera privada, o aumento no número das greves classificadas no tema saúde do trabalhador atingiu a expressiva marca de 221%. Em outras palavras, as 81 greves que, em 2010, continham itens relacionados à saúde do trabalhador na pauta de reivindicações, ao longo de três anos, mais que triplicaram -chegando a contabilizar 260 greves em 2012. (DIEESE, 2015, p.63)

Movendo-se em direção contrária à reivindicação dos trabalhadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em dezembro de 2014, em relação aos padrões de segurança e saúde no trabalho e a respectiva indenização e aposentadoria em caso de doença, que

[...] se a nocividade dos agentes presentes no ambiente de trabalho é eliminada ou reduzida a níveis toleráveis pela utilização de EPI eficaz, com a correspondente desoneração da contribuição previdenciária destinada ao custeio do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) – que é paga pelo empregador –, não há direito à aposentadoria especial. (STF, 2014)

O detalhe mais importante é que, segundo a lei vigente, quem decide o nível de exposição do trabalhador ao risco e a eficácia dos EPI é a própria empresa: “A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto [...]” (JUSBRASIL, 1998).

Depois de anos de neoliberalismo, entregando as riquezas nacionais para o capital, desarticulando os movimentos históricos de luta, principalmente os sindicatos, encontramos um Brasil também em situação de retrocesso para a classe trabalhadora em termos de sua organização subjetiva. É um fato inegável que a maioria da população há visto melhorias significativas em suas condições de vida nos últimos anos, principalmente através de políticas sociais, mas estas representam uma pequena barreira de contenção numa avalanche

neoliberal, incapaz de deter o afã de lucro do grande capital; esse quadro tende a piorar com o advento da crise sobre a economia nacional.

Há uma tendência a reduzir a brecha entre as condições de trabalho entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, como informa o mesmo relatório da Organização Internacional do Trabalho:

O processo de convergência econômica entre países em desenvolvimento e economias avançadas adquiriu momentum. Entre 1980 e 2011, a renda per capita nos países em desenvolvimento cresceu, em média, 3.3% ao ano – muito mais rápido que o 1.8% de crescimento na renda per capita observado nas economias avançadas. Esse processo de convergência se acelerou desde o começo dos anos 2000, especialmente desde o início da crise mundial em 2007-08. (OIT, 2014, p.19, tradução nossa).

No entanto, as palavras utilizadas pelo relatório deixam em dúvida se a diminuição da brecha se dá devido a melhorias nos países em desenvolvimento ou pela queda das economias avançadas.

O debate em torno da saúde do trabalhador no capitalismo não é de hoje, representa uma das evidências mais claras da cruel exploração no capitalismo em geral, pois permite que o trabalhador vá além da perspectiva economicista ao dar-se conta que sua exploração significa entregar sua saúde ao capital, independente deste pagar hoje um preço mais alto pela força de trabalho, com bônus de periculosidade e afins. Já na obra mestra de Karl Marx no século XIX, O Capital, o autor recorre a diversos relatórios das comissões de saúde para destacar como se evidencia na realidade concreta a principal contradição desse sistema produtivo: a contradição entre capital e trabalho. Explica de maneira dialética e materialista como o trabalhador quotidianamente entrega parte de sua vida ao capital, não de maneira figurada, mas de maneira literal, como indica ao citar Dr. Richardson, médico do século XIX:

O ferreiro pode vibrar tantas pancadas por dia, andar tantos passos, respirar tantas vezes, realizar tanto trabalho e viver em média, digamos 50 anos; mas ele é forçado a vibrar um número maior de marteladas, a andar um número maior de passos, a respirar mais vezes e a gastar assim um quarto a mais de sua vida. Realiza o esforço que lhe é prescrito e tem por resultado produzir, num período limitado, ¼ a mais do trabalho que seria normal e morrer aos 37 anos, e não aos 50 (RICHARDSON *apud* MARX, 1988, L. 1, v.1, p.297).

O objeto deste estudo também traz em si um debate polêmico da década de 1960 sobre o conceito de saúde, suas determinações como categoria biológica ou social, individual ou coletiva, como privilégio ou direito, etc. Apesar do presente estudo não se aprofundar nesta polêmica, ele busca naquele momento histórico, que anunciava uma transformação radical na

sociedade, elementos que possam contribuir com o momento atual, que de muitas maneiras se apresenta como retrocesso em relação àquele, mas que guarda um potencial tremendo de transformações, seja pelo quadro de crise econômica mundial, seja pelo contexto de lutas e de governos progressistas na América Latina. Em relação ao debate da década de 1960, Laurell explica:

O auge desta polêmica [entre saúde-doença], nos anos finais da década de 60, encontra explicação, fora da medicina, na crescente crise política e social que acompanha a crise econômica e com ela se entrelaça. A partir destes anos, vive-se uma nova etapa de lutas sociais, que, mesmo assumindo formas particulares nos diferentes países, caracterizam a época. [...] Assim, no calor destas lutas, inicia-se uma crítica que procura formular uma compreensão diferente dos problemas, mais de acordo com os interesses populares e capaz de dar origem a práticas sociais novas. (1982, p.2)

Este foi o contexto social no qual surgiu a experiência do Modelo Operário Italiano (MOI), construída na prática e impulsionada por sindicatos combativos da época (principalmente CGIL) que enfrentavam a ascensão do capitalismo europeu e o retorno do fascismo na reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. O MOI serve de inspiração e senta as bases teóricas e empíricas para o Modelo Operário Venezuelano (MOV), uma experiência que surge na Venezuela justamente com o intuito de lutar contra as lastimáveis condições de vida e trabalho às quais a classe trabalhadora deste país foi submetida durante décadas. Porém, diferente do contexto italiano, o MOV não se vê apenas como ferramenta de luta contra a burguesia *criolla*, mas principalmente para a construção de uma nova sociedade, como define um material oferecido pelo Conselho de Trabalhadores do Valles del Tuy:

A análise do ambiente de trabalho, no atual momento histórico, requer categorias sociais novas e expressões concretas da luta de classes que fortaleçam o controle que os trabalhadores e trabalhadoras devemos exercer sobre o processo de trabalho, se pretendemos ser socialista. (CONSEJO, 2009, tradução nossa).

Na década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo no mundo, pode-se observar maior interesse sobre a saúde do trabalhador em toda a América Latina, ilustrado pelo aumento nas publicações sobre a temática (OPS, 1993, p.9). Segundo uma compilação de vários destes estudos, publicada pela Organização Panamericana de Saúde, eles:

Demonstram, por uma parte, que o trabalho é um dos determinantes principais das condições de saúde da população adulta que é necessário analisar para compreender as características da saúde coletiva; pela outra, destacam que esta problemática, relacionada com o trabalho em certas áreas, é mais intensa na América Latina que nos países desenvolvidos. Isto se explica pelas características econômicas, políticas e sociais do processo de industrialização na região, questão que, longe de se resolver com a atual reestruturação produtiva, parece agravar pelo papel designado a nossos

países na nova divisão internacional do trabalho como provedores de mão de obra barata e receptores de processos produtivos nocivos. (idem)

A questão que despertou a atual pesquisa surge da preocupação sobre os trabalhadores brasileiros e a possibilidade de nutrir-nos de experiências históricas anteriores que tiveram resultados significativos para a classe trabalhadora na luta contra a exploração do capital. Ao considerar nossa situação hoje – principalmente a fraqueza das organizações de trabalhadores e a falta de informação acerca de nossa verdadeira condição de trabalho e vida – surge uma questão no horizonte mais distante: é possível que um processo de formação crítica seja capaz de despertar um debate sobre a necessidade de ir além de lutas economicistas? Ou ainda, vendo na nossa história mundial uma experiência que impulsionou conquistas significativas para os trabalhadores, seria possível encontrar nesta experiência contribuições para uma proposta de formação que nos ajudaria a formar os trabalhadores brasileiros para a luta em defesa de sua saúde e vida dentro do ambiente de trabalho e para além dele?

1.2 Objeto da pesquisa

A América Latina desponta no final do século XX e início do XXI como região de crescente importância política e econômica. Para argumentar sua relevância como fonte de riqueza para o mercado mundial, bastaria mencionar que seu território alberga as maiores reservas comprovadas de petróleo, na Venezuela e no pré-sal brasileiro; de água doce, no Aquífero Alter do Chão, no norte do Brasil e Aquífero Guarani, na fronteira entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina; de lítio na Bolívia, Chile e Argentina; maior reserva de biodiversidade na Amazônia, que abarca territórios do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e França; além daquela mercadoria essencial para o desenvolvimento do capitalismo: força de trabalho barata. A fundação de mecanismos de integração regional como o Mercosul e, mais recentemente, a UNASUL e a CELAC são em parte causa e consequência dessa ascensão geopolítica da região. Além disso, o fortalecimento de vínculos econômicos e políticos destes blocos com países que questionam a hegemonia dos EUA, notadamente aqueles reunidos no BRICS – que hoje conta com um fundo de fomento internacional com capacidade de disputar hegemonia com FMI – terminam por explicar porque o governo Barack Obama reativou em 2008, depois de quase 60 anos desmobilizada, a IV Frota da marinha estadunidense, responsável pelas operações no Atlântico Sul (MORAIS, 2009, *passim*).

Porém, tanto o setor acadêmico como o senso comum ainda mantêm seus olhares

postos ao norte para encontrar as respostas para suas necessidades e as explicações para seu subdesenvolvimento, herança que nos acorrenta parcialmente a nosso passado colonial. Esta pesquisa pretende não apenas buscar respostas em uma latitude muito mais próxima, geograficamente e historicamente, mas contribuir com uma compreensão de quem somos, buscando através do materialismo histórico tanto o que nos une como o que nos diferencia de outros países latino-americanos, especificamente da Venezuela; que além disso, é hoje um país que politicamente avançou muito rumo a uma maior autonomia, resgatando das cinzas do neoliberalismo a luta pelo socialismo em pleno século XXI, apesar dos problemas atuais. Não entraremos aqui no [tantas vezes reciclado] debate sobre Reforma ou Revolução, tampouco nos controversos pormenores do Socialismo do Século XXI. Por hora basta dizer que a Revolução Bolivariana trouxe de volta para a região este debate que a contrarrevolução mundial tanto se esforçou para enterrar. A importância desse resgate vem principalmente em um momento onde os países do centro mundial do capitalismo (EUA e Europa) enfrentam uma de suas maiores crises, cuja conta é passada aos trabalhadores através dos mesmos instrumentos e medidas neoliberais que foram há décadas rechaçadas pelos povos do continente latino-americano, como demonstrou o heroico e triste episódio da história venezuelana conhecido como o *Caracazo*.

O processo vivido na Venezuela coloca o trabalhador de volta no centro do debate teórico e como protagonista da construção prática de uma nova sociedade, com o compromisso de, por um lado, remediar uma dívida social histórica no que se refere a condições dignas de vida para toda a população e, por outro lado, resgatar a história e o acúmulo de conhecimento geral da humanidade para serem postos à disposição da classe que constrói sua própria realidade através do trabalho: o proletariado. Independente da posição ou perspectiva política com a qual se observa a Venezuela atual, os avanços na área de educação são conquistas sociais que nem a burguesia internacional pode negar e constituem um campo de ação que vai muito além da institucionalidade e do mero repasse de informação, para constituir na práxis o lema das missões educativas: Toda a pátria, uma escola.

O Modelo Operário foi algumas vezes erroneamente acusado de representar uma defesa exacerbada da identidade operária ou de negar o conhecimento acadêmico devido ao fato de considerar o saber operário, e não aquele considerado científico ou técnico, como chave fundamental para saúde e prevenção de acidentes no trabalho. Essa ênfase sobre a socialização do conhecimento e saber popular é parte da concepção de que o conhecimento deve estar na mão dos trabalhadores; do contrário, poderá servir para enriquecer as bibliotecas acadêmicas ou como ferramenta na mão do patrão, mas não servirá para transformar a

realidade. A pesquisa participante concebe a construção do conhecimento por parte dos sujeitos diretamente envolvidos e comprometidos com a transformação de seu entorno “[...] a partir de um trabalho que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias” (BRANDÃO, 1988, p. 9-10) e também “capacitá-los a romper com sua dependência frente aos intelectuais e a realizar facilmente sua própria pesquisa” (FALS BORDA, 1988, p.53). Essa atitude não constitui, no entanto, uma simples negação da ciência ou do conhecimento institucional, mas um reconhecimento de que justamente o acúmulo histórico da ciência humana, a sistematização de anos de conhecimento desenvolvido e perpetuado por gerações, não pode ser exclusividade de quem não precisa trabalhar para viver, ou seja, de quem vive do trabalho alheio; deve ser considerado o que de fato é: conhecimento social, parte do intelecto geral humano produzido pelos trabalhadores e apropriado injustamente pelo capital. A importância da classe trabalhadora se apropriar do conhecimento científico e filosófico já foi assinalada por Gramsci no século XX:

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar, coerentemente e de maneira unitária, a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio' filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais. (*apud* MONASTA, 2010, p.72)

Essa concepção permeia as iniciativas educativas em toda a Venezuela, não apenas em relação à formação para o trabalho, mas em relação à educação para a emancipação humana. A promoção de diversas iniciativas populares em todo o país é a melhor evidência dessa concepção, iniciativas que vão desde a erradicação do analfabetismo, que envolveu grande parte da população como formadores; passando pela universalização da educação, do nível básico ao superior; ao reconhecimento institucional de centros de educação popular, como a Universidade dos Trabalhadores e a Universidade Indígena. A Venezuela é exemplo de uma concepção mais ampla de educação, uma concepção de formação humana que implica se apropriar do conhecimento como ferramenta de emancipação, como processo para satisfazer as necessidades humanas que, ao mesmo tempo, desvela as causas da injustiça social.

Em relação especificamente à formação humana através do trabalho, a Lei Orgânica dos Trabalhadores e Trabalhadoras (LOTT), aprovada em 2012 depois de mais de 10 anos de debate junto à sociedade civil, explicita a concepção do trabalho como fonte também de conhecimento e não apenas de riqueza, como pode-se observar nas Disposições Gerais de seu Título V. 'Da formação coletiva, integral, contínua e permanente dos

trabalhadores e trabalhadoras no processo social de trabalho':

Educação e Trabalho

Artigo 293. A educação e o trabalho são os processos fundamentais para a criação e justa distribuição da riqueza, a produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades do povo e a construção da sociedade de iguais e amantes da paz estabelecida no texto constitucional da República Bolivariana da Venezuela.

Concepção

Artigo 294. A efeitos desta Lei, se concebe como formação coletiva, integral, contínua e permanente, a realizada pelos trabalhadores e as trabalhadoras no processo social de trabalho, desenvolvendo integralmente os aspectos cognitivos, afetivos e práticos, superando a fragmentação do saber, do conhecimento e a divisão entre as atividades manuais e intelectuais.

A formação, essência do processo social de trabalho

Artigo 295. A formação coletiva, integral, contínua e permanente dos trabalhadores e trabalhadoras constitui a essência do processo social de trabalho, ao desenvolver o potencial criativo de cada trabalhador e trabalhadora os formando em, por e para o trabalho social liberador, com base em valores éticos de tolerância, justiça, solidariedade, paz e respeito aos direitos humanos. (VENEZUELA, 2012, tradução nossa)

Para pensar a formação humana através do trabalho ou para o trabalho é necessário ter uma compreensão sobre o trabalho em si, ainda que em termos gerais. É importante questionar-se sobre o caráter do trabalho para o qual estamos formando, ou seja, investigar quais são as principais características do trabalho no capitalismo hoje e como foi possível sua transformação no passado. Além disso, para identificar no ambiente propício a essa transformação os elementos que são oriundos do contexto político e territorial no qual se insere o processo de formação e aqueles que podem ser reproduzidos em outros contextos, é necessário compreender a fundo o contexto específico que sediou a experiência empírica, seu movimento histórico e as transformações que se engendraram neste movimento. Por último, nutrir-se dos princípios teóricos que inspiraram e guiaram a prática educativa que se propõe revolucionária ou transformadora, uma vez entendido o contexto no qual foi levada a cabo, seria a sistematização final que nos permite avaliar as principais contribuições que o MOV tem a oferecer.

Fica para um estudo futuro a compreensão da realidade brasileira, a análise dessas contribuições e sua implementação à nossa realidade concreta (VACONSELLOS ET all, 2010; MATTOS e FREITAS, 1994)

1.3 Objetivos

Este estudo enfoca especificamente a experiência do MOV como síntese latino-americana do Modelo Operário e proposta revolucionária Bolivariana, tentando compreendê-lo como parte de um contexto muito maior e complexo – abordando em profundidade o trabalho, a formação socioeconômica da Venezuela e o Modelo Operário como proposta de educação – para abstrair deste contexto os elementos essenciais que poderiam contribuir com uma educação libertadora não apenas para nós brasileiros, mas para os trabalhadores latino-americanos em geral. Resumidamente, foram traçados os seguintes objetivos para a presente pesquisa.

1.3.1 Objetivo Principal

Compreender a estrutura do Modelo Operário Venezuelano como ferramenta de luta pela saúde no trabalho, o contexto que o possibilitou e as concepções teóricas que o fundamentam.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para poder compreender esta proposta de formação para o trabalho, que pretende fortalecer os trabalhadores em sua luta contra o capital, foi necessário traçar os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender o movimento histórico da categoria trabalho e como se configura o trabalho no capitalismo hoje.
2. Compreender a constituição histórica, econômica e social da Venezuela, o contexto que propiciou a implementação do MOV e suas conquistas.
3. Compreender os fundamentos teóricos do Modelo Operário que precedeu e influenciou o MOV e a relação com a experiência empírica de sua aplicação.

1.4 Método

Para compreender uma experiência específica na Venezuela Bolivariana hoje, que propõe elevar a consciência dos trabalhadores acerca de sua condição como classe explorada pelo capital, esse estudo constitui uma tentativa de aplicar o método do materialismo histórico dialético. Em primeiro lugar, optar pelo materialismo dialético significa admitir um pressuposto filosófico que é parte da principal contradição no desenvolvimento do conhecimento humano, a oposição entre materialismo e idealismo, como explicou Mao Tse Tung: “Na história do conhecimento humano existiram sempre duas concepções acerca das leis do desenvolvimento do mundo: uma metafísica, outra dialética” (1975). De maneira mais explícita, Engels enunciou acerca do materialismo:

A grande questão fundamental de toda a filosofia, e especialmente da filosofia moderna, é a da relação do pensamento com o ser. Qual é o elemento primordial: o espírito ou a natureza...?

Conforme respondam de tal ou qual modo a esta questão, os filósofos se dividem em dois grandes campos. Os que afirmam o caráter primordial do espírito, em relação com a matéria, e que admitem, por conseguinte, uma criação do mundo, de qualquer forma ... constituem o campo do idealismo. Os outros, que consideram a natureza como elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo. (*apud* LENIN, 1949, omissões do autor).

E logo sobre a dialética:

Não há nada de definitivo, de absoluto, de sagrado diante da dialética. Ela nos mostra a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas, e nada existe para ela senão o processo ininterrupto de vir-a-ser e do transitório, da ascensão sem fim do inferior para o superior, da qual ela própria não é senão o reflexo no cérebro humano (*idem*).

Além de considerar “a natureza como elemento primordial”, portanto considerando os homens e o fruto de seu trabalho, a sociedade, como também parte da natureza e sujeitos a suas leis, o materialismo dialético como instrumento de pesquisa das ciências sociais concebe o sujeito que pesquisa também como parte do objeto estudado, ou seja, da realidade concreta que, por sua vez, está em movimento permanente, em “processo ininterrupto de vir-a-ser”. Sobre esta base, segue as premissas de que para entender qualquer objeto das ciências sociais, econômicas e políticas, é necessário entendê-lo como “síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade” (MARX, 2011, p.54), parte de uma totalidade mais complexa; nunca como fato isolado que poderia ser definido apenas por suas características específicas e que tampouco pode ser entendido a simples vista; que o

movimento deste objeto é em si resultado das contradições intrínsecas a ele e de maneira alguma seu movimento no tempo determina uma trajetória linear; que o desenvolvimento que configura o movimento histórico (e não individual) dos sujeitos-objetos sociais se dá através de um acúmulo de pequenas mudanças quantitativas que resultam em transformações radicais e qualitativas, as transformações por salto, que só então se manifestam na aparência; e que, finalmente, apesar de conceber a história como movimento cíclico, devido a esses saltos de qualidade, seu movimento delinea uma trajetória em espiral e não de círculos sobrepostos (STALIN, *passim*).

Esta é a concepção de materialismo histórico e dialético admitida como guia metodológico para a atual pesquisa. Há um debate acadêmico amplo dentro da filosofia e das ciências políticas em relação a esta definição e não está no escopo desta pesquisa entrar em seus pormenores; aqui cabe apenas expor as linhas gerais que guiaram a metodologia da atual pesquisa e os motivos que fundamentam essa escolha.

Apesar de parecer um debate quase arcaico, o domínio do materialismo histórico e dialético, muito pelo contrário, é hoje uma necessidade para as novas gerações, cuja educação está ancorada no paradigma caduco do positivismo ou do empirismo, com a crítica infrutífera da pós-modernidade como única alternativa (FRIGOTTO, 1995; BEVILAQUA, 2011). O desenvolvimento das ciências na antiga URSS é prova empírica dos tremendos avanços que esse referencial teórico proporcionou à humanidade tanto nas ciências exatas, como nas ciências humanas. Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega, em sua sistematização de diversos estudos da medicina do trabalho na década de 1980, apontam “[...] como elemento importante, a ocorrência do marxismo como corrente hegemônica nas ciências sociais latino-americanas, pois que elas se constituíram no eixo analítico da exploração deste espaço particular da realidade” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.23). Souza e Mendonça apontam que o movimento de “retorno à fábrica” que caracterizava a década de 1960 na Itália, onde surge o Modelo Operário, se expressava no campo teórico “[...] com uma volta a Marx, com uma leitura centrada na análise do processo de trabalho, suas formas históricas específicas e suas implicações na condição operária, objetiva e subjetiva” (*apud* LAURELL, 1984, p.7). A dificuldade de compreender e aplicar esse método na atualidade vem do que Bevilaqua chamou de “dupla viragem teórica no materialismo histórico e dialético: a crise no marxismo, cujo modelo de referência era proveniente da URSS; e a crise do 'capitalismo triunfante', cujos modelos são provenientes dos EUA, UE e Japão.” (2011, p.180).

No Brasil, ao genocídio de toda uma geração que defendia essa metodologia como ferramenta teórica, há de somar a censura epistemológica ao marxismo pós-ditadura

(BURGOS, 2012, p.108); a campanha internacional contra a URSS que, com contradições, teve êxito em diversas áreas; e o falseamento do marxismo como ciência, reeditando em um debate secular sobre o falseamento da própria ciência, atualmente em seu momento de crise (BEVILAQUA, 2011, *passim*). Defendemos aqui, como disse Fidel Castro, “Nosso direito de sermos marxistas-leninistas” (CASTRO, 2015), como tentativa de resgatar uma tendência dentro do pensamento humano que há perdido espaço no debate acadêmico, que, por sua vez, só tem a ganhar com este resgate.

A atual pesquisa constitui uma primeira tentativa por minha parte de realizar um estudo com tal metodologia, partindo de uma experiência específica para compreendê-la como parte de um todo muito mais amplo e complexo, buscando sempre as contradições que o movem. Em relação especificamente à compreensão do MOV e principalmente ao objetivo da pesquisa, entendemos essa compreensão como parte de um estudo contínuo da realidade e como movimento do pensamento humano para entendê-la, como descrito por Mao Tse Tung:

Se se considera a ordem seguida pelo movimento do conhecimento humano, vê-se que este parte sempre do conhecimento do individual, do particular, para alargar-se gradualmente até atingir o conhecimento do geral. [...] Uma vez atingido esse conhecimento, isso serve-lhes de guia para avançar no estudo dos diferentes fenômenos concretos que não tenham ainda sido estudados ou que o tenham sido insuficientemente, de maneira a encontrar-se-lhes a essência específica; só assim eles podem completar, enriquecer e desenvolver o seu conhecimento sobre a essência comum dos fenômenos e evitar que tal conhecimento desseque ou se petrifique. Essas as duas etapas do processo do conhecimento: a primeira vai do particular ao geral e a segunda, do geral ao particular. O desenvolvimento do conhecimento humano representa sempre um movimento em espiral [...] (1975).

A segunda etapa descrita por Mao, “do geral ao particular” é, segundo Marx, “o método cientificamente correto” (2011, p.54); pois apenas dotados das categorias científicas, abstrações que refletem as relações concretas da realidade de maneira mais simples, é possível avançar no estudo da realidade concreta. O fenômeno da realidade concreta é o que, de fato, nos instiga e move a estudá-la, ou seja, o ponto de partida de todo estudo; porém a realidade se apresenta como um todo complexo e caótico impossível de ser compreendido à primeira vista, o que exige se aprofundar além da aparência e entender sua estrutura interna, como seus elementos interagem, quais suas principais contradições. Em um texto especificamente sobre seu método, publicado na Introdução dos Grundrisse, Marx explica a formação da realidade concreta no pensamento através daquilo que Tse Tung chamou de “duas etapas do processo do conhecimento”:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como

processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (2011, p.54)

Ao pensar uma primeira abordagem do objeto de pesquisa, apropriar-se de ditas categorias aparece como pré-requisito para avançar em qualquer pesquisa científica e é justamente essa apropriação que constitui a maior parte da presente dissertação.

Devido à minha experiência pessoal com o MOV, foi necessário desprender-se de uma relação intuitiva, de admiração quase romantizada sobre sua qualidade como ferramenta robusta e sobre sua aplicabilidade universal, para entendê-lo como fenômeno real e dentro de um contexto muito concreto, com história própria e contradições específicas que o movem, existindo independentemente de quem pesquisa. O fato do MOV ser ele próprio uma ferramenta de mediação ou aprendizado, e além disso uma ferramenta de luta entre dois polos antagônicos de uma contradição histórica, não permite tomá-lo isoladamente, pois o MOV é concebido como ferramenta de luta do trabalho contra o capital. Essa é a principal contradição: capital-trabalho.

Importante ressaltar que em uma primeira aproximação com o objeto de estudo, encontramos diversas contradições, sendo a principal entre o trabalho e o capital, mas também entre a doença e a vida, a submissão e a revolta, a espontaneidade e a organização, a IV República e a Revolução Bolivariana, os sindicatos e os conselhos operários, a cidade e a comuna, e muitas outras que são parte de uma infinidade de debates e lutas em andamento na realidade concreta venezuelana; temas que trazem à tona a contradição dialética exposta por Gabriela Mistral, de sua maneira poética, sobre a maneira como os seres humanos buscamos a liberdade: “Há, no fundo de todos os povos, duas maneiras de procurar o bem-estar social que se chocam violentamente, na aparência, ainda que na verdade concorrem à harmonia, aspiram-na, estão destinadas a realizá-la: são o amor pela tradição e o pelo progresso.” (2007, p.184, tradução nossa). É o mesmo princípio anunciado por Gramsci e repetida frequentemente pelo próprio Chávez como intrínseco à Revolução Bolivariana “O que está morrendo se nega a morrer e ainda não termina de morrer e o que está nascendo tampouco terminou de nascer” (*apud* MAIRA, 2007, tradução nossa). Se o leitor conseguir ao final de sua leitura compreender esse movimento e como se reflete dentro do MOV, o objetivo principal deste trabalho terá sido alcançado.

Precisei abandonar a proposta inicial de trabalho de campo para evitar fazer perguntas superficiais e obter respostas inconclusivas sobre um processo que altera ou

pretende alterar determinações fundantes do capitalismo. Independente de qualquer expectativa inicial, ao deparar-me com o objeto específico, o Modelo Operário Venezuelano, foi necessário um estudo mais profundo sobre os elementos que compõem o contexto no qual surgiu essa experiência; e ao começar a pesquisa, se evidenciou a superficialidade do conhecimento por mim acumulado até então sobre cada um deles. O método escolhido exigia compreender estes elementos em seu movimento histórico, dominar certas categorias que se faziam presente no referencial teórico; sem esta compreensão, sua utilização seria inconsequente. A dissertação se apoia predominantemente em pesquisa documental de livros sobre história, economia, política, saúde, educação e temas relacionados a estes que ajudam a compor os elementos que constituem o objeto de estudo; é complementada com artigos científicos, jornalísticos, documentários e documentos oficiais como leis, decretos, comunicados oficiais de imprensa, etc. Por último, devido a minha experiência empírica com o objeto, recorro em certos momentos a materiais de meu acervo pessoal como panfletos distribuídos, materiais didáticos utilizados, atas de reuniões e entrevistas.

Os elementos que melhor explicam o objeto específico deste estudo, o MOV, serão tema de estudo aprofundado nos seguintes três capítulos desta dissertação. O segundo capítulo apresenta a categoria trabalho, seu estudo através do tempo, visitando brevemente as origens da história humana e a relação dialética entre o trabalho e nosso desenvolvimento como espécie; sua especificidade em modos de produção anteriores ao capitalismo; as transformações gerais do sistema do capital e seus impactos sobre o trabalho; uma visita mais detida a suas características na atual fase do capitalismo, o imperialismo; até chegar ao neoliberalismo no final do século XX. O segundo elemento seria a formação social e econômica da Venezuela, conteúdo do Capítulo III, começando com o desenvolvimento das colônias latino-americanas no geral e seu modo de produção peculiar; a independência política e o desenvolvimento do estado moderno como economia dependente das metrópoles capitalistas (Espanha, Inglaterra e depois Estados Unidos); a descoberta do petróleo e a industrialização; até a chegada ao *Caracazo*, momento que marca a revolta popular contra o neoliberalismo e o gérmen da Revolução Bolivariana. No quarto capítulo, é exposto o Modelo Operário como proposta teórica; as raízes teóricas e o debate em torno do método do Modelo Operário em si, buscando conhecer melhor, primeiro, a experiência original do Modelo Operário Italiano; a concepção de educação para a transformação social na base da pesquisa-participante para a educação popular libertadora; a relação do Modelo Operário com os debates da Medicina Social Latino-americana e o questionamento à concepção tradicional da relação saúde-trabalho e de ciência; as limitações apontadas por alguns autores que o

investigaram teórica e empiricamente e um relato sobre uma experiência empírica que exemplifica sua aplicação na Venezuela. Com este acúmulo, finalmente, a pesquisa pretende sintetizar uma explicação do que poderia representar o Modelo Operário como método ou ferramenta em geral e apresentar aquelas contribuições que podem ser extraídas dessa experiência para a formação de trabalhadores.

Para encerrar esta Introdução, faço minhas as palavras de Bernardino Ramazzini, pai da Medicina do Trabalho, ao encerrar a Introdução de sua obra As doenças dos trabalhadores de 1700, primeiro estudo amplo na história a sistematizar as doenças geradas pelo trabalho e a demonstrar uma preocupação genuína e um compromisso com aqueles responsáveis por toda a riqueza e desenvolvimento da sociedade: os trabalhadores.

Receba, pois, bondosamente, amigo leitor, estas minhas páginas que, ainda que redigidas com pouca arte, buscam beneficiar a sociedade ou, pelo menos, ajudar os operários, e se for de seu agrado, concedê-las aprovação; não têm por objeto me proporcionar glória, mas prestar utilidade e ajuda. (RAMAZZINI, p.21, tradução nossa).

2 O TRABALHO

Era uma vez, uma mulher de grande coração trouxe à luz os sofrimentos do negro escravo e despertou um continente em armas. Ela tinha muitas coisas a seu favor nas quais não pode se apoiar hoje aquele que pintaria a vida do escravo moderno – o escravo da fábrica, do trabalho doméstico e da mina. O chicote que move este último não pode ser visto nem ouvido; a maioria das pessoas não acredita que ele exista – é papo-furado filantrópico e convenção política que ele não exista. Esse escravo nunca é perseguido por cães de caça, não é espancado por vilões pitorescos, nem morre no êxtase da fé religiosa. Sua religião é meramente mais um desdém de seu opressor e o pior de seus azares, os cães que o perseguem são a doença e o acidente, e o vilão que o assassina é simplesmente o nível vigente dos salários. [...] E ainda assim, pode ser tão doloroso morrer de infecção generalizada como ser espancado até a morte; ser perseguido por cães e rasgado em pedacinhos é certamente um destino piedoso comparado ao que recai anualmente sobre milhares em Packintown – ser a vida inteira assombrado pela pobreza mais amarga, ser mal vestido e sem casa, enfraquecer por inanição, frio e exposição, ficar de cama devido a doença ou acidente – e, depois, ficar ali e assistir enquanto o lobo mórbido da fome vai se infiltrando em você e rasga os corpos e almas de sua mulher e filhos.

Upton Sinclair - The Jungle. Chicago, 1906.

Cotidianamente, nos deparamos com o trabalho, o nosso e o de outros, assim como seus produtos; dependemos dele para nossa reprodução como sociedade assim como para a criação de toda riqueza humana. Esta é uma categoria central na ciência econômica, especialmente na tradição marxista, e seria impossível abordar aqui esta categoria em sua totalidade, o que seguramente foge do escopo da atual pesquisa. Porém, entender as principais contradições do trabalho e seu movimento no tempo, objetivo desta seção, seria necessário ainda que não fosse uma categoria elementar do MOV, pois como descreveu Carvalho

Trata-se, pois, de desvendar a lógica específica do objeto específico, sendo que o mundo a se conhecer e compreender é o produzido pela atividade humana sensível. Daí ser o trabalho a categoria universal e fundamental para a compreensão de toda e qualquer realidade. (2012, p.163).

Pretendemos descrever aqui alguns aspectos dessa categoria que nos ajudarão a entender sua centralidade no processo de produção, reprodução e desenvolvimento social, para finalmente entendê-la como cerne de uma metodologia que pretende levar ao sujeito cognoscente a compreensão dessa categoria e de sua própria importância histórica como sujeito trabalhador.

Em diversas obras, Marx apresenta o trabalho a partir de distintas perspectivas, o que dificulta qualquer tentativa de sintetizá-lo. Como primeira aproximação ou como conceito norteador para o estudo daqui adiante, reproduzimos abaixo uma primeira definição resumida apresentada por ele em O Capital:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda mais instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (MARX, 1988, L. 1, v. 1, p.297)

Desta definição, pode-se ressaltar, por agora, algumas características que servirão para compreender o trabalho como categoria em sua forma mais abstrata, mais simples e por enquanto, historicamente universal. Primeiro, o trabalho como atividade essencial para o ser humano desde seus primórdios como “homem primitivo”, com a qual mantemos uma relação dialética de transformação mútua. Também, a concepção do homem como parte da natureza, como ser natural que se desenvolveu especificamente a ponto de se destacar desta e atuar de maneira a submeter “a seu domínio o jogo das forças naturais.” (*idem*). Porém, ao submetê-la, como ser natural, não está além das leis que regem a natureza e, portanto, regem seu próprio desenvolvimento e a maneira como “ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (*idem*). Finalmente, o fato do trabalho ser justamente essa atividade iminente humana que nos possibilita continuar existindo, apesar das ameaças naturais em toda nossa histórica luta pela sobrevivência, permite que nos desenvolvamos como indivíduos e sociedade, chegando ao alto nível técnico e científico no qual nos encontramos hoje, dentro do capitalismo. O trabalho é, portanto, historicamente determinado e, ao mesmo tempo, determinante para o ser social.

Dentro da concepção marxista, quanto mais simples, mais abstratas são as categorias – como é neste caso o trabalho – e, assim em um alto nível de abstração, menos têm a dizer sobre sua expressão especificamente histórica, que é onde nos interessa chegar nesta parte de nosso estudo. É de suma importância entender essa relação: a categoria trabalho mais abstrata como ferramenta teórica para compreender sua expressão como categoria concreta na realidade; ou no sentido inverso, entender uma categoria complexa como expressão singular e histórica (concreta), portanto atravessada por múltiplas determinações, de uma categoria universal e simples, despojada dessas determinações (abstrata). Na seguinte passagem dos Grundrisse, Marx comenta sobre a abstração da categoria trabalho feita por Adam Smith, que descrevia o trabalho criador de riqueza já não associado a uma atividade concreta, como definiam os teóricos que o precederam, mas como um trabalho qualquer. Smith chega corretamente à conclusão de que o trabalho é a fonte de toda riqueza, como

sempre há sido, mas não enxerga que um tipo específico de trabalho, como trabalho apreensível e indiferente para o trabalhador, é produto do capitalismo, em um momento histórico muito específico que inclusive permitiu formulá-lo como tal:

Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. (MARX, 2011, pp.57-58).

Daqui, podemos extrair, por um lado, esta relação entre a generalidade de uma categoria simples, em mais alto nível de abstração, e a especificidade ou complexidade que permite sua compreensão histórica. Por outro, o vínculo entre a relação expressa por uma categoria e a realidade que a engendra: pode-se ver como a possibilidade de conceber um ‘trabalho universal’ como forma mais abstrata desta atividade humana, é reflexo no cérebro de um desenvolvimento muito específico do trabalho real, o trabalho social desenvolvido em sua plenitude dentro do capitalismo, onde qualquer ser humano pode desempenhar as mais diversas atividades produtivas, independente de sua localização geográfica, raça, gênero ou etnia. A ideia de que qualquer trabalhador pode realizar qualquer atividade produtiva com um nível apropriado de formação teórica e prática torna-se uma possibilidade apenas no capitalismo, apesar de ser negada na prática à grande maioria da classe trabalhadora. Eis aqui uma característica muito específica do trabalho no capitalismo. Como explicaram Marx e Engels aos trabalhadores há mais de século e meio, a burguesia:

Rasgou sem misericórdia todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível "pagamento a pronto". Afogou o frémito sagrado da exaltação pia, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequeno-burguesa, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca, e no lugar das inúmeras liberdades bem adquiridas e certificadas pôs a liberdade *única*, sem escrúpulos, de comércio. Numa palavra, no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, pôs a exploração seca, directa, despuddorada, aberta. (MARX e ENGELS, 1997).

Encontramos aqui uma primeira contradição do trabalho no capitalismo. Por um lado, ele é “livre”, o trabalhador não pertence a ninguém – como pertencia o escravo – nem está vinculado por vida a qualquer espaço, no céu ou na terra – como estava o servo. É livre

de laços de sanguinidade ou de castas sociais, livre para ir e vir, não depende de território; pode ser livre inclusive de qualquer tipo de propriedade, não precisa de instrumento ou objeto de trabalho para si, nasce livre para trabalhar onde e para quem quiser. Contraditoriamente, também por esse motivo ele é explorado; o capitalismo também o liberou dos meios de sua subsistência, seu instrumental de trabalho, seu vínculo com a terra, seu direito à vida. Para quem não tem propriedade alguma, tem apenas sua prole, o salário é a relação que determina o limite da liberdade: o proletário é livre para escolher entre ser explorado pelo capital ou morrer de fome; pode escolher entre consumir o que cabe em seu salário ou não consumir nada.

Essa atividade que por seu caráter teleológico nos define propriamente como seres sociais e que nos emancipou da submissão à natureza nos primórdios da nossa história, é ao mesmo tempo imposta sobre nós como atividade de exploração alienante e embrutecedora. O trabalho, com seu potencial libertador, “no modo de produção capitalista [...] reveste-se de uma intensa negatividade a partir do momento que o trabalhador passa a vender a sua força de trabalho” (QUARESMA e MENEZES NETO, 2011, pg.64); pois vendê-la não é uma escolha individual, mas uma imposição vital.

2.1 As categorias para entender o trabalho no tempo

Através do trabalho, o ser humano, que é parte da natureza, levanta-se contra as adversidades desta para submetê-la à sua vontade, transformando seus frutos em objetos úteis para satisfação de necessidades especificamente humanas; em uma palavra, produz valores de uso. A sociedade, o ser social, mobiliza assim as forças produtivas, “os elementos componentes do processo de trabalho” que, segundo Marx, são “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.” (1988, L. 1, v. 1, p.318). A atividade do sujeito, o trabalho vivo, é o movimento dinâmico que imprime ao objeto de trabalho, estático e sem vida, sua forma útil, utilizando-se dos instrumentos de trabalho para tal fim.

O objeto de trabalho primordial e universal com o qual se depara o homem, principalmente em seu estado mais primitivo, são os frutos que espontaneamente encontra em seu ambiente natural e dos quais se apropria para consumo imediato, como plantas silvestres, a água da chuva, os minérios da terra, o peixe e a caça, etc. Esses objetos de trabalho são muitas vezes extraídos da natureza em seu estado cru ou silvestre e transformados através do trabalho para que sejam usados na produção, como fios de algodão, tábuas de madeira, água

ferendo, pepitas de ouro, etc, convertendo-se assim em matéria-prima. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima, que por definição é, por um lado, produto de um processo de trabalho e, por outro, também objeto de trabalho em outro processo produtivo; em outras palavras, produto do trabalho pretérito consumido pela sociedade produtivamente e não para satisfação de necessidades individuais. Na produção dentro do capitalismo, o setor industrial extrativista é o único cujo objeto de trabalho não é matéria-prima, todos os outros dependem, em última instância, do produto deste setor para levar a cabo seu trabalho, inclusive a agricultura que já não depende da terra virgem, mas a prepara como matéria-prima antes do cultivo.

O instrumento de trabalho é uma coisa ou um grupo de coisas das quais se apropria o trabalhador para transformar o objeto de trabalho, desde pedras para lançar contra um animal ou moer uma planta no mundo primitivo, ao atual computador pessoal. Porém, “O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente — abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho — não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho.” (MARX, 1988, L. 1, v. 1, p.299). Ele se apropria das características naturais de certos elementos para alterar a natureza de outros elementos segundo sua vontade, por exemplo, dominar o fogo para cozinhar a caça. São também considerados instrumentos de trabalho aqueles objetos ou estruturas que servem ao processo de produção indiretamente, como os edifícios que permitem o exercício do trabalho; as vias sobre as quais são transportados objetos, sujeitos e produtos do trabalho; os condutores de eletricidade, etc.; em resumo, toda a infraestrutura produtiva.

Essa apropriação da natureza por parte do trabalhador se dá historicamente de maneira sistemática e cumulativa; assim, cada nova geração e cada época histórica se apoia no acúmulo técnico e social que a precede, o vê como base “natural” de sua existência, para avançar na satisfação de suas necessidades. Da perspectiva marxista, “Observando-se todo o processo do ponto de vista de trabalho do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo” (MARX, 1988, L. 1, v. 1, p.300).

O grau de desenvolvimento da sociedade, ou o quanto se desenvolveu essa relação mediada do homem com a natureza e dos homens entre si – as chamadas relações sociais de produção – se reflete no nível de desenvolvimento e complexidade dos objetos e instrumentos de trabalho em diferentes momentos da história – nos chamados meios de produção. As condições de trabalho são o resultado histórico, que observamos na realidade, desta relação

dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas – que incluem os meios de produção e a própria força de trabalho – e as relações de produção. O instrumental de trabalho guarda a informação sobre o que e, principalmente, como os homens historicamente geravam os produtos para satisfazer suas necessidades em cada época: sua comida, vestimenta, moradia, arte, etc.; ou seja, são provas históricas de como o homem produz sua sociedade e cultura em geral.

O trabalho em si, como atividade metabólica do homem com a natureza, foi considerado pelo filósofo marxista György Lukács uma categoria ontológica do ser social (2010, *passim*), como explica Ronaldo Vielmi Fortes, “[...] O ponto de partida decisivo da ontologia do ser social encontra-se na definição da especificidade humana como uma nova forma do ser surgida mediante o complexo do trabalho, que Lukács define como pôr teleológico” (*apud* LUKÁCS, 2010, p.44). Segundo Foladori, que como Lukács se apoia em Marx, o que nos diferencia dos outros animais que transformam a natureza segundo suas necessidades é justamente o fato de não apenas produzir instrumentos que transformam a natureza, mas produzir meios de produção para transformá-la no tempo. O trabalho humano se apoia na experiência social anterior e a projeta para um futuro diferente,

[...] estabelecendo uma mediação progressiva através do tempo. Diferente dos demais seres vivos, que utilizam os instrumentos de maneira imediata face à necessidade, o ser humano produz instrumentos que, por sua vez, produzem outros instrumentos. Esta característica de produzir meios de produção tem implicações substanciais na forma de conceber o meio e de relacionar-se entre si. Quanto à consciência, porque a fabricação de meios de produção é um ato que utiliza instrumentos do passado, no presente, para um uso futuro. A tridimensionalidade do tempo está presente e, com ela, a atividade teleológica (ação em previsão de um futuro). (FOLADORI, 2012, p. 12, tradução nossa).

Em suas próprias palavras, Lukács explica o trabalho como:

[...] um pôr teleológico conscientemente realizado, que, quando parte dos fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais [...] do ser que normalmente só funcionam espontaneamente e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho. (2010, pp.43-44)

e enfatiza que “[...] o dever do homem, a adaptação ativa (conforme o trabalho) ao ambiente oculta em si uma tendência à autossuperação além da determinidade biológica, um destacar-se sucessivo, ainda que nunca inteiramente completável.” (LUKÁCS, 2010, p.231) Eis o segredo por trás das pirâmides do Egito, das rochas de Stonehenge, da viagem do homem ao espaço e do alcance das redes sociais: trabalho coletivo, acumulado historicamente e organizado para um fim premeditado.

2.2 O trabalho e suas contradições

Por sua natureza teleológica, todo trabalho humano, portanto, encerra em si a contradição de ser sempre, ao mesmo tempo, trabalho intelectual e trabalho manual. Por menos digna, simples ou repetitiva uma atividade, jaz por trás o ser cognoscente que a leva a cabo, cujo corpo assimilou seu movimento e é responsável por sua concreção material, pelo devir produto. O trabalho intelectual que não se materializa na realidade, que não compõe unidade dialética com o trabalho material, integra aquela lista de boas ideias e sonhos que, por não se plasmarem em meio inteligível a outros seres humanos – o que implicaria pelo menos escrevê-los – nunca saíram da cabeça do sonhador; ou que saíram de uma cabeça desvinculada da realidade e nunca puderam sobreviver ao tempo, pois não foram levados à prática. Marx cita como exemplo de trabalho predominantemente intelectual o poeta que produz versos; o professor, que produz cartilhas; o pastor, sermões; o filósofo, ideias; e o delinquente, que produz delitos. Usa este último para ilustrar o vínculo indissociável, principalmente na perspectiva social, entre o trabalho intelectual e o material, pois além de delitos, o delinquente promove a produção de leis, policiais, professores de direito, juízes, verdugos, barras, aparelhos de tortura, literatura, arte, etc. (MARX, 1974, p.203-204). Necessário apontar, no entanto, que o trabalho intelectual realizado no capitalismo se difere do realizado em outros modos de produção, pois depende do desenvolvimento material da sociedade como um todo, como afirma Marx:

Além disso, uma forma determinada de produção material supõe, em primeiro lugar uma determinada organização da sociedade e, em segundo lugar, uma relação determinada entre o homem e a natureza. O sistema político e as concepções intelectuais imperantes dependem destes dois pontos. E, conseqüentemente, o tipo de sua produção intelectual. (MARX, 1974, p.202)

Isso implica também a preponderância de um dos dois polos desta contradição em diferentes momentos históricos e, inclusive, em diferentes ramos da produção; o que não significa a aniquilação de um polo pelo outro da contradição, mas definitivamente seu domínio. Aqui é importante destacar o papel fundamental da educação, especificamente a formação para o trabalho, como vínculo entre o trabalho intelectual e o manual; entre a atividade de pensar, estudar, refletir, projetar, planejar, etc. e o fazer que executa de acordo ao que foi pensado; que aprende a executar. O trabalho é a síntese dessa relação dialética entre pensar e fazer, seja ele do trabalhador individual que projetou um produto ou aprendeu um

ofício para realizá-lo na prática, seja como trabalho social que reúne o conhecimento humano geral como ciência e a aplica constantemente na produção como tecnologia.

A aplicação da tecnologia à produção constitui um momento de enfrentamento do trabalho consigo mesmo em outra contradição: entre trabalho vivo e trabalho morto, ou trabalho imediato e trabalho pretérito, hoje mais frequentemente encontrada em sua expressão homem vs. máquina. Todo instrumento de trabalho e matéria-prima é natureza que foi submetida a trabalho antes de ser posta à disposição do trabalhador, é em si produto de trabalho pretérito, portanto trabalho morto e estático, cristalizado anteriormente em um produto que volta a se apresentar perante o trabalho vivo para nova transformação. Dentro do capitalismo, o trabalho morto assume papel dominante nessa contradição com o trabalho vivo; de instrumento submetido à força do homem, passa a submeter o homem às forças potencializadas da natureza, com a aplicação cada vez maior da ciência e da técnica à produção com o objetivo de converter tais potencialidades em maior produtividade e, conseqüentemente, maior lucro. O fator subjetivo da produção, o trabalhador vivo, vai ficando relegado a segundo plano e a máquina assume o papel dinâmico nesta contradição. Esse movimento, ao contrário de liberar o homem das árduas penas do trabalho, termina por submetê-lo ainda mais ao jugo do capital:

A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência. (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.263)

Ao considerar a maquinaria e a matéria-prima como trabalho morto, no entanto, não se pode esquecer que ele é trabalho vivo cristalizado anteriormente em um objeto de trabalho; foi o trabalho vivo, com seu cérebro, músculos, suor e cansaço que transformou a natureza – por extração e transformação de matéria-prima, seu empacotamento ou transporte, a produção de ferramentas, máquinas e programas lógicos, ou o planejamento que situa tudo no lugar certo e na hora certa – para que estivesse ali pronta para outras energias vivas a transformem uma vez mais, até chegar a ser, eventualmente no final da cadeia produtiva, um produto vendável, uma mercadoria.

Esse é justamente o objetivo final do processo social de produção dentro do capitalismo: a mercadoria e sua venda no mercado; em termos gerais, é para isso que se produz. É possível encontrar resquícios de produção para subsistência ou de trabalho artesanal

para apropriação coletiva, mas como relação dominante, a troca, unidade dialética entre compra e venda, estabelece seu domínio sobre a atividade produtiva, determinando o que, como e para quem se produz com base nas obscuras e impessoais “leis do mercado”, ou seja, a obtenção de lucro, ou apropriação de mais-valia, categoria marxista que constitui a raiz do lucro capitalista. Como afirmou Marx:

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. (1988, L.1, v.1, p.191)

Se a obtenção de mais-valia é a lei de ouro do capitalismo, que determina todo o movimento da produção, circulação e consumo, é importante compreender de onde ela vem e como se relaciona com o trabalho. A descoberta da mais-valia por Marx partiu de um enigma que perturbou a economia política clássica: De onde vem o lucro? Aquela riqueza produzida pela sociedade e acumulada como capital? A realização da mais-valia se dá no processo de circulação, ou seja, o lucro do capitalista aparece uma vez que a mercadoria é vendida para consumo. Porém, Marx demonstrou que sua origem não está no comércio ou na troca; ao desvelar o caráter dialético da mercadoria como valor-de-uso e valor-de-troca, comprova a Lei do Valor segundo a qual, no mercado, a troca se dá entre valores de troca iguais, apesar de dar-se entre valores de uso distintos¹. Partindo de uma característica aparentemente da circulação, foi necessário deslocar-se para o âmbito da produção para encontrar a origem desse 'valor a mais', dessa mais-valor ou mais-valia que o capitalista obtém como lucro e reinveste como capital, mantendo e ampliando cada vez mais sua base produtiva para apropriação de riqueza. Será necessário aqui ir um momento para além do trabalho, recorrer a produção em sentido amplo, para entender a mais-valia.

Durante a produção, a força de trabalho – fator subjetivo do processo – coloca em movimento os meios de produção – fator objetivo – para produzir mercadorias. O valor de toda mercadoria é determinado, segundo a Lei do Valor, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim, o valor pago pelo capitalista para obter os meios de

¹ A mercadoria é a unidade dialética entre valor-de-uso – sua qualidade material, útil, concreta que serve para satisfazer uma necessidade – e valor-de-troca – o valor que permite que a mercadoria se relacione com todas as outras mercadorias no mercado, permite ao produtor adquirir os valores de uso que satisfaçam suas necessidades mediante a troca com outras mercadorias, sejam elas produto de seu trabalho ou sua própria força de trabalho. No capitalismo, o valor-de-troca tende a dominar essa relação com o valor-de-uso.

produção equivale à soma do tempo de todo trabalho morto cristalizado na matéria-prima e no instrumental de trabalho a serem usados na produção, desde sua extração como recurso natural, incluindo todo trabalho pretérito que os transformou e trouxe ao ambiente de trabalho. O valor contido nesses meios de produção, o valor neles cristalizado pelo trabalho morto, é no processo de produção meramente repassado à mercadoria, constituindo parte de seu valor final; esse valor não se altera durante o processo de produção, por isso ao ser incorporado à produção como parte do capital ele é considerado capital constante, que inclui tanto o capital fixo como o circulante. Nesta perspectiva, o capital investido na força de trabalho, pelo contrário, se altera durante a produção, produzindo valor à medida que transforma o objeto de trabalho; portanto, capital variável.

Isso pode se ver claramente com as mercadorias, mas como se determina o valor da força de trabalho? Como qualquer outra mercadoria: pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. O que é pago ao trabalhador por sua força de trabalho deve permitir que ele subsista como força de trabalho, recomponha seu desgaste e volte a se apresentar diariamente como força de trabalho. Ou seja, além dos meios de produção, o capitalista compra a mercadoria 'trabalhador', cujo valor de uso é a força de trabalho a ser consumida no processo de produção, o “fermento vivo, [que é incorporado] aos elementos mortos constitutivos do produto” (MARX, 1988, L. 1, v. 1, p.304) e cujo valor-de-troca é um salário que, por definição, permite que ele adquira no mercado o que é socialmente considerado suficiente para suprir suas necessidades básicas: moradia, comida, vestimenta, transporte, saúde, lazer, etc. Além disso, o salário inclui também a manutenção desse trabalhador como sujeito histórico; deve ser uma quantia que garanta sua reprodução como classe, ou seja, suficiente para manter seu nível de vida e de sua prole, trazendo de volta ao mercado de trabalho as futuras gerações que darão continuidade ao processo produtivo. Portanto, o salário não guarda vínculo direto com a quantidade de mercadorias produzidas pelo trabalhador na fábrica, mas com a quantidade de mercadorias que ele deve consumir para garantir e reproduzir sua condição de proletário.

Assim, no mercado de trabalho, a troca entre capitalista e trabalhador se dá sem violar a Lei do Valor, mais ou menos segundo o seguinte discurso: “Eu, capitalista, detentor de dinheiro que posso usar para comprar meios de produção, compro sua capacidade de transformar a natureza, sua força de trabalho durante vinte e dois dias ao mês, oito horas por dia. Em troca, pago mensalmente um salário suficiente para que você possa viver bem, mantendo essa força viva durante toda sua vida útil e se reproduzindo para que essa mesma força esteja disponível para contratação uma vez que você morra. Não me importa qualquer

detalhe pormenor dessa força – cor, raça, idade, gênero – só me interessa que seja capaz de produzir com os meios que tenho, dure o máximo de tempo e seja o mais barata possível. Como só eu tenho dinheiro para comprar todas essas mercadorias que constituem o processo produtivo, tudo neste processo é de minha propriedade, incluindo, portanto, o produto final. A você lhe toca seu valor justo: o valor de sua força de trabalho, seu salário e nada mais!”.

No entanto, durante a produção, a força de trabalho empregada produz mais do que seu próprio valor, ou seja, mais do que seu salário. Dentro dessa troca “justa”, inclusive auspiciada pela legalidade burguesa que determina anualmente o salário-mínimo, a força de trabalho empregada cria valor durante toda a jornada regular, recebe de volta a parte que lhe toca por contrato e deixa de graça ao capitalista o mais-valor criado, ou a mais-valia cristalizada no produto final. Todo o valor cristalizado na mercadoria produzida, tanto valor transferido como criado, pago ou não pago, volta às mãos do capitalista como dinheiro uma vez que essa mercadoria é vendida. Daí ele paga seus custos de produção, incluindo o salário, tira seu lucro e a quantia que precisa distribuir entre as outras frações da burguesia para que possa levar a cabo sua atividade como capitalista: o aluguel de edifícios ou a renda da terra, juros, imposto, direitos autorais, etc.

Com os olhos postos na produção, observa-se que a mais-valia é fruto de outra contradição do trabalho: entre trabalho necessário e trabalho excedente, a contradição que melhor expressa a luta de classes dentro do âmbito da produção através da luta ao redor do tempo de trabalho. A jornada de trabalho é toda um só trabalho, unidade entre trabalho necessário e excedente, os dois polos da contradição que compõem o trabalho explorado² inclusive antes do capitalismo; por exemplo no feudalismo, o servo-camponês trabalhava em suas terras para produzir bens de subsistência (tempo de trabalho necessário) e também trabalhava uma parte cujo produto era entregue totalmente ao senhor proprietário do feudo (tempo de trabalho excedente). Na produção moderna, a exploração assume outra forma: todo o tempo de uma jornada de trabalho é dedicado a produção de mercadorias que serão vendidas e cujo valor transformado em dinheiro volta ao bolso de quem é proprietário dos meios de produção: o capitalista. No entanto, uma parte deste valor, que corresponde a certa

² O movimento dessa contradição será determinante no desenvolvimento histórico do capital, pois tem influência sobre as principais leis que o regem: a Lei da Acumulação Capitalista, sua respectiva Lei Populacional, a Lei da Produtividade Crescente, a Lei da Queda da Taxa de Lucro, e inclusive, essa contradição chega a um nível de desenvolvimento que coloca em risco a vigência da própria Lei do Valor, como explica Bevilaqua (2011, *passim*) apoiando-se em Marx.

quantidade de tempo da jornada de trabalho, é entregue ao trabalhador como salário; dizemos que durante esse tempo foi realizado o trabalho necessário para a reprodução do trabalhador. Quando pensamos na jornada individual ou no trabalhador individual, é o tempo de trabalho que corresponde a seu salário; mas ao pensar na produção social, é o tempo que corresponde à produção de todos os valores que servem para a manutenção e reprodução da sociedade como um todo, tanto para manutenção da classe trabalhadora como para suprir o consumo da burguesia. O tempo de trabalho cujo valor produzido não é entregue ao trabalhador servirá para cobrir os demais custos da produção e o resto é lucro do capitalista, ou seja, mais-valia produzida por um trabalho excedente que não foi pago ao trabalhador, que é usado pelo capitalista para desfrute pessoal ou para ampliar ainda mais seu capital. Assim, o proletariado, em contrapartida, luta para ampliar ao máximo o trabalho necessário, parte de seu trabalho que lhe toca receber como salário, e reduzir a jornada de trabalho o quanto possível. Já a burguesia luta constantemente para ampliar ao máximo o trabalho excedente, do qual se apropria gratuitamente como classe, seja ampliando ao máximo a jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou reduzindo ao mínimo o salário (mais-valia relativa). Quanto maior o volume de mais-valia apropriada pela burguesia, mais valor o capitalista terá para reinvestir e ampliar sua produção, ampliando a quantidade de mercadorias por ele vendidas. Para que o capitalista chegue a esse glorioso momento de realização, pois a relação capital implica reprodução e ampliação do capital, é imprescindível conseguir vender suas mercadorias, que serão trocadas no mercado por dinheiro de homens e mulheres que precisam satisfazer suas necessidades, pois no capitalismo, só podemos satisfazer nossas necessidades no mercado mediante a troca.

É justamente durante a troca, processo que tem lugar fora do âmbito da produção, repetido socialmente durante séculos pela humanidade e de maneira vigorosa no capitalismo, que se evidencia outra das contradições da categoria trabalho, a contradição entre o trabalho abstrato e o trabalho concreto³. Pensando justamente na satisfação das necessidades, é fato que todos os indivíduos chegam ao mercado buscando mercadorias específicas para tais necessidades, ou seja, produtos de trabalhos concretos: comida, roupa, remédio, música, móveis, etc. Considerando que a troca se dá entre valores iguais, ou seja, que o comprador não se sujeitará a entregar por um produto mais do que seu valor e que o vendedor não receberá por esse produto menos do que seu valor, como é estabelecida essa igualdade entre

³ Não se deixar confundir com a contradição antes mencionada entre trabalho intelectual e trabalho manual.

produtos de trabalhos distintos? Ou seja, ao pensar o processo de troca simples, como atividade entre produtores que realizam trabalhos concretos diferentes, por exemplo um costureiro e uma professora, como determinar quantas peças de roupa equivalem a uma aula? Aqui, os produtores precisam abstrair sua atividade específica a um elemento comum que permite compará-las, terminam por reduzir toda sua atividade produtiva ao tempo de trabalho abstrato que foi necessário para elaborar cada produto, trabalho social em geral e indiferente, esforço humano mobilizado para dito fim. Ou seja, o costureiro conseguirá trocar por uma hora de aula a quantidade de roupa que um costureiro médio consegue produzir em uma hora, nas condições normais e regulares de produção. Sendo assim, todo trabalho concreto que cria valores de uso para consumo individual ou produtivo na sociedade – costureiro, carpinteiro, metalúrgico, bancário, professor, músico, mestre de obra, cozinheiro, etc –, é no capitalismo também trabalho abstrato criador de valores de troca, parte do trabalho social geral ao qual se dedicam coletivamente os homens e mulheres ao dedicar seus esforços à produção e reprodução da vida em sociedade. Aqui é importante destacar que esta dualidade do trabalho se exterioriza em seus produtos como a dualidade da mercadoria: ela é por um lado valor-de-uso, produto do trabalho concreto que serve para satisfazer necessidades humanas individuais ou produtivas e que constitui, a fim e a cabo, o motivo de seu consumo; por outro lado, a mercadoria é valor de troca, produto de trabalho abstrato que representa a parcela, cristalizada nesta mercadoria específica, do valor total geral produzido pela humanidade, que deverá entrar ao mercado e ser trocada por dinheiro e que constitui, a fim e a cabo, o motivo de sua produção. Para o capitalista, não lhe importa quais valores de uso estão sendo produzidos, o importante é que lhe retornem lucros, são meramente veículo portador de valor de troca. É o tempo deste trabalho indiferente, emprego de força intelectual e física humana em geral, que permite comparar o trabalho cristalizado nos diferentes produtos, o feijão do cozinheiro e a aula da professora, por mais diverso que sejam os materiais usados e o trabalho concreto que os transforma; o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir cada produto é, no capitalismo, a medida de seu valor (valor-de-troca).

Durante muito tempo para a economia política clássica, essa contradição, que a burguesia nunca pode resolver pois precisava ocultar a mais-valia, foi revestida de outro viés, da contradição entre trabalho produtivo e improdutivo. Para Marx, esta distinção se dá da perspectiva do capitalista e não do operário, pois trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia para quem o emprega, ou seja, trabalho que repõe todo o valor investido em sua própria produção mais um excedente que permite a reprodução e ampliação do processo produtivo como capital; enquanto que o trabalho improdutivo não gera tais condições, seu

produto é o que se troca por dinheiro como venda direta de seu produtor. Essa distinção não se vê afetada pela “categoria específica do trabalho nem o valor de uso em que toma corpo essa especialidade. [...] em um caso, o trabalho se converte em capital e produz lucro para o capitalista; no outro caso, representa um gasto, é simplesmente um dos artigos em que se investe a renda” (MARX, 1974, p.139); ou seja, um professor de música que dá aulas particulares é trabalho improdutivo para o capital, enquanto que um professor de uma escola particular de música, que gera mais-valia para o dono da escola, é trabalho produtivo. Porém, com a divisão do trabalho, muitos trabalhadores improdutivos são necessários para a produção de uma mercadoria imprescindível para o capital: a força de trabalho. Esses trabalhos considerados improdutivos – ex.: o professor de escola pública, médico, artista, etc. – servem para garantir a reprodução da mercadoria trabalhador e são mais numerosos à medida que se desenvolve a produtividade do trabalho, pois permite que menos esforço humano produza muitos valores, liberando mais trabalhadores para se dedicarem a outro tipo de produção. Pode acontecer que muitos trabalhadores improdutivos dependam da riqueza produzida por poucos trabalhadores produtivos devido à alta produtividade do trabalho, ou à alta concentração de renda, pois neste caso uma parte maior da mais-valia apropriada pela burguesia poderá ser gasta como renda em serviços para satisfação individual (MARX, 1974, p.206), por exemplo, o cozinheiro se torna *chef*. Pode acontecer também, como, por exemplo, no caso dos funcionários públicos em um Estado de bem estar social, que o trabalho improdutivo de muitos servidores seja considerado como parte constitutiva da força de trabalho, como a educação e saúde públicas que servem para formar e manter o trabalhador médio empregado pelo capital.

Naturalmente, no desenvolvimento da humanidade, o trabalho foi se diversificando e ficando mais complexo à medida que foram se diversificando e complexificando os produtos do trabalho e as necessidades humanas. Mesmo nos primórdios do capitalismo, seria irreal afirmar que todo trabalho concreto mobiliza o mesmo dispêndio de energia humana em um mesmo período de tempo. Seria irreal afirmar que um médico cirurgião com muita experiência na sala de emergência consegue mobilizar para curar um paciente, no mesmo período de tempo, os mesmos recursos que um estagiário de medicina; ou que uma hora de trabalho de um operário que supervisiona um sistema de máquinas gera o mesmo valor que uma hora de trabalho do operário que aperta repetitivamente o botão de uma única máquina. A proporção entre o trabalho simples e o trabalho complexo, ou seja, a síntese desta outra contradição dialética do trabalho, é uma medida estabelecida socialmente no tempo e realizada cotidianamente no mercado, por exemplo, quando se define o salário do

engenheiro que supervisiona acima do operário no chão de fábrica, ou a diferença entre o salário do médico experiente e do estagiário; enfim, quando se estabelece a diferença de preço entre a força de trabalho qualificada e a não qualificada em qualquer setor da economia. A mesa feita pelo carpinteiro médio (trabalho simples), que equivale a um conjunto de roupas do alfaiate médio (trabalho simples), pode valer muito menos que uma única peça de roupa da alta-costura (trabalho complexo) pelo fato desta supostamente incluir um processo conceitual científico, com conhecimento de materiais e processos que melhoram a saúde humana, proporcionam uma experiência estética excepcional, etc.

Estas contradições são a base para entender, nesta pesquisa, o movimento da categoria trabalho. Compreender esse movimento é a única maneira de entender melhor o trabalho como se apresenta hoje à simples vista, estático; aparência que pretendemos esboçar em linhas gerais na seguinte seção. Seu desenvolvimento no tempo permitirá compreender como a forma específica que adota o trabalho explorado em cada momento histórico obedece à síntese dialética entre desenvolvimento dos meios de produção e das forças produtivas. Ou seja, cada modo de produção diferente significa um certo desenvolvimento das forças produtivas, que, por sua vez, define as relações sociais que dão forma à exploração do trabalho. O trabalho é, portanto, o eixo central que define as forças produtivas e sobre o qual se assentam as relações sociais de produção.

Síntese de diversas contradições, o trabalho é também um dos polos da principal contradição no capital: a contradição entre capital e trabalho. Na luta de classes, ela se expressa como burguesia-proletariado; na produção, como patrão-trabalhador.

2.3 O trabalho e o desenvolvimento do ser humano

Engels abre sua obra clássica O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem com uma importante constatação:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004)

Este breve artigo de Engels constitui uma exposição sucinta sobre a relação entre natureza, homem e trabalho, na qual pode se observar a relação dialética entre essas três categorias. Descreve como o desenvolvimento biológico humano guarda estreita relação com o

desenvolvimento de atividades e habilidades destinadas à sua sobrevivência como espécie, em uma larga trajetória de milhares de anos que nos leva de caminhar sobre quatro membros, até o “[...] passo decisivo: a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração.” (ENGELS, 2004). Porém, essa mão humana que “não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele”, faz parte de um “organismo íntegro e sumamente complexo” (idem) que desenvolvia simultaneamente diferentes partes fisicamente vinculadas ou não à mão, como por exemplo a visão que se desenvolvia pela necessidade de acompanhar as novas destrezas da mão; os ossos das costas que sustentam a postura para enxergar o que as mãos fazem; o cérebro que comanda as partes em desenvolvimento; os pés se desenvolviam pelo caminhar ereto, ou até partes do corpo cuja correlação com o desenvolvimento da mão até hoje não está plenamente explicada (*op. cit., passim*).

Assim, com o desenvolvimento humano e de seu trabalho, que aprimorava seu domínio sobre a natureza, as manadas de humanos primitivos que melhor se adaptavam iam se ampliando devido justamente às novas propriedades e funcionalidades descobertas na natureza, o que constitui um benefício do trabalho e do acúmulo de conhecimento humano que continua imperante até hoje.

O domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. (ENGELS, 2004).

A crescente complexidade desse homem primitivo e social trouxe consigo mais uma necessidade cuja satisfação levou anos de desenvolvimento natural e constitui uma diferenciação humana: a comunicação e, eventualmente, a palavra articulada. Apesar de ser uma espécie que surge da evolução de outros seres vivos, que se desenvolveu na superfície terrestre como grupos isolados por gigantescas barreiras geográficas, de aparência muito variada e de culturas que pregam valores as vezes diametralmente opostos, constituímos expressões específicas dessa universalidade que é o ser humano, em cuja origem e desenvolvimento o trabalho desempenhou papel destacado. Como explica Lukács,

O gênero humano é em si unitário, mas contém, ao mesmo tempo, a tendência de se realizar faticamente nessa unicidade. As extraordinárias diferenças nitidamente visíveis e constatáveis, mas estas são, em última análise, fundadas no trabalho nascente e em seus resultados, portanto, são de tipo social, e, por isso, não podem

mais levar a diferenciações biológicas de gênero. O fato de que clima, modo e condições de vida etc. produzam também determinadas diferenças biológicas, ou as conservem (por exemplo, cor da pele), não muda em nada de decisivo na tendência principal do processo, no qual se constitui o gênero humano. (2010, p.231)

Portanto, do trabalho manual das manadas primitivas à vida em sociedade e criação do Estado, o trabalho aparece como elemento distintivo da natureza humana em relação às outras espécies e inclusive começa a se destacar como atividade que distingue as diversas sociedades humanas; pois à medida que o homem se desenvolve, naturalmente, seu trabalho também se desenvolve. À medida que se desenvolvia a habilidade humana de transformar a natureza segundo nossos interesses, ou seja, à medida que se desenvolvia a relação do homem com a natureza, desenvolvia-se também a relação entre os homens, em cada região de acordo com seu acúmulo social e com suas riquezas naturais, estabelecendo relações sociais segundo critérios muito específicos - como, por exemplo, “só trabalha quem não é homem nascido na Grécia” - apesar de podermos identificar traços comuns a diferentes sociedades humanas em diferentes períodos históricos - nesse exemplo, o escravismo, que também existia na África, nas Américas e na Ásia em diferentes períodos. Nunca antes tivemos relações sociais tão hegemônicas, tão disseminadas ao mesmo tempo por todo o globo como hoje, o que não nos impede de buscar na nossa história aquelas categorias que nos explicam como “unicidade”. A síntese da relação dialética entre meios de produção e relações sociais nos diferentes momentos da história é o que chamamos de modo de produção, que definem quem, como se produz e com qual objetivo. Um modo de produção não é uma definição completa e acabada de como se relacionam os indivíduos de uma dada sociedade, nem dos instrumentos usados pelos trabalhadores; menos ainda para descrever o indivíduo que trabalha. A categoria nos serve para compreender de forma abstrata o movimento histórico dessa relação, que se transforma tão drasticamente de acordo com o lugar no mundo ou com o tempo onde foi identificada. É ferramenta para compreender o contexto humano no qual se desempenhavam os diferentes tipos de trabalho em sua relação com o desenvolvimento humano, entendê-lo como processo histórico. A passagem a seguir oferece uma síntese desse desenvolvimento histórico:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política,

e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. (ENGELS, 2004)

Ao final desta citação de Engels está maracado o ponto que constitui o nascimento da sociedade de classes, encerrando o período denominado na ciência marxista como comunismo primitivo e inaugurando a exploração do homem pelo homem. Voltemos um pouco para o comunismo primitivo, para avançar sobre as transformações históricas que o trabalho sofreu antes de chegar ao capitalismo contemporâneo.

2.4 O trabalho através dos diferentes modos de produção pré-capitalistas

Em termos gerais, por mais diversos que sejam os modos de produção que testemunhamos em nossa história humana, a tradição marxista identifica cinco modos de produção e as correspondentes relações sociais que, como categorias abstratas, marcam traços comuns às diferentes sociedades. Ainda que tenham se desenvolvido de diferentes maneiras nas diversas partes do mundo e em épocas muito diferentes, podemos encontrar esses traços como parte de sua história, acompanhando o desenvolvimento humano e do trabalho para chegar à compreensão da nossa sociedade de hoje. Esses diferentes momentos do nosso desenvolvimento técnico e social são: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo.

2.4.1 O trabalho no Comunismo Primitivo

Encontramos em Marx diversas considerações acerca da produção nas sociedades pré-capitalistas, com base em estudos de diferentes partes do mundo, onde se destacam algumas características do chamado comunismo primitivo, sendo que as principais foram resumidas por Foladori da seguinte maneira:

[...] enquanto a divisão social do trabalho era incipiente e baseada prioritariamente em características naturais, a produção era essencialmente coletiva, assim como também era coletiva a apropriação do produto. De maneira que as contradições entre os membros da comunidade não se tornavam antagônicas, não cristalizavam em classes. O individual naquelas etapas se expressava como comunidade praticamente homogênea. (FOLADORI, 2012, p.60, tradução nossa)

Nos Grundrisse, ao estudar as diferentes formas de produção que precederam o capitalismo, Marx afirma a característica não sedentária dos seres primitivos, que ainda pouco diferenciados dos macacos migravam constantemente em busca de melhores condições de vida contra a escassez, predadores e quaisquer outras ameaças e limitações naturais à sua reprodução. Assim, a necessidade de mover-se como atividade que impulsionou nosso desenvolvimento implica que a família, clã ou “coletividade tribal, a comunidade natural, não aparece como resultado, mas como pressuposto da apropriação (temporária) e utilização coletivas do solo. [...] Somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor.” (MARX, 2011, p.388-9). Essa coletividade tribal é o primeiro pressuposto da relação de apropriação do homem com a natureza; o indivíduo como o concebemos hoje é conceito exclusivo de nosso tempo e o indivíduo isolado no mundo selvagem, na realidade concreta, nunca existiu. Como podemos observar na mesma citação, a propriedade é justamente essa relação natural e social de apropriação dos meios de vida e, como no caso da linguagem, pensá-la como característica de um indivíduo singular é completamente absurdo. Assim, podemos observar também que, à medida que o trabalho vai se configurando como especificidade em cada modo de produção, é acompanhado por relações de propriedade correspondentes, que definem quem produz para quem. No chamado comunismo primitivo, o trabalho era inicialmente para sobrevivência e, logo, subsistência de cada comunidade, mantendo e desenvolvendo isoladamente sua capacidade de se reproduzir. Em nosso desenvolvimento, enquanto o trabalho se dá em vínculo direto com a terra, “trata-se, neste caso, da unidade natural do trabalho com seus pressupostos objetivos. [...] O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade” (MARX, 2011, p.388) e através de sua relação comunal, “relaciona-se com os outros como coproprietários, como tantas encarnações da propriedade comum” (idem).

Em sua obra A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1964), Engels explica a formação e desenvolvimento da estrutura social dos povos do comunismo primitivo e, apoiado no trabalho de Morgan, um arqueólogo de sua época, e em parte respondendo a este, classifica o subsequente desenvolvimento deste modo de produção em dois estágios: 1) “selvagem”, estágio que vai desde uma fase transitória das espécies inferiores aos humanos que desenvolveram o arco e flecha, momento “em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação” (Cap. I); e 2) bárbaro, desde o momento “em que aparecem a criação de gado e a agricultura e se aprende a incrementar a

produção da natureza por meio do trabalho humano” (idem), até a fundição do ferro, que permite o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, assim como uma rápida concentração de pessoas em pequenas áreas. Independente do caráter moral ou politicamente correto dessa nomenclatura, sua exposição, que se baseia em exemplos retirados de diferentes estudos antropológicos de sua época, demonstra como o desenvolvimento das forças produtivas vai alterando a maneira como se relacionam os seres humanos, de maneira objetiva e subjetiva. Ainda que haja certa controvérsia ao redor do uso destas denominações, o que é de interesse aqui é como Engels se baseia na história destes povos para elucidar o desenvolvimento humano e sua organização social.

O autor constata que o desenvolvimento do comunismo primitivo foi bastante lento e desigual, o que implica uma variedade quase infinita de expressões específicas que persistiram até a época na qual viveu o próprio Engels, como as famílias primitivas punaluanas, uma sociedade matriarcal do Havaí, ou as famílias por grupos e sindiásmicas encontradas no continente americano; consideradas respectivamente em estágio selvagem e bárbaro (*op. cit.*, Cap. II). O trabalho era voltado para a subsistência e todos produziam para a vida de todos. Internamente, tanto a divisão social do trabalho como a elaboração dos produtos do trabalho obedecem a diferentes critérios culturais, dependem exclusivamente das necessidades sociais e do desenvolvimento material de cada comunidade. “Até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura limitava-se pouco mais ou menos à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para a obtenção e preparação dos alimentos.” (ENGELS, 1964, Cap. II). Não se produziam mercadorias; ainda que pudesse existir o trabalho excedente que possibilitava a troca, essa não era a principal finalidade da produção. A troca se desenvolverá no seio destas comunidades comunistas como atividade fortuita para a satisfação comunal ou no encontro entre diferentes comunidades, tribos, clãs, etc.; tinha lugar casualmente na periferia da atividade produtiva e reprodutiva.

No comunismo primitivo, a relação do homem com a natureza é de propriedade coletiva, comunal. “A terra é o grande laboratório, o arsenal que fornece tanto o meio de trabalho, quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade.” (MARX, 2011, p.389). Essa relação com a natureza aparece como algo anterior ao próprio homem,

[...] as condições originais de produção aparecem como pressupostos naturais, condições naturais de existência do produtor, exatamente como seu corpo vivo aparece como o *p*ressuposto de si mesmo, uma vez que, por mais que ele reproduza e desenvolva, não é posto por ele mesmo [...] Essas próprias condições naturais de existência, às quais se relaciona como um corpo inorgânico pertencente a si mesmo, são de dupla natureza: 1) subjetiva e 2) objetiva. (MARX, 2011, p.401).

Cada membro da coletividade é indiferente, igualmente proprietário e possuidor da terra não apenas para produção, mas também para consumo. A relação com o produto de seu trabalho tampouco é individual, é conseqüentemente quase divina, apropriar-se dele é ponto de partida e não resultado do trabalho: produz-se para um fim pré-determinado, o que implica pouca diversidade e dinamismo na produção. Muitas vezes, isso que Marx chamou de unidade coletiva aparece na história como algo exterior aos indivíduos, como uma entidade acima deles e à qual tudo pertence, retirando a noção de propriedade dos membros da coletividade para depositá-la em um ser superior, uma personificação que pode estar no imaginário primitivo como deus ou na figura real do déspota. Esse modo de produção teve expressões concretas em diversas partes do mundo e as relações sociais que o estruturam se baseavam em vínculos pessoais e sanguíneos. A divisão do trabalho era espontânea, era ainda a divisão natural do trabalho, quase exclusivamente baseada em gênero e idade. Os instrumentos de trabalho eram pouco desenvolvidos e constituíam os poucos pertences de cunho individual.

Com certo acúmulo de conhecimento acerca de seu meio natural, os trabalhadores foram criando as condições para o desenvolvimento do sedentarismo, inaugurando-se o que Engels chamou da “primeira divisão social do trabalho” – o trabalho de pastoreio (1964, Cap. IX). Já não era necessário depender da instabilidade da caça; os povos pastoris produziam, além dos víveres comunais, todos os produtos derivados dos animais que usavam também como transporte e obtinham, assim, vantagem para sua sobrevivência e conseqüente desenvolvimento. Surge aqui a possibilidade da troca de excedentes.

Ainda que as gens não tenham sido a única estrutura familiar e social do comunismo primitivo, as origens das mais diversas sociedades que existiram nesse período e persistiram inclusive no período escravista – famílias grupais, clãs, castas, etc – podem ser traçadas à estrutura de gens, que tinha como uma de suas características a participação ativa de todos: Engels cita a estrutura das gens em sua expressão mais desenvolvida, o que nos ajudará a entender um pouco sobre a organização social do trabalho até depois do advento do escravismo:

Uma tribo se divide em diversas gens, comumente em duas; com o aumento da população, cada uma das gens primitivas se subdivide em várias gens filhas, para as quais a gens-mãe persiste como frátria; a própria tribo se subdivide em várias tribos, em cada uma das quais, na maioria dos casos, vamos achar as antigas gens; uma confederação, pelo menos em certos casos, une as tribos aparentadas. [...] Essa organização simples é inteiramente adequada às condições sociais que a engendraram. Não é mais do que um agrupamento espontâneo, capaz de dirimir todos os conflitos que possam nascer no seio da sociedade a que corresponde. [...] para o índio não existe o problema de saber se é um direito ou um dever tomar parte

nos assuntos de interesse social [...]; tal problema lhe pareceria tão absurdo quanto a questão de saber se comer, dormir e casar é um dever ou um direito. (ENGELS, 1964, Cap. IX)

Aquelas sociedades que puderam estabelecer-se em um território fixo devido ao desenvolvimento de seu trabalho, os povos sedentários que logo acumularam conhecimento sobre o ambiente que os rodeava, chegaram à segunda divisão social do trabalho: entre agricultores e artesãos (ENGELS, 1964, Cap. IX). Já existia, portanto, diversos produtos resultantes de um acúmulo considerável de conhecimento humano sobre a natureza, permitindo que se pudesse fazer brotar os frutos da terra; e acúmulo de meios de produção como instrumentos, tecidos, armas, etc., a ponto de um grupo específico de trabalhadores ter que se dedicar a produzi-los. Os obstáculos naturais dos povos nômades ficaram para trás, porém estes comunistas primitivos encontraram eventualmente um novo obstáculo em seu relacionamento de apropriação das condições naturais de produção: outras comunidades que já se apropriaram da terra e de seus frutos. Por isso, como explica Marx, “[...] a guerra é um dos trabalhos mais originais de cada uma dessas comunidades originadas natural e espontaneamente, tanto para defesa quanto para nova aquisição de propriedade” (2011, p.402). Em seguida, explicita como essa relação de apropriação guarda em si a potencialidade de dar o salto de qualidade a outros modos de produção:

Se o próprio ser humano é conquistado junto com o solo como seu acessório orgânico, ele é conquistado como uma das condições de produção e, assim se originam a escravidão e a servidão, que logo adulteram e modificam as formas originais de qualquer comunidade, e até mesmo se convertem em seu fundamento. (MARX, 2011, p.403).

2.4.2 O trabalho no Escravismo

A origem da escravidão foi consequência do próprio desenvolvimento das comunidades primitivas. O acúmulo de riquezas e melhores condições de vida em relação a outras comunidades, ou seja, a diferenciação social, e a incipiente produção de excedente são acompanhadas pelo aumento da produtividade do trabalho, o que torna o trabalho alheio muito interessante. A história dá exemplos de grandes confederações de tribos com alto desenvolvimento dos meios de produção e organizações sociais muito complexas para as quais os escravos não tinham nenhum valor, matavam os prisioneiros de guerra e adotavam seus filhos e mulheres.

Ao introduzirem-se, porém, a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido e, por fim, a agricultura, as coisas ganharam outra fisionomia. Principalmente depois que os rebanhos passaram definitivamente à propriedade da família, [...] eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra que, além do mais, poderia multiplicar-se tal como o gado. (ENGELS, 1964, Cap. II)

A escravidão, portanto, marca o momento histórico que dá início à relação social de propriedade privada, que, como condição subjetiva de uma dada sociedade, necessita perpetuar-se tanto quanto as condições objetivas de sua reprodução. Assim, surge a perpetuação de relações de produção que garantem a apropriação privada inclusive depois da morte, ou seja, que garantem a herança. Marca a passagem do matriarcado ao patriarcado, pois a linhagem humana até então só podia ser identificada naturalmente pela mãe, e marca portanto a submissão da mulher ao homem, que constitui o germen da família monogâmica instaurada mais adiante com o feudalismo, que já era em suas origens monogâmica apenas para as mulheres. A divisão original do trabalho se mantém; porém, aquilo que se baseava espontaneamente na diferença natural entre os gêneros (objetiva), transforma-se em diferença moral (subjetiva), a mulher passava a ser formalmente considerada inferior:

No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. [...] O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada (ENGELS, 1964, Cap. II).

O modo de produção escravista permitiu eventualmente que uma parte da sociedade se abdicasse da necessidade de trabalhar, podendo se dedicar a outras atividades sociais e viver do trabalho alheio; o exemplo clássico é a Era Heróica da Grécia Antiga, cujo desenvolvimento da filosofia, da ciência e das artes nos impressiona até hoje. Nessas sociedades, pode-se observar ainda algumas características das gens – no caso da Grécia, o cultivo comum da terra, eleição dos chefes administrativos e militares, proibição de matrimônio dentro das gens – porém, já constam também novos elementos que dariam origem aos modos de produção subsequentes – direito de herança paterna, acumulação privada de riqueza, a escravidão e a guerra como fontes regulares de enriquecimento. Os homens e mulheres submetidos à escravidão não eram considerados humanos, eram meios de produção como os animais domesticados.

Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e dos meios de produção, junto à possibilidade de apropriação do trabalho alheio, desenvolve-se a produção de mercadorias e o comércio como atividades regulares e, assim, viu-se alterada

significativamente a divisão social do trabalho. Na Grécia, a divisão entre cidadãos e escravos subdividia também trabalhadores entre agricultores e artesãos e, principalmente em épocas de paz, a administração se dava territorialmente por corporações incipientes baseadas em ofícios e não mais por relações gentílicas. As federações tribais foram convertendo-se em um único povo que ocupava cada vez maiores extensões de terra e a organização política passou a ser com base no território e não nas relações sanguíneas, os povos se converteram em apêndices da terra. (ENGELS, 1964, Cap. IX). O trabalho militar especializado substituiu o povo organizado para sua própria defesa e eventualmente se oporá a este. Já começara historicamente a guerra para dominação e não para sobrevivência: nascera o latifúndio; também a produção para a troca e não para o consumo: nascera a mercadoria; o trabalho excedente é uma realidade inseparável da exploração e da sociedade de classes: “Mal os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios. O ativo se transformava em passivo, independentemente da vontade humana.” (*idem*).

A gigantesca complexificação do trabalho durante essa fase pode se constatar quando comparamos as heranças arqueológicas legadas pelas sociedades escravistas com a de seus predecessores. Com os exploradores dedicados às ciências e artes, tendo direito divino e mundano a concentrar, planejar e dirigir todo trabalho excedente, o trabalho vivo dos escravos produziu não apenas as Sete Maravilhas do mundo antigo, mas sistemas de irrigação, obras de arte, navios e artefatos de guerra nunca antes imaginados. Nas cidades, artesãos especializavam-se ainda mais na produção dos mais variados e criativos artigos para a classe parasitária. Porém, esse desenvolvimento do trabalho era ainda destinado a satisfazer uma classe de exploradores cuja quantidade era muito reduzida e cuja capacidade de acumulação se limitava a necessidades pessoais ou grupais a serem consumidos em vida, ainda que exuberantes; o excedente do trabalho se destinava aos prazeres mundanos (comida, vestimenta, arte, etc.), divinos (cultos, oferendas, etc.) e quando muito se acumulava nas obras arquitetônicas, as que mais persistiam no tempo. O desenvolvimento das forças produtivas era ainda lento, apesar de significativo em relação ao modo de produção anterior.

Esse desenvolvimento significativo das forças produtivas, inclusive dos próprios trabalhadores como força de trabalho, implica também o desenvolvimento das relações entre os homens, que, com a enorme imigração, o incipiente comércio e concentração populacional, dividiam-se também em exploradores e explorados, em cidadãos e não cidadãos, em exploradores mais ricos e mais pobres, etc. Essas transformações sociais eventualmente exigiram uma legitimidade formal, as relações sociais de consanguinidade das gens já não condiziam com as diferenças sociais e a distância geográfica de seus membros. Era necessária

uma instituição que, como sintetizou Engels, “não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. [...] Inventou-se o Estado” (1964, Cap. IV) e, para mantê-lo, os impostos. No caso da história europeia, estamos diante da democracia grega e das leis romanas como ápice do desenvolvimento humano naquela época; relegando a “bárbaros” povos como os germânicos, que inclusive já haviam desenvolvido produção metalúrgica e têxtil avançadas (*op. cit.*, Cap. VIII). Até aqui, na subjetividade humana, o trabalho era algo indesejável e relegado aos não-cidadãos, a subumanos; a própria pilhagem era para os bárbaros uma atividade mais digna que o trabalho produtivo (*idem*).

Como tudo em seu movimento dialético, a grandeza e opulência das cidades romanas e gregas foram, por suas próprias contradições internas, degenerando-se a ponto de inclusive serem subjugadas por bárbaros. A escravidão já não valia a pena, a quantidade de escravos chegava a quase vinte vezes a quantidade de cidadãos e, como meios de produção, havia que mantê-los. A expansão das sociedades por meio da guerra e a consequente concentração cada vez maior de pessoas implicavam maior dificuldade administrativa a custos exorbitantes. A nobreza e as cidades, que dependiam da produção das províncias, foram intensificando a exploração sobre estas, apoiadas legalmente na coesão do Estado e nada mais, o que dialeticamente foi corroendo essa mesma coesão. Os latifúndios foram cada vez mais difíceis de se manter, muitos se descompuseram de novo em pequenas propriedades agrícolas e o poderio militar se constituía acima do Estado centralizado e distante; as relações sociais locais apontavam, num horizonte menos distante, à servidão feudal. Já existiam relações que se assemelhavam ao tributo feudal durante o auge do Império Romano, que se dedicava cada vez mais à conquista como principal atividade. Os produtores agrícolas explorados pelos estados em decadência e arrasados pelas constantes guerras submetiam-se à força de chefes locais principalmente em busca de proteção e pagavam por isso em espécie. Os chefes militares que conseguiram unir sob seu jugo extensões de terra e conseqüentemente os produtores que nelas residiam e produziam, foram os precursores da eventual nobreza feudal. As propriedades foram roubadas do povo e concentradas; ainda que consideráveis extensões permaneciam comuns para a caça e busca de objetos de trabalho não oferecidos pela agricultura; a relação comunal de propriedade desaparece, mas não por completo. Além dos altos comandos militares, essa nova nobreza incluía cidadãos e antigos escravos, servos e libertos, de acordo com as especificidades locais e as preferências do conquistador. No caso do império romano, eventualmente, toda essa nova estrutura econômica e produtiva foi abençoada pela religião do império que ela mesma destruiu: a igreja católica se converteu em

um dos principais poderes do regime feudal, tanto subjetivamente, constituindo o paradigma para toda a superestrutura social; como objetivamente, convertendo-se em um dos maiores proprietários de terra de toda Europa.

2.4.3 O trabalho no Feudalismo

A terra continua sendo no feudalismo, como nos primórdios do nosso desenvolvimento, a fonte primária de riqueza junto ao trabalho; o homem ainda é proprietário dos meios de produção que lhe permitem viver de seu trabalho. No entanto, a organização do trabalho já apresenta um grau de complexidade que se diferencia radicalmente da produção no comunismo primitivo e no escravismo. Sua divisão social se acirra opondo campo a cidade; além dos agricultores e artesãos, surgem os *comerciantes*, que não se dedicam a nenhum tipo de produção, mas exclusivamente a trocar produtos e que encontra no desenvolvimento da sociedade feudal uma força motriz. Ainda assim,

[...] o mercado não determinava o caráter da produção. A subsistência do produtor e de sua família era o objetivo principal. Até a demanda urbana não era especializada e, portanto, havia comparativamente pouca especialização da produção. Todo mundo tinha que produzir (inteiramente) os mesmos tipos de grãos e os mesmos tipos de animais domesticados. (HILTON *apud* EPSTEIN, 2006, p.6, ênfase do autor, tradução nossa).

Viu-se pouco desenvolvimento das forças produtivas, se comparado ao nosso tempo que as revoluciona quase constantemente, mas certos meios de produção como o arado representaram também uma nova configuração do trabalho, pois além de permitir sua coletivização mais eficiente, diferenciava um trabalhador de outro – representava capacidade não apenas de produzir para consumo, mas também para o mercado. Segundo Guy Bois, uma parte ainda pequena da produção rural ia ao mercado, a dinâmica de sua baixa especialização e produtividade era completamente subordinada à “economia natural” (*apud* REISCH, p.135, tradução nossa). A expansão do feudalismo se dá basicamente pela ocupação de maiores extensões, movimento migratório periódico e necessário, ainda que geograficamente restrito, pois a produção se enfrentava com o limite da produtividade natural da terra. O mesmo autor relata que “cada onda de expansão feudal [...] levava senhores feudais e arrendatários a acumular e comercializar” (*apud* REISCH, p.140, tradução nossa).

Durante o feudalismo, os seres humanos, como reza a bíblia católica, eram 'todos iguais perante deus', ainda que muito diferentes perante os homens. A individualidade se realizava dentro de uma hierarquia divina, o mesmo deus envia cada um a ocupar um lugar

pré-definido e distinto no mundo carnal. Diferente do déspota escravista que era a encarnação de deus ou um semideus, os membros da classe exploradora eram apenas os representantes diretos deste. Apesar de cada um desempenhar diferentes funções e da vontade divina ser dita apenas ao clero, o servo é parte do Estado tanto quanto a nobreza; o Estado não está *acima* da sociedade (ENGELS, 2004, Cap. IX). Porém, essa mesma instituição terá seu desenvolvimento ulterior no feudalismo, o Estado absolutista, que se colocou acima de tudo e segundo Perry Anderson “era simplesmente a reorganização da dominação e exploração feudais determinada pela crise da renda de senhoriagem e a disseminação da produção e troca de mercadorias” (*apud* REISCH, p.153, tradução nossa). Além de consequência das relações feudais, o absolutismo desempenhará eventualmente papel crucial na erosão dessas mesmas relações que o engendraram.

O servo estava vinculado à terra na qual vivia e cultivava, ela o pertencia como pertenciam seu braço, ainda que estivesse em uma área mais extensa que era propriedade do senhor feudal, que por sua vez residia nas terras de algum rei. Parte de seu trabalho era cultivar para subsistência, sua mulher e filhos eram parte de seus meios de produção e, apesar de seu trabalho principal ser agrícola, todos se dedicavam também ao artesanato de subsistência: pães, compotas, roupas, móveis, etc. A outra parte da produção era para o senhor feudal e nobreza local; além do imposto pago à luxuosa corte real e do imposto divino, o dízimo. Era visível a divisão entre o trabalho do qual o homem se apropriava individualmente e aquele que entregava à aristocracia ou senhor feudal, pois a terra, imóvel fonte de toda riqueza, era partilhada entre a sua terra, a terra do feudo e a terra comum. O servo vivia e cultivava suas terras com sua família e às vezes a terra do feudo era uma parte explícita do cultivo em sua própria terra ou ele saía de suas terras a cultivar a terra para o senhor feudal; em ambos casos, todos ainda podiam desfrutar de certos frutos das terras comuns como lenha, caça, frutos silvestres, etc. Aqui era mais fácil ao trabalhador enxergar na terra o tamanho de sua exploração.

O clero e nobreza viviam quase exclusivamente dessa exploração; pode-se dizer que o trabalho dessa aristocracia constituía na manutenção e administração do regime feudal: viviam da renda da terra, do excedente agrícola dos servos, da expropriação pela violência, destacando-se principalmente os nobres cavaleiros cujo trabalho militar era essencial, pois a guerra já era uma atividade econômica central. Ainda que a corte real fosse o escalão mais alto da classe exploradora, estando a monarquia no centro do Estado, normalmente era composta por membros dessa aristocracia proprietária de terra, que era de fato quem mantinha as relações sociais de produção e exploração vigentes. Ainda estavam presentes na sociedade

as outras duas grandes atividades da divisão social do trabalho: os artesãos e os comerciantes.

O trabalho dos primeiros se desdobrou em atividades cujas características se diferenciavam muito, o artesanato e eventualmente a manufatura viriam a constituir a principal atividade dos trabalhadores urbanos. Por um lado, manteve-se o trabalho para subsistência que desempenhavam os servos e as mulheres eram destacadas trabalhadoras do ramo artesanal devido ao trabalho doméstico delas requerido; por outro lado, os trabalhadores urbanos tinham mais alto nível de especialização e produziam para a troca, desenvolvendo sua organização como mestres de ofício em grêmios ou corporações, o que permitia esta maior especialização; reuniam-se, assim, um número maior de trabalhadores para o aperfeiçoamento, além da reprodução e ampliação de sua arte através do sistema de aprendizes. Viviam de vender suas obras de ciência e arte para qualquer classe social, constituindo os personagens principais da atividade de troca simples: são produtores diretos, chegam ao mercado com seus produtos para trocá-los por dinheiro, que depois trocarão por produtos de outrem para satisfazer suas necessidades humanas. Em uma passagem dos Grundrisse, Marx cita algumas características deste trabalho:

[...] propriedade do trabalhador sobre os instrumentos presume uma forma particular do desenvolvimento do trabalho manufatureiro como *trabalho artesanal*; associado a isso, o sistema de guildas e de corporações etc. [...] Aqui, o próprio trabalho é ainda metade artístico, metade fim em si mesmo. [...] A habilidade especial no trabalho assegura também a posse do instrumento. (2011, p.408, ênfase do autor).

Já os comerciantes eram responsáveis por escoar o produto excedente da cidade ao campo e vice-versa, ou de um a outro feudo, trazendo as exuberantes maravilhas humanas e naturais inclusive das terras mais longínquas, cobrando valor a mais sob argumento de poupar seus produtores do esforço e risco desse fardo. Seu desenvolvimento e diversificação específica, de onde emergirão banqueiros, credores, contadores, etc, assim como a unidade de sua atividade com os artesãos e mestres de ofício trarão à vida o sujeito revolucionário dos tempos feudais: o burguês. Antes de chegar a esse ponto, é importante compreender essa atividade como, finalmente, parte integrante da atividade humana, não mais periférica. A ascensão social do comerciante para além de seu lugar designado por deus foi resumida por Engels da seguinte maneira:

[...] forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compensação por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas. (2004, Cap. IX)

Nesse momento, o dinheiro começa a desempenhar sua função como o conhecemos hoje, o dinheiro-metal, a moeda, a encarnação em si da riqueza, que permite maior concentração de maneira mais rápida. Antes, já existiam sistemas de mercado tão complexos que usavam certas mercadorias como dinheiro; mercadorias que guardavam certas características: eram úteis para todos, podiam ser armazenadas e fracionadas, eram móveis, etc. - por exemplo, o gado, o sal e o cacau foram dinheiro antes do ouro e da prata. Porém, agora, a moeda cunhada não tinha outro uso senão o de representar valor; além de talvez atizar a fantasia dos homens, o que em si implicava desenvolvimentos sociais posteriores e inesperados. Como por exemplo, o surgimento do trabalho do alquimista, hoje considerado precursor do químico moderno, mas que incluía entre seus objetivos filosóficos fundamentais a transmutação dos metais em ouro, que acompanhava de perto outro de seus objetivos fundamentais: o enriquecimento da realeza – ainda que este segundo objetivo fosse menos filosófico ou transcendental, porém fosse garante de sua subsistência. Os alquimistas nos remetem a outra organização típica dessa época: as confrarias ou grêmios, que representavam setores de trabalhadores organizados para defender seus interesses perante a realeza, a nobreza local ou o clero, assim como a defesa de certos ofícios, a garantia do escoamento de seus produtos e a direção sobre o comércio.

Com a riqueza móvel e palpável das moedas, que permitiam se trocar facilmente por qualquer mercadoria, aparecem os empréstimos e seus acompanhantes de gala: o juro e a usura. Pela primeira vez, uma classe que não tem nenhum vínculo direto com o processo de produção se diferencia na sociedade. A ascensão deste setor e do dinheiro como medida de riqueza permitiram uma transformação qualitativa nas relações de produção.

Na Inglaterra, o exemplo clássico dessa passagem durante os séculos XIII e XIV, a servidão foi perdendo vigência e se estabeleceu uma classe de trabalhadores como produtores agrícolas livres e economicamente independentes que, em parte devido à decadência dos próprios feudos, teve que inicialmente retroceder à economia de subsistência em detrimento do mercado (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.341; EPSTEIN, p.7-8). Dilacerada pela guerra, a nobreza feudal ia vendo seu sangue azul desbotar enquanto testemunhavam o poder crescente das cidades e corporações, principalmente dos chamados burgos, centros urbanos desenvolvidos através do comércio entre feudos, que desfrutavam de certa autonomia em relação a estes à medida que os beneficiava; seus moradores eram majoritariamente comerciantes, artesãos (mestres de ofício) e aqueles que começaram a viver de empréstimos, ou seja, dos juros. Também, graças ao desenvolvimento do trabalho agrícola, muitos dos grandes e médios proprietários de terras começaram a produzir para o comércio e, assim, a

comprar o trabalho dos pequenos produtores agrícolas que começaram a dedicar parte de seu tempo livre a venda de sua força de trabalho, tendo acesso aos bens que já não podiam produzir por conta própria e que encontravam no crescente mercado.

O Estado feudal, resistindo a sua própria dissolução, foi levado a uma centralização violenta do poder: o Estado absolutista anuncia a unificação dos países da Europa e o nascimento do Estado moderno. Ainda que tenha permitido uma apropriação mais eficiente do trabalho excedente do campo, terminou por contribuir com o enfraquecimento ainda maior do poder local dos feudos (BOIS *apud* REISCH, p.140) ao monopolizar a violência a partir de cima em detrimento do poder militar local. A violência absolutista encontrou forte aliada na emergente burguesia, a única capaz de produzir com precisão e em larga escala armas, navios para o comércio exterior e diversas outras mercadorias essenciais para a guerra, assim como fornecer os empréstimos que facilitavam a compra de todo o resto, inclusive em terras distantes. A burguesia organizada eventualmente conquistou o direito de participar do parlamento e, com a concentração da riqueza que o comércio lhe brindava, conseguiam inclusive comprar seu lugar divino junto à realeza.

Uma nova classe social entrava em contradição com a classe dominante da época. A produção feudal minguava em comparação à produtividade dos arrendamentos, a agricultura de subsistência dava espaço à produção para o mercado e inclusive vastas extensões de lavoura foram esvaziadas para o pastoreio, pois o desenvolvimento da indústria da lã e têxtil em geral deu impulso ao processo. As mudanças graduais foram anunciando o fim de uma época, mas sua transformação representou um salto, implicou a Revolução Burguesa:

O capitalismo, que ocupava na antiga sociedade feudal uma posição subordinada, tornou-se a força dominante dentro da sociedade capitalista; o carácter da sociedade sofreu a transformação correspondente, isto é, de feudal passou a capitalista. Quanto à feudalidade, de força dominante que era no passado, passou, na época da nova sociedade capitalista, a uma força subordinada que morre progressivamente. (TSE TUNG, 1975)

2.4.4 Acumulação Primitiva, a gênese do trabalho assalariado

Até agora vimos como surgiram no horizonte os principais elementos que compõe a relação-capital que enxergamos hoje como um grande sistema “natural”, ao qual somos submetidos e que parece praticamente impossível derrubar. Porém, ainda sob as relações de produção feudais, nenhum desses elementos, ou categorias são ainda capital; nem se

consideradas em conjunto, pois o capital não é um objeto – ele não é o dinheiro ou a mercadoria – nem um local – não é a fábrica, nem a bolsa de valores –; o capital é uma relação social que significa reprodução, criação e acumulação de valor criado através do trabalho, porém trabalho assalariado que não tem outra alternativa que se vender a quem já tem valores acumulados e pode assim comprar a força de trabalho e mobilizar as demais forças produtivas que compõe esse processo cíclico de acumulação. Mas se a sociedade funcionava de acordo a um sistema de produção e relações sociais determinadas por este, se todos os elementos dessa nova sociedade já estão presentes, mas apenas como elementos da sociedade feudal que persiste, como se dá o “salto qualitativo”, a transformação dialética de um sistema a outro? Marx resume esse processo da seguinte forma:

O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria [sua força de trabalho] a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (1988, L.1, v. 2, p.340)

Em O Capital, Marx dedica um capítulo extenso e rico em dados para ilustrar esse período histórico, principalmente na Inglaterra, apesar de ter-se observado em toda Europa em diferentes graus. A chamada acumulação primitiva implica que milhares de camponeses foram violentamente expropriados de suas terras, vendo-se privados não apenas de um lugar para viver e obrigados a migrar, mas privados também da possibilidade de viver de seu próprio trabalho, sendo agora obrigados a se vender para um arrendatário em uma manufatura ou fábrica e poder comprar seus meios de subsistência. Devido ao crescente comércio, cresce também o interesse por produzir mercadorias, sejam produtos agrícolas, de mineração ou pecuária; sob impulso desses interesses, foram eliminadas as chamadas terras comuns, este último vestígio da propriedade coletiva na Europa foi cercado e transformado em propriedade particular. Essa migração do campo à cidade, de produtor rural a trabalhador assalariado não foi um processo pacífico, gradual ou voluntário por parte dos camponeses, mas uma imposição à força que significou um retrocesso nas condições de vida da maioria dos camponeses, que, com sua relativa autonomia e com as melhorias técnicas, desfrutavam de

certo conforto como pequenos proprietários. Com a acumulação, a demanda por trabalho assalariado, tanto nas manufaturas como no campo, crescia mais rapidamente que sua oferta, o que permitia salários que o colocavam socialmente próximos ao mestre de ofício e arrendatário. Tudo isso foi destruído com a passagem ao capitalismo, como afirmou Marx: “De sua idade de ouro, a classe trabalhadora inglesa caiu sem transição [...] à idade de ferro.” (1988, L. 1, v. 2 p.344)

O Estado inicialmente, na Inglaterra durante quase 150 anos, decretou leis contra a concentração de terras e o cercamento das terras comuns, mas foram em vão contra o desenvolvimento sem igual das novas forças produtivas que a relação-capital despertou. Uma nova organização do trabalho significou atingir níveis de produtividade nunca antes visto; a manufatura cresceu e deu lugar à indústria que despertou a cooperação entre muitos trabalhadores reunidos, uma potência adormecida que acarretou o desenvolvimento de diversos setores que a alimentavam (fornecedores de matérias-primas e outros bens de produção), assim como daqueles que se abasteceriam de seus produtos: a quantidade de cereais, tecidos e ferramentas poderia satisfazer as necessidades de uma população muito mais ampla. A modernidade foi inaugurada com o casamento entre a ciência e a produção, convertendo a primeira em uma das principais forças produtivas a impulsionar nosso processo de desenvolvimento tecnológico até hoje.

Essa monstruosidade que a humanidade celebra nos livros de história, recaiu com todo seu peso sobre aqueles cujo trabalho a construiu. A transformação do trabalhador camponês em operário “livre” implicou um esforço violento de submissão e disciplina, através da coesão econômica e do castigo físico. A manufatura não crescia na mesma velocidade que essa massa de seres que migravam do mundo feudal diretamente à modernidade e seu destino nas cidades nem sempre era honroso; na verdade constituíam atividades que a nascente burguesia não tinha como incluir em sua criação e acumulação de valores e, portanto, “o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (1988, L. 1, v. 2, p. 358), literalmente. Os centros filantrópicos, como a cruz vermelha e as infames *workhouses* londrinas, representavam casas de trabalho forçados para quem não conseguia trabalho em outro lugar. Durante sua infância, o capitalismo teve que se impor aos seres humanos desta maneira violenta através do que Marx chamou de subsunção formal (*idem*); em um segundo momento, onde a relação-capital aparece como algo “natural”, já não é necessário impor essas relações, apenas garanti-las, pois o próprio

trabalhador e 'cidadão de bem' zela por elas, no que Marx chama de subsunção real do trabalho ao capital:

Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação **mantém** a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades da valorização do capital, e a muda coação **das condições econômicas sela o** domínio do capitalista sobre o trabalhador. [...]. Para o curso usual **das coisas, o** trabalhador pode ser confiado às 'leis naturais da produção', isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. (1988, L. 1, v. 2, p.359)

As terras do Estado feudal também tinham sido alvo da apropriação privada, sendo anexadas, vendidas a preços irrisórios e doadas pelos poderes públicos aos grandes produtores agrícolas. O Estado que antes relutava contra essas novas relações sociais, no século XV, se transforma em seu principal agente, pois, como ferramenta histórica da exploração de classe, passa a representar a burguesia. As leis sanguinárias do final do século XV representam esse adoutrinamento forçado que transforma o trabalhador recém-retirado de suas terras em operário assalariado, ao penalizar a mendicância e vagabundagem, regular o salário e restringir a organização dos trabalhadores.

A reforma da igreja católica, além de liberar as terras desta para a apropriação burguesa e legitimar o novo rei inglês, trazia para seus seguidores uma nova doutrina que condizia com a dedicação ao trabalho como salvação na terra. Diferente do castigo original católico que condena o homem pecador ao trabalho, o protestante se dignifica através deste para chegar ao paraíso. Com suas leis, sua arte e sua própria religião, a superestrutura burguesa está armada e seus representantes saem a construir o mundo à sua imagem e semelhança.

As manufaturas e fábricas que não encontravam para onde escoar tremenda quantidade de mercadorias dentro das fronteiras nacionais, começam a se desenvolver principalmente nas cidades portuárias, o que evidencia a necessidade dos países mais avançados a ultrapassar suas próprias fronteiras e atender às necessidades de acumulação do capital, impondo novas necessidades a outros povos. As colônias tiveram papel determinante na acumulação primitiva do capital, representando novos mercados de escoamento e aquisição de força de trabalho; foram verdadeiras catapultas ao processo pelo qual o capitalismo se estabeleceu na Europa, pois forneciam a preços irrisórios o alimento da indústria, as matérias-primas, principalmente o ouro e prata que se convertiam em mais dinheiro para acumulação.

Nas primeiras multinacionais, as grandes corporações como A Companhia das Índias Orientais e Ocidentais, reuniram-se o Estado, antigas corporações, o setor financeiro e a igreja para levar as conquistas da civilização aos povos “selvagens” de outras latitudes; para isso, uma das primeiras atividades à qual se dedicaram foi a construção de uma ampla rede comercial em todo o mundo para resgatar do passado obscuro da humanidade um tipo de trabalho que já tinha deixado de existir: a escravidão, que volta à cena como uma das principais fontes de riqueza na relação colonial – seja por sua venda direta como mercadoria, seja por representar força de trabalho barata que competia com os assalariados. Para compreender melhor o significado da escravidão moderna no continente americano, recorremos a um trecho de uma carta de Marx a Annenkov, onde explica a importância desta para o desenvolvimento industrial:

A escravidão direta é o eixo do nosso industrialismo atual, tal como as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão, não temos algodão; sem algodão, não temos indústria moderna. Foi a escravidão que deu valor às colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial, o comércio mundial é que é a condição necessária da grande indústria mecânica. Por isso, antes do tráfico dos negros, as colônias só davam ao velho mundo muito poucos produtos e não alteravam visivelmente a face do mundo. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. Sem a escravidão, a América do Norte, o povo mais progressivo, transformar-se-ia num país patriarcal. Risque-se apenas a América do Norte do mapa dos povos e ter-se-á a anarquia, a decadência completa do comércio e da civilização modernos. Mas fazer desaparecer a escravidão seria riscar a América do mapa dos povos. Por isso a escravidão, sendo uma categoria econômica, se encontra desde o começo do mundo em todos os povos. Os povos modernos [subentende-se os europeus] só souberam disfarçar a escravidão no seu próprio seio e importá-la abertamente no Novo Mundo. (MARX, 1982)

A acumulação primitiva foi o processo que permitiu que a incipiente burguesia reunisse em suas mãos as condições para colocar em funcionamento o processo cíclico que caracteriza o capital de contínua produção, circulação e concentração.

2.5 Trabalho e produção no capitalismo

Chegamos ao final do século XVIII, os primórdios do capitalismo, que avança em sua constituição como sistema econômico dominante, principalmente na Europa. O trabalho reveste uma configuração muito distinta, trazendo inquestionáveis avanços na produção e na ciência, porém submetendo homens, mulheres e crianças a torturas cotidianas em nome desse progresso, cujos benefícios se destinam a uma minoria cada vez mais restrita. Na seguinte passagem, Marx expõe as principais características dessa atividade:

[...] o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho pressupõe cooperação em larga escala, como só com esse pressuposto é que podem ser: organizadas a divisão e a combinação do trabalho; poupados meios de produção mediante concentração maciça; criados materialmente meios de trabalho apenas utilizáveis em conjunto, por exemplo, sistema de maquinaria etc; postas a serviço da produção colossais forças da Natureza; e pode ser completada a transformação do processo de produção em aplicação tecnológica da ciência. (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.256)

A organização do trabalho combinado em larga escala, reunindo quotidianamente milhares de trabalhadores para a produção em comum, é uma conquista humana no capitalismo; a cooperação, na qual muitos trabalham lado a lado de maneira planejada, seja no mesmo trabalho ou em trabalhos diferentes, é considerado por Marx seu ponto de partida. Concentrar forças produtivas em um só local permite, contraditoriamente, ampliar sua escala de produção ao mesmo tempo que economiza matérias-primas, encurta o tempo de produção e imprime um caráter novo de continuidade e complementaridade entre diferentes tarefas e pessoas. Essa jornada de trabalho combinada, que produz mais do que a soma de muitas jornadas isoladas, é, como resume Marx, “força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. [...] Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (1988, L. 1, v. 1, p.445).

O desenvolvimento da produção no capitalismo atingiu níveis antes inimagináveis em relação à quantidade e à qualidade de valores de uso, ou seja, produtos cuja forma concreta serve para satisfazer uma necessidade específica, seja para consumo produtivo, seja para consumo pessoal. A aplicação da ciência à produção permitiu não apenas aperfeiçoá-la, mas transformá-la radical e constantemente devido à própria natureza do sistema capitalista, que é obrigado a incorporar avanços técnicos devido à concorrência, levando à generalização da tecnologia e ao domínio da máquina sobre a produção, que, por sua vez, libera cada vez mais trabalhadores da produção direta para dedicar-se às ciências e revolucionar os processos produtivos de maneira cada vez mais acelerada. Os instrumentos e ferramentas utilizadas adquiriram preeminência sobre o trabalho vivo do ser humano, garantindo medições exatas, padronização, controle e acompanhamento, etc.; os objetos e matérias-primas são hoje preparados para garantir sua utilização otimizada e constantemente são descobertos e inventados novos objetos e materiais para uso na produção; a força de trabalho viva e manual foi relegada a um segundo plano, acompanhando a máquina que determina ritmo e volume de produção. Hoje, o trabalho vivo tem um papel dinâmico como trabalho intelectual empregado na maquinaria, que chega à produção como trabalho morto, e no planejamento e organização do processo produtivo através de programas e sistemas complexos de gestão e distribuição.

Através da própria lógica do capital, o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias tende a ser constantemente reduzido, pois para o capitalista, quanto menos tempo é dedicado à produção necessária, mais tempo sobra como excedente que pode ser apropriado pelo capitalista como mais-valia. A expansão do capital envolve cada vez mais trabalhadores, esta é sua tendência à socialização da produção; ao mesmo tempo, ela tende a se concentrar cada vez mais em grandes capitais, que se apropriam de maneira privada das riquezas produzidas socialmente; ou seja, tendência a concentração e centralização.

Esta é uma característica marcante do desenvolvimento capitalista e uma de suas principais contradições, pois à medida que avança a produção de riqueza, cresce o acúmulo e sistematização do conhecimento humano e a aplicação da ciência à satisfação das necessidades humanas, ainda que, contraditoriamente, à maioria das pessoas do mundo é negado esse conhecimento e o acesso aos produtos da ciência avançada. Avançamos tecnologicamente como humanidade a ponto de enviar pessoas de férias ao espaço sideral, que já somam oito; porém, uma parte ainda grande da população mundial não tem moradia, nem acesso à água potável ou a uma latrina, conhecimentos humanos que a ciência sistematizou e implementou há séculos. A produção moderna se ergueu sobre o desenvolvimento da fábrica e da maquinaria e, ao mesmo tempo, sobre o empobrecimento relativo e o embrutecimento do ser humano.

2.5.1 Trabalho e produção no capitalismo de livre concorrência

A passagem do artesanato para a manufatura, que dominou a produção capitalista entre os séculos XVI e XVIII, provém de dois movimentos opostos de combinação do trabalho: sob comando de um capitalista, são reunidos em um mesmo espaço diversos trabalhadores autônomos, especialistas em diferentes ofícios, cujos produtos compõem diferentes partes de um produto final; ou, em sentido oposto, diferentes mestres de ofício que produzem inteiramente o produto final, são reunidos em um mesmo lugar e, eventualmente, por questões de eficiência, vão se especializando nas diferentes partes de sua execução. A manufatura, portanto, reúne ofícios antes separados ou desenvolve a divisão do trabalho em um mesmo ofício; de qualquer maneira, é responsável por constituir um “mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1988, L. 1, v. 1, p.455). Em termos concretos: “Rico material para a divisão do trabalho dentro da sociedade recebeu o período manufatureiro, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que pertencem à esfera de suas condições gerais de existência.” (*op. cit.*, p.469). Maior eficiência é possível

devido à especialização desse trabalhador parcial em uma única função, à simultaneidade de múltiplas tarefas e ao planejamento matemático dos tempos e volumes proporcionais entre as diferentes tarefas para produzir a maior quantidade de mercadorias em menos tempo possível. Esses trabalhadores parciais altamente especializados exigem, por sua vez, ferramentas também mais especializadas, elaboradas para os movimentos simples implicados em cada passo da produção. A simplificação de tarefas permite designar a força de trabalho a tarefas específicas de maneira mais eficiente, hierarquizar os sujeitos de acordo a suas destrezas individuais e integrar à produção os trabalhadores não qualificados, que o artesanato tinha excluído do processo. Ao mesmo tempo que desenvolve a potencialidade intelectual do trabalho organizado, submete o trabalhador parcial à execução de tarefas puramente mecânicas e repetitivas que lhe retiram toda possibilidade intelectual. Assim como faz com a riqueza, o capital se apropria do aspecto intelectual do trabalho, excluindo o trabalhador.

A divisão social do trabalho, da mesma maneira que acontece internamente à manufatura, se projeta sobre a geografia terrestre com a produção especializada de setores específicos, dividida entre diferentes regiões; e também sobre as classes sociais, separando aqueles que devem pensar daqueles que apenas executam, processo que “se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital.” (MARX, 1988, L. 1, v. 1, p.475). Todo ulterior desenvolvimento da tecnologia continuará servindo à finalidade da produção e acumulação de mais-valia e não ao pleno desenvolvimento humano, como confirmam os relatórios sobre as condições de trabalho e saúde do trabalhador desde os primórdios do capitalismo até hoje.

No século XVIII, uma mudança qualitativa no trabalho revoluciona a produção e começa a se disseminar pela Europa, a máquina-ferramenta começa a substituir as mãos de quem trabalha. Esse revolucionamento constitui a primeira fase da chamada Revolução Industrial, um processo de objetivação do trabalhador em máquina que nada mais é que a expressão moderna ou a continuidade histórica do processo de objetivação do ser vivo em seu ambiente. Ao contrário do que indicam alguns historiadores, na concepção de Marx, a invenção da máquina a vapor foi consequência deste processo e não sua causa, pois “foi a criação das máquinas-ferramentas que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada.” (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.11). Inicialmente, a máquina apenas mobilizava uma quantidade muito maior de ferramentas do que as mobilizadas por braços e pernas humanas, colocando este em segundo plano como força motriz e vigilante do funcionamento produtivo. Porém, a fonte de energia motriz era indiferente ao processo de produção e outras forças produtivas já eram há muito usadas para esse propósito; o aumento na quantidade de ferramentas exigiu,

por sua vez, uma quantidade de energia e uma regularidade em seu fornecimento que a força humana não tinha como prover. As três fases da Revolução Industrial descrevem a substituição gradual do trabalhador pela máquina: a primeira foi marcada pela máquina ferramenta, que substituiu os membros e ferramentas humanas em sua atividade produtiva; a segunda, cujo início é marcado pela máquina a vapor, substituiu a força motriz humana por outras fontes de energia e movimento; e a terceira, a chamada Revolução Científico-Técnica, visa substituir o trabalhador em suas destrezas intelectuais, seu aspecto subjetivo na função de coordenação, com os circuitos lógicos e a capacidade de vigiar a produção e inclusive corrigi-la, inaugurando a era da inteligência artificial. (BEVILAQUA, 2011, *passim*)

O desenvolvimento da máquina é a base material para a Lei da Produtividade Crescente, uma das principais leis do capitalismo enunciadas por Marx, que permite a uma quantidade cada vez menor de trabalho vivo mobilizar e produzir uma quantidade cada vez maior de mercadorias; ou seja, mais produtos em tempo cada vez menor. Ao observar a produção na Inglaterra entre 1770 e 1840, ele aponta um crescimento de 2.700% na produtividade (MARX, 1946, Cap. I). Porém, esses benefícios da produção não representam o desenvolvimento da população trabalhadora, submetida a uma vida miserável e à morte prematura, o que Engels chamou de “assassinato social” (1986, p.115); em 1875, na cidade inglesa de Liverpool, a duração média de vida na classe trabalhadora era de 15 anos, em Manchester, 17; enquanto que da “classe acomodada” era mais que o triplo em ambos casos (MARX, 2009a, p.799). Engels descreve da seguinte maneira o processo de trabalho no capitalismo:

A atividade do operário encontra-se facilitada, o esforço muscular reduzido, e o próprio trabalho é insignificante, mas extremamente monótono. Ele não lhe oferece nenhuma possibilidade de trabalho intelectual e, contudo, absorve-lhe a atenção a ponto de o operário, para cumprir a sua tarefa, não poder pensar em mais nada. E a condenação a um tal trabalho, um trabalho que absorve todo o tempo disponível do operário, mal lhe deixando tempo para comer e dormir, nem lhe permitindo fazer exercícios ao ar livre e gozar a natureza, sem falar na atividade intelectual, será que poderá deixar de rebaixar o homem à condição de animal? (ENGELS, 1986, p.139)

Diferente dos períodos históricos anteriores, o capitalismo também traz para a humanidade um novo tipo de crise: a superprodução. Marx destaca a crise de 1825 como momento no qual a indústria sai de sua infância e inaugura “o ciclo periódico da sua vida moderna” (1988, L. 1, v. 1, p.135), ou seja, “ciclos de rotação dentro dos quais se move a indústria moderna – estado de repouso, animação crescente, prosperidade, superprodução, crise catastrófica, estancamento, estado de repouso, etc.” (MARX, 2009b, p.460). Do ponto de vista da satisfação das necessidades humanas, a superprodução aparece como um

contrassenso, uma epidemia absurda, como explica o Manifesto Comunista de 1848:

A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie; parece-lhe que uma fome, uma guerra de aniquilação universal lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria, o comércio, parecem aniquilados. E porquê? Porque ela possui demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas que estão à sua disposição já não servem para promoção das relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se demasiado poderosas para estas relações, e são por elas tolhidas (MARX e ENGELS, 1997, Cap. I).

A obra de Engels A situação da classe trabalhadora na Inglaterra nos oferece um quadro triste e elucidativo das condições de trabalho na Inglaterra durante o século XIX, sua elaboração foi baseada em diversos relatórios e documentos oficiais, entre eles os primeiros relatórios de saúde do trabalho realizados pelo parlamento inglês sobre as condições em fábricas nas décadas de 1830 e 1840 e o primeiro a realizar-se sobre o trabalho infantil, na época completamente legalizado. Assim como a seção sobre ‘*A Demonstração da Lei Geral da Acumulação*’ do capítulo de O Capital sobre ‘*A Chamada Acumulação Primitiva*’, é uma exposição sobre a vida e trabalho do povo inglês que lança por terra a visão romantizada da burguesia sobre a origem desse sistema. Após retirar dos trabalhadores seus meios de subsistência e sua moradia no campo, ele e sua família são obrigados a se vender pelo salário que encontrarem nas incipientes cidades e viver amontoados no espaço que caiba em seu orçamento, nas condições que a sorte propiciar. Engels nos fala de famílias inteiras vivendo em casas minúsculas e sem móveis, com latrinas improvisadas no piso, lixo como combustível para aquecimento e pessoas muitas vezes sem vestimenta dormindo amontoadas sobre feno (ENGELS, 1986, pp.38-43); de mulheres trabalhando nas fábricas até a hora de parir e inclusive parindo entre as máquinas (*op. cit.*, pp.183-184); de crianças de seis anos de idade trabalhando nas fábricas, pré-adolescentes deformados pelo esforço físico e obrigados a trabalhar turnos de 12 ou 14 horas até os dezoito anos, um jovem nesta idade sendo chicoteado para retornar ao trabalho (*op. cit.*, pp.171-177); do altíssimo nível de embriaguez na classe trabalhadora (*op. cit.*, pp.146-147). Além disso, o trabalhador se torna supérfluo à medida que envelhece: “O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo” (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.271). Marx, ao abordar as consequências do desenvolvimento do capitalismo na Irlanda, totalmente subordinado ao capitalismo inglês, explica que os dois milhões de irlandeses que emigraram entre 1845-1855 não aliviaram a pressão para manter os salários baixos, pois a mecanização da produção agrícola fazia brotar da terra operários

desempregados em um ritmo mais acelerado que o da emigração; essa exportação da mercadoria força de trabalho tampouco foi capaz de salvar da morte por fome mais de um milhão de pessoas nos cinco anos após a crise de 1846 (MARX, 1988, L. 1, v. 1, pp.328-330). Ao comparar a situação dos trabalhadores ingleses em 1866 com a dos servos feudais e a de trabalhadores rurais de 1770, Marx conclui que mesmo sendo trabalhadores “livres”, em 1860 viviam em situação pior que seus conterrâneos de 100 anos antes: não consumiam o mínimo de nitrogênio e carbono para sobrevivência, viviam amontoadas diversas famílias em casas de um cômodo sem janela nem latrina, não tinham como se proteger do frio e eram populações consideradas vetores de diversas doenças infecciosas (MARX, 1988, L. 1, v. 2, pp.277-293).

Quando o capitalismo se encontrava ainda em sua adolescência, os economistas da burguesia pouco ocultavam sua posição e ideologia, saudando o desenvolvimento liberal deste sistema que havia recentemente derrubado seu progenitor, o feudalismo. Até a primeira metade do século XIX, desenvolve-se o chamado capitalismo de livre concorrência, fase na qual a competição e produção sem regras eram a maneira como a burguesia aprendia a explorar. O crescimento expansivo do sistema, constituindo os grandes conglomerados e o mercado mundial, caracterizaram esse período, assim como o surgimento e falência de inúmeros capitais menores em novos setores de produção. Era a época na qual as ciências modernas demonstravam toda sua capacidade de transformar a realidade com a exatidão dos números e dos laboratórios, elevando o conhecimento humano muito além do horizonte feudal. Aqueles cujo trabalho ergueu esse grandioso sistema, inicialmente pouco ou nada aproveitaram de seus frutos. A seguinte citação do infame Bernard de Mandeville (1670-1733) ilustra, com honesta e cruel clareza, a situação do trabalhador sobre a qual se desenvolve o capital. Suas palavras constituem para a sociedade do século XXI um disparate e a própria ciência burguesa se dedicou a calá-las como loucura póstuma; porém, era um dos principais porta-vozes da emergente filosofia e economia política burguesa em sua época, ainda que controverso:

Assim como os trabalhadores devem ser preservados de morrer de fome, também não deveriam receber nada que valha a pena ser poupado. Se aqui e ali alguém da classe mais baixa, por incomum esforço e apertando o cinto, eleva-se acima das condições em que foi criado, ninguém deve impedi-lo; [...] mas é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres nunca esteja inativa e, ainda assim, continuamente gaste o que ganha (...) Aqueles que ganham a vida com seu labor diário (...) não têm nada que os aguilhoe para serem serviçais senão suas necessidades, que é prudente aliviar, mas loucura curar. [...] Para fazer a sociedade (que, obviamente, consiste em não-trabalhadores) feliz e o povo contente, mesmo nas piores circunstâncias, é necessário que a grande maioria permaneça tanto ignorante quanto pobre. O acontecimento amplia e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente suas necessidades podem ser

atendidas. (*apud* MARX, 1988, L. 1, v. 2 p. 247; comentários e omissões entre parênteses do autor).

O avanço do capitalismo leva à própria burguesia parte desses sofrimentos infligidos sobre a classe trabalhadora, como as doenças infecciosas que se desenvolviam na insalubridade dos bairros operários, a violência que afligia os bairros nobres devido à suposta imoralidade dos trabalhadores urbanos e rurais, ou pela própria dificuldade de achar trabalhadores suficientemente fortes e qualificados para levar a cabo os trabalhos necessários, pois a reposição de uma geração de trabalhadores tarda mais que a construção de novas fábricas. A filantropia, expressão máxima da hipocrisia burguesa, por um lado serve como paliativo para a situação da classe trabalhadora ao oferecer abrigo, alimentação, atenção médica e educação para aqueles que, de outra maneira, não teriam acesso a tais direitos humanos – o que é “prudente aliviar”; porém, ao mesmo tempo, servem para reforçar esse sistema, pois mesmo “sem curar” tais malezas, legitimam o discurso de “superioridade” do capital frente ao trabalho e fortalecem essa explicação inversa de que a riqueza da burguesia é legítima e sua moral humana faz com que ela entregue parte desta sua riqueza ao proletariado, quando na verdade, o que ocorre é todo o contrário. Disseminadora de ideologia burguesa e religiosa, a filantropia é também usada para todo tipo de fraudes e inclusive como centros de trabalho forçado em condições subumanas para aqueles trabalhadores que não têm outra alternativa a não ser morrer de fome da rua, como descreveram Marx (1988, *passim*) e Engels (1986, *passim*).

No prefácio da reedição da Situação... quase 50 anos depois da primeira publicação alemã, Engels enfatiza que a recuperação pós-crise de 1847 significou uma “nova era industrial” (ENGELS, 1986, p.364) ao alterar a estrutura do capitalismo inglês e a situação de sua classe trabalhadora. As pequenas “manhas e patifarias” entre capitalistas, como adulterar produtos, já não compensavam por significar perda de tempo em um mercado acelerado, competitivo e agora mundial, da mesma maneira que aquelas manobras aplicadas pelo patrão sobre seus operários – como adiantar ou atrasar relógios, usar pesos alterados, castigo físico, etc. – já não encontravam lugar no desenvolvimento da indústria inglesa que, com o impulso das matérias-primas coloniais, pode alcançar novos patamares a um ritmo ainda mais acelerado. Foram aprovadas leis que regularizavam a jornada de trabalho para 10 horas e proibiam o trabalho infantil entre outras medidas importantes que, como atesta Engels, por outro lado, “aumentavam ainda a superioridade dos colossos capitalistas em relação aos seus concorrentes menos favorecidos nos negócios” (ENGELS, 1986, p.365). A constatação que a miséria humana acumulada nas cidades constituía uma ameaça sanitária

para a própria burguesia também levou a medidas com o objetivo de controlar os níveis de insalubridade. Porém, mais determinante para algumas concessões à classe trabalhadora foi a compreensão por parte dos proprietários industriais de que conflitos inúteis causados por mesquinhas poderiam implicar mais prejuízo devido a revoltas ou paralisações na produção, que se realizavam graças à organização dos sindicatos e dos grêmios de trabalhadores. Como explica Engels,

[...] todas essas concessões à justiça e ao amor do próximo não são, na realidade, senão o meio de acelerar a concentração do capital nas mãos de alguns e de esmagar os concorrentes mais modestos [...]. Para estes poucos capitalistas, as fraudes de outrora não só tinham perdido todo o valor, como constituíam um obstáculo para os negócios de envergadura. É assim que o desenvolvimento da produção capitalista foi suficiente [...] para suprimir todos esse males secundários que no começo agravavam a sorte dos trabalhadores. (ENGELS, 1986, pp.365-366).

Além disso, o autor enfatiza que a Inglaterra estava saindo deste “estado juvenil de exploração” enquanto outros países estavam apenas entrando como a França, a Alemanha e principalmente os Estados Unidos; em relatos sobre a greve dos mineiros do outro lado do Atlântico em 1886, Engels identifica causas e respostas muito similares às que marcaram a luta nas minas inglesas em 1844.

Engels aponta duas características diferentes da situação dos trabalhadores nessa nova fase que nos interessa destacar aqui: primeiro, que a oposição política vinda do partido cartista no parlamento “tinha ensinado aos industriais [...] que a burguesia nunca conseguiria dominar política e socialmente a nação sem o apoio da classe trabalhadora” (ENGELS, 1986, p.371); e segundo, que dois setores “privilegiados” ou “protegidos” da classe trabalhadora viram suas condições melhorarem consideravelmente: os operários de fábricas, que foram beneficiados pela regularização da jornada e outras medidas que dizem respeito ao trabalho fabril (*op. cit.*, p.372); e os trabalhadores organizados nos sindicatos, ou *trade-unions*, na época estritamente de homens adultos, que conseguiram resistir contra a entrada de mulheres, crianças e máquinas à produção e alcançaram certo nível de conforto, convertendo-se em “trabalhadores modelos” ou uma “aristocracia no interior da classe operária” que impulsiona a conciliação de classes com o patrão (*op. cit.*, pp.373-374). Nesta época, também os capitalistas industriais já haviam descoberto que podem utilizar a greve, principal ferramenta de luta dos trabalhadores, como manobra a favor de seus interesses, seja contra a concorrência ou contra o Estado.

Países como Inglaterra e Holanda puderam concentrar grandes riquezas durante o século XIX em parte devido ao desenvolvimento do mercado mundial, que inclui a

transformação das colônias em nascentes países capitalistas; principalmente a Inglaterra que detinha o monopólio europeu e mundial sobre vários setores da indústria. Como afirma Engels: “Estas vantagens foram diferentemente repartidas entre os seus membros [da classe operária]; a minoria privilegiada recebeu a maior parte, mas até a grande massa recebeu a sua parte, pelo menos de vez em quando e durante certo período” (*op. cit.*, p.376). No entanto, segundo o autor, na última década do século XIX, as condições de vida e trabalho continuavam muito parecidas às de 1844 na maioria dos bairros operários ingleses, que apenas cresceram em extensão.

O capital percorre seu ciclo de reprodução ampliada, mobilizando forças produtivas cada vez maiores e concentrando maiores quantidades de riqueza; renovando sua base técnica e social a cada crise periódica; atraindo cada vez mais força de trabalho para a relação capital, porém em proporções relativamente menores. Ao lançar mais trabalhadores “livres” ao desemprego e à indigência, estes disputam postos de trabalho com a população economicamente ativa, levando à precarização nas condições de trabalho. Deste modo, uma parte pequena do avanço científico se traduz em benefício para a classe trabalhadora, que, não se pode esquecer, inclui o contingente de seres humanos obrigados a viver em condições piores que seus predecessores de comunidades primitivas, o chamado exército industrial de reserva do capital. Essa é a lei suprema do capital e a expressão mais evidente da contradição capital-trabalho, a Lei da Acumulação Capitalista: acúmulo de riqueza num polo e acúmulo de miséria no outro, respectivamente.

A maquinaria constitui, assim, ao lado da concorrência e do sistema de crédito, uma das principais alavancas da concentração de capital, cujo movimento no tempo conduz o capitalismo a outra fase, na qual acaba a chamada livre concorrência e começa a luta entre titãs: surgem os monopólios, a disputa intercapitalista pelo controle das economias menores e, como consequência, as guerras mundiais.

2.5.2 Trabalho e produção no imperialismo

O capitalismo avançou por todo o mundo e uma de suas características é a crescente concentração, ou seja, capitais tendem a reunir cada vez mais forças produtivas sob seu controle e atender mercados cada vez maiores de maneira mais eficiente, barateando custos e aperfeiçoando a qualidade do produto. Durante o capitalismo de livre concorrência, sua expansão se dava através da conquista de novos mercados, ou seja, pela incorporação de economias que não eram capitalistas e crescimento absoluto do sistema como um todo; os

países de capitalismo desenvolvido participavam de uma corrida por todo o globo terrestre em seu afã de acumulação. As colônias cumpriram papel decisivo ao oferecer força de trabalho barata, consumir mercadorias da produção em larga escala e propiciar fontes baratas de matéria-prima. Segundo dados do final do século XIX, resumidos por Lenin em sua obra Imperialismo: fase superior do capitalismo (1984), 86% do território que compunha as colônias modernas (65 milhões de quilômetros quadrados) estava concentrado sob poder de seis potências mundiais; 81% nas mãos de três (Cap. VIII). O controle sobre as fontes de matéria-prima se converte em tema sensível ao funcionamento regular do sistema e essa disputa assume traços mais violentos, pois significa vida ou morte para cada capital individual. No entanto, chega um momento em que o capitalismo se constitui como modo de produção dominante sobre toda a economia mundial, a partilha do mundo entre as grandes potências se torna uma realidade, não existem mercados a se descobrir. As gigantescas escalas de produção, que permitem poupar custos em todas as fases de produção e distribuição e exigem capitais cada vez maiores sobre base técnica mais complexa, dificultam a manutenção de pequenos capitalistas e propiciam o surgimento do monopólio. Começa uma nova fase do capitalismo, a tendência à concentração cede espaço à centralização:

É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo [de centralização] se distingue do primeiro [de concentração] porque pressupões apenas divisão alterada dos capitais já existentes em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração. (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.257, comentários entre colchetes nossos).

O monopólio se diferencia da estrutura de produção anterior também por unir diversos ramos industriais, incorporando em uma mesma corporação aqueles setores que compõe outros elos na cadeia logística, desde extração de matéria-prima até a circulação, o que reduz os riscos e obstáculos à realização de seus produtos. Ele possibilita o inventário das grandes fontes de matéria-prima, um cálculo robusto da capacidade dos diferentes mercados e a identificação dos mais favoráveis; monopoliza a mão de obra, concentrando nas grandes empresas os melhores trabalhadores de todo o mundo; e controla a seu favor as vias e meios de transporte. Lenin sintetizou essa transformação da seguinte maneira:

A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a se transformar diante dos nossos olhos em monopólio, criando a

grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. (1984, Cap. VII)

Da perspectiva do funcionamento do capital, essa nova fase se destaca por representar o domínio do capital financeiro sobre todo tipo de capital. O sistema bancário se desenvolve a ponto de controlar o processo produtivo e comercial, pois os grandes bancos no final do século XIX puderam centralizar grande parte da atividade do capital mundial, tornando-se proprietários dos meios de produção e das fontes de matéria-prima, principalmente através do mercado de ações, que permitem aos banqueiros participar de decisões estratégicas da indústria. O capital financeiro que inicialmente “se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários [...] às mãos de capitalistas individuais ou associados” se transforma em um “enorme mecanismo social para a centralização de capitais” (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.258). Com informações sobre os investimentos internacionais à sua disposição, o sistema financeiro pode manipular o crescimento de um setor industrial ou região geográfica ao ampliar ou restringir o crédito disponível, e inclusive pode desencadear campanhas que influenciam o comportamento de investidores particulares sobre indústrias específicas que lhe interessavam promover ou destruir. Esse poder sobre o desenvolvimento econômico é possível pelo mesmo mecanismo de concorrência entre capitais, que não foi extinto pelo capital monopolista, mas continua a existir paralelamente a este, acirrando sua disputa: “O monopólio abre caminho em toda a parte, valendo-se de todos os meios, desde o pagamento de uma 'modesta' indenização até ao 'recurso' americano do emprego da dinamite contra o concorrente.” (LENIN, 1984, Cap. I). A Primeira Guerra Mundial representou o ponto culminante dessa violenta disputa intercapitalista, assim como a Segunda Guerra; os soldados e a população civil morriam no *fronte* de um conflito sem precedentes através do qual a burguesia ajustava suas fronteiras para a espoliação dos recursos mundiais. Continuam vigentes e se intensificam duas tendências que afetam o trabalho:

Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele. (MARX, 1988, L. 1, v. 2, p.260).

Nesse movimento de crescimento, apesar de se incorporar maior quantidade absoluta de trabalhadores à produção global, diminui de maneira relativa a quantidade de

trabalhadores necessários para produzir o mesmo volume de mercadorias. Enquanto a industrialização avançava sobre as colônias modernas, Lenin observou a redução da população operária inglesa de 23% a 15% da população total do país entre 1851 e 1901 (1984, Cap. VIII). Quanto maior o desemprego, ou seja, o exército industrial de reserva, mais dispostos estão os trabalhadores a se submeter a condições degradantes para conseguir um salário estável.

Ao mesmo tempo, o outro lado da tendência favorece em parte os trabalhadores empregados naqueles setores que contêm uma organização sindical, principalmente nos setores estratégicos das economias desenvolvidas, pois o aumento na produtividade permitiu melhores condições e salários. No entanto, permitiu também a surgimento no seio da classe trabalhadora de um segmento oportunista no qual o capital encontrou fortes aliados. Engels escreve em carta a Marx ainda no século XIX: “O proletariado inglês vai-se aburguesando de fato cada vez mais; [...] Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico” (*apud* LENIN, 1984, Cap. VIII). A exploração das colônias e o avanço dos trabalhadores na luta de classes permite certas conquistas para uma parte da classe trabalhadora que, contraditoriamente, se converte em inimiga dos trabalhadores na luta contra o capital, caracterizando o que Lenin chamou de “aristocracia operária”⁴: um setor dos trabalhadores que se identifica com os interesses das classes dominantes e, ao ocupar posições de direção no movimento sindical, conduz a luta dos trabalhadores para os rumos que mais convêm ao capital.

Ainda que o capital tenha se fortalecido em relação ao trabalho, aplicando a ciência em seu benefício e acumulando enormes quantias de recursos do mundo inteiro, a globalização do capital implica também a globalização do trabalho. Pela primeira vez na história, existe um sistema de produção verdadeiramente mundial, que obedece a um ritmo e a padrões que constituem uma classe trabalhadora menos heterogênea; a exploração universal tende também a constituir uma identidade de classe entre culturas radicalmente diferentes. Expressão disso foi a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, onde partidos e sindicatos combativos de diferentes regiões do mundo traçavam estratégias comuns na luta do proletariado contra o capital internacional. O primeiro de maio foi uma resolução da Segunda Internacional, ou Internacional Socialista de 1889, na qual trabalhadores do mundo inteiro

⁴ Para um estudo sobre como essa mesma tendência se expressou mais recentemente no Brasil, ver o trabalho Capitalismo Sindical de João Bernardo e Luciano Pereira (2008).

concordaram em paralisar a produção durante um dia como demonstração de força e para recordar seus mártires assassinados em Chicago em 1886, durante comícios pela redução da jornada de trabalho para oito horas. Esta foi uma decisão dos próprios trabalhadores que eventualmente a burguesia acatou de maneira oficial, se convertendo em Dia do Trabalhador, feriado nacional durante o século XX na maioria dos países livres.

Com o mundo definitivamente partilhado entre as grandes potências, o crescimento expansivo deixou de ser a principal tendência para a ampliação da produção, que teve que se voltar para o processo produtivo e iniciar um movimento de crescimento intensivo. A ciência, cuja aplicação era uma tendência na acumulação de capital desde seus primórdios, agora se converte em força produtiva à disposição do capital: tanto as ciências exatas na invenção de maquinarias, na descoberta de novos elementos da natureza ou fabricados industrialmente para consumo produtivo ou individual, novas fontes de energia, mecanismos de transporte e comunicação, etc.; como as ciências sociais, que contribuem a uma melhor compreensão de como otimizar a organização do trabalho para maximizar os lucros e a um domínio científico sobre a subjetividade do trabalhador.

2.5.3 Trabalho e produção com o Taylorismo e o Fordismo

Segundo Frederick Taylor, precursor da Administração científica, um dos objetivos principais de seu trabalho foi “provar que a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, tal como uma instituição” (1963, p.12) e, de fato, sua obra constitui aplicação exemplar de princípios positivistas à análise do processo de produção e um impulso à substituição de métodos empíricos por científicos (TAYLOR, 1963, *passim*).

Em sua obra Princípios da Administração Científica, tese que viria a dominar o trabalho fabril até o final do século XX, Taylor faz uma exposição detalhada sobre o trabalho e suas “leis”, como por exemplo a “Lei da fadiga” (TAYLOR, 1963, p.54), que estabelece a porcentagem do dia que o trabalhador pode carregar uma certa quantidade de carga e a porcentagem restante na qual deve ficar “livre da carga”; ou o estudo minucioso das causas e consequências produtivas da “indolência sistemática”, apontando diversos mecanismos contra a “Vadiagem no trabalho” (TAYLOR, 1963, pp.16-24). Inclui dentre estas causas, a “Ignorância dos administradores sobre o tempo necessário para execução de serviços” (TAYLOR, 1963, p.20); argumento central para o desenvolvimento de seu famigerado método para medição de tempos e movimentos.

Lenin (1961), em artigo intitulado O Sistema de Taylor: o homem escravizado pela máquina, nos apresenta exemplos da aplicação nos EUA das técnicas do taylorismo, um procedimento que utiliza a ciência para roubar os saberes do trabalho, tanto seu aspecto intelectual quanto manual, e revela uma imagem que não apenas comprova o papel da ciência como força produtiva completamente submissa ao capital em seu domínio sobre o trabalhador, mas como esta aplicação implica uma atividade cada vez mais degradante para este: Uma lâmpada elétrica foi anexado ao braço de um trabalhador, movimentos do trabalhador foram fotografados e os movimentos da lâmpada estudada. Certos movimentos foram classificados como "supérfluos" e o trabalhador obrigado a evitá-los, ou seja, a trabalhar mais intensamente sem perder um segundo para o descanso.

[...] operações de um mecânico foram filmadas durante um dia inteiro. Depois de estudar os movimentos do mecânico, os especialistas em eficiência lhe forneceram um balcão suficientemente alto para evitar que perdesse tempo se abaixando. Deram-lhe um menino para ajudá-lo. Este menino tinha que entregar cada parte da máquina de maneira definida como a mais eficiente. Dentro de alguns dias, o mecânico executou o trabalho de montagem daquele tipo de máquina em um quarto do tempo que tinha tomado antes! (LENIN, 1961, p.152).

É importante destacar que no início do século o cinema era algo completamente novo e sua aplicação na indústria exclusividade dos grandes monopólios. Esse ineditismo da tecnologia de ponta, que no exemplo citado por Lenin quadruplicou a produtividade, não aumentou em quatro vezes o salário do trabalhador, nem implicou uma melhora em suas condições de trabalho. Pelo contrário, um dos princípios do Taylorismo era reduzir o movimento do trabalhador ao mínimo possível, o que implica a máxima simplificação da tarefa para que possa ser repetida a maior quantidade de vezes no menor espaço de tempo possível e possa ser aprendida por qualquer trabalhador, de qualquer idade, em qualquer idioma. Da perspectiva do trabalho complexo, exclui o sujeito ainda mais do processo de produção, pois distancia seu controle do chão da fábrica. A prescrição restritiva de tarefas é outra tática do taylorismo que caracteriza o trabalho até hoje: “O trabalho de cada operário é completamente planejado com antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado” (TAYLOR, p.21). Hoje, com a engenharia de automação, a máquina diariamente imprime ou envia a um meio digital a lista de tarefas, na maneira e ordem exatas que devem ser executadas por cada trabalhador individual, de acordo com um plano otimizado de produção que pode abarcar mais de uma unidade produtiva, inclusive em diferentes continentes.

Esta nova ciência da produção reafirma também a supressão daqueles “males

secundários” que Engels havia anunciado no final do século XIX e convoca à conciliação de classes ou “identidade de interesse” entre gerência e operários para a formação e o aperfeiçoamento do pessoal: “Em lugar da vigilância desconfiada e da guerra mais ou menos encoberta, características dos sistemas comuns de administração, há cooperação cordial entre a direção e os empregados” (TAYLOR, 1963, p.28). Naturalmente, esses interesses comuns implicavam envolver o trabalhador na defesa dos interesses do capital; ao engenheiro Taylor parecia perfeitamente coerente com sua proposta de cooperação ter como condição que “Se alguma peça quebrar, o operário encarregado da máquina tem de pagá-la ou, pelo menos, indenizar o custo da reparação” (TAYLOR, 1963, p.48).

Sob a ótica da administração científica, recobra importância a formação técnica dos trabalhadores, pois a falta de força de trabalho qualificada é apontada pelo autor como um dos principais problemas produtivos na virada do século (TAYLOR, 1963, pp.10-11); o que pode se explicar pelo crescimento vertiginoso da indústria, a intensa aplicação da tecnologia e a defasagem da educação proletária em geral. O taylorismo encontrou fortes aliados nas universidades e centros de altos estudos, assim como nos estudantes de educação superior técnica (*college*), que realizavam seus estágios nas fábricas, medindo com exatidão os tempos gastos em cada gesto e movimento do trabalhador durante cada etapa do processo de produção para planejá-la, sem precisar saber sequer qual botão liga a máquina.

A racionalização da produção, o controle centralizado sobre o trabalho, simplificação das tarefas, a redução do tempo de produção ao mínimo possível e, portanto, o aumento do ritmo de trabalho ao máximo não são princípios novos para o capital, mas justamente seu desenvolvimento e continuidade permitiram que a produção desse os saltos qualitativos que marcaram o alto desenvolvimento da tecnologia industrial no século XX. A linha de produção fordista que controla o ritmo do trabalho de maneira centralizada e independente do trabalhador representa mais um destes saltos; o trabalhador já não precisa e logo será proibido de mover-se além de seu posto de trabalho, ele foi definitivamente fixado como mera apêndice da máquina, que, por sua vez, se desloca como autômato trazendo e levando as peças e partes segundo um ritmo determinado pelo trabalho intelectual, morto, complexo. Henry Ford, a quem se atribui a invenção desse aparato para a exploração do trabalho, pregava também a padronização, tanto de processos como de produtos, e inaugura a entrada da qualidade à lista de fatores de produção – redução de desperdício, padronização de matérias-primas, controle de processos – e de consumo – produtos duráveis, bonitos, etc –, o que serve como nova aparência para duas necessidades essenciais do capital: reduzir custos

(qualidade na produção) e aumentar as vendas (qualidade no consumo), ou seja, aumentar o lucro. O peso da qualidade eventualmente recai sobre o trabalhador na forma de maior controle da gerência, mas, por outro lado, implicou de fato uma transformação da produção: com a introdução da linha de montagem, o tempo de produção do carro modelo T da Ford foi reduzido à metade e seu preço de \$825, quando foi lançado em 1908, caiu a menos de \$300 em 1925 (HISTORY, 2014). O que Ford chamou de “democratização do automóvel” pode ser traduzido como o monopólio de sua empresa sobre a indústria automobilística, chegando a dominar 40% do mercado de carros estadunidense (*idem*).

Esta redução no tempo de trabalho necessário para produção de mercadorias, ou seja, o barateamento de produtos, não é algo novo, é uma tendência do desenvolvimento do capitalismo em geral, assim como as crises periódicas fruto de seu movimento contraditório. As teorias e práticas Taylor e Ford são fruto dessa troca de pele do capitalismo no início do século XX, vieram dar resposta à queda nas taxas de lucro e ao aumento da organização e reivindicações da classe trabalhadora. A crise de 1929 foi momento que encerrou um ciclo e reiniciou outro, sobre uma base técnica e social superior; a crise representa para a humanidade um momento de extremo sofrimento, “No entanto, a crise sempre constitui o ponto de partida de um grande investimento novo” (MARX, 2008, p.224).

Também a barbárie e a destruição da Segunda Guerra Mundial representaram, contraditoriamente, um momento de desenvolvimento tecnológico vertiginoso, com avanço significativo na produção, principalmente nas indústrias militar, farmacêutica e de computação. O pós-guerra marcou a definitiva dominação do capital estadunidense sobre a Europa, um novo ciclo que representou um novo paradigma econômico: o keynesianismo. A necessidade do estado intervir na economia se fez patente na época de crise e, durante os subsequentes períodos de “animação” e “prosperidade” do ciclo, as economias desenvolvidas inauguraram o período do Estado de bem-estar social: quase pleno emprego e, conseqüentemente, aumento salarial; serviços públicos gratuitos, que representa outra forma de aumentar os salários; acesso ao consumo; produção contínua e crescente, atingindo máxima capacidade. A destruição das forças produtivas europeias durante a guerra implicou um gigantesco esforço produtivo no pós-guerra, cuja mais-valia era realizada pelos estados em reconstrução. O sistema financeiro plenamente desenvolvido cobre o mundo com uma rede de crédito à disposição da população em geral, o que contribui com a ampliação do consumo para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do sistema financeiro.

Assim, a seguinte fase de descenso do ciclo encontrou uma classe trabalhadora fortalecida, não apenas pelo fato de ter desfrutado de um período de ascensão com conquistas

significativas, mas também porque existia uma experiência que comprovava na prática a validade de outro paradigma de sociedade: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Não abordaremos este tema na presente pesquisa, pois nos interessa compreender o desenvolvimento do trabalho no capitalismo, porém o fato de quase um terço da humanidade reger-se por um paradigma de desenvolvimento oposto ao vigente até então teve fortes implicações sobre a população trabalhadora no resto do mundo.

Neste contexto, a década de 1960 observou a polarização da luta de classes, com ascensão do capital sobre o trabalho, as ditaduras na América Latina são a expressão local do medo da burguesia à “ameaça comunista”; mas também do trabalho contra o capital: as mobilizações e greves em todo o mundo, a Revolução Cubana, o maio de 1968 na França, a Revolução dos Cravos em Portugal, a luta pelos direitos civis nos EUA e contra a guerra no Vietnã, etc. Por exemplo na Itália, onde a lembrança do fascismo estava ainda muito presente, “das greves, que são apenas uma das várias formas de mobilização utilizadas, participam em 1968 cerca de 5 milhões de trabalhadores, número que aumenta a 7.5 milhões em 1969” (LAURELL, 1984, tradução nossa).

Segundo David Harvey: “A tendência à monopolização e a centralização do capital no imperialismo produzem, necessariamente, [...] uma crise de estagflação (aumento do desemprego junto com aceleração da inflação) do tipo que assombrou os anos 1970.” (2011, p.96); para Gaudêncio Frigotto, entrou em crise nesta década o “mecanismo de solução da crise dos anos 30: as políticas estatais, mediante o fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos cinquenta anos” (1995, p.62). Com o esgotamento do keynesianismo, o capital retorna a suas origens liberais para tentar resolver sua crise estrutural:

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. (ANTUNES, 2002, p.24)

Instaura-se um novo ciclo de exploração do trabalho sobre nova base técnica e social. A América Latina foi o experimento laboratorial desse novo projeto de dominação, os *Chicago Boys* e seu guru Milton Friedman foram assessores diretos do governo de Augusto Pinochet durante a ditadura militar chilena, que começou com o golpe de estado contra Salvador Allende em 1973 e levou o país no início da década de 1980 a um grau de industrialização equivalente ao período anterior à década de 1950, reduzindo o emprego

industrial de 555 mil trabalhadores a 378 mil em 10 anos (DOS SANTOS, 1999, p.137). Seus principais expoentes mundiais seriam Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Inglaterra, responsáveis na década seguinte pelo dismantelamento do Estado de Bem Estar social e por uma nova ofensiva violenta do capital contra o trabalho.

2.5.4 Trabalho e produção no neoliberalismo

A doutrina neoliberal, como novo liberalismo ou resgate dos paradigmas liberais para resolver a crise, prega a livre concorrência e o estado mínimo como alicerces para o crescimento econômico, o que resulta em privatização de empresas e serviços estatais, desregulamentação do sistema financeiro e comercial, flexibilização do trabalho e repressão a organizações trabalhistas. Porém, Theotonio dos Santos afirma que as políticas implementadas nos governos neoliberais demonstram a contradição entre o discurso neoliberal e sua prática, pois: “Não se pode aceitar tranquilamente a afirmação de que vivemos sob uma política liberal, quando *deficit* público, o investimento militar e a especulação financeira a partir dos títulos das dívidas públicas foram as molas propulsoras da economia neste período” (1999, p.120); ou seja, ao contrário do que reza a cartilha, a intervenção estatal aumentou, porém, desta vez com medidas que atentam contra o trabalhador e a favor do capital. Empresas estatais e diversos serviços públicos são vistos como terreno para nova conquista e acumulação; possibilidade de mercantilizar uma vasta gama de produtos e serviços que sustentam parte da base social dos trabalhadores e têm, portanto, seu consumo garantido, ou seja, mais-valia garantida para quem produz. Diferente do processo que ocorre nos Estados Unidos e na Europa, o neoliberalismo implementado na América Latina não dismantela um Estado de Bem Estar Social, pois aqui nunca o tivemos; esse período significa para a região corte de gastos sociais, maior concentração e centralização de renda, a entrega das empresas nacionais, a desvalorização da moeda nacional e o endividamento dos Estados.

Além desta ofensiva mercantilizadora do capital, o neoliberalismo significou mais um passo no progresso científico, agora com o avanço da automação e maior controle sobre o fator subjetivo da produção. Em seu livro Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo (1983), Dos Santos faz uma análise da chamada Revolução Científico-Técnica como continuidade histórica da revolução industrial e, ao mesmo tempo, momento de ruptura, constituindo um salto qualitativo na substituição do homem pela máquina, principalmente nas tarefas de controle e acompanhamento através da automação e do uso

amplo de computadores. O autor mostra como a ciência, uma força produtiva importante mas ainda secundária para a acumulação de capital, se constitui em atividade que modifica o ciclo do capital monopolista, processo que só é possível com forte intervenção do estado (*passim*).

O que este contexto apresenta como novidade é o domínio dos monopólios capitalistas sobre a ciência, através das universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento, como elemento diferencial na concorrência entre os mesmos, direcionando as novas descobertas científicas para benefício da indústria e inclusive restringindo sua divulgação, muitas vezes impedindo sua implementação imediata; ou seja, convertendo-se claramente em processo que evita o desenvolvimento das forças produtivas. A redução de custos de produção também encontra forte aliado no desenvolvimento das ciências, pois as matérias-primas 'naturais' são objeto de trabalho apenas em casos excepcionais e novos elementos físico-químicos são desenvolvidos sob a lógica do tempo mínimo de produção; por outro lado, a tecnologia permite adquirir e centralizar inventários e projeções sobre as fontes naturais que ainda restam no mundo, colocando os monopólios em capacidade de traçar planos estratégicos, às vezes acima dos governos nacionais, na corrida pelas mesmas.

Também contrário ao desenvolvimento das forças produtivas, o capital desenvolve e generaliza o conceito de obsolescência planejada, que reduz a vida útil dos produtos e garante o retorno constante do consumidor ao mercado. Ao observar esta tendência, Mészáros cunhou seu conceito de 'Taxa de Utilização Decrescente' (2002, *passim*). A redução no tempo de produção devido à generalização da máquina e à otimização da produtividade reduz o preço dos produtos de subsistência a um mínimo e pressiona os salários à baixa; os trabalhadores têm acesso a uma gama maior de bens de consumo, mas menos trabalhadores têm salário garantido.

A crise dos anos 1970 “mostra a incapacidade dos sistemas taylorista e fordista, excessivamente rígidos, de responder às variações do mercado e de controlar as insatisfações dos trabalhadores” (MACHADO, 1994, p.25). Neste sentido, “A instabilidade do mercado e o debilitamento do poder sindical constituem fatores favoráveis à mudanças sociais e técnicas no âmbito da produção” (*idem*). A organização do trabalho segundo os princípios do toyotismo, pós-fordismo ou da chamada Qualidade Total, implicam um revolucionamento da base técnica que tem repercussões sobre a força de trabalho qualificada que

[...] perde seu sentido técnico de habilidade requerida para o desempenho de uma função, relacionada em geral à experiência acumulada, ganhando uma nova conotação mais propriamente comportamental, relacionado à versatilidade, à mudança nos hábitos pessoais e de trabalho que procuram conformar e ajustar a força de trabalho às exigências de flexibilização. (SOUZA JUNIOR, 1994, p.57)

Os problemas da crise de superprodução são reduzidos pelo controle racional de estoques através do sistema *just in time*, que planeja a produção de acordo à demanda real, e da “participação” dos trabalhadores no processo de controle da produção; ou seja, a gerência e seus algoritmos de otimização decidem as regras e padrões que regem a atividade produtiva, os trabalhadores garantem sua execução. No toyotismo, a “horizontalização” da produção, incorporada na administração por projetos e no controle de qualidade total, são, na verdade, mecanismos do capital para envolver os trabalhadores diretos na garantia da redução de custos e eliminação de obstáculos à continuidade da produção; a ideia de qualidade só pode permear todos os passos do processo se os trabalhadores diretos estiverem comprometidos com esta palavra de ordem. A administração por projetos permite que os trabalhadores se convertam em garantes da gestão corporativa, convertendo-se em seus próprios capatazes; é selado assim, com o recurso tecnológico, o domínio dos fatores subjetivos do trabalho: “envolvimento pessoal, colaboração voluntária, necessidade de fazer as pessoas trabalharem melhor, treinamento e formação contínuos, incentivo ao autodesenvolvimento, preparação dos trabalhadores para trabalho em equipe, motivação, criatividade” (MACHADO, 1994, p.26). O controle cada vez mais centralizado em nível mais amplo, possível com a velocidade da informática e sistemas de gestão de alta tecnologia, exige um movimento contraditório de descentralização operacional (SOUZA JUNIOR, 1994, p.57); como explica Galerno: “A intervenção direta de um trabalhador com capacidade de análise torna-se crucial para a gestão da variabilidade e dos imprevistos produtivos” (*apud* FRIGOTTO, 1995, p.154).

A tecnologia da informação e os conglomerados midiáticos desempenham um papel destacado nesta nova fase do capitalismo global, a guerra ideológica pretende convencer os trabalhadores que este é o melhor mundo possível; principalmente depois da queda da antiga URSS. Como parte de projeto de recuperação de sua hegemonia sobre diversas esferas da sociabilidade, o capital lança mão do “culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 2002, p.24). Para Ellen Wood, as transformações econômicas e sociais associadas ao pós-modernismo conformam “um momento de maturação e universalização do capitalismo” (*apud* ANTUNES, 2002, p.24).

Junto ao aparelho midiático dos grandes conglomerados da informação, operam os centros de estudos e pesquisa responsáveis pela disseminação de ideais deste novo liberalismo estatal. Theotônio dos Santos denuncia a forte influência acadêmica exercida pela Sociedade Mont Pèlerin, cujos membros controlavam mais de 100 institutos independentes de análise em todo o mundo na década de 1990. A intervenção exercida por instituições como a

Fundação Ford, a USAID e seus parceiros regionais como o grupo Diálogo Interamericano é notória e suas atividades influenciam diretamente os acontecimentos político-econômicos até hoje (DOS SANTOS, 2014).

Para o trabalhador, isso implica intensificação do ritmo e carga de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, maior precarização, instabilidade, ignorância e repressão. Diferente dos ciclos anteriores do capital, David Harvey destaca: “Pela primeira vez na história dos EUA, os trabalhadores não têm participado em qualquer dos ganhos de produtividade crescente. Temos vivenciado trinta anos de repressão salarial” (2011, p.18). A atual crise econômica representa o encerramento de mais um ciclo, assim como o início de novo processo de acumulação que exige nova base técnica e social; os diversos conflitos desencadeados pelos Estados Unidos e Europa – a exemplo da Síria, Mali e Ucrânia e os golpes de estado e tentativas frustradas na América Latina como Honduras, Paraguai, Equador e Venezuela – representam a necessária destruição das forças produtivas acumuladas até hoje, e também a aceleração da corrida imperialista pelas fontes de recursos naturais e humanos.

2.6 O trabalho hoje: uma fotografia

Em um processo de reflexão sobre a formação para o trabalho e a formação no trabalho, o educador que não quer apenas reproduzir a situação atual, não tem como evitar se perguntar: qual trabalho? Esta seção procura dar um panorama geral de como as pessoas trabalham hoje; ou seja, elucidar como se configura em linhas gerais a atividade que produz toda riqueza do mundo, distribuída de maneira barbaramente desigual entre as mais de 7 bilhões de pessoas que habitam a terra. Esta é a seção que conclui a primeira parte desta dissertação e serve como comprovação empírica do movimento do trabalho descrito nas seções anteriores e visível através da dinâmica de suas contradições.

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Mundial, compilados pelo Banco Mundial (BM, 2015), 77% da população masculina com mais de 15 anos de idade está empregada e apenas 50% das mulheres, que hoje representam 39,4% da força de trabalho; as cifras incluem emprego informal, trabalho por conta própria e a tempo parcial. O relatório da OIT Relatório Mundo do Trabalho 2014: Desenvolvendo com empregos aponta que, nos países em desenvolvimento⁵, 839 milhões de pessoas ganham menos de US\$2 por dia pela

⁵ Este relatório da OIT (2014) avalia apenas os países com PIB per capita inferior a US\$12,000 na taxa de

venda de sua força de trabalho, o que representa 32,3% da força de trabalho total nesses países (OIT, 2014, p.41). Este dado é comemorado pela instituição ao comparar a quantidade de trabalhadores abaixo dos níveis de pobreza e pobreza extrema em 2014, que ainda representam ao redor de 30% do total de trabalhadores no “mundo em desenvolvimento”, aos 63% de 1994 (OIT, 2014, p.6) e afirma que “pela primeira vez na história, nos próximos anos, a maioria dos novos empregos no mundo em desenvolvimento provavelmente serão de qualidade suficiente para permitir que os trabalhadores e suas famílias vivam acima do equivalente à linha de pobreza dos EUA” (*op. cit.*, p.8, tradução nossa); porém o relatório continua, “No entanto, mesmo considerando essa perspectiva otimista, é provável que cerca de 85% da força de trabalho do mundo em desenvolvimento continue vivendo abaixo do equivalente à linha de pobreza dos EUA em 2018” (*idem*, tradução nossa). Ainda que a estimativa do Banco Mundial (BM, Tabela 2.8.2) para 2012 tenha sido de 12,7% de pobreza em geral no mundo, que segundo a OIT alcançaria a cifra de 839 milhões de pessoas em 2014 (OIT, 2014, p.xx), essa proporção varia significativamente nas diferentes regiões do planeta.

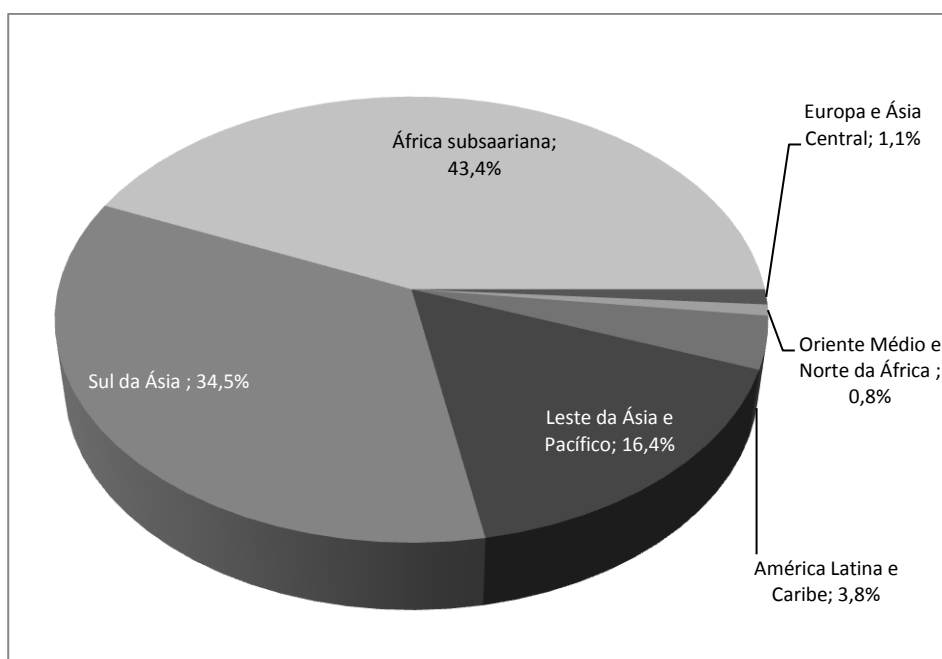


Gráfico 1 - Distribuição geográfica da pobreza mundial (2014)

Fonte: BM, 2014. Tabela 2.8.2 (<http://wdi.worldbank.org/table/2.8.2>)

câmbio de mercado. Os 145 países foram agrupados em três categorias: (i) Países menos desenvolvidos (LDCs, por sua sigla em inglês): aqueles com PIB per capita médio inferior a US\$1,000 e inclui, além disso, alguns países com características estruturais que o identificam com o grupo; (ii) Países com renda mediana baixa (LMIs), economias cujo PIB per capita médio está entre US\$1,000 e US\$4,000; e (iii) Economias emergentes (EEs), PIB per capita médio entre US\$4,000 e US\$12,000. (pg.15, tradução nossa)

Dados de 2012 do Banco Mundial, expostos no Gráfico 1, apontam que 43,4% dos pobres do mundo estariam na África subsaariana, enquanto apenas 1,1% na Europa e Ásia Central – os demais em ordem decrescente: Sul da Ásia – 34,5%, Leste da Ásia e Pacífico – 16,4%, América Latina e Caribe – 23,8%, Oriente Médio e Norte da África – 0,8%; o relatório não oferece dados sobre a América do Norte, mas pela soma das porcentagens poderia se deduzir que a OIT não enxerga pobreza nesta região.

O mesmo relatório de 2014 da OIT, que enfoca apenas países em desenvolvimento, conclui que “a renda per capita média dos países 10% mais ricos foi 90 vezes superior aos 10% mais pobres, comparado a 99 vezes em 2000” (!), mas aponta o dado como prova do “fraco desempenho das economias avançadas” (OIT, 2014, p.154). Em relação aos salários, informa que, em média, os salários nas chamadas economias avançadas são 13 vezes superiores aos salários das economias de renda mediana baixa e 5.6 vezes das economias emergentes. (*idem*)

As cifras apontam a um vínculo estreito entre a renda do trabalhador e o setor econômico no qual desempenha sua atividade, que para a economia burguesa é um problema das “ocupações de baixa produtividade” (OIT, 2014, *passim*). Quanto menos desenvolvida uma economia, mais dependente é da agricultura; do mesmo modo, a divisão internacional do trabalho relega certas atividades e seus respectivos índices de pobreza às diferentes regiões do mundo. Os dados reproduzidos da Tabela 2.3 da base de dados compilados entre 2011-2014 pelo Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento do Mundo: Emprego por Setor (BM, 2014), ajudam a enxergar que há um deslocamento de trabalhadores do setor agrícola ao setor industrial e deste ao setor de serviços à medida que cresce a renda de um determinado país. O relatório evidencia também que a porcentagem de mulheres no setor agrícola é maior que de homens apenas nos países de baixa renda, enquanto a maioria massiva de mulheres (cerca de 80%) trabalham no setor de serviços em países de renda alta e mediana, com ênfase no trabalho doméstico nestes últimos. A comparação entre três regiões do mundo que estão em níveis de desenvolvimento diferentes, exposta no Gráfico 2 a seguir, serve para ilustrar essa relação.

No Sul da Ásia, região classificada como de baixa renda, a agricultura empregava 43% da população masculina economicamente ativa e 59% das mulheres; 26% dos trabalhadores estavam empregados na indústria e 21% das trabalhadoras; e nos serviços 31% (h) e 20% (m), respectivamente. Na América Latina e Caribe (renda mediana), 19% dos homens e 8% das mulheres trabalhavam na agricultura; 28% (h) e 13% (m) na indústria e 52% (h) e 79% (m) nos serviços. Já na Zona do Euro, região classificada como alta renda, 7%

dos homens e 6% das mulheres trabalhavam na agricultura; 35% (h) e 14% (m) na indústria; e no setor de serviços, 57% e 80%, respectivamente. O relatório da OIT supracitado informa também que há em todo o mundo uma tendência geral à queda na atividade de agricultura, graças ao desenvolvimento da tecnologia no campo e à crescente migração laboral, tendência que se manifesta principalmente nos países desenvolvidos, onde também se observa a passagem da força de trabalho da indústria para os serviços; em certas economias emergentes e algumas de renda mediana baixa, ainda cresce o trabalho industrial (OIT, 2014, *passim*).

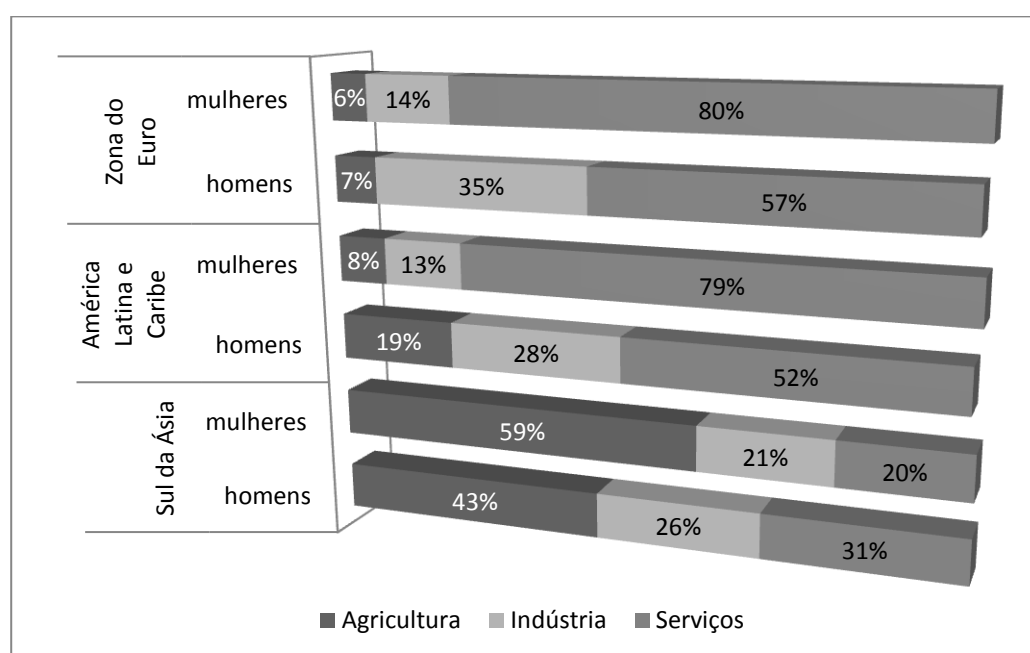


Gráfico 2 - Distribuição de trabalhadores por setor e gênero em três regiões do mundo com diferentes níveis de desenvolvimento

Fonte: BM, 2014. Tabela 2.3 (<http://wdi.worldbank.org/table/2.3#>)

Apesar das cifras para o setor industrial não apontarem diferenças significativas para diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países, dentro do setor industrial também se diferencia o extrativismo da manufatura, definida como o setor não extrativista da indústria, sendo que o primeiro constitui principal ponto de apoio dos países de baixo desenvolvimento para promover seu crescimento (*op. cit.*, p.23). As atividades extrativistas – principalmente petróleo, gás e mineração – “tipicamente criam apenas um número limitado de empregos, normalmente com destrezas muito específicas, e o potencial para gerar empregos decentes para o país como um todo é pequeno.” (*op. cit.*, p.66). Além disso, aponta especificamente que se pode observar um aumento no trabalho assalariado, em detrimento do trabalho por conta própria, à medida que este se desloca da agricultura para a manufatura (*op.*

cit., p.154).

Tanto a OIT como o Banco Mundial sugerem que os países devem implementar políticas públicas que permitam aumentar a produtividade das empresas; aumento que constitui “um ingrediente essencial para melhoras sustentáveis nos padrões de vida a longo prazo” (OIT, 2014, p.3). Desde o começo deste século, a taxa de crescimento da produtividade nas regiões em desenvolvimento tem sido consideravelmente superiores ao crescimento das economias avançadas (*idem*), com destaque especial para a China. A própria OIT admite que as taxas de produtividade se recuperaram mais rapidamente que as de emprego no período pós-crise, entre 2009 e 2013 (OIT, 2015t, p.34), apesar do crescimento da produtividade nunca ter caído a níveis negativos em nenhum lugar do mundo (2014, p.43); em seu relatório de 2015, admite que essa é uma tendência geral, ao afirmar que “A transformação em andamento na relação empregatícia está tendo importantes repercussões econômicas e sociais. Contribui à divergência crescente entre renda e produtividade do trabalho, com esta última crescendo mais rápidos que salários em muitas regiões do mundo.” (2015, p.13)

O trabalho por conta própria e o trabalho familiar voluntário vem preocupando a OIT, o BM e as demais instituições que supostamente prezam pelo bem-estar da humanidade, que identificam a baixa produtividade destas ocupações como o problema a ser resolvido. Segundo estas instituições, está ficando cada vez mais difícil estabelecer se nas relações de produção existe ou não um vínculo empregatício, já que “em muitas situações não estão claros os respectivos direitos e deveres das partes em questão” (OIT e CASALE, p.1, tradução nossa), pois diversas etapas do processo de produção estão sendo terceirizadas e ganhando cada vez mais importância no ciclo de produção (*op. cit.*, p.3). Esses grupos “têm menos chances que os trabalhadores assalariados (empregados) de estabelecer acordos formais de trabalho, de estarem cobertos por um sistema de proteção social e de ter renda regular.” (OIT, 2014, p.9, tradução nossa). Um estudo realizado em 39 países em desenvolvimento que vincula condição econômica e emprego vulnerável, trabalhadores por conta própria ou trabalho familiar não remunerado, aponta que 83.7% dos trabalhadores em “extrema pobreza” – pessoas que trabalham e, junto a suas famílias, vivem com menos de US\$1,25 por dia – têm emprego vulnerável, enquanto apenas 12,7% estão assalariados. Entre os trabalhadores de “pobreza moderada” – entre US\$1,25 e US2 por dia –, 77% estão em empregos vulneráveis e 19% assalariados (KAPSOS e BOURMPOULA *apud* OIT, 2014, p.10).

As disparidades não param por aí. O trabalhador a tempo parcial pode receber o equivalente a 15% ou até 55% a menos do que receberia um trabalhador a tempo completo nas economias avançadas; o empregado permanente recebe mais que a média salarial em

todos os países avaliados pela OIT. Nas economias desenvolvidas, o salário de trabalhadores temporários é entre 15 e 55% inferior a dos permanentes; já em economias emergentes e em desenvolvimento, onde a instituição diferencia entre formal/informal e não temporário/permanente, trabalhadores informais recebem entre 43 e 65% a menos que trabalhadores com trabalho formal. (OIT, 2015, p.41). Do outro lado do espectro, a nata da patronal, os CEO (*Chief Executive Officer*) ganharam entre 71 e 183 vezes o salário de um trabalhador médio, tendência que se acentuou no início da atual recessão global (OIT, 2015, p.43); além disso, a desigualdade em distribuição de renda entre os melhores e piores pagos é muito maior para os trabalhadores informais/temporários que os formais/permanentes (*idem*).

A desigualdade aparece também como tendência quando se observa uma queda na proporção entre salários e renda nacional (PIB)⁶, que, por sua vez, é uma tendência identificada pela OIT em 2000-2008 para todos os níveis econômicos: 60% dos países menos desenvolvidos diminuíram essa participação do trabalho no PIB (OIT, 2014, p.155), que corresponde em média a 26% (*op. cit.*, p.153); 53% dos países de renda mediana baixa, cuja proporção é em média de 37%; 58% das economias emergentes (42%) e dois terços das avançadas (48%). Em todos países em desenvolvimento e desenvolvidos para os quais a OIT tem dados, essa queda na proporção salários/PIB se vê associada a um aumento no coeficiente Gini de desigualdade social (OIT, 2014, p. 152).

As desigualdades em relação ao gênero são evidentes em todos os países avaliados. Segundo relatório da OIT, mulheres recebem menos que os homens para realizar o mesmo trabalho, lacuna que varia de 43% na Suíça a três por cento nas Filipinas (2015, p. 41). Essa injustiça é amplamente divulgada e discutida no âmbito internacional e, segundo o mesmo estudo, pode se observar uma redução nessa diferença salarial em todos países avaliados exceto quatro: Islândia, Malta, Polônia e Vietnã. Além disso, um relatório encomendado pelo Banco Mundial e publicado em dezembro de 2014 revela que a orientação sexual do trabalhador influencia seu acesso ao mercado de trabalho e seu salário. Com base em estudos realizados no período 1989-2014 que abarcavam salários em nove países, o relatório aponta que homens homossexuais recebem entre quatro e 16% a menos que heterossexuais com educação, destreza e experiência similares, como na Holanda e nos Estados Unidos, respectivamente (DRYDAKIS, 2014, p. 3). No caso das mulheres, indica que

⁶ Segundo OIT, os cálculos do que chamam Participação do Trabalho na Renda (Labor Share of Income) - não ajustada, pois não considera renda dos trabalhadores informais e por conta própria - são: (Renda total do trabalho)/(PIB – impostos menos subsídios à produção e importação), usando dados de cada país.

em dois países as lésbicas são pagas salários inferiores, em dois países salários são iguais e em quatro países elas recebem entre três (Holanda) e 20% (Estados Unidos) a mais que as heterossexuais (*op. cit.*, p.4). Um estudo realizado pelo mesmo autor sobre o mercado de trabalho, com base na comunicação de 144 candidatos com 5.549 empresas, demonstra que homens abertamente homossexuais têm 5% menos probabilidade e mulheres homossexuais têm 5,1% menos probabilidade de serem chamados para uma entrevista de trabalho do que heterossexuais com mesma qualificação que se apresentaram para a mesma vaga de trabalho (DRYDAKIS, 2015, p. 1).

Estar desfavorecido na procura de empregos é definitivamente uma injustiça pois, pior do que ser explorado no capitalismo é não ter trabalho. Em 2013, 4 milhões de postos de trabalho foram perdidos, elevando o desemprego no mundo a 199,8 milhões, 30,6 milhões acima do nível de desemprego antes da crise mundial, apesar da taxa de desemprego ter-se mantido em aproximadamente 6% (OIT, 2014, p. 2); na zona do Euro, esse índice chegou a 11,7% em janeiro de 2015 e nos EUA a 6,5%. Com base nestas observações, István Mészáros afirma que essa condição de “inatividade imposta” configura-se no capitalismo hoje como “desemprego estrutural” (MÉZSÁROS, 2002, pg.891).

Em linhas muito gerais, é assim que se trabalha no mundo hoje. Este tipo de trabalho, que a nós parece tão natural é, como vimos, produto de um processo histórico e social; sofreu mudanças estruturais no tempo e pode, portanto, ser transformado. Porém dentro do objetivo principal da produção capitalista, a apropriação de mais-valia, e de acordo a suas tendências históricas, a transformação do trabalho não favorece o trabalhador; pelo contrário, as condições de trabalho tendem a piorar em relação ao potencial que a humanidade desenvolve socialmente; a ciência, que representa o acúmulo de conhecimento por nós desenvolvido, e a educação, atividade pela qual socializamos e criamos esse conhecimento, lhe são negadas e são inclusive constantemente usadas contra ele, dentro e fora do processo de produção direta. A força de trabalho desunida, com organizações fracas ou vendidas aos interesses do capital, não é capaz de fazer frente aos ataques contra seus direitos, não se identifica como classe e não enxerga o outro trabalhador, seja o autônomo que presta serviços de alta tecnologia ou o desempregado que recicla latas de alumínio na rua, como seu aliado nesta luta. A saúde e vida do trabalhador são relegadas a segundo plano e trocadas por um bônus adicional no salário, enquanto o capital acumula somas gigantescas de riqueza. Às vésperas do Fórum Econômico de Davos de 2015, foi lançado um relatório da Organização Não Governamental Oxfam (2015) indicando que a riqueza concentrada nas mãos do um por cento mais rico da população mundial passará de 50% em 2016; ou seja, essa pequena parcela

da população que concentra as pessoas mais ricas do mundo terá mais riqueza que 99% da população mundial. O mesmo estudo indica que os 80 indivíduos mais ricos do mundo concentram a mesma quantidade de riqueza que a metade mais pobre do mundo, cerca de 3,5 bilhões de pessoas, e que 80% das pessoas que vivem na pobreza tem de sobreviver com 5,5% da riqueza mundial (OXFAM, 2015, *passim*).

Como resgatar o conhecimento em geral concentrado nas mãos de poucas pessoas e aplicado sobre o processo de trabalho, desempenhado por bilhões de pessoas, e colocá-lo a serviço do sujeito trabalhador? Como transformar o trabalho cotidiano em atividade libertadora, que reconhece os saberes desenvolvidos por estes sujeitos, sua capacidade intelectual de criar soluções às necessidades sociais da humanidade e revolucionar a própria ciência? Estas são perguntas que implicam transformações profundas na sociedade e nenhum processo de formação específico pode resolvê-las. Veremos no próximo capítulo o processo de transformações vivido na Venezuela que afirma tais princípios: resgatar o protagonismo dos trabalhadores para transformar a sociedade.

3 VENEZUELA: SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Esse é um povo que dá a batalha sem ter armas, que triunfa nas derrotas, que nos desastres se organiza, que o terror o exalta, que a clemência fingida ou real o indigna, com quem não há meio nem esperança que torça ou adultere seu propósito, porque não acredita, não quer, porque não se presta a nada que não seja a vitória da revolução tal como ele a quer: absoluta e radical.

Juan Crisóstomo Falcón - Proclama datada em Agua Clara, 1861

Porto de chegada da invasão ibérica ao continente sul-americano, onde nasce Bolívar e a independência da *Gran Colombia*, maior reserva comprovada de petróleo do mundo e precursora da Alba, que resgatou os ideais bolivarianos em pleno século XXI como base para a integração latino-americana: a Venezuela é um país cujo estudo da história, que condensa uma rica experiência de protagonismo popular, exige atenção e nos dá grandes lições, principalmente na conjuntura atual. Pode-se ver nela um exemplo claro das alteridades, próprias ao movimento dialético, através das quais o polo de uma contradição pode se transformar em seu contrário e como a sucessão cíclica da trajetória histórica (sem contudo retornar ao mesmo ponto) é desenhada pela luta de classes. Neste capítulo, apresentaremos em linhas gerais a especificidade da formação econômica da Venezuela e aprofundaremos um pouco nos aspectos que guardam vínculo com a classe trabalhadora venezuelana e a educação, o que nos remete ao capítulo anterior e nos conduzirá ao próximo capítulo.

3.1 Venezuela: fotografia estática

A Venezuela está localizada no norte da América do Sul, situada entre o Mar do Caribe, a Colômbia, o Brasil e Guiana. Em seus cerca de 670.000 km² de extensão⁷, possui uma imensa diversidade natural: desde montanhas com neve perene (centro-norte), selva amazônica (sudeste), regiões pantanosas (sudoeste), possui uma região semiárida e de desertos (noroeste) e todo seu litoral é banhado pelo Mar do Caribe.

O país tem hoje uma população de 29.888.553⁸, 14.908.826 de mulheres e 14.979.727 de homens, segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), com

⁷ Há uma área de 159.500 Km² na fronteira leste no país com a Guiana, chamada de Guiana Esequiba, que está sob litígio internacional.

⁸ Dados mais atuais segundo resultado da pesquisa semestral por casa (Encuesta de Hogares por Muestreo, 2014) e com base no Censo de 2011 foram divulgados na página oficial do INE com uma estimativa populacional de 30.620.404. Porém, utilizamos os relatórios da base de dados com o resultado sistematizado do Censo 2011 pois inclui mais dados e informações desagregadas, que permite compreender melhor a relação entre as cifras.

base nas pesquisas domiciliares do primeiro semestre de 2014 e no último censo nacional realizado em 2011 (INE, 2015b). O INE indica que 88,8% da população vive em áreas urbanas e 7,1% na capital, Caracas. Com relação à conformação étnica dos venezuelanos, 51,6% das pessoas se declararam morenas, 43,6% se declaram brancas, 3,6 negras ou afro-descendentes, e 1,2% se identificaram com outros grupos étnicos (INE, 2014a, p.29); importante destacar que a inclusão da identificação étnica e de raça no censo foi uma medida implementada pelo governo Bolivariano, aplicada nacionalmente pela primeira vez em 2011, e encontrou muita resistência por parte da direita. O censo indígena era realizado no país de maneira separada nas aldeias ou comunidades e, pela primeira vez em 2011, a população indígena que reside em áreas urbanas pode identificar-se etnicamente, constituindo uma população indígena total de 724.592 pessoas (INE, 2014a, p.31).

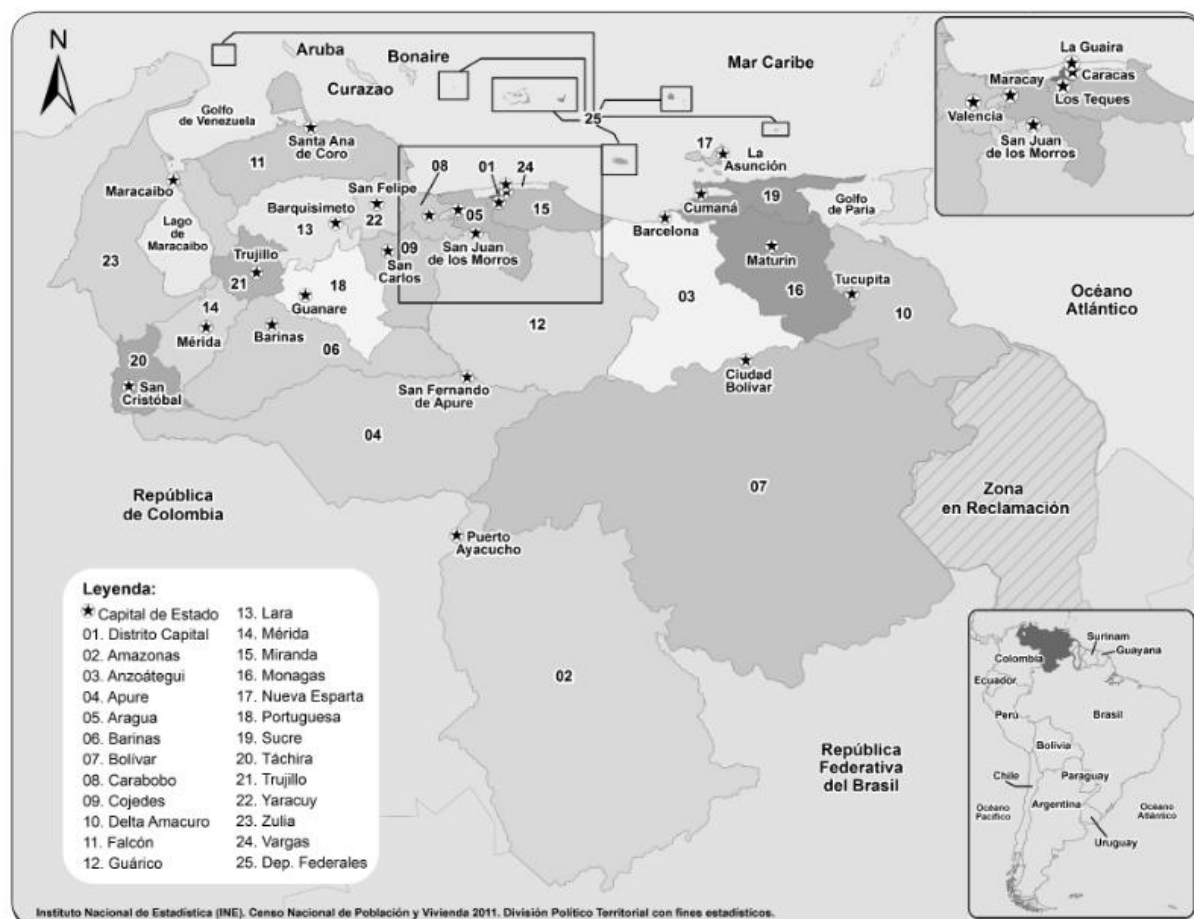


Gráfico 3 - Venezuela 2011: Divisão político-territorial operativa para fins estatísticos

Fonte: INE, 2011, p.12

Do total da população, 21.673.062 pessoas têm mais de 15 anos de idade e 14.038.355 constituem a população economicamente ativa (PEA), 8.494.075 homens e 5.544.280 mulheres; considerando trabalhadores autônomos, trabalho informal e doméstico, a taxa de ocupação atinge 92,2%; no caso dos homens, 92,6% e 91,7% para as mulheres (INE, 2015b). Da população total, 2.689.579 (20,8%) pessoas estão empregadas no setor público e 10.259.900 (79,2%) no setor privado.

O Gráfico 4 abaixo ilustra a distribuição da população economicamente ativa em relação às diferentes atividades econômicas, considerando trabalho formal e informal.

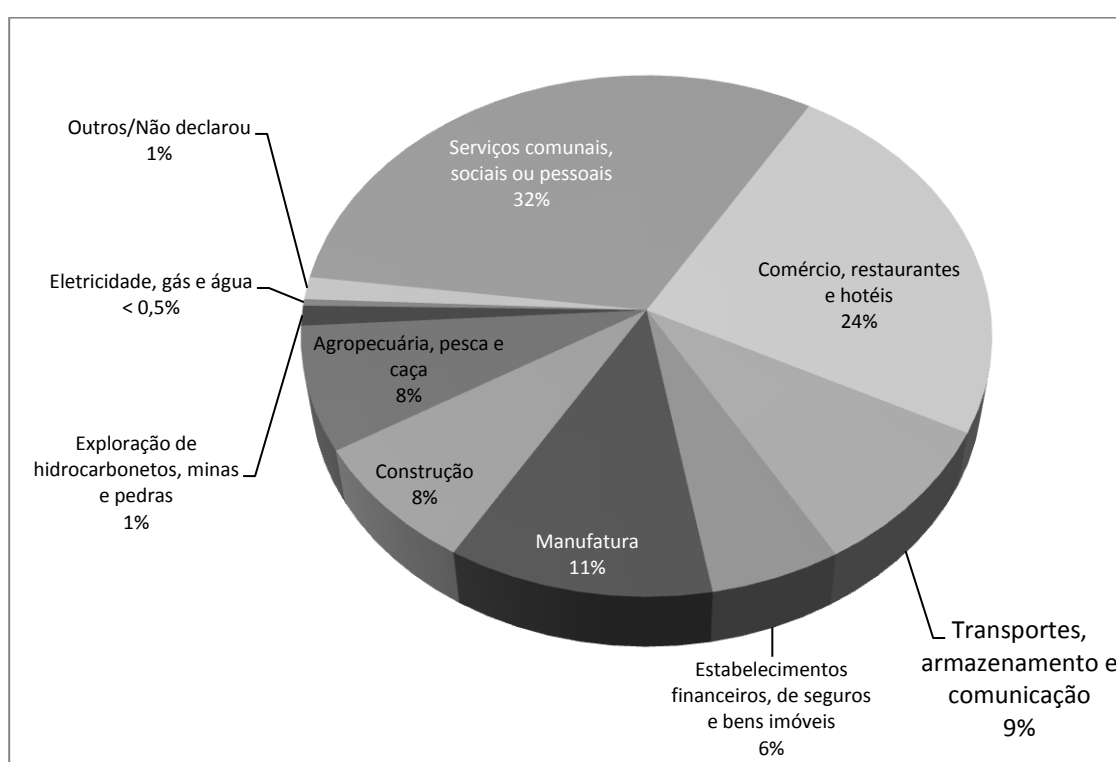


Gráfico 4 - Venezuela: Distribuição da população economicamente ativa por atividade

Fonte: INE, 2015c.

Como se pode observar, as atividades que concentram maior porcentagem de trabalhadores e trabalhadoras são serviços comunitários, sociais ou pessoais, com 4.130.416 ou 31,9% da população economicamente ativa (PEA); e o setor de comércio, restaurantes e hotéis, que concentra 24,2% (3.137.990) da PEA. Cerca de 11,5% da PEA (1.487.635) estão empregadas na indústria manufatureira; 9,2% (1.192.516) trabalham no setor de transportes, armazenamento e comunicações; 7,9% (1.019.988) no setor de construção; 7,8% (1.007.661) em atividades agropecuárias, de pesca e caça; 5,7% (735.521) em estabelecimentos financeiros, de seguros e bens imóveis; 1,3% (162.029) na exploração de hidrocarbonetos,

minas e pedreiras; 0,4% (52.791) nos setores de eletricidade, gás e água; e 1,4% (182.474) em outras atividades não declaradas ou pessoas que se recusaram a responder o questionário. Podemos ver que o setor de serviços responde pela grande maioria dos empregos, como podemos observar no Gráfico 4, todos os serviços juntos representariam um único pedaço que vai desde “Serviços comunais...” até “Estabelecimentos financeiros...” responsável por empregar 71,1% (9.196.443) da população ocupada. Os três maiores setores empregadores, com exceção da “indústria manufatureira”, são todos na área de serviços – setores de “serviços comunais, sociais ou pessoais”; “comércio, restaurantes e hotéis” e de “transportes, armazenamento e comunicações”.

Da população trabalhadora em geral, 59,2% desempenha sua atividade produtiva no setor formal, onde trabalham 4.504.042 ou 57,3% dos homens ocupados e 3.163.686 (62,3%) mulheres (INE, 2015a). O restante 40,8% – 3.362.858 homens e 1.918.393 mulheres – é do setor informal (5.281.251), que inclui pessoas que trabalham em empresa com menos de quatro empregados. Os dados do Censo de 2014 sobre população com mais de 15 anos ocupada, organizados segundo ocupação no setor informal⁹ (*idem*) estão expostos no Gráfico 5 abaixo.

Esses dados indicam que, dos trabalhadores informais, 66,6% são trabalhadores por conta própria (2.196.898 homens, 1.320.748 mulheres); 6,5% são patrões ou empregadores (268.982 h, 75.771 m); 25,6% são empregados e operários que não se dedicam a serviços domésticos (869.320 h, 477.270 m); 3,63% são pessoas que se dedicam a serviço doméstico (15.016 h, 179.982 m), 1,3% são ajudantes familiares não remunerados (27.658 h, 38.140 m) e 5,0% se dedicam a outras atividades ou não responderam (*idem*). Podemos ver que, entre os trabalhadores informais, a grande maioria são homens, que hoje são os chefes de família em 60,3% das casas venezuelanas (INE, 2014a), ainda que entre o censo de 2001 e 2011, a quantidade de mulheres chefes de família tenha aumentado de 29,4% a 38,7% (*idem*). Nota-se a diferença de ocupação entre ambos os gêneros em relação às distintas atividades produtivas: entre trabalhadores de serviço doméstico, a quantidade de mulheres é quase 10 vezes a de homens; por outro lado, a quantidade absoluta de homens que são patrões ou empregadores é quase quatro vezes a quantidade de mulheres nestas posições. O fato dos homens constituírem a maioria em ambos os setores, informal e formal, exige uma análise mais detalhada da

⁹ Nas cifras expostas no relatório do INE, constam dois dados para a categoria “Empregados e Operários”, dos quais pode se deduzir que um inclui trabalho doméstico e outro não. Escolhemos o dado mais coerente com a soma total das cifras.

população inativa, pois a quantidade entre homens e mulheres é muito próxima quando consideramos a população em geral.

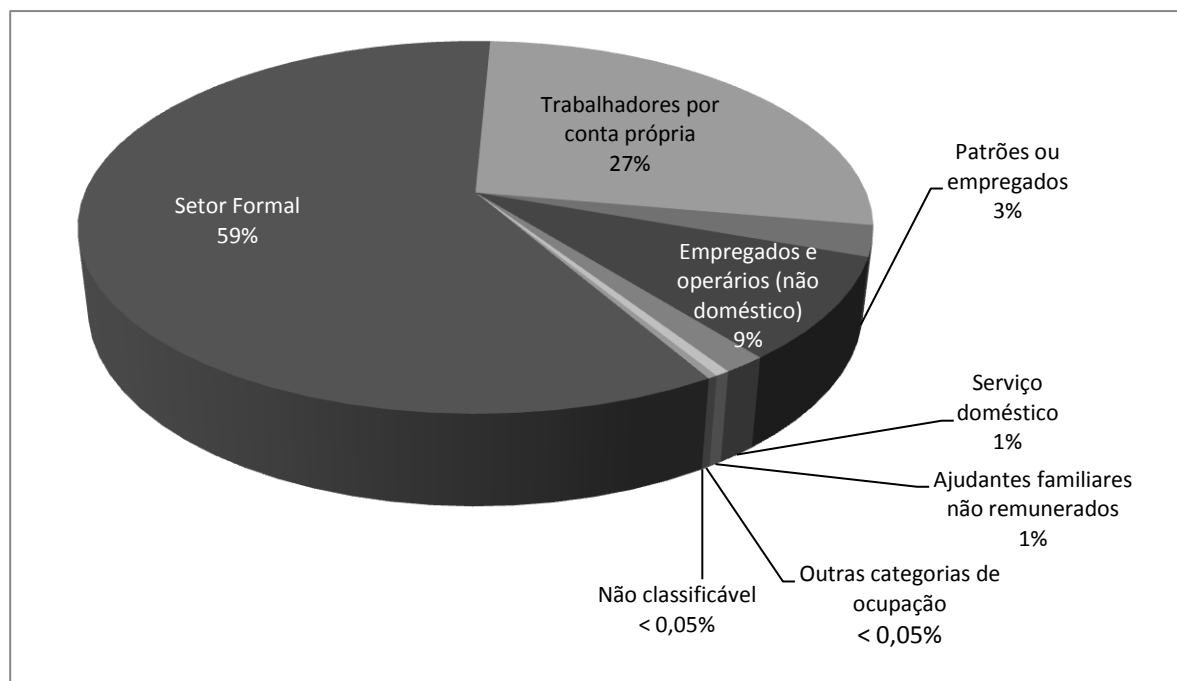


Gráfico 5 - Venezuela: Trabalho formal e informal por ocupação

Fonte: INE, 2015a

Das 7.634.707 de pessoas com mais de 15 anos de idade consideradas “inativas”, 2.260.885 são homens e 5.373.822, mais que o dobro, são mulheres. Ao se analisar mais detalhadamente a composição da população economicamente inativa, podemos ver que a maioria das mulheres inativas, 58,9% ou 3.163.786, se dedicam a atividades de “afazeres do lar”, em comparação a apenas 66.685 ou 2,9% dos homens inativos. Ainda que a população inativa que estuda seja majoritariamente feminina – 1.376.943 mulheres e 1.158.190 homens – apenas 25% das mulheres inativas se dedicam ao estudo, enquanto que no caso dos homens, a porcentagem é de 51,2%, mais que o dobro. Do restante de trabalhadores e trabalhadoras venezuelanas, 317.515 estão “incapacitados para o trabalho” e 1.551.588 estão em “outra situação” (INE, 2015b). Podemos ver que a relação patriarcal de servidão, comentada no capítulo anterior, ainda se faz presente na sociedade venezuelana, considerando que mais da metade das mulheres se dedicam aos trabalhos de manutenção da casa e da família e, mesmo se dedicando aos estudos, estão afastadas do mercado de trabalho.

Acompanhando a tendência da região latino-americana, a Venezuela avançou significativamente em relação à segurança alimentar e cumpriu em 2010 o primeiro objetivo do milênio da ONU (MINPPCI, 2010, p.35): reduzir pela metade a porcentagem da população

que passa fome e que está em pobreza extrema. A partir do biênio 2010-2012 deixou de aparecer no mapa da fome mundial (FAO, 2015, p.50), tirando 4.717.372 de pessoas desta situação (MPPP, 2015, p.30), e alcançou um índice de desnutrição infantil de 3,37%, que desde 2005 se mantém abaixo de 5% (MPPP, 2015, p.33). O índice de pobreza no país caiu de 28,9% em 1998 para 19,6% em 2014 e hoje apenas 4,5% das famílias vivem em pobreza extrema (10,8% em 1998). No mesmo período, a Venezuela conseguiu alcançar também uma redução no coeficiente GINI de 0,486 a 0,382, reduzindo por quase metade a desigualdade entre os 20% mais ricos e 20% mais pobres, de 13 para apenas 7,3 vezes (MPPP, 2015, p.28).

Esses números, que apresentam uma realidade concreta, são apenas a aparência deste nosso objeto de estudo. Não podem, portanto, ser ponto de partida para nossa análise, a exemplo da explicação de Marx sobre o fato do seu método de pesquisa não começar “pelo real e pelo concreto”, por exemplo a população, pois se “começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo” (MARX, 2011, p.54). Como um exercício pedagógico, colocamos essas cifras em um primeiro momento, ao contrário do capítulo anterior, para evidenciar a superficialidade que as cifras podem representar quando não conhecemos o movimento geral do qual esta fotografia faz parte. O objetivo foi justamente demonstrar que os dados estatísticos devem ser reconsiderados à luz da realidade histórica da América Latina; através da comparação entre diferentes períodos da história é que se pode pensar no movimento desse objeto durante o período determinado do nosso recorte. Por esta motivação, e agora com a tranquilidade que o leitor não a considerará em vão, apresentaremos uma breve narrativa que justifica a importância da história da Venezuela para a análise, a partir deste contexto, da experiência que queremos entender.

3.2 Formação da Venezuela na história

Como todos os países latino-americanos, a Venezuela foi uma colônia europeia desde o final do século XV; no entanto, diferentemente de qualquer outro, ela foi o território pelo qual chegaram os colonizadores ao continente sul-americano. Em 1498, Cristóvão Colombo chega, em sua terceira viagem à América, à Península de Paria no nordeste do país, cerca de 100km do que é hoje a ilha de Trinidad e Tobago. Do que nos legaram da história mundial, esses foram os primeiros navios espanhóis a atracarem no continente sul-americano, já que no percurso de suas expedições anteriores, Colombo restringiu-se apenas ao Caribe. Chegaram com a bênção da santíssima igreja católica em busca da Terra Prometida que, em sonhos terrenos, se traduzia na fantástica *El Dorado*. Um pouco aquém do ideal foi esta

chegada à Venezuela, mas o sonho eventualmente se fez realidade anos depois desse desembarque, pois como nos conta Galeano:

Entre 1503 e 1660 chegaram ao Porto de San Lúca de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata. A prata exportada para a Espanha em pouco mais de um século e meio excedia em três vezes o total das reservas europeias. E é preciso levar em conta que estas cifras oficiais são sempre minimizadas. (GALEANO, 1994, p.18)

Ainda que a informação seja escassa e que haja poucos estudos dedicados ao tema, a estimativa de população nativa na Venezuela era cerca de 500.000 habitantes (FIGUEROA, 1975, p.35), distribuída em três grandes áreas demográficas: (1) área demográfica “Amazônico-Orinoquense” ao sul do Orinoco até a região amazônica, de baixa densidade demográfica e cuja atividade econômica era principalmente caça, pesca e coleta; (2) área de “Los Llanos”, também de escassa população, onde predominava o nomadismo paralelo a alguns assentamentos próximos ao rio, que viviam de pesca intensiva, da agricultura irrigada pelas enchentes naturais dos rios e do intercâmbio de bens de consumo; e (3) a “Costeira-Montanhosa”, dos Andes venezuelanos descendo aos vales centrais e ocidentais do país até a costa e se estendendo às ilhas; que era constituída por aldeias de alta densidade, nas quais eram trabalhadas a agricultura intensiva e irrigação sistemática; alguns centros habitados de relativa densidade que dependiam da agricultura de *alzado* (elevação do terreno para captar água das chuvas na irrigação) e da troca de produtos para o consumo, e por populações nômades que interagiam com as duas populações anteriores. (*idem*)

Os colonizadores não encontraram o *El Dorado* prometido, mas ao contrário, um modo de produção nos quais as forças produtivas estavam muito pouco desenvolvidas e eram conseqüentemente muito menos interessante quando comparado às riquezas que encontrarão, meio século depois, no império Tahuantinsuyo (Inca), depois nas minas de Potosí, nas minas de Zacateca, e eventualmente em Ouro Preto: o nome “pequena Veneza” é devido às palafitas, moradias indígenas, que os espanhóis encontraram ao chegar e que ainda podemos encontrar nas áreas mais pobres da região Norte do Brasil. As primeiras atividades econômicas à quais se dedicaram foram o tráfico de escravos indígenas, a pesca de pérolas e uma incipiente mineração (FIGUEROA, 1975, p.63); mas essa colônia só ganhou destaque aos olhos do europeu, e conseqüentemente contribuiu com a formação do mercado capitalista mundial, com a exportação de cacau na metade do século XVII, mercadoria que seguia primeiro pelo Reino de Nova Espanha, hoje México, antes de ser despachada para a Europa. Sobre a importância desse rubro, o historiador Brito Figueroa ilustra: “o cacau, apesar da sua cor

escura, adquiriu brilho de ouro, como hoje tem o petróleo, que é ainda mais escuro” (1975, pp.101-102). Do valor total das exportações em 1607, o tabaco estava no topo da lista, seguido pela farinha, couro, açúcar e depois o cacau; já em 1775, este representava 75,1% das exportações que saíam do porto caraquenho de La Guaira (FIGUEROA, 1975, pp.103,105). Nativo da Venezuela, levado ao México, chegou a ser na Espanha a segunda mercadoria mais importante trazida da colônia depois dos metais preciosos. Com esses produtos, começa a dinâmica de dependência da Venezuela, convertendo-se, como todos os latino-americanos, em país agro-exportador com sua produção voltada às necessidades dos países mais avançados do capitalismo.

A coroa espanhola autoriza o tráfico de escravos negros ao continente em 1525 (FIGUEROA, 1975, p.93), passando a substituir progressivamente a força de trabalho indígena que sobreviveu ao extermínio colonial e ao sistema de *mitas*, e que, em grande parte da Venezuela, como em muitas outras regiões da América espanhola, passa de escrava para a servidão com o estabelecimento do sistema de *encomiendas* em 1545, “[...] de indivíduo desamparado e a mercê de seu amo, se converte em vassalo do rei entregue em custódia ao *encomendero*” (FARÍA *apud* FIGUEROA, 1975, p.76). À medida que os negros iam sendo sequestrados na África e trazidos ao continente americano, precisamente enquanto desembarcavam como mercadoria nos portos Venezuelanos e em toda costa leste das Américas, seu valor ia sendo somado à riqueza dos bancos europeus, principalmente ingleses e holandeses; segundo Marx, o tráfico de escravos constituiu a “acumulação primitiva” de Liverpool, indústria que viu sua frota de barcos crescer de 53, em 1751, a 132 barcos em 1792 (MARX, 2009a, p.949). O trabalho indígena cede espaço, se torna um complemento do trabalho negro e, na segunda metade do século XVIII, ambos se veem acompanhados por uma categoria de trabalho livre, vinculado à terra e submetido à coerção extra-econômica dos proprietários de latifúndios.

O incipiente capitalismo europeu e o enriquecimento de sua burguesia exigiam muito trabalho: “A economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riqueza que jamais possuiu qualquer civilização na história mundial” (GALEANO, 1994, p.28). O ouro arrancado das nossas terras pelas mãos indígenas e negras era derretido para fazer as barras que compõem o tesouro do capitalismo europeu até hoje.

A colônia, peça fundamental para o desenvolvimento do capitalismo mundial, suscita, não obstante, muita confusão entre historiadores, sociólogos, economistas e latino-americanos em geral; surge a dúvida sobre qual modo de produção define nossas sociedades

durante a relação colonial, pois: “Três idades históricas distintas – mercantilismo, feudalismo, escravidão – combinavam-se assim numa só idade econômica e social, porém era o mercado internacional que estava no centro da constelação de poder, integrado desde cedo pelo sistema de plantações” (GALEANO, 1994, p.42). Para nos aprofundarmos no tema da formação histórica venezuelana, é necessário incursionar pelo debate acerca do modo de produção dominante na economia das colônias latino-americanas.

3.2.1 A especificidade do modo de produção da Venezuela Colônia

A economia venezuelana pode ser tomada como exemplo de uma típica colônia ameríndia, porém, o que implica ser uma colônia? Com base em Garavaglia, pensamos a nossa realidade histórica colonial como a unidade dialética entre a “relação colonial, ou seja, a submissão política-econômica de um espaço sobre outro” (1986, p.10, tradução nossa), e a estrutura geográfica, social e econômica pré-existente sobre a qual se impõe esta relação. À medida que a economia precisa ser direcionada cada vez mais à produção de valores de troca, o capital luta para criar as relações sociais que permitem a maior extração possível de trabalho excedente. A força com a qual se impõe essa relação depende do tipo de metrópole e do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, ainda que a dissolução de um modo de produção anterior não necessariamente leva ao estabelecimento de relações capitalistas de produção. No caso da América Latina, do genocídio e roubo de centenas de anos, que pretendiam enterrar historicamente nossos povos originários, não brotaram relações capitalistas até o segundo quarto do século XIX (*idem*). Contudo, não se pode esquecer que, em geral, nas colônias chegaram expedições europeias que não vieram em missão de paz e que tinham como objetivo resolver as crises capitalistas da Europa:

O capital comercial desta etapa, ao enfrentar uma forma produtiva determinada, propõe como único fim a extração da maior quantidade possível de trabalho excedente. [...] essa ‘fome de trabalho excedente’ esteve acompanhada no geral pela imposição das relações marcadas fortemente de aspectos servis [não capitalistas], onde o elemento instintivo será o uso da força, ou seja, da coação extra-econômica. (GARAVAGLIA, 1986, p.11).

Esse ainda é um debate extenso, e concordamos com Ciro Flamarion Cardoso que sua principal dificuldade reside justamente em entender a especificidade do modo de produção colonial como algo além do que uma mistura de diferentes modos de produção, extraídos das categorias marxistas, como etapas lineares de desenvolvimento (CARDOSO, 1986, p.141). Como explica o autor, as estruturas aqui presentes não são redutíveis aos modos

de produção elaborados por Marx em seu estudo sobre o desenvolvimento da Europeu e do Mediterrâneo. As categorias de modos de produção parciais ou secundários poderiam contribuir para compreender a composição de um modo de produção que surge especificamente da dominação europeia sobre o continente americano e que subsiste após as lutas de independência até a implantação do capitalismo no continente, que em cada país se deu em diversos momentos, mas nunca antes do final do XIX; ainda assim, os EUA foram quase exclusivamente os que conseguiram desenvolver internamente um modo de produção capitalista antes do final do século XIX. Porém, esta crítica ao marxismo termina sendo mais uma crítica à sua implementação mecanicista, pois a transformação das relações sociais não se dão de forma automática, como uma imposição linear. A seguinte passagem pode ser elucidativa nesse sentido, pois nela, Marx explica como um modo de produção advém totalidade em relação ao desenvolvimento das forças produtivas:

Deve-se ter em mente que as novas forças produtivas e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, nem caem do céu, nem a partir do seio da Ideia que se postula; mas de dentro e em antítese ao desenvolvimento da produção existente e das relações tradicionais de propriedade herdadas. Enquanto no sistema burguês pleno toda relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa, e tudo posto é, portanto, também um pressuposto, este é o caso em todo sistema orgânico. Esse próprio sistema orgânico, como uma totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento a sua totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade a si próprio, ou na criação, a partir deles, dos órgãos que ainda não possui. Assim é, historicamente, como se torna uma totalidade. O processo de se tornar esta totalidade constitui um momento de seu processo, de seu desenvolvimento. -Por outro lado, se em uma sociedade as relações modernas de produção, ou seja, o capital, estão desenvolvidas em sua totalidade, e esta sociedade, em seguida, se apodera de um novo território, como por exemplo, as colônias, ela descobre, ou melhor, o seu representante, o capitalista, descobre que seu capital deixa de ser capital sem trabalho assalariado e que um dos pressupostos deste último não é apenas a propriedade da terra em geral, mas moderna propriedade da terra; propriedade fundiária que, como renda capitalizada, é cara e que, como tal, exclui o direito ao uso do solo por parte dos indivíduos. (MARX, 1973, p.277, tradução nossa).

Assim, sem o trabalho assalariado e sem propriedade privada da terra, como foi o caso das colônias, não há capital; o desenvolvimento do capitalismo não surge por imposição e tentar encontrá-lo sem investigar os elementos constitutivos que o precederam é um exercício em vão. Mais útil é partir da compreensão do modo de produção preexistente e acompanhar seu desenvolvimento, ou melhor, sua “submissão” ao sistema capitalista, a criação dos elementos do capitalismo a partir dos órgãos do sistema anterior que eventualmente deixa de existir. É possível identificar modos de produção que foram dominantes em territórios específicos durante certo tempo no continente, como o escravismo nas Antilhas e no Brasil, porém isso não os torna determinantes para a região como um todo.

Ciro Flamarion Cardoso oferece a concepção de modos de produção dependentes, pois a relação de “dependência – que tem como um de seus corolários a transferência de uma parte do excedente econômico às regiões metropolitanas [...] é um dado inseparável do conceito e das estruturas de tais modos de produção” (CARDOSO, 1986, p.142). Para entender seu desenvolvimento histórico, o autor aponta ainda à necessidade de entender as contradições internas das formações coloniais como subordinadas aos impulsos externos que transformavam sua estrutura; impulsos que, por sua vez, são consequência das contradições internas das próprias metrópoles. Assim, os processos americanos de independência e a conformação dos estados modernos só podem ser entendidos quando temos presente a situação dos países colonizadores em seu próprio desenvolvimento capitalista.

Com base nesta concepção, pode-se explicar em parte a diferença da colonização inglesa na América do Norte com a espanhola e portuguesa na América Latina. Enquanto a primeira é movida pelas contradições internas da Inglaterra, império com economia capitalista mais desenvolvida em sua época, a colonização latino-americana é caracterizada pelas contradições da contrarreforma e pelo atraso econômico e político que caracterizam a decadente monarquia ibérica. O historiador brasileiro e marxista Cardoso resume essa relação a três principais modos de produção dependentes que caracterizaram a realidade colonial no continente. Primeiro, um sistema fundado sobre a apropriação de terras e a exploração da força de trabalho indígenas, que introduziu em formações econômico-sociais anteriores elementos externos, como o tributo e a economia monetária, e integrou essa força de trabalho aos interesses mercantis da colônia; ao mesmo tempo que, paralelamente, permite a permanência de algumas comunidades indígenas relativamente autônomas que mantiveram sua própria estrutura de expropriação e de classes, mas substituindo os antigos impérios – como o Maya no México e o Inca nos altiplanos andinos – pela nova metrópole espanhola; empurrando à marginalização as regiões que não se integraram, pois, incapazes de competir com o desenvolvimento produtivo capitalista, vão sendo expulsas para regiões pouco férteis. Segundo, uma economia diversificada e autônoma de pequenos proprietários, que se constituiu quase exclusivamente na América do Norte e permitiu o desenvolvimento à industrialização ainda na época colonial. Terceiro, um desenvolvido em regiões com população indígena pouco densa e favorável a atividades de exportação com base no plantio de produtos tropicais em grandes extensões e na exploração de jazidas de metais preciosos; aqui a escravidão, expulsão e consequente extermínio dos indígenas e a importação de escravos negros caracterizam a força de trabalho. (CARDOSO, 1986, pp.152-154). O Brasil colonial possui características mais próximas a este terceiro modo de produção, já a

Venezuela seria composta predominantemente pelo terceiro – nas regiões “Amazônico-Orinoquense” e de “Los Llanos” – e, em menor parte, pelo primeiro, que traça semelhanças com a região “Costeiro Montanhosa”, devido a um maior grau de desenvolvimento econômico e maior densidade demográfica, apesar de não chegar a se constituir como império. Em sintonia com essa concepção, o também marxista brasileiro Bvila sintetiza e explica de maneira mais abstrata o movimento da economia brasileira, em diálogo com outros intelectuais nacionais, na seguinte passagem que, apesar de focar-se no caso brasileiro, acreditamos ser relevante para o desenvolvimento venezuelano em sua passagem de colônia a economia capitalista dependente:

O desenvolvimento das forças produtivas, relações sociais de produção e classes sociais do modo de produção capitalista na sociedade brasileira, não resultam de uma contradição fundamental interna entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e as relações sociais de produção feudais, que dá origem àquele elemento médio revolucionário – a classe burguesa nascente – que para se firmar necessita liquidar o velho modo de produção, suas classes sociais e contradições de classes. Mas, sobretudo, das relações de complementariedade entre o modo de produção da sociedade brasileira e o desenvolvimento global do modo de produção capitalista na Europa. Logo, as contradições que daí derivam é que operam o salto histórico do modo de produção escravista ao capitalista no Brasil, tomando por base a grande propriedade privada da terra, transformando as relações de produção e conformando as estruturas sociais da sociedade às necessidades de produção e consumo da divisão internacional do trabalho e do padrão de acumulação, ditados pelo centro hegemônico do sistema.

[...]

Nessas condições, a economia agro-exportadora, herdada da colônia, torna-se a base principal do desenvolvimento capitalista no Brasil; sua baixa acumulação de capital não decorre de como os homens produzem, mas para quem e sob quais condições se produz – a herança colonial de dependência do capital financeiro imperialista e do mercado externo não permitem a constituição imediata de um mercado interno, logo, a maior parte da mais-valia produzida no país não se realiza internamente e é acumulada pelo capital financeiro imperialista, impedindo assim o desenvolvimento autônomo do capital industrial, comercial e bancário. (BVILA, 1996, p.47-48)

3.2.2 Venezuela e a independência latino-americana

A Venezuela se constitui, portanto, como mais uma colônia cuja principal atividade econômica era a exportação de produtos agrícolas e de mineração; ao cacau, somaram-se o café e o algodão no final do século XVIII. As diferentes regiões repartidas em latifúndios favoreciam o florescimento dos chamados *caudillos*, latifundiários com fortes e vastos poderes locais vinculados aos burocratas da coroa espanhola que tentavam manter uma coesão entre os diversos territórios e buscavam diversos meios para usufruir desta posição. À medida que a coroa implementava mais leis para evitar roubo dos produtos coloniais e fraude

sobre os impostos – dificultando cada vez mais o desenvolvimento da produção local – criava seu próprio carrasco, uma classe economicamente privilegiada, mas proibida de participar das decisões políticas da região.

O capitalismo que se desenvolvia na Inglaterra foi envolvendo em sua espiral toda a Europa, incluindo os antigos impérios de Portugal e Espanha, monarquias que, com marcada presença da contrarreforma religiosa, resistiram às mudanças de época, ainda que, para se sustentarem como coroas no incipiente capitalismo, contraíam enormes dívidas com os bancos, fomentando contraditoriamente o desenvolvimento do capitalismo inglês. A produção espanhola não era suficiente nem para o mercado interno e menos para as colônias, os poucos capitalistas ibéricos se dedicavam a especular com as dívidas da coroa e não eram produtivos, as leis reais chegaram a excluir da nobreza fidalgos que se dedicavam a atividades industriais (GALEANO, 1994, p.20). Ao final, grande parte da riqueza extraída pela coroa era transferida, por intermédio do sistema financeiro, à Inglaterra que dominava o comércio marítimo caribenho; a maioria das mercadorias saídas de portos venezuelanos eram levadas primeiro a portos ingleses – Jamaica, Trinidad e Curaçao – antes de prosseguir para o decadente monopólio espanhol (PEÑA, 2010, p.31). Enquanto isso, a economia venezuelana se desenvolvia sob domínio de uma já estabelecida oligarquia *criolla* que controlava a produção agrícola nacional vinculada ao mercado capitalista mundial e, portanto, exigia poder político para se desfazer das amarras coloniais e desenvolver vínculos comerciais com outros países sob condições mais favoráveis. Seus filhos recebiam a melhor educação científica e humanitária, estudavam na Europa e traziam para o continente as ideias incendiárias do iluminismo e, mais tarde, da revolução francesa e da independência estadunidense. Ainda que não houvesse uma burguesia liberal propriamente dita, suas ideias de liberdade de comércio e independência política encontravam eco entre a oligarquia *criolla* e aprofundavam a contradição entre as classes dominantes europeias e locais. As Guerras Napoleônicas e a invasão da Península Ibérica, dando origem à Guerra Peninsular entre 1807-1814, quase destroem as instituições monárquicas espanholas no início do século XIX – o rei Fernando VII renuncia em 1808, para voltar ao trono em 1814. Não por casualidade, a Primeira República da Venezuela é declarada em 1810.

Forjadas a ferro e fogo, as relações de produção coloniais se mantiveram em certa medida na nascente *Gran Colombia*, ainda que a independência política representasse uma situação qualitativamente distinta à anterior. Forjadas também as raízes do povo venezuelano que lutou por sua independência: em 1800, a população era composta por 20,3% brancos, 8,4% indígenas e 61,3% de pardos e negros (FIGUEROA, 1975, p.161). Como explica

Bolívar aos *criollos* em seu Discurso perante o Congresso de Angostura de 1819, que sela a união entre as repúblicas independentes da Venezuela, Nueva Granada (atual Colômbia) e Quito (Equador), este último ainda sob domínio espanhol:

Tenhamos em mente que nosso povo não é o europeu, nem o americano do norte, é mais uma composição da África com a América que uma emanção da Europa; pois até a própria Espanha deixa de ser Europeia por seu sangue africano, por suas instituições e por seu caráter. É impossível determinar com propriedade a qual família humana pertencemos. A maior parte do indígena foi aniquilada, o europeu misturou-se com o americano e com o Africano, e este se misturou com o índio e com o europeu. Nascidos todos do seio de uma mesma mãe, nossos pais, diferentes em origem e em sangue, são estrangeiros, e todos diferem visivelmente na epiderme (BOLÍVAR, 2010b, p.36, tradução nossa).

A primeira República foi em si resultado de um processo de insurgência venezuelana e enfraquecimento político da Espanha. Antes disso, diversas lutas – entre os diferentes setores da classe dominante, entre classes trabalhadoras e as dominantes, e entre estas e o setor comercial e usurário – já abalavam a estrutura social da colônia. Os trabalhadores explorados – nos quais encontraram forte aliados a classe de *mantuanos*, brancos *criollos* da oligarquia local; os brancos da orla, filhos de espanhóis nascidos em terras americanas; e pardos proprietários – a quem lhes era negado participar nas decisões do país, estavam tomados por um sentimento de revolução, de transformação radical da sociedade.

3.2.2.1 Independência: antecedentes da luta

Em 10 de maio de 1795, uma conspiração que incluía escravos, negros livres, trabalhadores rurais, *cimarrones* (quilombolas) e indígenas em condição de servidão, toma por assalto a localidade de Curimagua, ao sul de Coro, atual estado Falcón. Seu líder era José Leonardo Chirino, negro livre, filho de escravo com índia, cujo trabalho implicava viajar constantemente às Antilhas, onde se divulgava com fervor notícias sobre os ideais revolucionários de Jean-Jacques Dessalines, herói da independência haitiana, e o caráter racial da revolução haitiana. As principais demandas eram: fim da escravidão, a aplicação da lei francesa e a eliminação da nobreza branca, derrogação dos impostos sobre transporte, que entorpeciam a economia dos pequenos produtores (ÁLVAREZ, 2010, p.59). No mesmo dia do levantamento, o número de insurretos aumenta de 200 a 300, com a incorporação de alguns brancos e de guerrilheiros. No entanto, em menos de quatro dias, a rebelião é violentamente sufocada pelas autoridades; Chirino é julgado em Caracas, decapitado, esquartejado e seus membros são expostos nas vias a Coro para servir de exemplo àqueles que violassem a lei que

proibia declarar liberdade aos escravos (*idem*).

Em 1797, Manuel Gual e José María España, organizavam uma conspiração que incluía brancos, negros e indígenas no porto de La Guaira, um dos principais da colônia venezuelana. Republicanos e entusiastas da Revolução Francesa, os dois *mantuanos* tinham constante contato com as ideias revolucionárias que chegavam da Europa e das Antilhas e propunham a liberação fiscal, o estabelecimento de um governo geral interino com deputados e representantes de todas províncias, a formação de exércitos populares em todo o país, o fim da escravidão, com liberdade e proteção a negros e indígenas. Um delator frustrou a rebelião, que foi violentamente reprimida. Gual conseguiu se exilar em Trinidad, onde um agente secreto espanhol o envenena em 1800; um pouco antes, em 1799, se corresponde com o revolucionário Francisco de Miranda, que responde:

[...] ainda que não nos resulte mais glória que a de ter traçado o plano e sentado os primeiros fundamentos de uma empresa tão magnífica, ficaremos muito bem pagos, delegando a nossos virtuosos e dignos sucessores o complemento dessa estupenda estrutura, que deve, se não me engano, surpreender os próximos séculos. (MIRANDA *apud* ARREAZA, 2010, p.64, tradução nossa).

Francisco de Miranda, eventualmente o primeiro Comandante em Chefe do exército venezuelano – um excepcional chefe militar, revolucionário que participou das Guerras Coloniais em Marrocos, da Guerra de Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa – estava entre 1790 e 1806 em busca de apoio internacional para custear essa “empresa tão magnífica”. A Inglaterra rechaçou apoiá-lo devido a acordos comerciais marítimos que mantinha com a Espanha e a França se viu incapaz devido às incursões napoleônicas pela Europa; mas, finalmente, Miranda conseguiu barcos e mantimentos no recém fundado Estados Unidos da América, que eventualmente voltaram atrás e se negaram a apoiá-lo evitando um compromisso total com as lutas da América Espanhola. Miranda propunha uma nação independente, regida por um Congresso com representantes desde o Mississippi, nos Estados Unidos, até a Patagônia argentina. A bordo do *Leander*, realizou duas tentativas frustradas em 1806, com armas e abastecimento primeiro dos Estados Unidos e depois do governo de Trinidad; mas o exército espanhol o antecipou em ambas ocasiões. Foi um dos mais destacados generais da luta pela independência e suas palavras, eventualmente, se tornaram realidade: Simón Bolívar, que muito aprendeu de Miranda sobre a arte da guerra, deu continuidade ao sonho da *Gran Colombia*, excluindo sagazmente o vizinho do norte, e lutando até a vitória pela independência dos países que hoje vão desde o Panamá ao norte, até a Bolívia ao sul e à Guiana ao leste.

Os ideais liberais que impulsionaram a revolução pela independência, como se vê nos exemplos acima, cobravam vigência entre as oligarquias *criollas*, os chefes militares e o povo em geral; dos elementos e relações sociais de dependência colonial, nascia a versão *criolla* do liberalismo burguês no continente sul-americano. Deste modo, Simón Bolívar, herói da independência venezuelana e *Gran Colombiana*, personificou esse desejo popular de transformação e cumpriu o papel histórico de mobilizar as forças revolucionárias para tal fim, ou, em suas próprias palavras: “No meio desta voragem de angústias, não fui mais que um mísero brinquedo do furacão revolucionário que me arrebatava como uma palha sem força.” (BOLÍVAR, 2010b, p.9, tradução nossa).

3.2.2.2 O sonho de Bolívar

Bolívar nasceu em 1783 em Caracas em uma família de *mantuanos*. Perdeu o pai aos dois anos de idade e a mãe aos nove, ficando sob custódia de um tio, que aos 11 anos o enviou para viver junto de seu professor da escola primária, Simón Rodríguez¹⁰. Depois recebe instrução de outro ilustre pedagogo latino-americano, Andres Bello, constitucionalista que influenciou a pedagogia continental e terminou seu trabalho de vida em terras chilenas. Foi acompanhado de Rodríguez que Bolívar, em uma viagem à Europa aos 22 anos de idade, assiste na Itália à coroação de Napoleão e jura, com a vista posta sobre as ruínas do que foi uma vez o grandioso Império Romano, seu compromisso de morte com a independência latino-americana. Mais que uma anedota personalista, o episódio do 'Juramento do Monte Sacro' reúne alguns elementos que elucidam o momento histórico que gestou os ideais da independência: 1) as ideias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade permeiam o discurso de juramento de Bolívar; 2) a incursão napoleônica sobre a Europa configurava conjuntura propícia ao esforço independentista na América Espanhola; e 3) a possibilidade de que Roma, capital do maior império Europeu de outrora, fosse subjugada por Napoleão permite vislumbrar o caráter histórico de todo grande império, como no caso era o espanhol.

Bolívar participa do movimento vitorioso de independência da Venezuela, que começa com a declaração da Junta Suprema em Caracas, em 19 de abril de 1810, inaugurando o período conhecido como Primeira República. Bolívar era membro da Sociedade Patriótica que deflagrou o movimento e teve seu batismo de fogo contra as forças realistas na batalha de

¹⁰ Simón Rodríguez (1769-1854), filósofo e educador venezuelano, que se preocupou sobretudo com a educação popular e com a originalidade da América Espanhola que levavá ao dilema “ou inventamos ou erramos”

Valência, da qual saiu com a patente de coronel dada por Francisco Miranda, comandante das tropas independentistas. A Primeira República, abalada pelos efeitos do terremoto de 1812, sucumbe à força das tropas realistas lideradas pelo general Monteverde que entra em Caracas em 30 de julho de 1812. Miranda aceita a capitulação, e por essa feita é posteriormente preso pelos revolucionários e acaba morrendo sob custódia das tropas espanholas.

O reagrupamento que ocorre após a derrota é em torno da liderança de Bolívar, que reinicia sua luta no Rio Magdalena (atual Colômbia) e se converte na principal autoridade das forças revolucionárias na medida em que se tornam conhecidos os feitos da Campanha Admirável, na qual cruzou com suas tropas, que cresciam a cada parada, a cordilheira dos Andes e entrou triunfalmente em Caracas no dia 6 de agosto de 1813. Outras campanhas paralelas, no Oriente e em *Los Llanos* asseguraram o domínio das forças revolucionárias, permitindo a fundação da Segunda República. Contudo, a Segunda República entre em crise com a migração para o Oriente, em julho de 1814, uma retirada de Caracas perante o avanço das forças do general José Tomás Boves, personagem controverso, por manobrar as sublevações de escravos, libertos e camponeses em favor das tropas realistas e contra a classe *criolla*.

Após a retirada, os patriotas venezuelanos são perseguidos e fustigados por uma coluna dirigida pelo general Morelos, porém conseguem reagrupar-se e seguem travando diversas escaramuças e batalhas paralelamente por todo o território. Um ponto de inflexão é, entre 1816 e 1817, a Campanha da Guayana (região que inclui os estados venezuelanos de Bolívar, Delta Amacuro e Amazonas, além da zona atualmente em litígio da Guayana Esequiba), na qual os patriotas se apoderaram de uma região rica em recursos naturais, que serviu de base para o lançamento de campanhas que selaram a definitiva expulsão dos espanhóis da região e a fundação da Terceira República. Este período republicano abarca o os anos de 1817 a 1819, quando se reúne o Congresso de Angostura e foi finalmente criada a *Gran Colombia*, país que abarcava os atuais Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá.

As disputas entre as oligarquias *criollas*, levou a *Gran Colombia* a desintegrar-se uma década depois. Alguns de seus representantes mais destacados, como Francisco de Paula Santander e José Antonio Páez, conseguem minar a autoridade de Bolívar e inclusive o proibem de pisar em solo venezuelano. Bolívar, que até então tinha Santander como seu vice, sai da presidência da República da Colômbia (*Gran Colombia*) em 1829 e logo depois Páez se converte no primeiro presidente venezuelano, designado pela Assembleia de San Francisco em 1830, que também desconheceu a autoridade de Bolívar e decidiu separar a Venezuela da Grande República. O Libertador morre isolado em 1830, mas seu exemplo e de suas ideias

sobreviveram e reemergem desde então no cenário político latino-americano, sua resiliência comprova sua importância e também a relevância da problemática integracionista em nosso século.

3.2.2.3 *O ideário bolivariano de integração continental e transformação social*

A seguinte passagem da Carta de Jamaica, na qual Bolívar expõe a um influente comerciante desta ilha as razões que fizeram sucumbir a Segunda República, explicita a conjuntura na qual O Libertador encontrou as imposições da dominação espanhola contra as quais se chocava o desenvolvimento das colônias americanas:

Os americanos no sistema espanhol que está em vigor, e quiçá com maior força que nunca, não ocupam outro lugar na sociedade que o de servos próprios para o trabalho e, quando muito, o de simples consumidores; e ainda esta parte limitada por restrições chocantes; tais são as proibições da Europa do cultivo de frutos, o estancamento das produções que o rei monopoliza, o impedimento das fábricas que a própria Península [Ibérica] não possui, as mordomias exclusivas do comércio até dos objetos de primeira necessidade; as travas entre províncias e províncias americanas para que não se comuniquem, entendam, nem negociem (BOLÍVAR, 2010a, p.29, tradução nossa)

Perante essa situação, ecoavam os princípios do ideário bolivariano, com destaque à proposta de unidade da América espanhola e repúdio ao domínio estadunidense sobre a região, pois, diferente do General Miranda, Bolívar já enxergava no crescente poder dos Estados Unidos da América uma ameaça à unidade e independência regionais. A concepção de uma vasta República, com um sentimento próprio latino-americano é um de seus legados políticos mais importantes, que cobra vigência na nossa conjuntura atual. Segundo o historiador Vladimir Acosta, no Manifesto de Cartagena, um dos primeiros documentos históricos de Bolívar, redigido em 15 de dezembro de 1812, logo depois do fim da Primeira República, estão explícitos dois traços importantes de sua estratégia de unidade, que permaneceriam em seu pensamento político até o final da Guerra de Independência:

A primeira é sua oposição ao federalismo, que [...] contribui a desintegrar nossas nascentes repúblicas; e a segunda, sua defesa de uma revolução continental, porque a América que quer se libertar da Espanha é uma única pátria e porque não há outra forma de enfrentar, com possibilidades de sucesso, o poder colonial espanhol. (ACOSTA, 2012, p.3).

Outra importante bandeira iluminista presente na guerra pela independência, desde a queda da Segunda República, foi a abolição completa da escravidão, ou seja, a igualdade entre compatriotas, cuja defesa Bolívar colocou em mesmo nível de importância

que a defesa da própria República (BOLÍVAR, 2010b, p.83). Finalmente, como parte do acervo incontestavelmente liberal que nutre suas propostas, Bolívar convence o Congresso de Angostura a respeitar, como “obrigação sagrada” a dívida contraída com os “amigos da humanidade” que financiaram grande parte do material para a guerra, de cuja fase final a Inglaterra participou com o envio de tropas: “A dívida nacional, Legisladores, é o depósito de fé, de honra e de gratidão da Venezuela. Respeitem-na como a Santa Arca, que encerra não tanto os direitos de nossos benfeitores, quanto a glória de nossa fidelidade” (BOLÍVAR, 2010b, pp.88-89). A independente República da Venezuela nasce financeiramente comprometida ao capital internacional, traço comum às nascentes repúblicas do continente em sua passagem à liberdade de mercado, em outras palavras, a independência política reforça sua dependência econômica. Porém, em um aspecto específico a independência venezuelana teve uma característica peculiar em relação a outras nações latino-americanas, que merece destaque ainda que não aprofundemos agora sobre suas consequências: o Congresso da *Gran Colombia* promulgou em 1824 a separação entre Estado e Igreja, princípio que foi ratificado pelo Congresso venezuelano em 1830 e de novo em 1833.

Neste contexto, a dissolução da Grande Pátria em diversos países, decretada em 1830, no Congresso de Valência, obedecendo à lógica federalista, pode ser considerada uma traição da oligarquia conservadora aos ideais bolivarianos e uma frustração gritante do sonho de unidade latino-americana. O Congresso Constituinte que enterra a *Gran Colombia* representou não apenas a configuração de Estados-nações mais fracos com economias mais dependentes, mas também a fundação da própria Venezuela como uma “nação recortada em senhorios locais, cuja maneira de se comunicar radicava na guerra civil permanente” (RANGEL, 1971, p.11).

3.2.2.4 Da independência à guerra permanente

Os liberais no pós-guerra se dividiram em duas correntes, a conservadora conhecida como liberalismo amarelo, que reunia a incipiente burguesia mercantil e usurária que em parte dominava a economia colonial e agora independente; e os liberais populares, que receberam o apoio de diversos setores da sociedade – desde pequenos proprietários e comerciantes urbanos vítimas das leis que favoreciam o capital mercantil, produtores rurais levados à bancarrota pela guerra, até escravos, servos, trabalhadores domésticos, indígenas, brancos da orla – cujos interesses foram excluídos da Constituição de 1830, documento que “afiançava a escravidão, protegia o latifúndio e restringia exorbitantemente a condição de

cidadania e participação democrática” (CALZADILLA, 2009, p.33). A disputa política entre estes dois setores, principalmente às vésperas da eleição de 1846, e na abundante imprensa popular na época, acirra a contradição entre o conservadorismo e os ideais de liberdade latente nos setores populares. Dessa contradição surgem diversas rebeliões locais, entre as quais se destaca o levantamento dos *llaneros*, camponeses da região rural de tradição pecuarista no centro-oeste do país liderados por Ezequiel Zamora, “branco de orla” e admirador da Guerra de Independência e dos ideais liberais. A revolta foi reprimida, porém despertou diversos outros levantamentos populares no país. Zamora foi um líder que: “Inventou os mecanismos de insurreição camponesa de 1846, para errar e reinventar a maneira de liderar a Revolução em 1858.” (CHÁVEZ, 2014, p.46).

A Guerra Federal de 1859-1864, liderada por Zamora, revive essa insatisfação popular com o liberalismo conservador que dominou a constituição, mobilizando negros, indígenas e camponeses em uma luta de extensões nacionais com as palavras de ordem: “Terra e homens livres. Eleição popular. Horror à oligarquia”. Diferentemente da Guerra de Independência, liderada por uma elite militar e branca, este conflito conhecido como A Guerra Longa ou Guerra dos Cinco Anos era predominantemente popular, com todas as raças e mestiçagens que caracterizam os trabalhadores pobres e tinha traços que, segundo a historiadora Rosanna Álvarez, a caracterizam como guerra de guerrilhas: batalhas com contingentes de no máximo 300 soldados; uma força constituída por civis enfrentando um exército melhor equipado e militarmente treinado; definitiva importância dos saberes populares, seu estilo de vida e conhecimento sobre o terreno como ferramentas estratégicas contra o inimigo (ÁLVAREZ, 2009, pp.44-45). Este foi o conflito mais duradouro para o povo venezuelano e mais custoso em quantidade de vidas, porém não conseguiu alterar a estrutura fundiária que compunha a economia do país.

No plano econômico, os resultados da Guerra de Independência foram principalmente a transferência dos latifúndios do setor vinculado à burocracia colonial a outro setor da oligarquia local, no caso, os liberais conservadores e militares que a eles se associaram depois da guerra, e a abertura completa do país ao mercado mundial. No entanto, a estrutura social e demográfica do país sofrera mudanças irreversíveis. Em todo o país, desde o início da campanha de independência, viram-se ocupações de terras por parte de negros e pardos que configurava uma nova classe de camponeses pobres e independentes, motivo de preocupação para tanto para realistas como para patriotas, pois reforçavam as pequenas revoltas localizadas contra o latifúndio, a servidão e a escravidão. Esta última deixava de ser rentável, principalmente depois da crise econômica de 1840-48, pois os preços das

exportações já não cobriam os custos de manutenção de força de trabalho escrava e sua abolição foi declarada em 1854 com direito a indenização para os proprietários, ainda que a escravidão tenha continuado a subsistir por muito tempo. O trabalho no campo venezuelano, que em 1891 ainda constituía 80% da força de trabalho (FIGUEROA, 1975, p.293), não se transforma tecnicamente, mas os escravos se transformam em camponeses com relações próximas às feudais: a indenização dos proprietários era declarada como dívidas que deveriam ser pagas pelos recém libertos com seu trabalho, os libertos recebiam lotes de terra improdutivas e pagavam uma parte em espécie aos proprietários ou eram contratados como *peones* (peões), trabalhadores livres que recebem pagamento em espécie ou em vales que só têm poder aquisitivo na plantação, o que implica endividamento progressivo do trabalhador e o fim de sua liberdade (FIGUEROA, 1978, p.391). Nas regiões urbanizadas, cuja força de trabalho constituía 19% em 1891 (FIGUEROA, 1975, p.293), os ex-escravos que dominavam ofícios reforçaram e desenvolviam o trabalho de artesanato, outros realizavam serviços doméstico e muitos foram constituir as multidões de indigentes e trabalhadores informais. Os latifundiários que compunham 1% da população total (*idem*), por sua vez, já não escapam dos intermediários que buscavam multiplicar o capital comercial e nem do capital usurário, de quem dependiam para financiar a produção. Durante um longo período de instabilidade e guerra, esse foi o principal capital a desenvolver-se na Venezuela e à medida que intensificavam os meios para se apropriar do dinheiro dos latifundiários, estes intensificavam a exploração sobre seus camponeses e escravos. Na segunda metade do século XIX, começou o desenvolvimento de pequenas “indústrias”, que eram na realidade oficinas de manufatura ou de trabalho artesanal, que somavam 354 em 1855; as principais atividades eram do setor têxtil, trabalho em madeira e couro (FIGUEROA, 1975, p.302); porém não puderam se desenvolver plenamente à indústria devido à predominância do latifúndio no país. Depois da Guerra Federal, grande parte do território pecuarista foi destruída, comprometendo o comércio e as exportações; o café cultivado nas regiões distantes do conflito começa a destacar-se como importante rubro no final do século.

O resultado das guerras se evidencia também no crescimento vegetativo da população na segunda metade do século XIX (FIGUEROA, 1975, p.310; 1978, p.401; RANGEL, 1971, p.18) e no censo de 1891, que aponta uma população economicamente ativa constituindo apenas 56% da população venezuelana, sendo que 34% do total eram menores de 14 anos (*idem*).

3.2.3 Venezuela e produção no século XX

Na virada para o século XX, a população venezuelana permanece predominantemente agrícola: em 1891 havia apenas quatro povoamentos com mais de 20 mil habitantes e 90% da população estava espalhada pelo país em condições rurais (FIGUEROA, 1975, p.316). O trabalho no campo continua em sua forma menos desenvolvida, sua produtividade limitada pelas condições e variações naturais e a exploração inalterada, seja através dos latifúndios ou pela coerção econômica sobre os trabalhadores livres agrícolas de pequenas aldeias; mantendo-se os *caudillos* locais, a economia dos grandes latifúndios é orientada para a exportação, os mercados reduzidos a este âmbito devido a uma população pobre demais para consumir, e as relações de produção continuam com caráter de servidão, sem nenhum desenvolvimento significativo das forças produtivas.

A acumulação de capital nos centros europeus e nos Estados Unidos começa a colocar à disposição das jovens ex-colônias um volume significativo de capital para investimento e parte deste começa a pôr sua vista sobre a Venezuela, que não pertencia ao grupo de territórios coloniais, mas de economias dependentes. Como observou Lênin:

Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. (LÊNIN, 1984, Cap. VI)

Deste modo, no século XX se inaugura para Venezuela o que Luis Britto Figueroa chamou de “período de penetração imperialista” (1978, *passim*), quando se estrutura o domínio do capital transnacional sobre a economia. Já existia investimento internacional na Venezuela muito antes disso – como quando em 1883, por exemplo, o estado outorgou a primeira concessão para exploração de asfalto para a companhia *General Asphalt of Philadelphia*, com sede em Nova York, EUA; ou todas as concessões a empresas transnacionais para construção de ferrovias no país, obras realizadas com empréstimos de bancos ingleses e alemães – porém não foram suficiente para transformar a economia do país. Internamente, os grandes produtores de café e cacau já exigiam no final do século XIX uma unificação nacional para liquidar as limitações à distribuição interna dos produtos e para diminuir o domínio desproporcional que tinham os comerciantes intermediários sobre o escoamento da produção ao mercado internacional; porém, como aponta Domingo Alberto Rangel: “[...] o trabalho de unificação foi concluído quando seu ritmo obedecia à exigência

dos interesses petroleiros já estabelecidos no país e seu beneficiário não seria outro que o imperialismo anglo-saxão, cujos tentáculos se preparavam para usufruir [desta unificação] a nossas custas” (1971, p.17, comentários entre colchetes nossos).

O chefe de Estado na virada do século, Cipriano Castro, exerceu uma ditadura após a derruba de Ignacio Andrade e encerrou com isto o período de predomínio do liberalismo amarelo. Uma coalização de *caudillos* e empresas transnacionais desencadeia uma guerra civil de três anos, sem conseguir derrotá-lo. Posteriormente eleito presidente constitucional, Castro outorgava concessões petrolíferas exclusivamente a venezuelanos e se opunha ao estilo de concessões que praticamente entregava¹¹ o petróleo nacional a monopólios internacionais como a *Royal-Dutch Shell* holandesa, a *British Controlled Oilfields* inglesa e a estadunidense *Standard Oil*. Estas gigantes internacionais tinham na Venezuela seu principal alvo da região e um campo de disputa pela nova riqueza, o ouro negro, participando ativamente de uma campanha pela destituição de Castro: alentavam “revoluções” locais e pressionavam o país economicamente junto a instituições financeiras internacionais, que cobravam uma dívida externa muito superior à real.

Entre as concessões de exploração petrolíferas realizadas por Castro a venezuelanos encontram-se, por exemplo, em 1905 uma concessão de 50 anos de exploração de petróleo no estado Zulia, que armazena cerca de dois terços do petróleo venezuelano; ou em 1907 uma concessão para explorar toda a Faixa do Orinoco, hoje a maior concentração de petróleo pesado e extra-pesado no mundo. Nenhuma das duas levou-se a cabo devido à incapacidade de execução dos contratos, mas os exemplos revelam os riscos e limitações que o país, não unificado e com forças produtivas pouco desenvolvidas, encontra para impulsionar sua indústria petroleira. Assim, mesmo com a tendência à conformação de um estado nacional, “as condições políticas imperantes na Venezuela favoreceram a distribuição do subsolo entre os amos do capital financeiro internacional” (FIGUEROA, 1978, p.363). As políticas protecionistas de Cipriano Castro não puderam impedir o advento do grande capital internacional sobre as riquezas do subsolo, pelo contrário, sua indisposição à entregá-las levou a sua queda através de um golpe de estado.

¹¹ Segundo Figueroa, a norma da política implementada inicialmente pelo estado venezuelano para a exploração de petróleo era: concessões de 50 anos com quatro anos de prazo para início das obras, e quatro anos de possível prorroga; impostos de “dois bolívares por hectare de superfície selecionada para exploração e quatro bolívares por tonelada. Além disso, tinham a liberdade para importas as máquinas necessárias sem pagar os impostos correspondentes.” (1978, p.365).

Depois dessa destituição forçada com apoio internacional, o primeiro vice-presidente de Castro, Juan Vicente Gómez, assume o poder e dedica sua duradoura estadia na presidência – ocupando o cargo diretamente ou através de presidentes provisórios sobre os quais exercia poder entre 1908 e 1935 – a limpar esse cenário de perpétuas guerras civis, estruturando ao seu redor um Estado-nação moderno, requisito imprescindível para o capitalismo petrolífero que viria a se desenvolver no século XX. Exterminando os tradicionais *caudillos* onde necessário e mantendo certas alianças regionais onde conveniente, Gómez foi livrando o território nacional dos “feudos herméticos que impunham um obstáculo insuperável ao desenvolvimento das forças produtivas” (RANGEL, 1971, p.16). O moderno estado do começo do século XX se sentava sobre três bases: uma burocracia fiel e bem armada, indicada pelo governo central; uma nova estrutura fiscal que centralizava parte da riqueza da nação; e o Exército, cuja união, identidade e fidelidade ao estado-nação foram forjadas sob o regime ditatorial *gomecista* (RANGEL, 1971, *passim*).

Somente a partir desse período, com um Estado-nação moderno, pôde ser concebida na Venezuela uma educação pública e nacional, apesar desta já constar no ideário de Simón Rodríguez, ainda no início do século XVIII em seu texto Reflexiones sobre los defectos que vician la escuela de primeras letras en Caracas y medios de lograr su reforma por un nuevo establecimiento. No que parece um movimento contraditório, foi justamente neste momento que foi concedida à Igreja Católica uma destacada presença na educação, até então laica, que perdura até o final do século, pois, “o gomecismo começará a conceder à Igreja muitas aspirações que, atados a seu ideário liberal, os caudillos do século XIX lhe negaram” (*op. cit.*, p.43).

Em relação à propriedade fundiária, as terras agrárias foram passadas às mãos da família Gómez e seus associados através de imposição violenta ou do peculato, concentrando um terço da terra cultivada em suas mãos (FIGUEROA, 1978, p.389), o que retira poder dos caudillos locais porém não altera a estrutura econômica no país, nem o caráter do trabalho; pelo contrário, reforça a estrutura de latifúndios. Esse processo de centralização é impulsionado também pela ruína de muitos latifundiários devido à força de atração da renda petroleira em detrimento dos outros setores da economia, o que significa mais poder para o governo central. A força de trabalho continua sendo predominantemente camponesa e também composta pelos *peones*, ou seja, relações de produção servis, acompanhadas pela prática comum do chicote até a década de 1930. Havia uma migração do campo aos centros de produção de petróleo, camponeses transformados em operários assalariados, ou o nascimento de um proletariado petroleiro, que aumentou de 2.385 trabalhadores permanentes e 5.600

intermitentes em 1915 a, respectivamente, 8.725 e 11.125 em 1921, ano do boom petrolífero FIGUEROA, 1978, p.420).

O desenvolvimento da exploração de petróleo implica que um dos setores mais avançados da economia internacional, em termos de acumulação de capital e tecnologia, entram a um país com baixo desenvolvimento das forças produtivas; deste modo, com o crescimento desta indústria estratégica, poucos setores da economia receberam a atenção e o investimento das classes dominantes que estão até hoje majoritariamente vinculadas à atividade extrativista e à exportação/importação de bens. Outra riqueza natural descoberta pelo capital estrangeiro e a ele entregue sem rodeios a partir de 1940-50 foi o mineral de ferro; as concessões obedeciam um modelo parecido às primeiras concessões de petróleo de 1907-1915 e, até 1955, os EUA eram os únicos investidores nesse setor. No Gráfico 6¹², podemos observar a ascensão, na primeira metade do século XX, desse vizinho do norte ao seu lugar como principal destinatário das exportações venezuelanas.

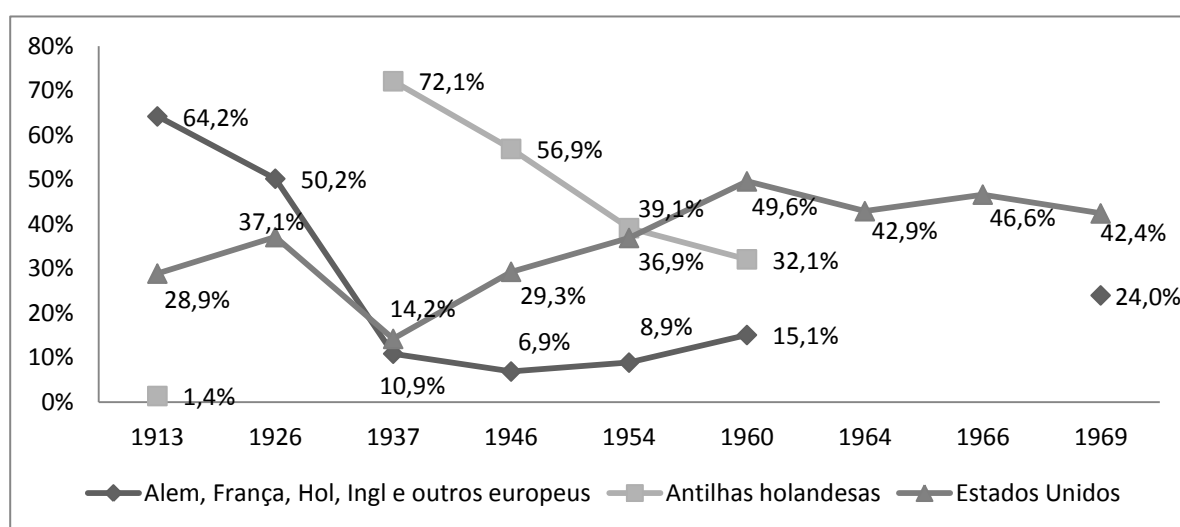


Gráfico 6 – Exportações Venezuelanas segundo país de destino (1913-1960)

Fonte: FIGUEROA, 1978, pp.471-2; 2011, p.779

Em 1913, época anterior ao desenvolvimento petrolífero, a Alemanha, França, Inglaterra e outros países europeus recebiam 64,2% das exportações venezuelanas (entre elas o pouco de petróleo), os Estados Unidos, 28,9% e as Antilhas Holandesas (filial local da Royal-Dutch Shell), 1,9%. Já no boom petrolífero de 1926, as exportações dos EUA vinham

¹² Apesar de faltarem dados em alguns anos nos Gráficos 6 e 7 (próxima página), contando apenas com os dados para os EUA a partir de 1960, considero que ajudam a entender a tendência geral das relações internacionais venezuelanas entre 1913 e 1969.

em um movimento de ascensão, que se viu comprometido no pós-criese de 1929, mais especificamente entre 1928 e 1933, quando a participação estadunidense cai drasticamente a 14,23%; assim como a europeia, que continua em descenso até depois da II Guerra Mundial em 1946. Porém é importante destacar que as exportações às Antilhas Holandesas, que aumentaram de 1,4% em 1913 a 72,1% em 1937, constituem uma exportação indireta à Holanda, que se beneficiou tanto da crise nos EUA quanto da guerra europeia. Já em 1960, se desenhava o domínio americano sobre as exportações venezuelanas, das quais 15,1% iam aos países europeus, 49% aos Estados Unidos e 32,1% às Antilhas. Como pode ser visto no Gráfico 6, a partir desta década, as exportações venezuelanas aos EUA nunca caíram abaixo de 40% e, até 1969, as europeias não ultrapassaram 25% (FIGUEROA, 1978, pp. 471-3; 2011, p.779).

Um comportamento similar pode ser observado em relação às importações venezuelanas, como demonstra o Gráfico 7. As importações dos EUA à Venezuela aumentaram ininterruptamente de 35,6% do valor total das importações em 1913 a 70,3% no pós-guerra de 1946, oscilando levemente até chegar a 49,5% em 1964, resultado de uma década de industrialização dependente. A burguesia venezuelana se desenvolvia mantendo vínculos econômicos, políticos, afetivos e militares com sua nova metrópole imperial: os Estados Unidos; durante sua história, deu prioridade a esses vínculos em detrimento do desenvolvimento do país, construindo uma forte identidade de classe com os centros imperialistas e um rechaço a tudo que fosse *criollo*.

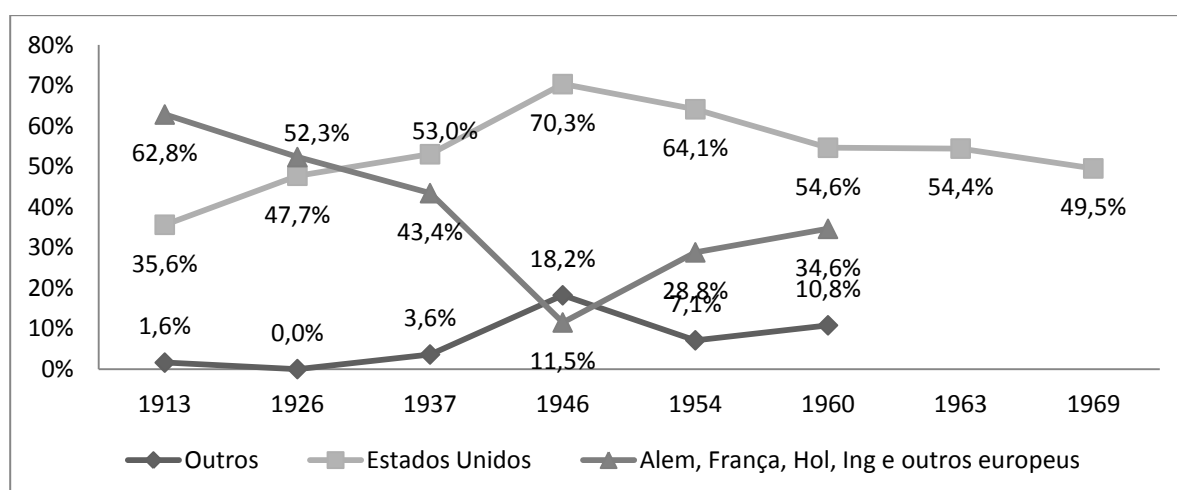


Gráfico 7: Importações Venezuelanas segundo país de origem (1913-1969)

Fonte: FIGUEROA, 1978, pp.472-3; 2011, p.779

A importância do petróleo sobre as relações exteriores e o orçamento nacional aumentou significativamente nesse mesmo período. Segundo Carlos Lander Marques, diretor da *Creole Petroleum* em entrevista à *Radio Reloje Continente* na década de 1960, em 1920, o orçamento nacional era de 105 milhões de Bolívares, dos quais 1.465.000 Bolívares vinham do petróleo; em 1969, o orçamento foi de 9,7 bilhões de Bolívares e o petróleo teve uma participação de 5,7 bilhões, ou seja, 59% do orçamento nacional. (VENEZUELA, 1973, 00:21:10). Através de investimentos monopolistas, entre 1960 e 1969, entraram ao país 3.022 bilhões de Bolívares e saíram no mesmo período 10.686 bilhões; um lucro de 7.644 bilhões retirado pelo capital estrangeiro. Em 1973, 25% de todo investimento estadunidense na América Latina foi destinado à Venezuela (VENEZUELA, 1973, 00:39:12). A presença estadunidense é forte e declarada, a ponto dos altos cargos do país caribenho nunca terem sido ocupados por pessoas que não caíssem nas graças de Washington (RANGEL, 1971, p.28), inclusive depois da nacionalização do petróleo em 1975.

No contexto interno, eleições indiretas levam Eleasar Lopez Contreras à presidência em 1936 e Isaias Medina Angarita em 1941. As primeiras eleições diretas do século XX ocorreram em 1947, pouco depois do Golpe de Estado que põe Rómulo Betancourt no poder em 1945 – uma coalizão da esquerda venezuelana civil-militar, com o partido *Acción Democrática* adiante, que tinha o voto universal como principal bandeira – e pouco antes do Golpe de Estado de 1948 – perpetrado por uma união de militares com a direita política, que leva Carlos Delgado Chalbaud ao poder, assassinado dois anos depois, quando assume o poder o ditador Carlos Pérez Jimenez como presidente de uma junta militar. Entre 1952-58, foram assentadas as bases para o neocolonialismo da economia venezuelana, cuja estrutura de dependência apenas se fortalece.

Tanto as leis de Reforma Agrária, como a II Guerra Mundial, favoreceram o desenvolvimento da pequena indústria leve venezuelana, que até a década de 1940 ainda era basicamente trabalho artesanal. Em 1945, com o objetivo de fomentar a indústria nacional é levada a cabo a política de *Sembrar el petroleo* (Semear o petróleo), com o intuito desenvolvimentista que caracteriza a América Latina na época, porém em 1947 já se estabeleciam no país as empresas mistas de capital nacional público e estrangeiro, principalmente do famigerado grupo Rockefeller (FIGUEROA, 1978, pp.518-9). Assim, a indústria nacional não conseguiu se livrar das amarras do latifúndio, pois continuava principalmente no nível da manufatura ou do artesanato; nem do petróleo, pois qualquer investimento público até hoje depende da renda petroleira; e muito menos do capital internacional, que já dominava a indústria de petróleo e ferro e passou a controlar a incipiente

indústria. A produção de bens de consumo cresceu sob domínio do capital internacional, que substituía progressivamente a participação *criolla*, levando assim a mais-valia extraída dos trabalhadores venezuelanos para latitudes ao norte. De 1949 a 1973, o capital internacional retirou do país 24 vezes o investimento líquido realizado em 24 anos (VENEZUELA, 1973, 00:40:08).

Esse mesmo período de progresso petrolífero assistiu a reconfiguração populacional do país; surgimento de uma classe operária urbana era acompanhado por uma intensa migração do campo à cidade. A população rural em 1926 representava 85% da população nacional, enquanto apenas 15% estava nas cidades; em 1950, essas proporções haviam se alterado a 46% e 54%, respectivamente; já em 1961, a população rural representava cerca de 35% da população nacional (FIGUEROA, 1978, p.553). A população de Caracas em 1926 era de 135.253 pessoas, foi nesse período que começou a ocupação irregular da região metropolitana e surgiram os *ranchos* (barracos), que constituíam a moradia das camadas mais pobres dos trabalhadores urbanos até a virada do século. Da população que vivia nos *barrios* (favelas) entre 1936-1945, 18% da população em condições de trabalhar estavam desocupadas, 22% trabalhava três dias por semana e 60% trabalhavam em tempo completo; a partir de 1956, 48% da população economicamente ativa dos *barrios* estava desempregada, 38% trabalhavam três dias por semana e apenas 18% tinham ocupação permanente. Isso se deve, em parte, ao processo de expulsão dos trabalhadores rurais da terra, seja pela redução da produção agrícola no geral, seja pela mecanização do campo.

As décadas de 1950-60 viram um crescimento na mecanização da produção nacional, facilitada por políticas de fomento à indústria como câmbio favorável e redução de tarifas alfandegárias, o que se resume a “muito capital e pouco emprego” (FIGUEROA, 1978, p.522). Em 1950, os setores petróleo, manufatura, mineração e construção representavam, conjuntamente, 17,5% do capital nacional e empregavam 20% da população economicamente ativa; a agricultura representava 18,6% do capital e empregava 41% da população; e os serviços, 5,4% do capital e 20% do trabalho. Já em 1959, petróleo, manufatura, mineração e construção, representavam 23,8% do capital existente e empregavam 20,9% da população economicamente ativa; a agricultura cai a 13,4% do capital e 33% do emprego; e os serviços a 7,4% do capital e 20,9% do emprego (FIGUEROA, 1978, p.523). A população rural na Venezuela em 1961 era composta 65% por *peones* e camponeses vinculados à terra e 15% eram trabalhadores que trabalhavam a terra em troca de pagamento em espécie ou dinheiro; esta última constitui a principal base de emigração às cidades (FIGUEROA, 1974, pp.574-5).

A década de 1950 transformou também a configuração do trabalho na atividade de

manufatura venezuelana: em 1951, o setor industrial empregava 44,5% dos trabalhadores dedicados a esta atividade, o restante era composto por artesãos e trabalhadores a domicílio; em 1960, os primeiros constituíam 66,4% do total (FIGUEROA, 1978, p.595).

A população operária venezuelana demonstrou sua força política através da greve do setor petrolífero de 1936, levando à aprovação da primeira Lei do trabalho em 1938, que reconhece a todos trabalhadores do país direitos como jornada de oito horas, indenização por acidente no trabalho, férias e feriados, salário igual para trabalho igual e o direito a se organizar em sindicato (*op. cit.*, p.590). Com o período de industrialização e com a migração às cidades, a quantidade de trabalhadores no setor aumentou a um total 55.170 em 1948; porém, o processo de mecanização e automação característico das décadas de 1950-60 reduziu esse número progressivamente à metade, totalizando 27.257 trabalhadores em 1962. A mecanização reduz também a proporção entre operários e empregados, que representavam 71% e 29% respectivamente do total de trabalhadores em 1948 e chegaram a 52 e 48% em 1962 (FIGUEROA, 1978, p.590); este fato é mais uma evidência da tendência ao trabalho intelectual dominar o manual no desenvolvimento do capital. Entre os empregados, havia uma brecha entre o valor da força de trabalho estrangeira e a venezuelana, cujo salário médio anual representava 70% do salário estrangeiro em 1948 e em 1960 passou a 44,7%. Isso implicou uma incorporação maior de venezuelanos ao quadro de empregados, porém em condições mais precárias que dos estrangeiros substituídos por eles (*op. cit.*, p.593). A classe trabalhadora venezuelana não foi poupada da tendência oportunista anunciada por Lênin como aristocracia operária, que junto à burocracia parasitária e negociadora reduzem o poder combativo do setor a uma posição de conciliação com a patronal, que mantinha por sua vez na década de 1950 e 1960 policiais particulares e uma folha de pagamento aparte para as autoridades civis e militares de suas respectivas jurisdições. Figueroa atribui a causa dessa passividade dos trabalhadores não apenas à violenta repressão a que eram submetidos, mas também à institucionalidade política e de classe que sustentava essa severa exploração e à educação empreendida pelas empresas e órgãos públicos para dissimular sua condição e as relações de produção vigentes (1978, pp.590, 593-4).

Podemos anotar outro legado da década de cinquenta à educação do povo venezuelano:

Não é por acidente que desde 1949 legiões de sociólogos norte-americanos chegaram a nosso país em busca de materiais para as pesquisas patrocinadas pela Fundação Ford, a fundação Rockefeller ou qualquer um dos departamentos das universidades norte-americanas interessadas em estudar América Latina. Não é acidental que a Creole [Petroleum] auspiciara a organização de um 'Departamento

de Sociologia e Antropologia', depois Escola da Faculdade de Economia e Ciências Sociais. [...] Em 1958 os monopólios estavam em condições de saber para onde 'soprariam os ventos' na Venezuela na hora da substituição da ditadura por qualquer outro tipo de combinação. (FIGUEROA, 2011, p.719-20, tradução nossa).

Perez Jimenez é tirado depois de seis anos no poder por um Golpe de Estado, militar com participação civil. Apesar da grande articulação da esquerda e da participação popular, essencial para derrocar o ditador, a social-democracia (partido *Acción Democrática*) e a democracia-cristã (*COPEI*) traíram o programa acordado e firmaram o famoso *Punto Fijo* que deu início ao regime bipartidário, a fase de 'estabilidade política', que na prática significou uma ditadura civil, colocando na ilegalidade o Partido Comunista da Venezuela e outras organizações de esquerda que participaram do levantamento popular que fundou a chamada IV República em 1958. Nos governos subsequentes, crescem e se desenvolvem as principais tendências econômicas citadas antes, agravadas pelo próprio desenvolvimento do capital internacional e do neoliberalismo, levando a Venezuela no final do século XX a índices altíssimos de pobreza apesar de ser o principal exportador de petróleo do continente. Soma-se a isso a insuficiência da agricultura venezuelana e se conclui o quadro de total submissão do país ao capital internacional: a Venezuela importava papel higiênico, maquinaria industrial e o frango que chegava à mesa do trabalhador. O setor comercial responsável pela distribuição dos produtos básicos, desde a década de 1960, utilizava manobras especulativas para aumentar artificialmente os preços, criavam situações de escassez artificial para fins econômicos ou políticos, apoiando-se principalmente no setor informal: a farinha desaparecia dos supermercados e armazéns para aparecer à venda nos camelôs da capital acima do preço regulamentado.

Nota-se que os Golpes de Estado não são exceção na política do país, foram sete tentativas ou golpes de fato entre 1945 e 1992 (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2002, *passim*). Isso demonstra de certa forma o que o historiador Domingo Alberto Rangel aponta como outro legado do estado moderno fundado por Gómez: “nenhum regime venezuelano surgiu ou permaneceu na direção do país sem a anuência ou iniciativa das Forças Armadas.” (1971, p.37). Porém, nem toda insurgência foi apenas militar. Roberto López Sánchez afirma que a história venezuelana “está caracterizada pelas contínuas revoluções políticas nas quais um grupo insurgente de raízes populares derroca o previamente existente; assim aconteceu no processo independentista e continuou em 1848, 1863, 1870, 1899, 1945, 1958 e 1998,” (2002, p.2), o que implica que nenhum grupo econômico hegemônico tenha dominado a política nacional tanto tempo como o fez a IV República, que em si repartia o poder entre dois setores distintos reunidos em *AD* e *COPEI*.

A crise do petróleo em 1957 inaugura a passagem da política econômica venezuelana de equilíbrio fiscal e hostilidade ao endividamento disfarçado de paradigma keynesiano (RANGEL, 1971, pp.334-5). Intensificação dos mecanismos de extração de mais-valia através do sistema financeiro, submetendo a força de trabalho local a salários de fome e restringindo o lucro da indústria local à parte que sobrava depois de pagar juros internacionais é o que se apresenta de novidade para o desenvolvimento venezuelano nas últimas três décadas do século XX (RANGEL, 1971, pp.271-391). A centralização de capitais nas mãos de cerca de 12 grupos empresariais constitui a oligarquia *criolla* contemporânea. Durante este período, os grupos que decidiram os rumos da Venezuela, maior produtor de petróleo e território geograficamente estratégico para a entrada ao continente, seguiram obedientemente as receitas dos centros imperialistas para seu desenvolvimento econômico. O receituário neoliberal para a América Latina já estava elaborado no final da década de 1970 e incluía a desvalorização das moedas locais frente a um dólar valorizado, militarização da polícia, estatização das dívidas e corte nos gastos públicos (DOS SANTOS, 1999, pp.143-5).

3.3 Caracazo: o fim e o começo

A partir de 1974, o *adeco* Carlos Andrés Pérez (CAP) assume a presidência do país, em um período no qual o país foi apelidado popularmente como “Venezuela Saudita”. Com a batalha do Yom Kipur em 1973, o preço do petróleo sobe de US\$2 para US\$14 dólares por barril e o país mantém um crescimento médio de 8% ao ano devido à entrada dos 'petrodólares' estadunidenses que o embargo árabe rechaçava. Mesmo nestas condições, CAP deixa a presidência do país em 1979 com uma dívida externa duas vezes maior que no início de seu mandato. No começo dos anos 1980, durante o governo da democracia-cristã (COPEI), o preço internacional do petróleo volta a cair, a dívida externa pesa ainda mais sobre a economia nacional e a desvalorização do Bolívar é inevitável para a política econômica, conjugando o episódio de 1983 denominado *Viernes Negro* (sexta-feira negra), prelúdio do que estaria por vir em 1989. Iradia Sulbarán assim o sintetiza:

A crise à espreita desde a década de 70 se intensificava. A recessão econômica conjugada ao clientelismo partidário, a corrupção e a crescente incapacidade do estado de proporcionar uma adequada base de serviços sociais (educação, saúde, segurança social), constituíam sinais de que a crise não só era econômica, mas também social. (SUIBARÁN, 2011, p.60)

O presidente do turno AD, Jaime Lusinchi, assume o país em um momento de grave crise econômica e sua gestão se caracteriza pelos planos de renegociação da dívida, decretada em 1986 pelo próprio presidente como “o melhor refinanciamento do mundo” (*apud* MEMORIAS, 2009, p.50), que teve certa eficiência apenas até a queda no preço do petróleo, que submeteu a economia nacional a uma situação insustentável. Ao final de seu mandato em 1989, as reservas internacionais estariam esgotadas, a inflação geral em 52,1% – especificamente no setor de alimentos e bebida alcançou 102,9% em 1989 – e o índice oficial de desemprego estava em 9,6% (*op. cit.*, p.56). A nova instituição criada para o controle de diferentes taxas preferenciais de câmbio viria a ser cenário de diversos escândalos de corrupção nos próximos anos; a escassez de produtos básicos, gerada pelo comportamento especulativo dos setores de distribuição, acompanhada pelo baixo poder aquisitivo do salário mínimo desvalorizado, suficiente para comprar em janeiro de 1989 2Kg de tomate no mercado informal (ÚLTIMAS NOTICIAS *apud* MEMORIAS, 2009, p.60), contribuía com o sentimento de desespero da população.

As eleições de 1988 rompem com a alternância *puntofijista* e o *adeco* Carlos Andrés Pérez é eleito sobre a lembrança de crescimento econômico que caracterizou sua primeira presidência, refletindo a esperança popular de melhores dias em um momento de “esgotamento político com o bipartidismo tradicional e com as velhas figuras políticas” (SULBARÁN, p.70). CAP chega a um país desolado socialmente, politicamente degenerado e economicamente destruído: 83% da população vive sem infraestrutura básica e 70% está em condições de subalimentação (CÉLULA, 2009, 00:13:00). A situação econômica que Lusinchi deixou no país não poderia mais ser encoberta por discurso político e no primeiro mês de seu mandato, CAP implementa no país o famigerado *pacotazo neoliberal*, conjunto de medidas econômicas ditadas pelo FMI que todos nós latino-americanos tivemos o desprazer de conhecer. Na Venezuela, as medidas incluíam acabar com a regulação de preços sobre produtos da cesta básica, liberar as taxas de juros, aumentar o custo dos serviços públicos como água e luz, aumentar o preço do transporte em 30%, a gasolina em 100% e aumentar o salário da administração pública. Porém, em resposta a este *pacotazo* sucede algo novo, a população caraquenha saiu em massa a protestar de maneira violenta, destruindo e saqueando, comportamento que foi imediatamente reprimido pelas forças armadas. As imagens da época demonstram claramente o caráter de classe e as motivações de quem estava na rua: “Sempre as medidas econômicas afetam o povo, nunca afetam a parte aristocrática!” (CÉLULA, 2009, 00:06:10).

Se uma contradição não se resolve, ela se acirra. Uma classe não pode exterminar a outra sem seu extermínio mútuo, depende dela: não há capital sem trabalho. As manchetes de dois principais jornais em dias subsequentes citam estimativas oficiais que situam o número de mortos em 400 durante os quatro dias que duraram os protestos (MEMORIAS, 2009, p.63) e em 800 nos seis dias de repressão militar (*op. cit.*, p.60); antes disso, segundo os expedientes da contrainteligência militar apurados pela Comissão pela justiça e verdade da Venezuela, a IV República deixou 1292 vítimas de violência – tortura, prisão, assassinato, desaparecimento forçada, abuso de poder – em 40 anos de governo (PRENSA CJV, 2015): não puderam, nem assim, acabar com seu antagonista. Da morte, surge a vida; esse genocídio deixou, contraditoriamente, plantada uma semente no povo bolivariano e o rechaço ao neoliberalismo constituiu-se em força política. O *Caracazo* é o ponto de chegada e fim de um ciclo, mas é também início de um processo; é o salto qualitativo resultado de um acúmulo quantitativo. Não era a primeira vez que o transporte aumentava de preço, nem que o bolívar se desvalorizava; pelo contrário, foram muitos episódios como estes que constituíram a política neoliberal da IV República. O acúmulo de insatisfação que conjuga um novo processo político-social responde a medidas econômicas desenhadas a favor do capital financeiro e especulativo em detrimento da população do país; dois exemplos que precederam o *Caracazo* ajudam a ilustrar a tensão política que caracterizava a época (MEMORIAS, 2009, p.51-3):

1. Em março de 1987, um poderoso advogado da cidade de Mérida, noroeste do país, disparou contra um estudante de engenharia da Universidad de los Andes que, durante festas de rua, urinou na porta de sua casa; um grupo de estudantes reagiu incendiando a mansão, cujo proprietário foi salvo pela polícia local. Uma vez que foi anunciada a morte do jovem engenheiro, a cidade estudantil entrou em convulsão: barricadas foram armadas em vários pontos da cidade, ônibus destruídos, edifícios foram apedrejados e queimados, entre eles a sede da AD, e seguiram-se ataques e roubos a diversos pontos comerciais. O governo de Lusinchi, que deteve 500 pessoas nos três dias de protesto, alegou que os acontecimentos foram promovidos por grupos de extrema esquerda que tentavam gerar instabilidade.

2. No estado Apure, fronteira com a Colômbia, em outubro de 1988 foram assassinados 14 pescadores que o governo identificou como guerrilheiros colombianos. Em poucos dias, dois sobreviventes contaram sua versão da história,

desmentindo a versão oficial e oferecendo detalhes do massacre perpetrado pelas forças especiais de contrainsurgência, evidência da violência e manipulação midiática com a qual se movia o governo. Este, se negou a investigar os fatos, gerando uma comoção nacional contra a tergiversação de um acontecimento extremamente grave.

A partir de 1989, a “Venezuela se transformou em uma sociedade de protesto e rebeldia, onde os eventos de protesto social se duplicaram em relação aos que ocorreram entre os anos de 1958 e 1970” (MANTEROLA e CÓRDOVA, pp.119-120); o país estava, portanto, em convulsão. A situação se intensificou com as duas tentativas de golpe de Estado em 1992, que polarizam ainda mais a situação política do país. No episódio de 04 de fevereiro, cujo fracasso o converte em um ato simbólico de significado histórico, surge um grupo de militares cujo líder fez duas coisas que corresponderam aos anseios do povo venezuelano: 1) Entra com um tanque ao Palácio de Miraflores, sede do governo central, arriscando a vida para enfrentar os políticos que o povo identificava como seus inimigos; 2) Assumiu toda responsabilidade pelo que aconteceu, o que nenhum político venezuelano tinha feito até então. O jovem Chávez personifica assim a esperança de mudança e, no mesmo ano, começaram as mobilizações políticas em apoio ao Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), movimento cívico-militar que organizou a conspiração. A própria institucionalidade da IV República não pode sustentar a situação de ingovernabilidade vigente e em 1993 o Congresso destituiu CAP do poder por malversação comprovada de fundos.

A década de 1990 não trouxe mudanças significativas para a classe trabalhadora venezuelana, apenas a continuidade do projeto neoliberal sobre a economia do país. Vale destacar duas medidas específicas que foram tomadas pelos governos de turno que representaram um retrocesso ainda maior nas condições de vida dos trabalhadores: as alterações à Lei do Trabalho e a chamada Abertura Petroleira. A primeira, as alterações à Lei do Trabalho em 1991 e 1997; o primeiro caso foi um esforço de reunir diversas leis e marcos regulatórios em um único texto e implicou a ênfase sobre o contrato individual e a disputa individual do trabalhador com o patrão, restringindo os mecanismos de contrato e negociação coletivos; e incluiu novas definições de remuneração do trabalho para reduzir o salário nominal do trabalhador na hora de calcular as prestações sociais, ou seja, ao integrar à base da remuneração do trabalhador outros benefícios trabalhistas - bônus noturno, hora extra, férias remuneradas, etc; - a base para cálculo das prestações sociais foi reduzida a 16,5% do salário real (BERNARDONI DE GOVEA, 2011). A segunda lei do trabalho de 1997 elimina a

retroatividade do cálculo de prestações sociais no pago de antiguidade e liquida o Instituto Venezuelano de Seguridade Social. (DA COSTA, 2013, p.2). Já a abertura petroleira, em resumo:

Sob o argumento verdadeiro da necessidade de se recuperar níveis satisfatórios de reservas provadas, muito minguadas no momento da nacionalização, permitiu-se que a PDVSA não pagasse dividendos a seu único acionista (o Estado) por anos. Apenas a aguda crise econômica de 1994, causada pela mais severa crise financeira do país em toda sua história, forçou o governo de então a exigir pela primeira vez o pagamento desses dividendos. Diversos mecanismos criados e aperfeiçoados durante o período concessionário para garantir uma adequada participação do fisco nos rendimentos do negócio petroleiro foram sendo desmontados. Os royalties, por exemplo, estabelecidos em no mínimo um sexto pela Lei de 1943, passou a ser um máximo e em algumas associações da Abertura chegaram a fixá-lo em 1%. Os Valores Fiscais de Exportação, que serviam como instrumento de tributação indireta em momentos de ganhos excessivos devido aos elevados preços do petróleo no mercado internacional, foram, por pressão da corporação, eliminados. Uma grande quantidade de investimentos no exterior, com pouquíssimo controle por parte do Executivo e com dividendos inexistentes, elevaram os custos demasiadamente, reduzindo desta maneira a arrecadação tributária. Tudo isso resultou em uma significativa queda da participação estatal no negócio petroleiro venezuelano. (PDVSA, 2005a, tradução nossa).

Depois de sair da cadeia em 1994, Chávez se dedica a construir uma articulação política para as eleições presidenciais de 1998, reunindo diversos partido de esquerda e um novo partido, o Movimento V República (MVR), no Pólo Patriótico, que resultou eleito com 56,20% dos votos válidos; o candidato proposto pela coalizão que incluía *AD* e *COPEI*, Henrique Salas Romer, ficou em segundo lugar com 39,97%. Segundo dados do Conselho Nacional Eleitoral, a abstenção foi de 36,55% e os votos nulos totalizaram 5,55% (CNEa, p.1). Começa em 1999 a chamada Revolução Bolivariana.

3.4 Revolução Bolivariana

Chávez chega ao poder com um novo projeto de país, que convoca o povo a participar na transformação das instituições até então existentes e construir, assim, o chamado poder constituinte que dever surgir da participação popular e substituir o antigo poder constituído. Segundo o programa desenvolvido originalmente pelo MBR-200, que o levou ao poder, deveria ser criado um novo sistema de governo “que abra com amplitude ilimitada os espaços necessários, onde os povos, a massa popular, se desdobrem criativa e eficazmente e obtenham o controle do poder para tomar as decisões que afetam suas vidas diárias e seu destino histórico.” (CHÁVEZ, 2014, p.70). As cifras apresentadas no início deste capítulo evidenciam, através de indicadores gerais, que a população venezuelana teve importantes

conquistas em relação a sua qualidade de vida desde 1999, início da gestão bolivariana, período também conhecido como V República. Esta seção destaca alguns elementos deste projeto e as medidas e políticas baseadas no mesmo que promoveram melhoras para os trabalhadores venezuelanos em relação a suas condições de vida e, especificamente, de trabalho através da autogestão. Para poder implementar esse projeto, parte da campanha do Polo Patriótico propunha a realização de uma Assembleia Constituinte ampla e popular, para alterar a Carta Magna do país e incorporar diretrizes coerentes com as transformações necessárias à satisfação dos anseios da população.

Diferente dos processos revolucionários clássicos, que foram realizados através da toma do poder pela via do enfrentamento armado, o movimento bolivariano chega ao governo da Venezuela através de eleições democráticas, respeitando o estado de direito e suas instituições. Importante ter presente o caráter dialético deste processo de transformação, no qual forças políticas com interesses opostos disputam o domínio sobre diversos aspectos da vida social em um constante devir. Do mesmo modo que grande parte da sociedade venezuelana luta para sair da situação na qual se encontrava no final do século XX, dialeticamente, outra parte se resiste a mudar e permitir que o país deixe de ser o que tinha sido até então; a Revolução Bolivariana não constitui um processo homogêneo. A Assembleia Constituinte é um exemplo de como a Revolução Bolivariana se propôs alterar essas instituições cujo funcionamento era questionado pela população; ela foi uma das principais propostas na campanha do Pólo Patriótico. Isso é uma contradição constante do processo, a coexistência do poder constituinte como expressão do novo que surge como poder popular através dos movimentos sociais, das novas leis e instituições que o promovem; com o poder constituído, que resiste para manter-se como instituições legitimadas pela legalidade e estrutura econômica da qual desfrutam.

3.4.1 Um projeto de país: A árvore das três raízes

Como fundamento do projeto de um novo país, Chávez propôs um programa baseado nos ideais da independência venezuelana, o resgate da história de luta do povo venezuelano como proposta para a construção de um futuro diferente: “um modelo ideológico autóctone, enraizado no mais profundo da nossa origem e no subconsciente histórico do ser nacional” (CHÁVEZ, 2014, p.35). Apresenta este modelo através da figura d uma árvore com três raízes: Samuel Robinson, condinome de Simón Rodriguez, educador popular, professor de Simón Bolívar e defensor dos ideais independentistas; Simón Bolívar, líder heroico da

independência e da constituição da *Gran Colombia*; e Ezequiel Zamora, o General do Povo Soberano que lutou por manter a proposta original de independência.

A raiz de Samuel Robinson, ou Simón Rodríguez, representa o resgate da educação popular como eixo do desenvolvimento de uma população crítica e criativa, base para a construção de um país independente. Parte desta proposta teórica está baseada na disjuntiva: “ou inventamos ou erramos”, ou seja, há duas alternativas, a de “inventar novas instituições para as emergentes repúblicas latino-americanas ou de errar no caminho, caindo no simplismo de copiar modelos de outros tempos, outras atitudes, outros homens” (CHÁVEZ, 2014, p.42). Rodríguez apresenta também a ideia de uma sociedade democrática cuja população possa identificar de maneira soberana suas necessidades e os meios para satisfazê-las, uma democracia onde o ser humano e a solidariedade são elementos fundamentais, contra a ideia de que os indivíduos devam delegar suas decisões em outros, ou seja, a ideia de democracia participativa e não representativa: “Os homens não estão em sociedade para dizer-se que têm necessidades – nem para aconselhar-se que busquem como resolvê-las – nem para exortar-se a ter paciência; mas para consultar-se sobre os meios de satisfazer seus desejos, porque não satisfazê-los significa padecer.” (RODRIGUEZ, 1988, p.130). Neste sentido, surgem todas as propostas para o desenvolvimento do sistema de educação nacional, cujas conquistas são expostas na próxima seção.

A raiz de Simón Bolívar também incorpora a proposta de fundar uma sociedade original latino-americana, no entanto eleva a luta pela independência à proposta da *Gran Colombia*, que se traduz na ideia de unidade das colônias latino-americanas. Resgata a ideia de que somos um povo mestiço e se posiciona contra a ideologia que considera a Europa como referência absoluta para resolução de nossos assuntos regionais. Este ideal de Bolívar impulsionou as diversas iniciativas promovidas pelo governo da Venezuela para a construção da integração latino-americana, entre elas a Alba, Petrocaribe, UNASUL e a CELAC. Além disso, com base em uma citação de Bolívar citada no O Livro Azul, programa do MBR-200, apresenta-se uma ideia de refundar a estrutura jurídica do país, conceito que impulsionou a convocatória para o processo de Constituinte: “Nossas leis são funestas relíquias de todos os despotismos antigos e modernos, que este edifício monstruoso desabe, caia e, repartindo suas ruínas, levantemos o tempo à justiça e, sob os auspícios da sua sagrada inspiração, ditemos um código de leis venezuelanas.” (BOLÍVAR *apud* CHÁVEZ, 2014, p.44).

A terceira raiz, Ezequiel Zamora, se baseia nas três palavras de ordem da insurreição camponesa de 1846 – Terras e homens livres. Eleição Popular. Horror à oligarquia – e no resgate dos ideais independentistas a partir de lutas populares. A primeira palavra de

ordem inspira as iniciativas de Reforma Agrária e defesa dos direitos dos camponeses na guerra contra o latifúndio; a segunda propõe a defesa do poder popular e do governo que emanam do próprio povo, utilizando-se do exemplo do Estado Federal de Barinas proposto por Zamora em 1859; e a terceira declara um combate sem tréguas aos interesses das oligarquias que sempre estiveram contra os direitos e interesses da população pobre, vendo-se alterada na atualidade a: “Horror à oligarquia e ao império.”

3.4.2 Primeiros passos e retrocessos (2001-2002)

A Assembleia Constituinte logrou mobilizar a população para o debate em torno de uma nova Constituição Nacional, cujo primeiro passo foi consultar a população através de um referendo para saber se estava de acordo com essa iniciativa. O referendo foi aprovado com 87,75% dos votos válidos, dando início a uma campanha pela eleição dos membros da Assembleia Constituinte e ao debate em torno do conteúdo da nova Carta Magna. A campanha foi massiva, envolvendo toda a população no processo, pois qualquer cidadão independente – professores, intelectuais, líderes de movimentos sociais, etc. – podiam reunir assinaturas para sua postulação como candidato. Uma vez instaurada a Assembleia, seu objetivo era elaborar a nova constituição incorporando as propostas que chegavam dos diversos setores organizados da sociedade, desde indígenas e sindicatos, a universidades e inclusive o setor empresarial. Uma vez pronto, o documento foi submetido à aprovação popular através de um novo referendo realizado em dezembro do mesmo ano e aprovado com 71,78% dos votos válidos (CNEb). Esta foi a primeira vez na história do país que a Constituição, o documento que rege toda a estrutura jurídica do país, é submetida para aprovação por aqueles diretamente afetados, a população. A Constituição estabelece entre seus objetivos fundamentais o pleno desenvolvimento humano e que a democracia participativa é o meio para alcançar tal objetivo. (LEBOWITZ, 2006, *passim*)

No ano de 2001, seguindo ordenamento da constituinte, foram decretadas três leis: a Lei de Hidrocarbonetos, que determina como bem público, propriedade da República todas jazidas de minério e hidrocarbonetos do país (VENEZUELA, 2006, Art.3) estabelece que toda atividade relacionada ao hidrocarbonetos é de interesses social e utilidade pública (*op. cit.*, Art.4) e que os lucros da empresa deveriam ser dedicados a investimentos sociais em educação, saúde e infraestrutura (*op. cit.*, Art.5); a Lei de Pesca e Aquicultura, que impunha diversas limitações à pesca de arrasto e comercial a favor dos pequenos pescadores artesanais (VENEZUELA, 2014, Art.2), assim como reconhecia direitos trabalhistas e científicos aos

pequenos aquicultores e pescadores artesanais e considera todo patrimônio biológico e genético como propriedade pública (*op. cit.*, Art.6); e a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, que prevê em seu Primeiro artigo o fim do latifúndio e da terceirização no campo (VENEZUELA, 2001, Art.1), promove a autogestão coletiva para o desenvolvimento e mecanização do campo (*op. cit.*, Art.5) e reconhece os direitos de camponeses que ocupam terras e desempenham nelas atividades produtivas. (*op. cit.*, Art.89-90). Estas leis estavam de acordo com um processo de transformação das bases econômicas do país e tocava alguns pontos essenciais destas; o que não ficou sem resposta de setores que viram seus privilégios ameaçados. No ano seguinte, é orquestrado um Golpe de Estado em 11 de abril, mas o presidente é restituído a seu cargo dois dias depois devido a uma mobilização em massa da população e, eventualmente, seu resgate por uma parte do exército.

No final de 2002, a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (FEDECAMARAS) convoca a uma paralisação geral da produção com o intuito de causar instabilidade no país e pressionar o presidente a renunciar. Em dezembro de 2002, empresários e patrões de fábricas mandaram os trabalhadores a suas casas afirmando que a produção seria retomada quando o presidente renunciasse. Os grandes centros comerciais e cadeias de distribuição fecharam suas portas ou criavam uma escassez ao não disponibilizar produtos de necessidade básica. No dia 02 de dezembro, a alta gerência e diversos empregados de administração da estatal PDVSA abandonaram seus postos, o acesso aos sistemas de controle da produção foram bloqueados, os trabalhadores foram enviado a suas casas, tripulações de navios cargueiros com combustível não atracavam nos portos, tudo como parte de uma tentativa de paralisar totalmente a produção de petróleo (PDVSA, 2005a). Como resposta, os trabalhadores iniciam um processo de toma e controle de diversas unidades produtivas em todo o país, em pé de luta contra a ofensiva patronal e em defesa do processo de transformação que o país atravessava; foi graças a esse esforço dos trabalhadores que foi possível dar continuidade ao processo político que o país estava atravessando. O caso da PDVSA foi particularmente elucidativo. Grupos de trabalhadores auto-organizados desobedeceram as ordens da alta administração da PDVSA e se dirigiram a seus locais de trabalho para retomar a produção; no entanto, o sistema de automação e controle estava bloqueado, as senhas de acesso dos trabalhadores inválidas e parte deste controle de acesso se realizava de maneira remota, a partir da empresa multinacional estadunidense prestadora do serviço de automação. Os trabalhadores organizaram círculos de combate ao '*paro petrolero*' para estudar o sistema e tentar contorná-lo, passando grande parte da produção ao módulo manual enquanto tentavam quebrar o código dos programas; participaram também

trabalhadores aposentados e professores universitários comprometidos com o resgate da empresa, assim como membros das comunidades ao redor. Os trabalhadores conseguiram, finalmente, no dia 11 de janeiro, recuperar a gestão de dados da empresa; no dia 13, foram desbloqueadas as senhas de acesso e impedido o acesso remoto por parte da empresa Intesa; no dia 21 de fevereiro, o sistema informático estava totalmente restaurado; no dia 31 de março, o paro, que já havia sido flexibilizado, é oficialmente levantado (PDVSA, 2005b). Apesar de passar o feriado de fim de ano em busca de comida e combustível, o povo da Venezuela não ficou sem eletricidade graças à Federação de Trabalhadores Eletricitários, que se organizou e tomou o controle das unidade de geração e distribuição, inclusive organizando turno de guarda em lugares estratégico para impedir sabotagens ao sistema elétrico. Estes são dois exemplos que ilustram o compromisso dos trabalhadores com a Revolução Bolivariana; ao mesmo tempo, demonstram que apenas com sua participação é possível ter o controle da produção nacional e que a patronal se torna supérflua quando os trabalhadores estão determinados e organizados para a gestão; no entanto, não foram os dois únicos casos.

Diversos grupos de trabalhadores se organizaram para impedir o fechamento de seus locais de trabalho, em uma onda de recuperação de fábricas similar à que se viu na Argentina durante a crise de 2001; porém o caráter político era mais evidente no caso venezuelano. Nos anos seguintes, o governo empreendia políticas de formação para o trabalho e de cooperativismo para combater os altos níveis de desemprego a tentar fomentar uma alternativa econômica e autogerida pela população. Paralelamente, implementava as medidas para estabelecer uma nova forma de governo, a democracia direta e participativa através dos Conselhos Comunais.

3.4.3 Cooperativas e conselhos comunais

O governo venezuelano estabeleceu como prioridade saldar dívidas sociais históricas com a população e, para tal fim, estabeleceu as diversas Missões Sociais. Uma destas missões, a Missão *Vuelvan Caras*, tinha como objetivo formar as pessoas para o trabalho e formação de cooperativas de produção e serviços, contribuindo com a redução do desemprego e com a reestruturação econômica dos país. Em linhas gerais, as pessoas escolhiam entre diversos ofícios específicos oferecidos pelo Estado e recebiam a formação técnica para o trabalho e sobre cooperativismo, contabilidade, planejamento e outras atividades necessárias para a autogestão. Grupos de estudantes dessas missões, ao final do curso, se organizavam em cooperativas e elaboravam projetos de produção social de acordo com suas potencialidades e as

necessidades identificadas em seu entorno; mediante apresentação de projetos, recebiam financiamento direto pelo Ministério de Economia Popular (hoje Ministério das Comunas) para dar início à produção. Ao incentivar a organização do trabalho em cooperativas com uma estrutura organizativa mais participativa para os trabalhadores, se incentivou também a conformação de grandes conglomerados de cooperativas ou Núcleos de Desenvolvimento Endógenos Socialistas (NUDES), que utilizariam características regionais — clima, recursos naturais, infraestrutura existente, tradições culturais, etc. — para satisfazer necessidades locais e nacionais através do planejamento produtivo conjuntamente com os órgãos governamentais. Segundo prestação de contas da empresa PDVSA, responsável pelo financiamento de todas as Missões do país, até 2009, foram formadas 6.814 cooperativas e 130 núcleos de desenvolvimento endógenos (PDVSA, 2009). Esta foi uma das primeiras tentativas de colocar a riqueza produzida pela indústria de petróleo à disposição da população. Evidentemente, muitas experiências de cooperativas não foram bem sucedidas por diversos motivos, mas foi desencadeado um processo que impulsiona a produção nacional e autogestionada.

Como parte da proposta de poder popular, o governo incentivou a criação de Conselhos Comunais, estruturas de organização de base que deveriam servir para identificar as necessidades da comunidade e propor sua resolução através de censos e pesquisas participantes. Principalmente nos bairros mais pobres dos países, já existiam grupos reunidos para atender aos problemas mais sentidos, como as mesas de água e mesas de saúde, que pretendiam identificar necessidades de saneamento e realizar gestões junto às entidades correspondentes para satisfazê-las. A proposta inicial era que os Conselhos Comunais reunissem esses grupos previamente estruturados e pudessem avançar, através da participação direta, na elaboração de planos de desenvolvimento para sua região e fossem diretamente financiados pelo Ministério da Economia Comunal (hoje Ministério das Comunas). Para isso, deveriam vincular-se as iniciativas produtivas das cooperativas e dos NUDES para que estes atendessem justamente as necessidades identificadas nos censos comunais. Os Conselhos Comunais deveriam ir além de propor projetos para satisfazer necessidades específicas e constituir-se como instâncias de participação e exercício direto da soberania popular, como estabelece a Lei Orgânica de Conselhos Comunais, debatida por amplos setores e oficializada em dezembro de 2009. Diversas leis foram decretadas com o intuito de formalizar a construção dos Conselhos e das Comunas - Lei Orgânica do Poder Popular, Lei Orgânica das Comunas, Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal, Lei Orgânica do Conselho Federal de Governo, Lei Orgânica do Planejamento Público e Popular, entre outras - que deveriam surgir da organização “mancomunada” de vários Conselhos Comunais, que compartilham um território comum, para o planejamento

e desenvolvimento deste território, delineando assim uma “nova geografia do poder”. O desenvolvimento das Comunas estaria assentado sobre a gestão democrática dos Conselhos, que são os órgãos de participação direta e considerados meio através do qual o Poder Popular se constitui em novo poder, através da estruturação de assembleias comunais locais e outros fóruns gradualmente mais amplos até conformar órgãos de poder federal, com a figura dos delegados ou *voceros*, que não tem poder de decidir pelos órgãos regionais como seus representantes, mas são porta-vozes que devem socializar as discussões em cada fórum nos demais níveis de participação. Essa estrutura permitiria que os Conselhos de base decidissem sobre os assuntos relevantes de caráter inclusive nacional.

3.4.4 Controle operário e autogestão

A recuperação de fábricas na Venezuela por parte dos trabalhadores não teve um planejamento ou decreto para sua realização; apesar de ter sido incentivada pelo governo, não foi um processo uniforme, teve momentos de ascensão e descenso. Em 2005, por exemplo, no marco do Primeiro Encontro Nacional de Fábricas Recuperadas, a tomada de empresas estava em seu auge; nas comemorações de primeiro de maio, trabalhadores marchavam com a palavra de ordem: “Sem controle operário não há socialismo!”, coerente com o chamado que Chávez havia feito em seu discurso este dia: “Fábrica fechada, fábrica ocupada!”. A recuperação de fábricas nesse momento era vista como uma via para a reativação do aparelho produtivo que estava claramente em decadência, pois durante o *paro patronal* de 2002-2003, a tomada de fábricas foi, de fato, a única solução para a reativação da produção nacional. Diversas empresas que foram ocupadas pelos trabalhadores durante o *paro* ou depois dele foram expropriadas ou nacionalizadas nos anos de 2005 e 2006.

Este momento de ascensão em 2005 resultou em um amplo processo de cogestão entre o Estado e os trabalhadores. O modelo impulsionado para implementar a cogestão foi através da organização dos trabalhadores em cooperativas – a principal proposta alternativa de organização trabalhista no início do processo bolivariano – e compartilhando a propriedade acionária da empresa diretamente entre estas e o governo: 49% da cooperativa, 51% do Estado com uma junta diretiva com representantes de ambos lados, normalmente com membros do governo, da administração e um representante eleito pelos trabalhadores. Importante destacar que a expropriação era utilizada como último recurso por parte do Estado, que priorizava a reativação produtiva com a participação do proprietário original através de créditos e/ou cogestão configurada de diversas maneiras entre o estado, o patrão e os

trabalhadores. De fato, como legado da própria IV República, no ano 2006, existiam na Venezuela mais de 800 experiências de cogestão entre capitalistas-Estado ou capitalistas-cooperativas, muitas delas configurando a típica manobra de conformação de cooperativas para evadir leis e benefícios trabalhistas, similares às manobras utilizadas no Brasil.

No entanto, por falta de um planejamento centralizado que fosse mais coerente em relação às necessidades produtivas do país e de cada região, muitas cooperativas pereceram e os NUDES, antes uma proposta de reconfiguração industrial, perderam seu impulso. O governo Bolivariano tem proposto novas alternativas para o desenvolvimento industrial e a participação popular. Neste desenvolvimento, a partir de 2007, impulsionou a figura das Empresas de Produção Socialista (EPS) e os Conselhos de Trabalhadores. Um problema fundamental tem sido a ausência de uma revisão mais sistemática das diferentes propostas em cada etapa do processo, considerando suas fortalezas e falhas; como resultado, perante obstáculos ou problemas apresentados por um tipo de modelo de desenvolvimento industrial autogestionário, sempre surge um novo modelo. Isso implica que o novo modelo, muitas vezes, herda os problemas do anterior, ainda que algumas contribuições dos trabalhadores são incluídas na elaboração de cada nova tentativa do governo, como por exemplo, as cooperativas cederam espaço aos conselhos de trabalhadores, estrutura bem mais horizontal e participativa. Há uma proposta que se manteve desde o início e sobre a qual o governo tem voltado uma e outra vez: a tentativa de se apoiar no setor privado para o desenvolvimento industrial. O governo sentou-se diversas vezes com o empresariado ainda que este tenha, reiteradas vezes, reafirmado sua falta de interesse pelo desenvolvimento nacional. A última destas tentativas foram as Mesas de Diálogo Nacional convocadas pelo atual presidente Nicolás Maduro no final de 2013 para estabelecer acordos políticos com a oposição e, junto ao empresariado, um plano de financiamento ao setor privado e impulsionar a produção nacional; o resultado foi a ofensiva violenta da oposição em fevereiro de 2014.

3.4.4.1 A organização dos trabalhadores para a autogestão

Uma vez tomada a empresa, os trabalhadores se encontram com diversas dificuldades, mas há dois problemas estruturais aos quais há que atender de imediato e cujas soluções estão vinculadas: o primeiro é o que fazer com a propriedade e o segundo é como se organizar. Em relação ao primeiro há duas possibilidades: (1) que os trabalhadores organizados se tornem donos através de compra, opção que foi muitas vezes o caso na Argentina durante a crise, o dono se declarava em quebra e a propriedade ia a leilão; ou (2)

exigir sua nacionalização para que se torne uma Empresa de Produção Social (EPS). A solução ou objetivo traçado a respeito da propriedade – o primeiro problema – exigirá que a solução ao segundo problema seja uma forma organizativa correspondente: na Argentina, por exemplo, a única figura jurídica que permite aos trabalhadores exercer funções necessárias para a produção (ex. compra e venda) é a cooperativa; ou seja, de acordo com o caráter de propriedade privada, ainda que coletiva, a cooperativa é a única forma organizativa que permite exercer funções necessárias para a produção e obter ganhos ao fim de mês; porque por trás da organização em cooperativa também residem objetivos econômicos diferentes ao que seria a outra opção: a nacionalização da propriedade sob controle operário. A partir de 2009, em um novo momento de ascensão da ocupação de fábricas, esta foi a proposta utilizada, se distanciando da cogestão baseada na propriedade privada das cooperativas. No avanço do projeto bolivariano para uma sociedade socialista, o tema da nacionalização – propriedade social ou estatal – é recorrente e implica um elemento que define características elementares de cada experiência; assim, melhor se deter um pouco mais neste ponto.

3.4.4.2 Nacionalizações

A reivindicação dos trabalhadores organizados de nacionalizar as empresas ocupadas na Venezuela, pensada desde uma perspectiva libertadora, se apoia em três argumentos: (1) a equidade social, que implica expropriar os capitalistas não só de sua propriedade, o instrumento de exploração do trabalhador, e dos lucros obtidos através da mesma, ou seja, combater a apropriação privada do trabalho social, mas também como maneira de pagar as dívidas sociais acumuladas em detrimento dos trabalhadores e da comunidade que sustentava o funcionamento da empresa; (2) o reconhecimento de que a produção nacional é o produto do trabalho social de todos os trabalhadores do país e que esta deve ser utilizada para satisfazer as necessidades sociais do povo em geral; principalmente na construção de um estado socialista, a estrutura econômica deve ser baseada neste reconhecimento, empregando os trabalhadores que produzem para as necessidades da sociedade, pagar-lhes uma remuneração conforme à totalidade da produção nacional e de suas necessidades, e reverter os excedentes em investimento público para melhora da sociedade, com base a um planejamento racional da produção e de sua distribuição para satisfazer ditas necessidades; e (3) o apoio político e financeiro às experiências mais avançadas, incentivando o compromisso com o desenvolvimento social do país.

Assim, com a perspectiva de construir o socialismo, o controle operário e a nacionalização caminham juntos, sendo este também o caso de Venezuela através das Empresas de Produção Social (PES), ainda que as nacionalizações nem sempre impliquem controle operário. O Estado venezuelano realizou, basicamente, três tipos de nacionalização: (1) nacionalização de empresas conceituadas como de interesse estratégico para o Estado, independentemente da situação dos trabalhadores, como os casos da Eletricidade de Caracas, da CANTV, da indústria do cimento e, em menor escala, processadoras de alimentos como café, arroz, cacau, e redes de supermercados; (2) nacionalizações que respondem diretamente à luta dos trabalhadores contra a patronal e a sua reivindicação do controle operário, como foi o caso da expropriação do complexo produtivo de indústrias básicas, O Plano Guaiana Socialista, e as mais antigas como INVEVAL, ocupada durante o *paro petrolero*, e INVEPAL, fábrica e papel nacionalizada depois do proprietário declarar bancarota em 2003; ou (3) expropriações de empresas que já não produziam nada, que estiveram fechadas e/ou abandonadas e foram recuperadas através de um esforço conjunto do Estado e da comunidade; estas empresas, que individualmente não são estratégicas, porém talvez em seu conjunto, constituem a maior parte das terras agropecuárias ocupadas, na figura dos Fundos Zamoranos e dos NUDES, tanto urbanos como rurais, em muitos casos não se manteve a atividade produtiva original realizada antes de seu fechamento.

Todas as principais expropriações e a totalidade dos casos de empresas estratégicas foram realizadas através de compra das ações da empresa a preços de mercado. Sobre a compra realizada em 2007 da empresa Eletricidade de Caracas no valor de 739 milhões de dólares, comentou o presidente da norte-americana AES Corporation (indenizada), Paul Hanrahan: “de todos os negócios que materializamos em 62 países, este resulta ser dos mais proveitosos” (BULTRAGO, 2011). Aquelas empresas que se negaram à venda tiveram uma indenização ao antigo proprietário segundo processo em tribunais internacionais; no caso da nacionalização do cimento em 2008, a francesa Lafarge e a holandesa Holcim, hoje unidas no maior monopólio de cimento do mundo, venderam suas partes; porém a mexicana CEMEX recorreu a tribunais internacionais e foi indenizada.

Em 2009, as expropriações tiveram outro período de ascensão, a maioria foi realizada segundo o princípio de utilidade pública nacional, levadas a cabo por via da Lei de Expropriação por causa de Utilidade Pública, que “regula a expropriação forçada por motivo de utilidade pública ou de interesse social, dos direitos e bens pertencentes aos particulares, necessários para conseguir a satisfação do bem comum” (VENEZUELA, 2002, Art.1). Esta lei foi aplicada em conjunto com outras leis em diferentes empresas, como as produtoras de

arroz da multinacional Cargill, em cujo caso a Lei de Soberania e Segurança Alimentar deu sustentação jurídica para qualificar a produção de alimentos como atividade de utilidade pública; ou por consulta à Assembleia Nacional, como no caso da expropriação rede francesa de Supermercados Éxito, que em seção ordinária declarou a rede de distribuição de alimentos como de utilidade pública e interesse social.

Além de garantir o abastecimento de produtos de necessidade social, garantir o pagamento de dívidas sociais aos trabalhadores, reestruturar a economia do país para reduzir sua dependência das importações e evitar que produtos estratégicos sejam exportados, as EPS deveriam incluir os trabalhadores em sua gestão com vistas ao controle operário através de conselhos de trabalhadores. A forma na qual se organizam os trabalhadores gerou um debate muito amplo na Venezuela e é o segundo dos principais temas aos quais devem atender os trabalhadores uma vez ocupada a empresa e inclusive antes de ocupá-la.

3.4.4.3 Organização Interna

Como se mencionou em diferentes momentos anteriores, os trabalhadores venezuelanos têm encontrado diferentes maneiras de se organizar para a luta contra o capital e para a gestão participativa, em maior ou menor grau, de sua empresa. As principais estruturas organizativas no processo Bolivariano são os sindicatos, as cooperativas e os conselhos de trabalhadores. Manteve-se o legado dos sindicatos, que na Venezuela foram altamente combativos em vários momentos históricos e, correspondentemente, reprimidos; como o sindicato SUTISS da então multinacional SIDOR cujo ideólogo era Alfredo Maneiro, fundador do partido *Causa R* e prestigioso líder guerrilheiro da região oriental do país. Porém, no final do século XX, a maioria dos sindicatos já haviam se identificado com os interesses da patronal, apoiando ou participando ativamente das diferentes ofensivas do capital contra os trabalhadores durante o processo bolivariano; a única central sindical de nível nacional no início do século XXI, a Central de Trabalhadores de Venezuela (CTV), participou ativamente do Golpe de Estado e do paro patronal em 2002.

Em 2005, realizou-se o Congresso Constitutivo da União Nacional de Trabalhadores (UNETE) criada como espaço para organização da classe operária venezuelana que se identificava com o processo Bolivariano. A UNETE saiu de seu congresso com uma direção nacional que, ao fim, nunca foi legitimada por votação, já que o congresso foi interrompido por disputas políticas que chegaram ao ponto de agressão física. Mesmo assim, os trabalhadores começaram a identificá-la como referência, ainda que o movimento sindical

estivesse bastante desmoralizado, conhecido pela corrupção e a atitude hipócrita de seus líderes, cuja prática de vender os interesses dos trabalhadores por benefício próprio era a regra e não a exceção. Em novembro de 2009, levou-se a cabo o Congresso pela refundação da UNETE, produto de pré-congressos regionais em diferentes regiões do país. A UNETE está se desenvolvendo como uma importante ferramenta de luta para a classe trabalhadora. Atualmente há muitos líderes sindicais, mais jovens e sem tantos vícios, que assumem uma posição mais combativa e reivindicam uma central única para avançar na luta para além das reivindicações econômicas.

Na maioria dos casos, ao chegar a uma empresa expropriada ou temporariamente ocupada, o governo procura os sindicatos como representação dos trabalhadores para discutir a situação porque, de fato, até recentemente era a única forma legal de organização dos trabalhadores em uma empresa privada. As cooperativas foram promovidas como alternativa de organização trabalhista principalmente porque permitem a propriedade coletiva direta do meio de produção por parte dos trabalhadores, o desenvolvimento de relações trabalhistas diferentes – de participação, horizontalidade, colaboração – e, segundo a Lei de Cooperativas, exige que o excedente seja também utilizado para o desenvolvimento humano de seus membros (ex.: através de investimentos na educação) e para o desenvolvimento comunitário (ex.: através de um fundo para o investimento social). Não podem ser uma opção para aqueles trabalhadores de empresas particulares e, portanto, não servem como ferramenta de luta, mas como estrutura de gestão uma vez que a empresa já está tomada – desempenham papel oposto ao sindicato.

Os conselhos de trabalhadores são uma proposta incipiente, ainda que muitos trabalhadores em toda Venezuela os tenham escolhido como forma organizativa. A Lei Especial de Conselho de Trabalhadores ainda está em discussão, portanto não há um marco legal específico para respaldar os conselhos na luta pelas reivindicações clássicas, como contrato coletivo, nem oferecer suporte jurídico em caso de greve. Porém, A Lei do Poder Popular e a Lei Orgânica dos Trabalhadores e Trabalhadoras (LOTT) reconhece os conselhos como órgão legítimo e representativo dos trabalhadores. Ainda que a informalidade legal seja uma fraqueza, é ao mesmo tempo fortaleza, porque permite uma organização autônoma e mais horizontal; muitos trabalhadores utilizam o projeto de lei como referência, que inclui comissões por área de trabalho, decisões tomadas por Assembleia, cargos revogáveis e rotativos e esta figura jurídica é mais versátil, podendo desempenhar um papel na luta contra o patrão, no caso de empresas privadas, ou participar da gestão da empresa, no caso de empresas públicas. Aparte de conselhos em fábricas específicas, na Venezuela há duas

experiências de conselhos que organizam trabalhadores de diferentes unidades produtivas, como é o caso do Conselho de Conselhos de Trabalhadores da Rede Mercal, rede estatal de distribuição de alimentos a preço subsidiado, composto por 97 conselhos de trabalhadores a nível nacional; e que organizam trabalhadores de diferentes empresas, como é o caso do Conselho de Delegados e Delegadas de Prevenção do estado Miranda, nos Valles del Tuy, zona industrial e cidade dormitório para muitos trabalhadores de Caracas. A estrutura de Conselhos de Trabalhadores se apoia em grande parte na estrutura proposta para os Conselhos Comunais, pelas diretrizes traçadas na Lei do Poder Popular, na Lei das Comunas e outros instrumentos jurídicos que orientam os órgãos de democracia participativa.

Importante destacar que, como demonstra o conselho de delegados de prevenção, uma quarta figura surge como potencial agente para uma nova forma organizativa dos trabalhadores: os Delegados e Delegadas de Prevenção (DDP). Resultado da reforma de 2005 na Lei Orgânica de Prevenção, Condições e Meio ambiente de Trabalho -LOPCYMAT (VENEZUELA, 2005, *passim*), todas as unidades produtivas do país, por menores que sejam, devem ter ao menos um DDP eleito pelos trabalhadores e, de acordo ao tamanho da empresa, um número proporcional. Os DDPs são trabalhadores eleitos por seus colegas de trabalho, que podem ser por estes revogados caso não cumpram com suas obrigações; recebem formação enquanto exercem sua função produtiva; não têm privilégios sindicais acima de outros trabalhadores que lhes permita receber pagamento sem trabalhar; têm a obrigação de fazer um mapa da produção com os principais riscos de saúde que ela apresenta; têm a potestade de paralisar a produção caso haja risco de saúde e negligência por parte do patrão; e são mais difíceis e caros de despedir que um líder sindical. Estas características lhes dão maior estabilidade trabalhista e poder dentro da fábrica, enquanto diminui a possibilidade de corromper-se, já que a única remuneração por seu trabalho como delegado são as diárias de transporte e alimentação para os cursos de formação. Suas reivindicações põem o enfoque da contradição capital-trabalho sobre a relação saúde-trabalho.

Como se pode observar no estudo apresentado acima, há diversas medidas e políticas levadas a cabo pelo governo Bolivariano para fomentar a participação direta dos trabalhadores na gestão da produção e na gestão política do país. No entanto, a existência de leis e de instituições novas não significa sua imediata implementação, pois na base da sociedade o poder popular ainda luta para constituir-se contra forças e interesses que lhe são contrários. Com a proposta de substituir o poder constituído na gestão local, os conselhos comunais que pretendem se constituir como base do poder popular direto enfrentam as prefeituras, secretarias, superintendências e outros órgãos públicos cuja atuação deveria

eventualmente subordinar-se aos conselhos, mas resistem, apoiados fortemente no âmbito regional e nacional por empresas privadas. O mesmo aconteceu com a disputa pela aprovação da Lei de Conselhos de Trabalhadores, que encontrou resistência por parte da patronal, de setores de intelectuais opostos ao processo, do setor empresarial e também de parte dos sindicatos que supostamente apoiam o processo Bolivariano, pois com os conselhos, os sindicatos perdem sua exclusividade como representante dos trabalhadores perante a patronal e as instituições públicas. Essa é a dialética inerente à construção de um novo país, como em qualquer processo de transformação social, onde é possível observar claramente a luta de classes como seu motor.

3.5 Educação e transformação social na Venezuela

Antes de se aprofundar em uma investigação sobre os modelos teóricos que regem a proposta do Modelo Operário Venezuelano (MOV), é necessário pôr a lupa sobre a educação no país em geral para tentar compreender melhor alguns aspectos concretos da atual estrutura do Sistema Educativo Bolivariano (SEB), como se alteraram os indicadores que expressam a qualidade da educação no país hoje e a relação entre a orientação política dos governos de turno e as políticas públicas que regeram a educação venezuelana antes do processo bolivariano.

3.5.1 Concepção e estrutura da educação formal na Venezuela hoje

A principal base legal sobre a qual se estrutura o *Sistema Educativo Bolivariano* (SEB) é a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV), porém o próprio SEB é resultado da sistematização de diversas iniciativas e encontros de professores, profissionais da educação, estudantes, comunidade organizada e órgãos públicos para discutir as necessidades educacionais do país e, com base na prática pedagógica concreta, fazer uma revisão da última reforma curricular implementada no país em 1997. A primeira e talvez mais significativa dessas iniciativas foi a Constituinte Educativa de 1999, parte da Assembleia Constituinte, um processo de ampla mobilização popular para reescrever a Constituição de 1961. A Constituinte Educativa foi

uma das poucas experiências na qual houve uma participação integral de docentes, alunos e representantes na formulação de propostas sobre a educação que queremos, chegando a alcançar um alto nível de envolvimento da comunidade (quase 500.000

peças por todo o país, em um processo de discussão que durou 2 anos) permitindo a elaboração das propostas que estão plasmadas na Carta Magna e que são as bases do Projeto Educativo Nacional (MPR, 2009, tradução nossa)

O outro principal marco legal que rege a educação no país é a Lei Orgânica de Educação (LOE), uma das necessidades estabelecidas pela Constituinte, promulgada oficialmente em 2009 e que

[...] estabelece como princípios da educação, a democracia participativa e protagonista, a responsabilidade social, a igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs sem discriminações de nenhuma índole, a formação para a independência, a liberdade e a emancipação, a valorização e defesa da soberania, a formação em uma cultura para a paz, a justiça social, o respeito aos direitos humanos, a prática da equidade e a inclusão; a sustentabilidade do desenvolvimento, o direito à igualdade de gênero, o fortalecimento da identidade nacional, a lealdade à pátria e integração latino-americana e caribenha. (VENEZUELA, 2009b, Art.3, tradução nossa)

A CRBV e a LOE afirmam o papel do Estado Docente, que convoca diferentes organizações populares a participarem da gestão escolar e se responsabilizarem também pela aplicação dos direitos nelas consagrados, ajudando a tirá-los do papel e construí-los na prática, vinculando também o caráter iminente formativo dos meios de comunicação. A LOE pretende promover, integrar e facilitar a participação social

b. Das diferentes organizações sociais e comunitárias no funcionamento e gerenciamento do Sistema Educativo, facilitando diferentes mecanismos de controladoria social.

c. Das famílias, a escola, as organizações sociais e comunitárias na defesa dos direitos e no cumprimento dos deveres de comunicação para a educação integral dos cidadãos e as cidadãs, na interpretação crítica e responsável pelas mensagens dos meios de comunicação social, públicos e privados, universalizando e democratizando seu acesso (VENEZUELA, 2009b, Art.6, inciso 4.b e 4.c)

Segundo documentos oficiais e diversas análises pedagógicas, o SEB é concebido e seu currículo desenhado com base nas ideias de Simón Bolívar (1783-1830), Ezequiel Zamora (1817-1860), Simón Rodríguez (1769-1854), Luis Beltrán Prieto Figueroa (1912-1993) e Belén Sanjuán (1916-2004).

No documento de avaliação oficial do SEB e em artigos científicos foi também identificada influência de outros educadores latino-americanos como Paulo Freire e José Martí (ZUCK, 2010, p.13); assim como de educadores de outras latitudes como Durkheim, Tedesco, Fabelo Corzo, Piaget e Vigotsky. Como parte do resgate do ideário bolivariano para a fundação de um novo país, podemos visitar duas citações que nos permitem compreender alguns princípios que norteiam essa proposta de educação

Pela ignorância nos dominaram mais que pela força [...] A escravidão é filha das trevas; um povo ignorante é um instrumento cego de sua própria destruição; a ambição, a intriga, abusam da credulidade e da inexperiência, de homens alijados de todo conhecimento político, econômico ou civil; adotam como realidades o que são puras ilusões (BOLÍVAR, 2010b, p.18, tradução nossa).

A América [espanhola] é original, original hão de ser suas instituições e seus governos, e originais os meios de fundar um e outro. Ou inventamos ou erramos. [...] Que aprendam as crianças a serem perguntadoras, para que pedindo o por quê se acostumem a obedecer à razão, não à autoridade como os limitados, nem os costumes como os estúpidos (RODRÍGUEZ *apud* TAVARES, 2013).

Assim, observamos uma das principais características do processo venezuelano no geral, que também se evidencia na educação: a síntese do novo e do velho através de um processo em constante movimento. Sobre a base de sua própria história e reivindicando sua experiência prática imediata, o povo é convocado a retificar e, ao mesmo tempo, recriar seus valores e instituições.

Porém, nem sempre as palavras condizem com a realidade. Importante observar nos principais indicadores de educação se a Venezuela conseguiu, depois de mais de dez anos da chamada *Revolución Bolivariana*, desenvolver uma melhor educação.

3.5.2 Educação na Venezuela hoje: fotografia

De acordo com o Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS, 2013), em termos gerais, a educação básica na Venezuela está hoje próxima à média regional. As cifras podem parecer um tanto tímidas para um país que se denomina em “Revolução Rumo ao Socialismo”, considerando que, como América Latina, ainda ostentamos níveis significativamente inferiores às economias desenvolvidas da Europa. Porém, em uma análise como essa, os números devem ser considerados em seu movimento no tempo.

A taxa bruta de matrícula (TBM) na educação pré-escolar em 2011 foi de 74% (média regional 73%), um incremento de cerca de 30% em comparação com os 45% de 1999 (UIS, 2013, p.1). A TBM na educação primária cresceu de 85% em 1999 a 102% em 2011 (m. r. 112%) e na secundária avançou de 48% em 1999 aos atuais 83% (m. r. 90%) (UIS, 2013, pp.1-2). A evasão caiu de 15% em 2000 (m. r. 13,04%) a menos de 5% em 2010 (m. r. 8,31%) (UNESCO, 2013, p.60). Das crianças que entram na educação primária, 96% chegam à sua conclusão no sexto grau, com um índice de repetência de 4%. A taxa de progressão entre primária e secundária em 2011 foi de aproximadamente 98% (93,5%), uma das mais altas do continente (UIS, 2013).

A Venezuela se destaca também como um dos países com menor desigualdade no acesso ao ensino. A diferença de acesso entre os 20% mais ricos do país e os 20% mais pobres é inferior a 5%, cifra que em alguns países da América Latina pode chegar a mais de 20% (UNESCO, 2013, p.54). A média de anos de estudo da população mais pobre com mais de 25 anos aumentou de 5,2 anos em 1998 a 7,3 anos de ensino formal em 2014 e as crianças que pertencem aos 10% mais pobres do país aumentaram sua taxa de assistência à educação inicial de 38,8% em 1998 a 65,6% em 2014 (MPPP, 2015, p.23). Junto à Bolívia e à Argentina, a Venezuela reduziu seu nível de pobreza a quase metade desde 2000 (UNESCO, 2013, p.60), indicador que a UNESCO considera a “variável contextual mais relevante para o acompanhamento da educação” (*op. cit.*, p. 32).

O mesmo relatório aponta à Venezuela e à Costa Rica como os países da região com a mais destacada redução na evasão escolar, destaca ainda o aumento em mais de 20% na cobertura de educação secundária venezuelana e estima que, desde 2000, o país progrediu 50% rumo ao Objetivo do Milênio de Educação Primária Universal (UNESCO, 2013, p.65).

O UIS estima que a TBM na educação superior, que em 2000 era de cerca de 38%, tenha atingido em 2011 78%, inferior no continente apenas a Cuba (95%) (SEGRERA, 2013). Segundo o professor venezuelano Pedro Rivas, 93% dos estudantes que entraram à educação universitária em 2000 vinham de escolas particulares, sendo que apenas 117 estudantes das classes D e E entraram à *Universidad Central de Venezuela*, a principal instituição pública do país, e apenas 10 entraram à também pública *Universidad Simón Bolívar*, a mais prestigiosa universidade do país, de ‘excelência acadêmica’ e reconhecida internacionalmente (RIVAS, 2007, p.84).

O grande feito e uma das primeiras conquistas na educação foi erradicar o analfabetismo em outubro de 2005 através da Missão Robinson, que teve início em julho de 2003 e utilizou o método cubano *Yo sí puedo*, alfabetizando neste período 1.484.543 de venezuelanos (PDVSA, 2009). Apesar de um país ser considerado livre de analfabetismo pela UNESCO com 4% de analfabetos, o índice venezuelano chegou a 0,10% (ZUCK e NOGUEIRA, 2009, p.4). O caráter popular e solidário dessa iniciativa é o diferencial venezuelano em relação a políticas públicas desempenhadas em outras latitudes; não seria possível tamanha conquista sem a mobilização comprometida de um amplo contingente de ativistas dedicados a essa Missão, como foi em Cuba. Os pesquisadores França Junior e Trojan apontam a “necessidade de se investigar por quais caminhos este país trilhou para alcançar feito de tal magnitude, pois isto pode auxiliar o Brasil a buscar um caminho para erradicar ou ao menos diminuir de forma significativa os altos índices de analfabetismo.”

(2011, pg. 10).

Ainda que os números através do tempo possam trazer muito mais otimismo para o futuro educacional da Venezuela, para interpretá-los é necessário entender o desenvolvimento econômico do país, pois como afirma Oder José dos Santos.

A educação e a escola constituem uma das condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho. [...] A compreensão desses processos implica considerar a dinâmica dos diferentes padrões de acumulação de capital que presidem o desenvolvimento econômico. Tais padrões determinam os diferentes objetivos a serem alcançados no âmbito da educação (SANTOS, 2004, p.79).

Essa perspectiva nos ajudaria a entender por que e para onde os números e concepções de educação se movem no tempo. Explicaria, por exemplo, porque a Venezuela, país cuja educação foi oficialmente decretada laica no século XIX, retoma durante todo o século XX a educação católica. Junto ao trajeto que já percorremos da história venezuelana partiremos para o estudo de como, em seu movimento no tempo, a educação chegou às condições que se encontravam no ano de 1999.

A instabilidade, a entrega das riquezas nacionais a empresas estrangeiras e a falta de participação popular nas decisões do país, assim como a luta contra todas essas coisas, têm implicações sobre todos os setores da sociedade, principalmente a educação, setor estratégico para o desenvolvimento de qualquer país. Fora os episódios já mencionados antes, onde a educação respondeu claramente aos interesses do governo de turno, é possível ver como as tendências educacionais acompanham os diversos e contraditórios momentos políticos do país.

3.5.3 Educação na Venezuela do século XX

Um estudo de Yolanda Ramírez conclui que, apesar dos debates, revisões e propostas, o “paradigma fragmentário foi hegemônico em matéria de ensino em nosso país desde 1969 até 1997” (2011, p.535). Segundo a autora, a experiência das reformas mostrou “o divórcio que existe entre o discurso plasmado nos fundamentos dos planos de estudo o desenho levantado sobre eles” (*op. cit.*, p.534). Porém, pode-se observar como as políticas educacionais avançavam e retrocediam de acordo aos interesses políticos do governo de turno que, por sua vez, obedeciam à dinâmica econômica e política internacional na qual se vê inserida a nação caribenha.

3.5.3.1 O fim do Gomecismo

Em análise das diferentes reformas educacionais entre 1951 e 2001, Ramírez analisa os currículos vigentes e descreve como os conceitos plasmados nas diferentes reformas têm efeito sobre a prática pedagógica. Assim, mostra como o país teve muita influência da Escola Nova, de John Dewey e Decroly, em meados da década de 1930, com a pedagogia de projetos e uma democracia escolar na escolha dos mesmos, na perspectiva de “aprender fazendo”. Se olharmos o panorama político da Venezuela nesse momento, veremos que o povo, majoritariamente rural e 80% analfabeto (LUQUE, 2011, p.679), despertava para uma “abertura democrática” sob a presidência de Eleazar López Contreras, depois da saída de Gómez do poder. Luis Prieto Figueroa, um dos fundadores da *Sociedad Venezolana de Maestros de Instrucción Primaria (SVMIP)*, primeira organização da categoria, pode nesse momento divulgar as teses do magistério sobre a Escola Nova. Era necessário construir um novo país. Eleito ao senado, majoritariamente gomecista, Figueroa tenta aprovar a primeira *Ley Orgánica de Educación*, que caracterizava a instrução laica, pública, obrigatória de 1 a 16 anos de idade, com garantia de comida e moradia para aqueles que precisassem. A proposta foi derrotada pela direita, com quadros como Rafael Caldera (futuro presidente pelo *COPEI* 1969-74 e 1994-99) formados diretamente pelo vaticano, que lançaram uma ampla campanha contra o monopólio do estado sobre a educação, a educação laica e o socialismo/comunismo (*op. cit.*, pp.680-682).

3.5.3.2 O golpe da Acción Democrática

O governo de Medina, sucessor de Lopez Contreras, representou um democracia tutelada que permitia certos debates e avanços na educação, mas sem progredir muito, pois dedicou seus principais esforços a estruturar o país para eleições diretas. Quando essa bandeira se viu ameaçada no final de seu mandato, é realizado outro golpe de estado, com apoio dos setores de esquerda, que leva Rómulo Betancourt à presidência e Figueroa à *Junta Revolucionaria de Gobierno (JRG)* em 1945. O programa para a educação incluía “inspeção escolar, alfabetização de adultos, impulsos à escola rural, educação em saúde e especial, aumento de salário e proteção social aos professores e professoras, reconhecimento de seus direitos políticos, reforma das Universidades” (LUQUE, 2011, p.693). Aqui, Luis Prieto Figueroa expõe sua tese do Estado Docente, do Humanismo Democrático e propõe a estruturação da Escola Unificada – uma instituição integrada desde maternal até o ensino

superior. Ganha força nessa década de 1940 o movimento que funda as Escolas Experimentais e as Repúblicas Escolares, processos auto-gestionados com participação de pais e estudantes nas definições institucionais. Além de um processo de Constituinte, foram realizadas as três primeiras campanhas de alfabetização no país; cursos de formação de professores e profissionais da educação, agora com melhores salários; criada a primeira fábrica-escola nacional e oferecidos diversos cursos técnicos no interior do país; aprovado decreto que unificou critérios de avaliação e elaborado um novo projeto de *Ley Orgánica de Educación* (*op. cit.*, pp.696-700), que em menos de quarenta dias de promulgada, foi derrocada, junto a Rómulo Gallegos, por outro golpe militar.

3.5.3.3 De volta ao militarismo com Pérez Jimenez

A primeira medida educacional de Pérez Jimenez foi a ruptura com a tese de Estado Docente e a perseguição seletiva dos líderes do movimento educacional, que se organizava desde 1940. Ramírez (*passim*) explica como a educação começa, no final da década de 1940, a discutir e se adequar a um planejamento nacional vinculado ao desenvolvimento industrial do país, ou seja, necessidade de mão de obra qualificada para “o trabalho útil. Resta a desconfiança no significado de utilidade em tempos de ditadura” (SULBARÁN, 2011, p.42). Assim, a pedagogia nas escolas vai se orientando mais por teorias condutivistas, do saber atomizado, valendo-se da Pedagogia por Objetivos. Ainda que exista uma preocupação com o desenvolvimento no interior do país, implicando a expansão a áreas antes desatendidas, a ditadura, para ampliar a educação primária e reduzir os gastos, estimula o desenvolvimento da Igreja na educação e “promove a privatização e contribui com a deterioração” (*op. cit.*, p.44), como pode ser observado na Tabela 1 (MANTEROLA e CÓRDOVA, 2011, p.98). Esses foram os traços gerais, nada alentadores, até 1958.

O retorno dos *adecos* ao poder representava o resgate da democracia e, para educação, democratização de acesso. Impulsionada pelo acordo de universalização da educação básica assumido junto à ONU em 1956, a social-democracia se dedicou à palavra de ordem “Educação para Todos”. O governo de Betancourt, com o maior crescimento de matrícula da história venezuelana até então (53%, ver Tabela 1), deu início a uma série de medidas que seu sucessor, Raúl Leoni, daria apenas seguimento mais ameno, com o adicional, em 1966, de decretar normativa para elaboração, avaliação e distribuição gratuita do material didático (SULBARÁN, 2011, p.49). O governo federal prioriza colocar as crianças na escola, inclusive da classe trabalhadora, porém descuida sua qualidade, chegando a decretar salas

com 50 alunos nas instituições públicas. Principalmente no governo Leoni, é descarada a defasagem entre o aumento no número de estudantes (19,2%) e a construção de novas instalações (-3%) (*op. cit.*, p.47). Para ilustrar o descaso com a formação docente, principalmente na secundária, vale destacar que um estudo oficial realizado em 1968 identificou que 79% dos professores da secundária tinham feito estágio nos EUA ou Porto Rico (MANTEROLA e CÓRDOVA, p.108). Aqui também a igreja cresce, principalmente para a formação técnica do 'povo pobre', através de acordos com o governo (*op. cit.*, p.114).

	Período governamental	Crescimento da matrícula		
		Pública	Privada	Total
1	Marcos Pérez Jimenez (militar) 1951-1958	31,1	98,4	39
2	Junta de Gobierno 1958-1959	27	-1,7	23,2
3	Rómulo Betancourt (AD) 1959-1964	53,2	29,9	49,9
4	Raúl Leoni (AD) 1964-1969	19,2	19,7	19,3
5	Rafael Caldera (COPEI) 1969-1974	21,1	7,9	19,6
6	Carlos Andrés Pérez (AD) 1974-1979	24	19,9	23,6
7	Luis Herrera Campins (COPEI) 1979-1984	10,5	15,2	11
8	Jaime Lusinchi (AD) 1984-1989	11,9	15,6	12,3
9	Carlos Andrés Pérez (AD) 1989-1993	15,6	12,3	
10	Octavio Lepage (AD) Ramón José Velázquez	5,5	50	10,7
11	Rafael Caldera (COPEI) 1994-1999	-2	5	10,7
12	Hugo Rafael Chávez Frías (Pólo Patriótico) 1999-2001	8	-3,4	7,5

Tabela 1 - Crescimento da matrícula em educação infantil por período governamental (1951-2001)

Fonte: SULBARÁN, 2011, p.83

3.5.3.4 O retorno de Rómulo Betancourt e AD (1959-69)

Rumo à reforma de 1969, com maior número de matrículas e uma formação docente que não tinha como acompanhar o ritmo, os professores tendem a enfatizar números, índices, dedicando-se mais a um acompanhamento global do corpo discente (RAMÍREZ, 2011, pp.510-517). Já no final do governo Leoni, a 'popular' AD aumenta a repressão a movimentos estudantis e organizações no magistério, devido a antagonismos dentro da aliança partidária das classes dominantes, provavelmente acirrados pelas tentativas de golpe civil-militar em 1962, episódios conhecidos como *Porteñazo* e *Carupanazo*.

3.5.3.5 Agora é a vez da democracia-cristã, COPEI (1969-74)

Pela primeira vez na história da Venezuela republicana, um partido passa a presidência a seu opositor pacificamente em 1969. Agora com a estabilidade democrática propiciada pelo notório *Pacto de Punto Fijo*, era necessário se dedicar à qualidade nas escolas: Reforma na Educação. A ideologia social-cristã se dedicou mais ao ensino secundário e superior para dar respostas à classe dominante que exigia “a adequação do sistema escolar ao sistema produtivo” (SULBARÁN, 2011, p.51). Acontecimentos internacionais, como o conflito no Oriente Médio, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã deram maior impulso ao modelo desenvolvimentista que ganhava força desde o começo da década. O produtivismo ia ganhando espaço e a rígida e pesada estrutura vigente de trabalho não contribuía com a educação. Foi criado novo regime de educação de adultos, com inovações para a época como educação à distância por correio, rádio e televisão. Ramírez explica através de análises de currículo (2011, p.515-521) como as disciplinas instrumentais, matemática e línguas, ganham principal destaque e por mais que o programa de 1969 falasse em aprendizado ativo, a estrutura escolar não o permitia, dominando um ensino de caráter repetitivo e reprodutivo. No mesmo ano que PE lançado o novo programa, professores entram em greve pela primeira vez e conseguem um acordo coletivo intermediado pelo Congresso (MANTEROLA e CÓRDOVA, 2011, p.111).

3.5.3.6 Carlos Andres Pérez na Venezuela Saudita (1974-79)

Apesar do crescimento econômico devido à alta no preço do petróleo, não foram realizadas grandes obras no setor educativo, apesar de se observar nesse período a segunda maior taxa de crescimento de matrículas da história democrática do país (Tabela 1). A isso, o governo deu nome de Revolução na Educação, mas as medidas seguiam na mesma linha reformista do governo anterior. Em relação à pedagogia e ao planejamento escolar, é nesse momento que um sonho antigo da educação venezuelana se faz realidade: a Escola Unificada que permite continuidade entre ensino básico, secundário e superior e dá flexibilidade para o estudante mudar do ciclo regular ao diversificado (técnico) durante o ensino médio. Foram implementadas duas medidas importantes, apesar de não afetarem a estrutura educacional: é criada a *Biblioteca Ayacucho*, publicando os clássicos do pensamento latino-americano; e o *Fundo Ayacucho*, que outorgava bolsas aos filhos da classe dominante para cursar o ensino

superior nos “centros universitários mais prestigiosos do mundo” (MANTEROLA e CÓRDOVA, 2011, p.114).

Em 1975, as críticas à educação eram evidentes: “orientação de memorização, desvinculação com a realidade, carências de estímulos à criatividade, sobrecarga de áreas e matérias” (RAMÍREZ, p.523).

3.5.3.7 A década de 1980, COPEI-AD (1979-89)

Ambos os governos de Luis Herrera Campins (COPEI) e Jaime Lusinchi (AD) não alteraram muito o panorama da educação. As taxas de matrícula mantêm um crescimento similar nos dois períodos (Tabela 1) e a tendência à superlotação começa a se refletir também no setor privado, problema que o governo *adeco* resolve dobrando em cinco anos a quantidade de instalações privadas de educação (SULABARÁN, 2011, p.83). Economicamente, o setor empresarial parasitário cresce e se fortalece nessa década, esfriando um pouco o industrial desenvolvimentista e seu reflexo sobre a educação, porém reforçando a identidade de classe dos *criollos* com a burguesia internacional e seu estilo de vida.

O país assina no final da década de 1970 convênios internacionais com os membros da UNESCO que têm uma implicação prática direta nas escolas venezuelanas, como a definitiva institucionalização da Educação básica e definição dos ciclos básico e médio. Ao mesmo tempo, também por influências das ideias de Piaget no âmbito pedagógico, começa a se conceber os ciclos para além de cada ano escolar, cobrando atenção o desenvolvimento pessoal do estudante. Na revisão da reforma de 1980, já são retomados alguns conceitos da Escola Nova plasmados na reforma de 1969, como eixos de interesse e pedagogia de projetos vinculados à comunidade, e se dá especial atenção aos espaços de encontro docente-discente (RAMÍREZ, 2011, p.533), como a necessidade de tempo para planejamento.

O governo *copeiano* (1979-84) trouxe consigo a ideia de revalorização do trabalho, convencer os jovens que o trabalho “é um fator de humanização e de melhora” (MANTEROLA e CÓRDOVA, p.115) e promove o *Seminario de Identidad Nacional* para o setor educativo. Segundo Ramírez (2011, p.533), muitas das propostas da reforma de 1969 que tinham sido deixadas de lado, como o aprendizado por descoberta e aprendizado por processos, entram em vigor em 1985. Já o governo *adeco* começa seu quinquênio paralisando todas as iniciativas de seu predecessor, mantendo algumas e engavetando outras das iniciativas da Escola Nova, obsoletas por desuso dos docentes. Assim, houve avanços e retrocessos, mas as decisões eram mais voltadas a aspectos político-partidários que

pedagógicos (SULBARÁN, 2011, p.63).

3.5.3.8 *A volta do Filho pródigo, CAP (1989-93)*

No âmbito educacional, foi aprovada lei que normatiza a estrutura do ensino médio técnico e profissional. O aumento drástico da matrícula no setor privado (Tabela 1) é síntese de uma pequena melhora no preço do petróleo e os critérios neoliberais de investimento. Para além disso, não se viu avanços significativos, o panorama nacional estava dominado por outros eventos. Principalmente devido à situação de convulsão da sociedade venezuelana pós-*Caracazo*, não foram introduzidas mudanças substanciais na educação durante o segundo governo de CAP, “salvo as medidas compensatórias introduzidas através do conjunto de programas sociais que tiveram uma incidência direta sobre a população escolar” (SULBARÁN, 2011, p.71), o típico programa neoliberal de bolsas.

As manifestações foram tomando a rua com cada vez mais frequência e os trabalhadores da educação não estavam fora disso. Pablo Imen cita, por exemplo, que “a Frente de Educadores se conformou com o aporte do movimento pedagógico preexistente, que se desenvolveu desde o final dos anos oitenta, crescendo exponencialmente a partir da eleição presidencial de 1998” (2011, p.396). O país assiste algumas mudanças significativas não a partir do governo, mas da população. No nível estadual, a primeira eleição direta para governadores em 1989 coloca personagens mais populares no poder e traz novas e interessantes iniciativas no âmbito educacional, “onde se realizam verdadeiras transformações pedagógicas, tanto no nível didático como estrutural nas escolas e colégios” (MANTEROLA e CÓRDOVA, 2011, p.119) principalmente para “atender a população escolar de escassos recursos [...] da educação básica” (SULBARÁN, 2011, p.79).

3.5.3.9 *Rafael Caldera e mais outra reforma (1994-1999)*

Diversos diagnósticos acumulados desde a década de 1970 apontavam ao deterioro da educação venezuelana, entre suas principais características, Agudelo e Flores destacam:

A pouca capacidade de resposta institucional do setor educativo; os altos índices de exclusão, discriminação e repetência; os baixos níveis de rendimento escolar, a falta de articulação entre os níveis do sistema educativo; a persistência de uma alta taxa de analfabetismo; uma práxis pedagógica sustentada na transmissão e acumulação de informação e pouca pertinência do sistema com o modelo de desenvolvimento econômico do país, entre outros. (*apud* SULBARÁN, 2011, p.73, tradução nossa).

O momento histórico pedia mudanças e a Reforma propunha elementos inovadores como:

[...] a escola como centro de ação para a transformação e promoção do desenvolvimento integral do aluno, assumir a concepção construtivista, incorporar a transversalidade, propor a metodologia de projetos, organizar o conhecimento por tipo de conteúdo e assumir o enfoque qualitativo de avaliação. (*op. cit.*, tradução nossa).

Porém, Albornoz indica que a reforma não produziu mudanças significativas porque “enfocou toda sua gestão no nível da escolaridade e não da educação” (1999, p.28). Houve uma importante iniciativa de descentralização financeira, repassando aos estados parte do orçamento educativo, implementando o *Programa de Alimentación Escolar* e o *Programa Promoción de la Educación Oficial*, cujo enfoque era a melhora da qualidade. Talvez esse investimento no setor público explique a redução de 11,6% na matrícula privada que pode se observar no período (Tabela 1). Assim, já para 1997, o aspecto pedagógico volta a cobrar importância, a pedagogia por projetos volta a ganhar espaço e os eixos estratégicos voltam a incorporar valores, não apenas conteúdos (RAMÍREZ, 2011, *passim*). Aqui aparece pela primeira vez a palavra “competências” para avaliação dos estudantes e o professor volta a cobrar seu caráter protagonista e criativo.

3.5.3.10 Vitória Bolivariana nas eleições (1998)

Chega a chamada *Revolución Bolivariana* à Venezuela, um país destruído pelo neoliberalismo, cansado de trabalhar pelos interesses internacionais, mas com um povo esperançoso e disposto a reconstruir sua história.

Como primeiras medidas, o governo decide dar continuidade à reforma de Caldera, convoca esse povo a participar da Constituinte e dos debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá início ao plano piloto das *Escuelas Bolivarianas*, considerado projeto Bandeira para o SEB e futuras políticas educacionais do governo. Diversos analistas consideram este um ponto de viragem, argumentando que o PNE e as *Escuelas Bolivarianas* mudaram os conceitos de educação até então e que “representam um novo modelo de atenção integral” (SULBARÁN, 2011, p.78).

Sobre a Constituinte de 1999, Ramírez discorda ao afirmar que, até 2001, “nada novo em assuntos pedagógicos chegou à Escola Básica”, porém reconhece que foram os primeiros passos dados de “transcendental importância” (2011, p.538), ou, o que Sulbarán

qualifica como “necessidade impostergável” (2011, p.78) como a incorporação da “jornada escolar completa, se garantiu o transporte, merenda, sapatos, uniformes, serviço médico e assistencial, e se iniciou o melhoramento da infraestrutura destas escolas” (RAMÍREZ, p.538).

Ramírez afirmou em 2001 que as propostas do Projeto Educativo Nacional de 1999 apenas resgatavam, em grande parte, o que tinha sido proposto em 1997 que, por sua vez, resgatava os antigos ideais da Escola Nova. Com uma exceção, “a que era realmente inovadora consistia no vínculo da escola com a vida comunitária e com os meios de comunicação social” (2011, p.539). A Escola Comunitária, como “centro do quê fazer comunitário” (*idem*), como parte integrante do poder popular, muda de significado.

4 O MODELO OPERÁRIO VENEZUELANO

*Não admitam que ninguém acredite em nada que não compreenda.
Assim se produzem fanáticos, se desenvolvem inteligências místicas, dogmáticas, fanáticas.
E quando alguém não compreende algo, não parem de discutir com ele até que compreenda,
e se não compreende hoje, compreenderá amanhã, compreenderá depois de amanhã,
porque as verdades da realidade histórica são tão claras e são tão evidentes e são tão palpáveis, que,
mais cedo ou mais tarde, toda inteligência honrada as compreenderá.*

*Quero dizer que não se trata de doutriná-la.
Que ninguém vá a nenhuma escola revolucionária pra ser doutrinado.
Que ninguém se deixe doutrinar, que ninguém aceite absolutamente nada que não compreenda. Que vá educar-se,
aprender a pensar, aprender a analisar e receber elementos de juízo para que compreenda.*

Fidel Castro - Discurso em Havana, dezembro de 1961.

O Modelo Operário Venezuelano é uma metodologia de pesquisa participativa, ou pesquisa-ação¹³, atualmente usada pelo *Instituto Nacional de Prevención, Salud y Seguridad Laborales* (INPSASEL) para formar trabalhadores e trabalhadoras como Delegados e Delegadas de Prevenção (DDPs) em segurança e saúde do trabalho naquele país. Sua metodologia é baseada no Modelo Operário Italiano (MOI), usado inicialmente pelos trabalhadores em Turim e outras regiões industriais da Itália na década de 1970, principalmente no setor automobilístico. Com uma perspectiva combativa, de luta de classes e de valorização do conhecimento operário para transformar a realidade, o MOV é uma ferramenta de fortalecimento dos trabalhadores não apenas em defesa de sua saúde, mas de construção de um novo ambiente de trabalho e de novas relações sociais, pois considera os próprios trabalhadores como principais protagonistas na elaboração de conhecimento sobre sua realidade concreta.

Essa metodologia foi utilizada na Venezuela principalmente em unidades produtivas que mantêm certo vínculo, direto ou indireto, com o setor público de produção – como, por exemplo, algumas Empresas de Produção Social (EPS); indústrias nacionalizadas, como o setor do cimento e a de telecomunicações; experiências de cooperativas e conselhos de trabalhadores organizados em autogestão ou cogestão; a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) – ou empresas particulares que tinham sindicatos organizados ou estavam em processo de formação sindical. Todas estas experiências compartilham o objetivo de construir condições de trabalho e ambientes de produção a partir de relações sociais diferentes, que pretendem ter no centro de suas atividades produtivas o próprio trabalhador e a

¹³ Os termos pesquisa-ação, pesquisa participativa e participante são usados como expressão do mesmo conceito.

produção comprometida com o desenvolvimento social do país.

Apesar de ser um método divulgado pela INPSASEL, logo institucionalizado, não é o único e nem é obrigatório; além disso, seu relativo ineditismo torna natural que sua difusão não abarque todos os técnicos responsáveis pela formação dos trabalhadores. Por outro lado, os educadores da INPSASEL comprometidos com uma formação libertadora também o implementam em unidades produtivas particulares, experiência limitada quando ao objetivo de transformação social, o que não impede seus trabalhadores de se interessarem por desenvolver um novo tipo de conhecimento, demonstrando comprometimento com este objetivo. Este capítulo está focado principalmente em apresentar os princípios que guiam dita metodologia e os debates que permitem extrair desta experiência particular certos traços universais, além de compreender suas limitações.

4.1 Modelo teórico

O Modelo Operário original é um modelo teórico para organização prática de trabalhadores e quadros técnicos na detecção de riscos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente, para a compreensão do processo de produção e transformação do ambiente de trabalho. Sistematizado e implementado originalmente pelos trabalhadores italianos no final da década de 1960, “nasce entre as bases de trabalhadores, é incorporado à cultura e estratégias sindicais e posteriormente forma parte do debate e congressos do saber especialista” (CÁRCOBA, 2007a, p.17, tradução nossa). O MOI poderia também ser definido como “um instrumento de análise das condições de saúde e trabalho e menos como um modelo” (KUCHENBECKER, p.49, tradução nossa); uma “modalidade de pesquisa participante [...] que foi promovida em diferentes momentos históricos, no interior de diversos centros de trabalho e contextos sociais” (MARTINEZ ALCÁNTARA, 2007, tradução nossa), que redefiniu a relação entre saúde e trabalho, assim como as categorias usadas para analisá-la (ODDONE, 1986, *passim*). Como aplicação específica da pesquisa participante, tanto o MOV como o MOI que o inspirou têm como princípio o envolvimento direto dos sujeitos no processo de elaboração de conhecimento e de reflexão sobre a prática, para gerar uma ação correspondente – não se propõe nem como pesquisa acadêmica que separa sujeito e objeto em uma falsa neutralidade, nem como adoutrinamento ou capacitação técnica que isola a produção de conhecimento e relega o trabalhador à mera reprodução do mesmo. Segundo Elío e Rodríguez:

A pesquisa participante pode ser entendida como uma proposta teórico-metodológica para o estudo da relação trabalho-saúde que permite estruturar o processo de pesquisa. É acompanhada de procedimentos e técnicas gerados a partir de suas propostas e de outras correntes do pensamento. Seus objetivos fundamentais podem se resumir em três: a geração de conhecimento, a difusão e socialização desse saber gerado e a mobilização organizada ao redor das condições nocivas de trabalho e saúde. (2007, p.114, tradução nossa).

Como modelo teórico, o Modelo Operário se contrapõe ao modelo da Saúde Ocupacional que fragmenta o estudo sobre trabalho em Medicina do Trabalho, Higiene/Salubridade do Trabalho e Segurança do Trabalho. É um método que conseguiu elaborar um conceito proletário de saúde do trabalho em oposição a diversos princípios ultrapassados da concepção monetarista. Contraditoriamente, o Modelo Operário também teve influência decisiva sobre a elaboração do modelo de saúde ocupacional, que se apropriou de ferramentas metodológicas, retirando, porém, todo o conteúdo de participação operária da proposta original.

Segundo o Conselho de Delegados e Delegadas de Prevenção do Valles del Tuy, estado Miranda, constituído por diversos trabalhadores que passaram pelo processo de formação através do MOV, este contém algumas diferenças em relação ao Modelo Operário original desenvolvido na Itália:

Em nosso país, esta proposta [MOI] é enriquecida se denominado 'O Modelo Operário Venezuelano' como consequência de algumas variações em relação à original. Especialmente assume novas perspectivas em relação a quem deve facilitá-lo, pois, diferente da Itália dos sessenta onde o sindicato é o responsável, a Revolução Bolivariana cria a figura das e dos Delegados de Prevenção através da Lei Orgânica de Prevenção, Condições e Meio Ambiente de Trabalho (LOPCYMAT) que aparecem como seus facilitadores e para isso contam com o apoio, a proteção, a formação do Estado Revolucionário, o qual, através do Instituto Nacional de Prevenção, Saúde e Seguridad Laborais (INPSASEL), não apenas dinamiza o processo, mas, além disso, é um fiador deste, tudo isso a partir da perspectiva da Classe Trabalhadora, o que constitui uma segunda diferença substancial com a experiência Operária Italiana. (*apud* RAMAZZINI, p.15, tradução nossa).

Apesar de não aprofundarmos no estudo do contexto italiano no final da década de sessenta do século passado, nem na história dos trabalhadores deste país, acreditamos que a pesquisa apresentada no segundo capítulo da presente dissertação sobre o trabalho em geral e, principalmente, o terceiro capítulo que dá conta do desenvolvimento dos trabalhadores venezuelanos e a transformação social que o país vive atualmente, nos permitam compreender diferenças estruturais entre ambos os contextos, vincular esse conhecimento com o debate teórico que apresentaremos a seguir, assim como abstrair as especificidades que encontraremos na reflexão sobre a experiência prática apresentada ao final. Porém, antes

destas abordagens, apresentamos a seguir sua estrutura formal e os princípios básicos que guiam sua implementação independente de seu contexto.

4.1.1 Estrutura Formal

Segundo material didático do Instituto Nacional de Prevenção, Saúde e Seguridade Trabalhistas da Venezuela (INPSASEL, 2008, pg.5, tradução nossa), os princípios básicos do Modelo são:

- 1) Não monetização: “A saúde não se vende”;
- 2) Não delegação: “A saúde não se delega”;
- 3) Participação ativa dos trabalhadores no processo: “Participar para decidir”;
- 4) “Conhecer para transformar”.

O lema 'A saúde não se vende' revela uma “redefinição qualitativa da saúde, extraíndo-a da lógica mercantil da venda da força de trabalho” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.89), o que não se restringe a isso, pois, acima de tudo, é “um ato desalienante, já que equivale a deixar de ver-se a si mesmo com os olhos do capital, reencontrando-se como ser humano” (LAURELL, 1984). Isso implica um questionamento aos paradigmas da medicina do trabalho tradicional e à maneira como a relação saúde-trabalho é compreendida a partir da ótica do trabalhador.

A garantia de que sua vida não está aberta para ser negociada com a patronal só é possível com o segundo princípio, onde os trabalhadores são interpelados a assumir eles próprios a defesa de sua saúde e vida, sem permitir que outros decidam em seu nome; este compromisso exige a participação direta e a reflexão sobre a saúde e o trabalho, assim como a luta por dignidade em ambos, o que leva ao terceiro princípio, a participação. Segundo Ivar Oddone: “Não existe salvaguarda da saúde dos trabalhadores se não existe a consciência bem precisa, por parte do trabalhador, do que significa a própria saúde, de como deve ser garantida e quais são os instrumentos utilizáveis para sua tutela nos locais de trabalho.] (*apud* BELLI, 2007, p.39, tradução nossa).

'Participar para decidir' não apenas convoca os trabalhadores a participarem do processo de pesquisa e dos espaços de decisão, mas contém implícita a ideia de corresponsabilidade com a tomada de decisão e, além disso, de certa maneira resguarda o coletivo, ao restringir o fórum de decisão a estes espaços e aos indivíduos comprometidos

com a luta diária, reduzindo a possibilidade de personificação e manipulação do processo. Ao assumir responsabilidade pelas decisões, os sujeitos se vêm obrigados a tomá-las conscientemente, examiná-las e refletir sobre os temas discutidos, o que exige, portanto, adquirir conhecimentos relevantes sobre o que se pretende transformar. Deste modo, paralelamente ao questionamento feito à ciência dominante, se conforma o novo sujeito com potencial de apresentar uma alternativa técnica e científica, contribuindo com a criação e o desenvolvimento de novos conhecimentos e paradigmas baseados nesta nova ótica. Segundo o material do INPSASEL, essa metodologia de pesquisa e controle de nocividade no trabalho se desenvolve através de cinco etapas, (2008, p.26):

- 1) Momento conceitual e de formação - Saber
- 2) Momento prático - Grupos Homogêneos e Pesquisa Coletiva
- 3) Momento de processamento de dados
- 4) Momento analítico
- 5) Momento de autogestão e socialização

O número de delegados a serem eleitos pelos trabalhadores e o tempo semanal a ser dedicado à sua formação foram estabelecidos pela Lei Orgânica de Prevenção, Condições e Meio Ambiente de Trabalho - LOPCYMAT (VENEZUELA, 2005; VENEZUELA, 2007; *passim*). Em algumas unidades de trabalho, principalmente com organizações proletárias mais combativas, foi possível conquistar mais tempo da jornada regular para dedicar à Comissão de saúde, incluindo um número maior de trabalhadores que o mínimo exigido por lei; essa iniciativa vinculada também aos conselhos de trabalhadores gera melhores benefícios tanto em relação à quantidade de trabalhadores, quanto à frequência e presença destes no processo de formação. Independente da especificidade de cada experiência, o modelo é composto por cinco etapas das quais participam os trabalhadores em formação. É necessário deter-se um momento em cada uma destas etapas para entender melhor a dinâmica do MOV e manter em mente que as etapas não têm tempo fixo, a duração de cada uma depende do grupo específico de trabalhadores, pois respeita seu próprio tempo e o desenvolvimento de sua luta.

4.1.2 Os cinco momentos do MOV

A implementação do MOV começa através de um processo de Observação Espontânea dos operários no qual os DDPs em cada setor de produção identificam junto aos

próprios trabalhadores os diferentes efeitos que o ambiente de trabalho pode ter sobre seus corpos e mentes, mesmo sem conhecimento prévio de riscos e danos classificados pela medicina. Apesar de se chamar 'espontânea', é, na verdade, um exercício que desenvolve a observação crítica sobre o entorno, despertando os DDPs e os demais trabalhadores para uma reflexão acerca da relação que sua saúde tem com o trabalho que desempenham. Essa primeira informação, que se pode denominar também de “subjetividade objetivada” (INPSASEL, 2008, p.14) é compilada por um grupo de facilitadores composto pelos DDPs, assim como técnicos de saúde no trabalho da INPSASEL responsáveis por compartilhar seu conhecimento com os trabalhadores e dotar-lhes de ferramentas para essa observação e sistematização. A Observação Espontânea é realizada “pelos operários a respeito de suas condições de trabalho e que existe como experiência acumulada primária depositada no grupo” (LAURELL, 1984). Por um lado, tem um caráter exploratório junto à população total de trabalhadores e, por outro, é um momento que se concentra na aquisição de conhecimento técnico e científico por parte dos DDPs sobre as leis vigentes, os padrões ergonômicos e de prevenção, e sobre nossa história social e política em geral; formação esta que continua durante todas as etapas do Modelo de acordo com as necessidades levantadas pelos trabalhadores durante o processo.

Em um segundo momento, os trabalhadores organizam o processo de pesquisa por área de trabalho nos chamados Grupos Homogêneos (GHs), de acordo com a especificidade da atividade produtiva em cada local de trabalho. Cada GH reúne aqueles trabalhadores expostos a ambientes e condições de trabalho similares e sua configuração normalmente coincide com as respectivas etapas da produção. Em cada GH é aplicada a Pesquisa Coletiva, um questionário que procura identificar fatores nocivos para mapear o processo produtivo, seja uma fábrica, escritório, fazenda, escola, etc. A elaboração da Pesquisa e sua implementação formam parte dos conhecimentos adquiridos e desenvolvidos pelos trabalhadores na etapa anterior e seus frutos são a principal ferramenta para as etapas subsequentes.

Os resultados dessa Pesquisa são sistematizados, permitindo que os trabalhadores se familiarizem também com os processos produtivos que compõe cada GH, incluindo informação sobre o quê e como se produz; para evitar que os resultados sejam parciais ou reflitam opiniões individuais, ou seja, para garantir que são reflexo de uma experiência coletiva, são validados consensualmente por todos os sujeitos-investigadores. A partir da sistematização, inicia-se outra pesquisa, também coletiva, sobre quais fatores identificados podem ser provocados pelas condições de trabalho em cada área. Os GHs se reúnem com

técnicos em saúde do trabalho com o objetivo de compartilhar essas observações e identificar possíveis sintomas de doenças ou afecções de efeitos nocivos à saúde, relacionando tais sintomas com o ambiente e os materiais de trabalho em cada GH; incluindo, por um lado, riscos que ainda não tenham gerado sintomas nem doenças, pois diversas enfermidades graves podem ser assintomáticas; e por outro lado, sintomas observados que inicialmente não guardam relação com nenhum risco normalmente associado às atividades do grupo. Os resultados apontados pela Pesquisa Coletiva em cada área são averiguados e quantificados através de medidas e dados bioestatísticos.

No quarto momento, no processo analítico, será desenvolvido o chamado Mapa de Risco (MR) para cada área. Os MRs são construídos através da Validação consensual em grupos de discussão onde a opinião dos técnicos não é privilegiada sobre a dos trabalhadores. Ao compartilhar e comparar o conhecimento dos participantes, tenta-se chegar a consensos sobre quais são e onde estão os riscos à saúde no trabalho. Esse procedimento é o que permite levar à prática o princípio de construção coletiva do conhecimento, “uma relação dialética entre o conhecimento especialista e o conhecimento profano” (CÁRCOBA, 2007a, p.19), reconhecendo os próprios trabalhadores e sua subjetividade como principal fonte de informação sobre a realidade no trabalho, já que desenvolvem diretamente o processo produtivo.

Os fatores nocivos plasmados nos MRs são divididos em quatro grupos, indicados por diferentes cores. O primeiro grupo (verde) está composto por fatores presentes na vida cotidiana, inclusive possivelmente na moradia do trabalhador, para os quais devem ser estabelecidos limites máximos ou mínimos, como, por exemplo, luz, calor, barulho, etc. O segundo grupo (vermelho) é composto por fatores quase exclusivamente presentes no ambiente de trabalho na forma de gás, poeira, fumaça, etc.; ainda que alguns fatores nesse grupo possuam níveis Máximos Aceitáveis de Concentração (MACs), outros representam elementos cuja presença torna o trabalho impossível, como, por exemplo, substâncias tóxicas, ou seja, seu MAC é zero. O terceiro grupo (amarelo) diz respeito a riscos ligados estritamente ao aspecto físico, à atividade muscular do trabalhador. O último grupo (azul) são as condições de trabalho que oferecem riscos à integridade do trabalhador além do aspecto físico, podendo afetar principalmente o psicológico; riscos como, por exemplo, monotonia e ritmos excessivos, que são capazes de provocar estresse e ansiedade; estes últimos são os fatores mais difíceis de identificar. Segundo Andrea Belli, o esquema em quatro grupos, “baseado em uma linguagem simples e compreensível, usando as categorias conhecidas por todos os trabalhadores, permitia confrontar ambientes de trabalho diversos entre eles e, o mais

importante, representava uma linguagem comum entre técnicos e operários” (2007, p.41).

O MR é construído com imagens elaboradas e escolhidas pelos próprios trabalhadores, sendo assim produto de um processo importante de decisão consensuada: como se comunicar? Os trabalhadores devem também decidir sobre os recursos e meios usados para essa comunicação, o que, em uma situação de enfrentamento ao patrão, pode constituir uma decisão difícil. Dentro das possibilidades, é então publicado nas diferentes áreas de produção para que o conhecimento seja compartilhado com todos que participam do processo produtivo, sejam eles trabalhadores organizados ou não. Importante enfatizar que além de publicado em lugares acessíveis a todos trabalhadores, o debate que levou ao MR deve ser compartilhado também entre a população de trabalhadores sempre que possível, o que pode ser feito através das assembleias ordinárias quando há uma organização trabalhista constituída. Essa socialização do processo ajuda a desmistificá-lo, abre as portas para que os outros trabalhadores se vejam capazes de contribuir com essa construção e possam acompanhá-la, o que serve também como mecanismo de prevenção contra o personalismo e o descolamento dos DDPs em relação aos interesses dos trabalhadores. Como explicam Laurell e Noriega, “[...] com base no conhecimento gerado e moldado no mapa de riscos, o grupo homogêneo constrói sua plataforma de reivindicações, de novo através de um procedimento de validação consensual, e traça uma estratégia de luta para consegui-la” (1989, p.85). Essas propostas podem ser reivindicações concretas dos trabalhadores para transformar sua realidade ou apenas constatações e bandeiras de luta que permitam sua organização; no caso da experiência italiana, as decisões dos trabalhadores eram levadas à prática através da ação dos conselhos como forma de luta, por exemplo, “quando a demanda é reduzir o ritmo da cadeia, se põe em prática deixando passar cada segunda ou terceira peça sem trabalhar, alterando de fato o ritmo de trabalho” (LAURELL, 1984).

Através do desenvolvimento das fases anteriores do modelo, deve-se chegar a “dois instrumentos fundamentais: o registro dos dados ambientais e bioestatísticos” (ODDONE, 1986, p.49), que permitirão aos trabalhadores acompanharem sua saúde no decorrer do tempo, o que constitui o quinto momento desse ciclo contínuo. O Registro dos dados ambientais deve conter os fatores nocivos presentes em cada seção, identificados através do MR e ser ampliado constantemente com a participação dos trabalhadores. Com base neste Registro, os próprios trabalhadores organizados estabelecem uma periodicidade de acompanhamento e controle de tais fatores, cujos resultados devem ser comunicados aos trabalhadores afetados da maneira mais eficaz possível. Da mesma maneira que os dados do ambiente são registrados, também é feito um acompanhamento de todos os dados relativos ao

estado de saúde dos trabalhadores, incluindo exames de admissão, faltas ao trabalho, doenças e suas causas. Esse registro do desenvolvimento histórico do quadro clínico de cada trabalhador tem sua contraparte individual na Caderneta de Risco, em posse de cada trabalhador, que serve não só como registro individual, mas ferramenta de aprendizado e acompanhamento consciente de sua saúde e dos efeitos ambientais sobre ela. Assim, os trabalhadores organizados podem contar com um centro de informação e acompanhamento do ambiente de trabalho e de sua saúde e, através das mesmas reuniões periódicas, conseguem debater alterações no processo de produção, descobrir novos problemas e identificar outras necessidades que surgem do chão de fábrica, entre elas, necessidades formativas e organizativas. Porém, como proposta teórica e como demonstram suas conquistas efetivas, o Modelo Operário tem o potencial de ir além da organização imediata dos trabalhadores e de suas conquistas empíricas, pois:

Torna possível abordar um aspecto da luta contra a organização do trabalho ao oferecer elementos concretos para uma análise dirigida a gerar propostas de mudança. Isto é, torna acreditável a possibilidade da transformação. Não menos importante é que mobiliza a experiência vivida individualmente e a coletiviza. Catalisa, pois, a descoberta social da experiência individual. É, além disso, um método de ação que cria seu próprio sujeito, o grupo homogêneo e o delegado, já que é em todas suas etapas participação e ação. Como prática, elimina a separação entre objeto e sujeito na medida em que o objeto – a saúde operária – é estudado pelos próprios operários interessados. Neste sentido, inclusive pode ser sustentado que é um método que prefigura a superação da divisão capitalista do trabalho visto que nega sua característica de definição, isto é, a separação entre concepção e execução do trabalho. Volta a reunir na ação o conhecer e o fazer, unidade suprimida no trabalho fabril. (LAURELL, 1984, tradução nossa).

4.1.3 O processo de formação além da fábrica

À medida que essa formação vai sendo ampliada para todo o processo produtivo, são construídas relações que atentam contra o conhecimento fracionado do processo de produção e seu entorno social; ela tem como resultado despertar o conhecimento e questionamento dos trabalhadores e empoderá-los, já que se convertem em fonte e meio difusor de informação aprendida e transmitida de maneira acessível. Esse é um princípio orientador da pesquisa-ação para transformação social: colocar à disposição dos sujeitos ferramentas para sistematizar o conhecimento desenvolvido por eles 'no chão de fábrica', junto ao conhecimento científico acumulado historicamente pela humanidade e encerrado nos centros de educação formal em um “processo educativo que vise à reconstituição articulada,

coerente e rigorosa da realidade” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1988, p.33) para além da área específica de formação, pois, “[...] a despeito de seu desejo de mudança e, em certos casos, até mesmo de sua militância política, sua percepção do mundo e das coisas tende a ser superficial e fragmentada” (*op. cit.*, p. 32).

O princípio de 'Aprender fazendo' do MOV se desvela como fonte e, dialeticamente, reflexo do conhecimento técnico-científico, principalmente quando conjugado com o conhecimento sócio-histórico da realidade. Esse empoderamento se dá também na relação e compromisso de outros companheiros de trabalho com seu entorno, já que como método, prima pelo princípio de 'Participar para decidir'. Evidentemente, essa socialização da informação produtiva, assim como o questionamento dos trabalhadores acerca de suas condições de trabalho, principalmente com o objetivo de transformar essa realidade, encontram-se com barreiras. O caráter político vem à tona quando questões técnicas e econômicas deixam de ser um mistério e sua relação com a luta de classes fica evidente.

No entanto, as condições de saúde do trabalhador se estendem para além do seu local de trabalho, como a comunidade ao redor da fábrica, as condições de moradia e lazer do trabalhador. As vilas operárias que deram origem a diversos bairros urbanos, inclusive áreas nobres das atuais metrópoles mundiais, foram testemunho da morte ou morte em vida da classe trabalhadora. A formação técnica sobre saúde e segurança reverbera, assim, aos diferentes âmbitos da vida social que, do contrário, se vê refém da sede de lucro do capital. Já em 1864, um relatório ordenado pelo *Privy Council*, conselho para assuntos especiais da Inglaterra, ilustra com um exemplo real um dos miseráveis mecanismos usados pela burguesia para roubar ainda mais o trabalhador além dos muros da fábrica. Deixa claro, portanto, a necessidade do conhecimento técnico, seja em saúde, seja jurídico, ou até mesmo humanístico para a própria sobrevivência do trabalhador; na passagem que reproduzimos abaixo, cita as minas de carvão da Inglaterra cujos trabalhadores, naquela época, recebiam entre os melhores salários de todo o reino britânico:

Em sua qualidade de proprietário de minas, o dono da terra convida uma colônia industrial a trabalhar em sua propriedade, e em seguida, na sua qualidade de proprietário da superfície do solo, impede os trabalhadores ali reunidos de encontrar alojamento adequado indispensável para sua vida. Ao arrendatário [o explorador capitalista] não lhe interessa, do ponto de vista pecuniário, se opor a esta divisão do acordo, bem sabendo que, ainda que tais pretensões sejam exorbitantes, as consequências não recaem sobre ele; sabe que os operários, sobre quem recaem, não estão suficientemente educados para saber seus direitos sanitários, e que nem a hospedagem mais promíscua, nem a água potável mais podre seriam motivo especial para uma 'greve'. (MARX, 2009a, p.834, comentários do autor).

A experiência espanhola com o Modelo Operário, impulsionada pelas Comissões Operárias (CC.OO.) na década de 1980, foi capaz de levar esse método de pesquisa social para além dos muros de cada fábrica e elaborar um mapa de riscos de todo um território produtivo, como explica Cárcoba:

O mapa do território deve ser a síntese dos mapas de riscos das fábricas localizadas na região; nele estão reunidos os riscos mais graves e mais evitáveis e sua presença comum nas distintas fábricas. É, além disso, um instrumento político para visibilizar as relações que surgem entre a saúde pública das populações e a saúde nos locais de trabalho que estão em um mesmo espaço geográfico. Nesse sentido, a utilidade desta metodologia é comprometer a estrutura sindical permanente e, por outro, que se constitui em instrumento de contato e coordenação entre as distintas unidades produtivas. (2007b, p.76, tradução nossa).

O potencial do Modelo Operário como método de formação se evidencia na história de lutas daqueles que o utilizaram como ferramenta, seja na Itália, na Espanha, na Venezuela, etc.; mas compreender esse potencial implica reconhecê-lo como parte do contexto onde foi utilizado, estudo ao qual nos dedicamos no terceiro capítulo da presente dissertação: “O condicionamento da conjuntura política concreta expressa, em última instância, o caráter de instrumento do Modelo, na confrontação de classe” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.89), pois depende da correlação de forças políticas em um dado momento histórico e do acúmulo organizativo e cultural de cada grupo de trabalhadores que o adota como metodologia. As conquistas dos trabalhadores venezuelanos de maneira alguma levam a pensar que, mecanicamente, o uso do MOV em outros países ou mesmo na Venezuela implicaria tais conquistas; como vimos, as recentes conquistas do povo venezuelano em geral vão muito além das experiências específicas das fábricas. No entanto, considerado como proposta teórico-metodológica que se ergueu sobre um processo latino-americano e contemporâneo de transformação e foi estruturado sobre a base da pesquisa participante ou pesquisa-ação, é necessário visitar algumas referências teóricas do Modelo Operário para compreender seus princípios e as concepções de educação que poderiam contribuir com uma proposta de formação aplicável a outras realidades, pois concordamos com Oliveira e Oliveira quando afirmam que: “Motivar e instrumentar grupos populares para que assumam sua experiência cotidiana de vida e de trabalho como fonte de conhecimento e de ação de transformação, acreditamos ser o objetivo da pesquisa social e da ação educativa numa perspectiva libertadora” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1988, p.34).

Destacamos aqui que, apesar da importante e constante referência que encontramos ao trabalho teórico de Antonio Gramsci na Itália, principalmente relacionada ao Modelo Operário, e de Paulo Freire na América Latina, principalmente em relação à pesquisa

participante, é possível encontrar vários, diversos e extensos esforços de pesquisa em nosso país dedicados a ambos e os conceitos de política, trabalho e formação humana em suas respectivas obras; portanto, a atual pesquisa não se dedica a expor o trabalho destes pensadores, apenas mencioná-los referente à influência que exerceram sobre nosso objeto.

4.2 Breves considerações sobre a história do Modelo Operário Italiano

O Modelo Operário é resultado de um processo de sistematização e construção coletiva do qual participaram trabalhadores, técnicos, estudantes e sindicalistas inicialmente do setor automobilístico durante a década de 1960 em Turim, norte da Itália. No final da década de 1940 e começo de 1950, a prioridade política dos trabalhadores italianos era a consolidação da democracia, o terror do fascismo no pós-guerra ainda estava muito presente. Durante a década de 1950, começa um amplo debate no seio dos partidos políticos e sindicatos sobre a questão da saúde no trabalho, o taylorismo ditava os padrões para a reconstrução produtiva nos países europeus e isso implicava intensificação do trabalho: no período entre 1955-1974, as condições de trabalho na Itália significavam: “Um acidente a cada 20 segundos, um inválido permanente a cada dez minutos e 15 mortos por acidente por cada dia de trabalho” (LAMA *apud* BELLI, 2007, p.37). Os sindicatos não foram capazes de oferecer uma estratégia que contestasse a organização taylorista do trabalho, entrando aos anos 1960 sem proposta estratégica para a luta em saúde (*op. cit.*, p.35). Neste contexto, Laurell (1984) destaca que as iniciativas em relação à saúde operária não surgem dos sindicatos, mas da interação, a partir da fábrica, entre operários e cientistas comprometidos politicamente com a esquerda, defensores da concepção de que só é possível eliminar os danos à saúde nas fábricas através de uma nova teorização da relação saúde-trabalho. No processo de construção do MOI, os princípios emanaram da práxis destes grupos, como por exemplo, a conclusão de que não há prevenção sem participação, que deu origem aos conceitos de 'não delegação' e 'validação consensual', pode ser compreendida como uma resposta a esta incapacidade dos sindicatos, pois um estudo realizado pelo INCA entre 1951-67 constata que em 80% dos casos entregues à inspeção do trabalho houve algum tipo de conivência entre o inspetor e a empresa (BELLI, 2007, pp. 31, 38).

A principal motivação era, portanto, a defesa de própria vida e naquela época surgia a ergologia nos EUA e na Europa como proposta científica e disciplina médica que pretendia “adaptar o trabalho ao homem” (ODDONE, 2007, p.5, tradução nossa), porém não havia uma linguagem que explicasse os problemas que os trabalhadores enfrentavam na

fábrica, uma linguagem que permitisse unir o conhecimento operário – a representação objetiva e subjetiva do processo de trabalho concreto – e o conhecimento médico, a ciência formal necessária para dialogar com a comunidade científica, mas eu abstraía dos postos de trabalho concreto pois não os conhecia. Foi criada, portanto, a técnica de “instrução ao sócia” para comunicar uns aos outros as características de cada posto de trabalho; o operário que desempenhava a função a ser estudada deveria explicar aos outros seu trabalho como se os estivesse instruindo para substituí-lo, era sobre essa base que se preparavam os delegados para o encontro com a patronal, como se fosse uma simulação da reunião. (ODDONE, 2007, p.6)

A construção do conhecimento coletivo foi também responsável pela elaboração dos quatro grupos em que se classificam os riscos identificados no ambiente de trabalho, em particular o quarto grupo contribuiu com a formulação dos critérios para determinar as medições e padrões para os riscos associados à fadiga industrial, pois a ciência que fornece os paradigmas à medicina do trabalho não os tinha definido e, mesmo se tivesse, não constituem necessariamente critérios mensuráveis quantitativamente. Como afirma Oddone:

Não temos estes critérios, devemos encontrá-los antes de tudo através da superação do critério objetivo, isto é qual critério é possível se basear, sobre a base de medida das calorias, da frequência do pulso, do peso, etc.; avaliar a capacidade de tolerância do indivíduo. Este critério objetivo, como critério absoluto está refutado. É necessário introduzir o critério subjetivo por parte dos trabalhadores (*apud* BELLI, 2007, p.40-41).

Como resultado deste processo de anos, nasce em 1964 o centro de luta contra a nocividade do trabalho em Turim, dirigido por coletivos de pesquisa e formação; segundo estudo das CC.OO. de Madrid, o segundo centro foi constituído em Milão no ano seguinte e até 1977 haviam quatorze centros adicionais (BELLI, 2007, p.38). O fato dos grupos homogêneos e os conselhos de trabalhadores serem adotados no Congresso de Rimini em 1972, da Federação de centrais CGILCSIL-UIL, como instrumentos para gestão pela saúde a serem usado pelos sindicatos, implicou que o Modelo foi aplicado em milhares de locais de trabalho, além das pesquisas universitárias e estudantis sobre o tema, convertendo-se assim na “[...] proposta metodológica mais provada no terreno da pesquisa-ação e, também, sistematicamente administrada na fábrica” que conseguiu inverter a correlação de forças no terreno da reivindicação, abrindo um ciclo de luta social anticapitalista (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.83).

Neste sentido, se demonstra na prática uma proposta metodológica fundada no conceito de hegemonia de Gramsci (ODDONE, 2007, p.4) como a capacidade de uma classe social construir um projeto histórico, pois como afirmam LAURELL, um processo:

[...] que envolve diretamente dezenas de milhares de operários no estudo de suas condições de trabalho e centenas de milhares em lutas por transformar a realidade fabril, e que transforma o contrato coletivo de milhões de trabalhadores — não significa apenas a tomada de consciência coletiva e em massa dos imediatamente interessados, mas mostra sua potencialidade de hegemonizar a ação e o pensamento neste campo. (LAURELL, 1984)

Pela primeira vez se organiza um processo de pesquisa coletiva e ampla para discutir a patogenicidade da sociedade capitalista (BRANDÃO, 1988, p.10).

Do ponto de vista das condições objetivas e do ambiente de trabalho, no período de ascensão das lutas pela saúde na Itália através do Modelo Operário, houve um aumento na quantidade de contratos coletivos e a aprovação de leis favoráveis à defesa da saúde como a cláusula no Estatuto dos Direitos dos Trabalhadores de 1970, que permite intervenção e controle dos trabalhadores sobre a fábrica para proteger sua saúde e integridade psicofísica. Com as organizações sindicais unificadas e os conselhos de trabalhadores como órgão de participação direta, era possível implementar medidas decididas pelos próprios conselhos, independente da mediação do sindicato junto à patronal. Isso implica que a subjetividade e a organização dos trabalhadores sofreu um salto qualitativo no período, pois foi possível constituir fóruns de participação democrática direta dentro das fábricas, pressionando as centrais sindicais a se unirem e fortalecendo o movimento através das federações nacionais.

Do ponto de vista da educação e da ciência, foi aprovada lei que dedicava tempo da jornada regular para a formação dos trabalhadores, as chamadas 150 horas; as universidades, principalmente através do movimento estudantil, se convertem em forte aliada, assim como as instituições de saúde; os trabalhadores tiveram reconhecimento de grupos científicos, como a *Società Italiana di Medicina del Lavoro*, 38% dos artigos publicados na revista *La Medicina del Lavoro* eram relacionados ao Modelo Operário; além disso, o movimento foi capaz de constituir suas próprias instituições científicas (LAURELL, 1984).

No entanto, a luta pela saúde na Itália chega em 1975 ao ponto máximo do que Laurell descreveu como uma “parábola” (1984) e o Modelo perde força, em parte devido à desunião dos sindicatos e a subordinação do processo a uma lógica de negociação, mas principalmente devido à reestruturação produtiva, forte alavanca na contraofensiva do capital que descrevemos no segundo capítulo como neoliberalismo. Neste contexto, a partir da própria base dos trabalhadores, observa-se o surgimento de grupos de trabalhadores “especializados” na questão de saúde, o que confere maior conhecimento e poder aos sindicatos, mas, ao mesmo tempo, o princípio de não delegação, pedra angular do modelo operário, se perde. (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.90).

4.3 A pesquisa participante na América Latina

A pesquisa participante ou pesquisa-ação é um método que propõe a unidade entre sujeito e objeto, sustenta que a realidade deve ser estudada sem distanciar-se dela. Foi utilizado em diversas áreas das ciências sociais como educação, saúde, comunicação e saúde do trabalho (MARTINEZ ALCÁNTARA, 2007) como ferramenta para que setores populares e 'oprimidos' se apropriassem de sua realidade com o intuito de transformá-la: 'conhecer para transformar' é seu princípio básico. Esta proposta rompe também com a separação entre pensar e agir, como explica Naiditchf, ela é

[...] contextual e realizada ao mesmo tempo em que alguma forma de ação ou intervenção resulta da pesquisa. Os resultados dessa ação servem como dados adicionais da pesquisa e são estudados ao longo do processo. [...] uma série de ciclos de ações que envolvem diferentes fases de planejamento, ação, observação dos efeitos e reflexão acerca das observações e resultados obtidos. (NAIDITCHF, 2010)

Suzana Martinez Alcántara realiza um estudo sobre diversas experiências de pesquisa-ação no continente e argumenta que essa metodologia implica uma opção epistemológica que concebe o conhecimento como espaço de enfrentamento e luta de classes, pois questiona os fundamentos da própria ciência ao incorporar os coletivos e movimentos sociais como elementos centrais na elaboração de um novo conhecimento, rompendo a suposta objetividade e distanciamento que acompanham a pesquisa científica (2007). Segundo a autora, é uma metodologia que resgata o conceito de práxis, ao definir o estudo da realidade como um processo cíclico que envolve agir, refletir, planejar e agir continuamente; que articula a pesquisa, a participação e a educação.

O debate acerca de seus fundamentos teóricos e das experiências que a aplicaram na América Latina se baseia da concepção de que nenhum conhecimento é neutro, pois a ciência, como “produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas” (FALS BORDA, 1988, p.43), não tem como, concomitantemente, satisfazer necessidades e servir a interesses antagônicos. Rosiska Oliveira e Miguel Oliveira destacam que durante as décadas de 1970 e 1980 foram realizadas no continente latino-americano diversas pesquisas no âmbito das ciências sociais, por parte de agências governamentais e até corporações multinacionais “cujo objetivo é conhecer as condições de vida, pautas de comportamento, motivações e aspirações de grupos sociais ditos marginalizados ou então considerados, pelos donos do poder, como propensos a comportamentos rebeldes e contestatórios” (1988, p.18). Assim, as ciências sociais são usadas como instrumento do

capital contra o trabalho, com base em um conceito de ciência que não tem como objeto resolver os problemas da população pesquisada, mas inversamente, enxerga essa população como um problema a ser resolvido (*op. cit.*, p. 18-9).

Não é por casualidade que este mesmo período, a década de 1970, constituiu o auge de sua aplicação na América Latina, com os trabalhos de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, e na Itália, com o Modelo Operário Italiano. A reestruturação produtiva nos anos 1960 e 1970, ao mesmo tempo em que intensifica o trabalho, altera a base técnica sobre a qual se trabalha, transformando o ambiente de trabalho e fazendo com que grande parte do conhecimento acumulado pelos trabalhadores produtivos perdesse sua relevância empírica, e, sem o exercício de teorização, que o trabalho se enfraquecesse perante o capital. Neste contexto, a pesquisa-ação representa uma ferramenta valiosa, pois pretende evidenciar e legitimar a ciência popular como maneira de questionar os conhecimentos impostos que a negam e são utilizados como ferramenta de opressão, ao mesmo tempo em que revela a ciência formal como conhecimento historicamente acumulado que deve ser apreendido e posto ao serviço dos seres humanos em geral, apesar de estar a serviço de certos grupos e classes sociais. Orlando Fals Borda definiu a ciência popular como “[...] uma fonte de sabedoria e tradição que, em sua aparente simplicidade, nos oferece as pistas e mesmo as respostas para a crise social atual.” (1988, p.43); é “o conhecimento empírico, ou fundado no senso comum, que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade” (*op. cit.*, p.45). O papel do técnico e cientista no processo de pesquisa junto aos trabalhadores e setores oprimidos é resgatar esses conhecimentos, através de um processo de objetivação da subjetividade operária, junto a uma proposta de transformação da sociedade construída pelos próprios sujeitos, pois “indivíduos e grupos oprimidos desenvolvem estratégias de sobrevivência, de defesa, de luta e de fuga, ainda que [...] não acreditem em sua própria capacidade de mudá-la.” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1988, p.32).

Dentro desta concepção, o Modelo Operário se constituiu como poderosa ferramenta para o estudo do ambiente de trabalho nas mãos dos trabalhadores na América Latina contra as concepções da Medicina Ocupacional ou Medicina do Trabalho. Como explicam Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega, da Associação Latino-Americana de Medicina Social (ALAMES), sua implementação permitiu “forçar a atualização e aplicação do conhecimento existente às situações concretas e acabar com um uso enganoso, parcial e atrasado do conhecimento profissional neste campo” (1989, p.93).

O Modelo Operário foi utilizado em experiências no México, no Peru, na

Colômbia e inclusive no Brasil nas décadas de 1970-80 e encontrou um forte aliado na ALAMES, fundada em 1984 em Ouro Preto, Brasil, como resultado da “confluência do pensamento crítico em saúde e as lutas dos povos latino-americanos em defesa de sua saúde” (ALAMES, 2012). Reúne pesquisadores, professores e profissionais de saúde em diversos países do continente e, dentro de suas redes temáticas, inclui núcleos para o estudo da relação saúde-trabalho, políticas públicas em saúde e a rede sobre força de trabalho; alguns de seus membros – como a médica sueca radicada no México e coordenadora geral da associação, Asa Cristina Laurell – dedicaram diversos estudos ao Modelo Operário e sua aplicação na região, mesmo antes da ALAMES se constituir em associação.

4.4 Debate com a medicina social latino-americana

A Associação Latino-americana de Medicina Social (ALAMES) questiona profundamente a validade do Modelo Médico e, até hoje, promove um debate acerca dos paradigmas que definem e acompanham o desenvolvimento e a prática da medicina em geral, e principalmente da medicina do trabalho. De certa maneira, suas concepções de pesquisa e práxis coincidem com a da pesquisa participante, cuja aplicação “[...] determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir” (BRANDÃO, 1988, p.12), pois argumentam que o estudo do processo de trabalho é essencial para a compreensão da saúde pública em geral e para sua transformação, em uma região do mundo na qual as ciências médicas não conseguem dar respostas aos problemas e necessidades da população trabalhadora.

Como parte de um balanço geral de diversos estudos realizados sobre a relação saúde-trabalho no continente, Laurell e Noriega apontam que em grande parte os estudos latino-americanos se restringiam à análise de experiências ou riscos específicos, mas se diferenciavam dos países do capitalismo avançado que apresentavam uma abordagem hegemonizada pelos paradigmas da medicina ocupacional. Os estudos aqui partiam de uma concepção que situa o trabalho como “cenário primário de exploração e confrontação de classe”. Tais estudos evidenciavam, de uma perspectiva de formação e transformação, que “[...] a simples demonstração da presença de um outro risco não é suficiente pra conseguir sua eliminação, mas que é, todavia, preciso situá-lo no contexto político e econômico”, ou seja, que a saúde dos trabalhadores é um objeto de estudo próprio das ciências sociais (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.49). Os autores vinculam essa perspectiva que relaciona a

saúde à produção a um contexto mais amplo de questionamento da organização capitalista do trabalho e do sistema capitalista como um todo, principalmente na América Latina:

[...] durante aqueles anos [final da década de 60 e início dos 70], não só ocorria a desmistificação da inevitabilidade de uma determinada maneira de organizar a produção social, mas também uma reflexão crítica sobre as práticas sociais dominantes, como a médica. Assim sendo, surge então a crise da medicina como crise de um paradigma científico e de uma prática. Esta crise se mostrava com particular força na América Latina, pois de um lado permaneciam como causas importantes da mortalidade as doenças consideradas como resolvidas pela ciência médica, ao mesmo tempo que as novas se apresentavam com uma frequência cada dia maior. Por outro lado, apesar do crescimento dos serviços de saúde, eles não pareciam resolver os problemas relevantes de saúde da população. (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.23).

A insuficiência teórica e prática que a as ciências médicas tradicionais apresentavam perante a realidade continental foram a base de seu questionamento e as pesquisas comprometidas com um projeto de transformação e dedicadas a resolver essas lacunas lograram atualizar a medicina ocupacional latino-americana em relação aos países desenvolvidos e, principalmente, despertar o potencial de gerar um conhecimento novo, descobrindo problemas empíricos e categorias teóricas que vão além de um levantamento daqueles riscos e doenças tradicionais que a medicina ocupacional já havia identificado e engessado como parte deste campo de conhecimento.

Neste sentido, a opção pelo Modelo Operário no estudo da relação saúde-trabalho especificamente abriu “a possibilidade de abordar a questão da saúde do operário de tal modo que se consegue simultaneamente utilizar a experiência operária, socializar o conhecimento e mobilizar os diretamente interessados na ação transformadora” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.47), o que permite um conhecimento mais preciso de diversas experiências particulares em cada local de trabalho, mas também guarda o potencial de fazer generalizações sobre a relação o saúde-trabalho através da socialização destas diversas experiências. Ao mesmo tempo, da perspectiva dos trabalhadores, é reestabelecida a unidade entre conhecer e transformar, pois “[...] a única razão do impulso para o estudo de um problema é a busca de sua solução” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.87).

O processo de pesquisa promove, portanto, a elaboração de um novo conhecimento, que não surge espontaneamente, mas através da sistematização da subjetividade operária contida na experiência do grupo homogêneo, como coletividade que compartilha uma realidade concreta. Ao colocar a subjetividade-experiência operária como instrumento preferencial, abre-se espaço para riscos e danos que a ciência formal não pode medir, especialmente no quarto grupo de riscos. Uma contribuição do MO destacada por

Laurell e Noriega é o princípio de referir todas as medições ao grupo homogêneo e não ao indivíduo; mesmo partindo do posto de trabalho individual, “a informação coletada serve para construir um perfil de dano à saúde do grupo ou, alternativamente, para precisar a frequência de uma determinada patologia nele” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.91), vinculando sempre risco e dano, o que também permite estabelecer novas relações entre ambos. Ao recuperar e socializar as experiências específicas do grupo, as diversas vivências vão construindo este novo conhecimento que é validado consensualmente, sobre a base do que os próprios trabalhadores identificaram como elementos determinantes de sua realidade, dotados, por sua vez, do conhecimento formal do qual se apropriaram no processo. Outra contribuição do MO para o desenvolvimento da ciência é a flexibilidade a ele inerente em relação à escolha de instrumentos e métodos de medição, que no processo são submetidos à necessidade específica de cada experiência, integrando diversas técnicas e criando novas técnicas de pesquisa (*op. cit.*, p.92).

Da perspectiva das lutas sociais pela saúde no trabalho, o MO impulsiona a tomada de consciência dos trabalhadores ao articular vários elementos: “a compreensão de que a doença e os acidentes não são acontecimentos aleatórios individuais, mas sim uma condição da coletividade; a democratização do quefazer sindical e, com ela, a possibilidade real de lutar e conseguir mudanças” (*op. cit.*, p.46). Porém, depender de uma organização democrática como garante do processo aparece como uma forte limitação do Modelo Operário; uma organização que garanta a participação direta, com experiência acumulada para respeitar a dinâmica da luta empreendida e que torne visível a problemática da saúde. Laurell e Noriega apontam esta, entre diversas limitações ao modelo, de uma perspectiva crítica, buscando colaborar com sua implementação; na próxima seção revisaremos outras limitações por eles identificadas.

4.4.1 Limitações do MO para elaboração de novo conhecimento

Segundo os autores, uma limitação que dificulta a continuidade do modelo é que nem sempre são incluídos conhecimentos jurídicos sobre a legislação do trabalho e outros códigos vigentes que constituem, na maioria dos casos, a primeira barreira imposta pela patronal. Neste âmbito, a delegação se faz patente, principalmente quando o conhecimento sobre o contexto econômico, político e social ainda é incipiente. O discurso legalista pode se converter em uma barreira insuperável devido a mistificação deste conhecimento formal, elementos do qual os autores consideram importante incorporar ao modelo.

Por outro lado, destacam que a ênfase sobre a necessidade dos operários dominarem os modelos técnicos formais revela uma “visão instrumentalista da ciência” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.87), o que impede que da pesquisa surjam conhecimentos diferentes da ciência formal, pois a experiência é ordenada de acordo à mesma. Neste sentido, consideram a estrutura dos quatro grupos de risco como uma camisa de força que conduz a observação para os riscos identificados, impedindo a identificação de riscos ou danos que não foram classificados pela ciência médica.

Subjacente a estas limitações, o que se pode destacar como principal limitação apontada pelos autores é a falta de teorização sobre o processo e o conhecimento acumulados, o que leva o sujeito-trabalhador a considerar a realidade específica da fábrica como representação da realidade como um todo, ou seja, se estabelece uma equivalência entre o conhecimento particular de cada experiência e o geral, considerando este simplesmente a “soma de situações particulares” (*op. cit.*, p.88). Na perspectiva do desenvolvimento da ciência, ao estudar a experiência do Modelo Operário Italiano, apontam que esta falta de momentos para teorização implica uma identidade direta entre teoria e prática, deixando de lado “o nexos fundamental da dialética” (CINI *apud* LAURELL e NORIEGA, 1989, p.92). Sem estes momentos, não é possível extrair dos estudos específicos aquilo que têm de geral, diluindo o novo conhecimento em potencial “em múltiplos aspectos particulares de situações que, a rigor, o conhecimento científico formal poderia prever” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.94).

Espaços de teorização são essenciais não apenas para o avanço da ciência e de novos conhecimentos, mas para a viabilidade do próprio processo de defesa da saúde e da continuidade do Modelo Operário como ferramenta desta luta, pois, de maneira contraditória, a forte ênfase na experiência e subjetividade operária “leva a fortalecer a opção ambientalista”, que visa apenas identificar os riscos particulares de cada experiência sem concebê-los como processos coletivos mais amplos; situação que constitui “um passo prévio para voltar a delegar a saúde do operário aos técnicos, e relegá-la a um lugar secundário dentre as prioridades sindicais” (*idem*). Outro problema decorrente da ausência de teorização, que contribuiu com o enfraquecimento e abandono do MOI, é que a restrição aos conhecimentos particulares torna o grupo de trabalhadores refém da realidade particular na qual tais conhecimentos são válidos e “quando muda drasticamente a realidade fabril, o conhecimento particular – por mais rico que seja – se torna essencialmente inútil, pois o seu objetivo desaparece”; risco que se tornou especialmente visível com “a reestruturação tecnológica e reorganização do trabalho” (*idem*). Finalmente, sem a possibilidade de

teorização, a pesquisa, mesmo sendo compartilhada por muitos trabalhadores dentro de uma unidade produtiva, “não passa a ser memória definitiva da classe, recuperável nos momentos em que as mudanças na correlação de forças permitam avançar nas posições operárias.” (*op. cit.*, p.95). Em entrevista à Revista Sindical em 2007, Oddone comenta que o material reunido através deste instrumento estava “tudo por ser elaborado” aguardando no *Centro Ricerche e Documentazione rischi e danni da lavoro* (ODDONE, 2007, p.6) para talvez contribuir com lutas atuais pela melhoria do ambiente de trabalho.

4.5 O MOV, retorno ao início

Esta seção apresenta um relato resumido do trabalho empírico desempenhado na Venezuela junto a uma equipe da INPSASEL na formação de trabalhadores e trabalhadoras através do Modelo Operário Venezuelano. O objetivo aqui é apresentar este caso específico para poder extrair algumas conclusões sobre a relação entre teoria e prática na aplicação do método e também refletir sobre suas falhas e possíveis melhoras. Este é um caso específico, um relato individual sobre uma experiência coletiva que, com o arcabouço teórico apresentado anteriormente, poderá ser analisada, com atenção à aplicação da metodologia, as conquistas alcançadas e o contexto na qual se deram.

4.5.1 Experiência empírica: um relato

Minha aproximação com os trabalhadores do Valles del Tuy, estado Miranda, foi através do trabalho sindical junto aos trabalhadores do cimento da antiga fábrica da Lafarge que, durante o período de nosso trabalho, foi nacionalizada e transformada em Fábrica Nacional de Cimentos (FNC). O trabalho em torno da saúde havia começado com trabalhadores da mesma empresa, porém em outra planta da antiga Lafarge em Caracas, que nos puseram em contato com os trabalhadores de Miranda que pretendiam se organizar para eleger seus Delegados e Delegadas de Prevenção (DDPs) e conformar seu comitê de saúde. O processo de formação começa com a intervenção dos técnicos ou fiscais do INPSASEL para preparar, junto aos trabalhadores, as eleições dos Delegados e Delegadas de Prevenção (DDPs) segundo a LOPCYMAT e seu regulamento.

Uma vez eleitos os delegados, são marcadas reuniões de formação durante a jornada de trabalho, na hora e local estabelecida pelos trabalhadores. Tínhamos meia jornada semanal dedicada às reuniões de saúde e segurança e, em raras exceções, haviam reuniões

extras. Os primeiros meses se dedicaram ao processo regular de formação, no qual os trabalhadores se familiarizavam com o MOV, suas etapas, objetivos e ferramentas. No período de dois meses tínhamos começado a identificar os Grupos Homogêneos para implementação da Pesquisa Coletiva, no entanto, durante as reuniões surgiam sempre as mais diversas denúncias sobre as condições de saúde no trabalho, o comportamento patronal do sindicato e as injustiças por parte da gerência; especialmente a Gerência de planejamento e a Gerência de saúde do trabalho. As principais denúncias diziam respeito aos trabalhadores terceirizados, que eram tratados de maneira diferente dos trabalhadores efetivos – por exemplo, tinham comida diferenciada no refeitório da fábrica – e de um grupo de trabalhadores que não tinham vínculo empregatício algum, mesmo trabalhando há mais de vinte anos para a Lafarge; estes últimos tinham sua entrada ao refeitório proibida, trabalhavam no pátio da fábrica como carregadores para o transporte do produto, não contavam com água potável ou lugar para descanso. Havia muita ansiedade por parte dos trabalhadores para resolver os problemas, mas não havia uma preocupação com a necessidade de se organizar para tal fim.

As reuniões de formação foram divididas em dois turnos, um primeiro turno técnico, dedicado às tarefas internas à fábrica e à elaboração das ferramentas para saúde no trabalho, e outro às demais necessidades de formação e organização identificadas pelos trabalhadores. A primeira metade das reuniões incluía o estudo de leis e os educadores do INPSASEL utilizavam as mais diversas ferramentas de aprendizado, inclusive jogos didáticos, para a apreensão deste conhecimento. Tivemos muita dificuldade para que os trabalhadores se comprometessem e cumprissem com as tarefas do MOV, como a aplicação da Pesquisa Coletiva; argumentavam falta de tempo, represália da patronal, inclusive trabalhadores que se negavam a participar; considerando o número de trabalhadores de toda a fábrica, a quantidade de Delegados e o tempo do qual dispunham parecia não ser suficiente. Uma medida tomada que significou uma melhora na organização das reuniões, foi a elaboração de atas em todos os encontros; com rotatividade na secretaria, para que os trabalhadores presentes desenvolvessem também esta destreza e para permitir dar seguimento aos problemas e tarefas discutidas nas reuniões; um trabalhador foi eleito para guardar as atas. Os trabalhadores, ainda que sem organização formal, pretendiam elaborar um plano de denúncias e reivindicações a serem apresentadas perante o INPSASEL, incluindo o fim da terceirização e a nacionalização da fábrica de cimento; porém, não conseguiam realizar fora dos horários de formação a Pesquisa Coletiva para sistematizar o processo de produção no próprio ambiente de trabalho. Além disso, as questões mais emergenciais dos trabalhadores terceirizados e dos carregadores tendiam a ocupar mais espaço nas reuniões, pois não desfrutavam de apoio jurídico para um

processo de reivindicações, não se consideravam eles próprios parte do grupo efetivo de trabalhadores, não percebiam que as próprias ferramentas do MOV lhes serviriam para estudar seu processo de trabalho e, com base no conhecimento formal – dados, medições, estatísticas, etc. –, poder argumentar perante os órgãos responsáveis para levar a cabo suas reivindicações. Os trabalhadores de diversas plantas da empresa Lafarge organizaram uma greve conjunta para chamar a atenção a suas denúncias, segundo orientação de advogados contratados que, supostamente, dariam início a um processo legal perante o Ministério do Trabalho em relação a demandas de benefícios sociais negados, hora-extra de trabalho remunerada indevidamente e algumas questões de trabalhadores individuais em relação à saúde. Não obstante a greve, os advogados estabeleceram um acordo com a patronal que reduzia o total devido aos trabalhadores. É importante destacar que a multinacional Lafarge é a segunda maior empresa de cimento no mundo e tem vasta experiência em desarticular sindicatos.

O contexto fora e dentro da Fábrica foi ficando mais tenso, pois durante os anos de 2008 e 2009 o governo entrou em negociação para a nacionalização de toda a indústria de cimento, o que apontava a uma nova estrutura administrativa e novas relações de trabalho no interior da fábrica. Durante meses, setores sindicais contrários ao sindicato da fábrica, assim como assessores jurídicos convidados pelos próprios trabalhadores participavam das reuniões com diversas propostas de como levar a cabo sua luta, reforçando uma lógica de submissão e delegação; além de dificultar o andamento do processo de formação através do MOV. A maioria das necessidades de formação exigidas pelos trabalhadores na segunda metade das reuniões diziam respeito a manejo do computador, edição de texto, diagramação, inclusive com operar uma câmera, para dedicar estes esforços a divulgar a luta que pretendiam empreender. Segundo recomendação dos educadores e técnicos do INPSASEL, estivemos um tempo distanciados da Lafarge para pressionar os trabalhadores a cumprirem com as etapas do MOV, afinal se eles não quisessem avançar com o processo, não tínhamos como avançar.

Com a nacionalização, representantes do ministério responsável pela nova administração começaram a participar das reuniões para compreender as necessidades mais imediatas dos trabalhadores na fábrica, que havia sido recentemente nacionalizada, o que impulsionou a coleta de dados sobre saúde sob uma lógica desordenada e distinta à da pesquisa participante, pois eram convocados os especialistas e empregados do setor administrativo a liderar o processo. Abriu-se uma relação diferente com a nova patronal, porém a lógica de delegação não cessou. Os trabalhadores começaram a compreender a necessidade de sistematizar seus conhecimentos quando enfrentavam as instituições que

deveriam responder a suas demandas, porém não tinham dados a apresentar; seus argumentos pareciam meras reclamações individuais reunidas em uma lista. Isso não significa que seus saberes não eram de extrema importância, pois realizavam sérias denúncias, não apenas em relação às condições precárias de trabalho, mas também em relação a desperdício de materiais e inclusive desvio de produtos por parte da antiga patronal: na Venezuela, o preço do cimento é tabelado e muitas vezes as empresas não declaram os índices corretos de produção para poder vender no mercado informal. Com muita dificuldade as tarefas foram sendo realizadas, depois de meses de mobilização – a planta foi paralisada duas vezes em 2009 – e debate com o governo sobre as novas condições e relações de trabalho.

Com a nacionalização, todos os trabalhadores terceirizados foram integrados à folha de pagamento como efetivos, incluindo os carregadores, cuja antiguidade também foi reconhecida pela nova empresa FNC. Durante o período de 2009, os trabalhadores decidiram se organizar como conselho de trabalhadores, apesar de ser uma figura incipiente, para reivindicar participação na gestão da fábrica. O momento era propício, pois a antiga administração, ainda identificada com a antiga empresa multinacional, se resistia a cooperar com a nova administração pública ao omitir dados, realizar um planejamento menos eficiente dos recursos ou até mesmo sabotar a produção, por exemplo, ao planejar o desligamento dos fornos durante a jornada regular de produção. Fora a administração, apenas os trabalhadores diretos tinham a informação sobre o que acontecia no chão de fábrica. Com o apoio de elementos sobre o processo produtivo desenvolvidos através do MOV – até então não tinham logrado finalizar o Mapa de Riscos – foi, eventualmente, possível argumentar com a nova administração que a participação dos trabalhadores era essencial para o funcionamento da planta e sua manutenção. Através da estrutura dos DDPs organizados em conselho, elegeram dois representantes para a parte administrativa, um para a Gerência de planejamento de produção e outro para a Gerência de saúde e segurança no trabalho.

No final de 2009 e início de 2010, foi possível levar as reuniões de formação a outro patamar, ao estabelecer encontros quinzenais com DDPs de diversas unidades produtivas. O Instituto Nacional de Capacitação e Formação Socialista (INCES) cedeu um espaço para a formação dos DDPs da região, tanto de empresas públicas como privadas. Assim, trabalhadores eleitos como DDPs, que já haviam passado por um processo inicial de formação e lograram concluir o Mapa de Riscos através do MOV, participavam deste outro espaço de formação, que se propunha a estudar o processo de produção em geral, além da fábrica, assim como aprofundar em outros temas como história e economia. Através deste espaço, foi possível vincular os estudos com outros centros de conhecimento e grupos

organizados, promovendo debates sobre saúde, trabalho, autogestão, etc. Deste espaço, surgiu a proposta de conformar um Conselho de trabalhadores de toda a região do Valles del Tuy para vincular as diversas unidades produtivas e estabelecer relações entre suas experiências .

Diversos trabalhadores do Conselho do Valles del Tuy entraram à universidade para dar continuidade a seus estudos formais, seja no nível técnico ou superior, o que é possível na Venezuela graças à gratuidade e universalização da educação superior e às missões que permitem concluir o ensino formal de maneira complementar. Por outro lado, o INPSASEL também oferece cursos curtos de capacitação técnica para certificação dos trabalhadores, para que possam acompanhar os técnicos e fiscais durante as inspeções e evitar manipulações.

4.5.2 Análise da experiência empírica

A experiência empírica com o MOV junto aos trabalhadores do cimento no Valles del Tuy, encontrou diversas dificuldades, mas, por outro lado, obteve diversas conquistas, apesar do contexto político da Venezuela ter influência determinante sobre sua aplicação. O contexto italiano nas décadas de 1960 e 1970, o pós-guerra e a reestruturação produtiva com base no taylorismo diferem diametralmente do atual contexto venezuelano, da Revolução Bolivariana; porém algumas semelhanças em relação à situação dos trabalhadores podem ser identificadas.

Em primeiro lugar, o caráter dos sindicatos, que em ambos momentos encontravam-se desunidos, enfraquecidos e, portanto, deslegitimados; o que motivou os trabalhadores a buscarem outras maneiras de organizar-se em defesa de sua saúde. A incapacidade dos sindicatos de responder aos interesses dos trabalhadores e as condições de exploração intensivas marcam o contexto em ambos os países. De igual maneira, ambos os contextos políticos favorecem um questionamento ao sistema capitalista de produção e exploração do trabalho; ainda que na Venezuela esse questionamento esteja acompanhado de um processo que pretende construir uma nova sociedade em revolução “rumo ao socialismo”, a Itália estava imersa em um movimento de “retorno à fábrica” e as referências que permeiam o debate teórico e a prática da luta dos trabalhadores em ambos os casos parecem aproximar-se de uma postura mais combativa voltada para o trabalhador e para o confronto político. Neste sentido, também encontramos um interesse de intelectuais e estudantes interessados nos processos dentro dos muros das fábricas, comprometidos com a luta dos trabalhadores e com um processo de transformação das condições de trabalho e, até certo ponto, da própria

sociedade.

No entanto, como os próprios trabalhadores do Valles del Tuy indicaram, na Venezuela, o Estado é o promotor e garante dessa proposta de formação e de sua aplicação em diversos centros de trabalho em todo o país, diferente da experiência italiana, onde os sindicatos foram os promotores que massificaram a aplicação do modelo pelo país (RAMAZZINI, 2010, p.15), apesar de não terem sido seus promotores iniciais (LAURELL, 1984). Deste modo, há uma diferença fundamental: o processo na Itália começou com a base dos trabalhadores, estes se organizaram em conselhos, conquistaram o apoio dos sindicatos para sua implementação e o modelo se generalizou conquistando espaços mais amplos de socialização das experiências e de conquistas até chegar à super-estrutura, o âmbito das leis e da ciência acadêmica; na Venezuela, o processo se inicia através da alteração à LOPCYMAT e é impulsionado pelo INPSASEL, ou seja, o próprio Estado forma os trabalhadores como DDPs para que eles possam implementar e multiplicar o MOV, à medida que vão conformando seu conselhos. Além disso, no horizonte dos trabalhadores venezuelanos está o controle operário sobre a fábrica como um objetivo tangível, ao qual são convocados pelo próprio Estado; o que difere da experiência italiana. No caso venezuelano, o contexto político intenso ajuda, por uma parte, porque o questionamento à exploração capitalista e a necessidade de superá-la está na ordem no dia, faz parte da realidade cotidiana dos trabalhadores; por outro lado, parece dificultar o processo ao reforçar uma lógica imediatista em relação à luta dentro da fábrica, o panorama político mais amplo tende a concentrar a atenção e os esforços dos trabalhadores fora da fábrica, muitas vezes, como se diz na Venezuela, o urgente atropela o importante. Logo de destacar estas diferenças gerais, no relato acima encontramos muitas das tendências e limitações apontadas pelos estudos acerca do Modelo Operário, como a tendência dos trabalhadores a reivindicações economicistas e à lógica da delegação, por exemplo o caso dos trabalhadores do cimento com os advogados: quando viram a possibilidade de receber um benefício econômico através de um processo legal, deixaram a luta pela saúde para segundo plano e confiaram nos advogados como orientadores da luta. Neste sentido, apenas o compromisso dos trabalhadores com sua própria saúde pode garantir a continuidade e a convicção nos princípios do MOV; ao mesmo tempo, a continuidade tende a construir a convicção também. A luta economicista por benefícios é normalmente o ponto de partida dos trabalhadores; a unidade entre reflexão e ação foi o que transformou estes episódio em experiência de aprendizado. Sem cair em discursos legalistas, reconhecerei que o MOV demonstra ter um avanço em relação ao MOI em uma limitação apontada por Laurell, pois nos espaços de formação se dedicava uma parte dos estudos ao

conhecimento das leis que regem o trabalho e a saúde e segurança. Não obstante, é importante considerar a limitação apontada por Laurell e Noriega em relação à instrumentalização do saber, que engessa a elaboração de novos conhecimentos, pois na prática dos trabalhadores, encontramos essa possibilidade e há que incorporar mecanismos ao MO para que novos conhecimentos surjam dos trabalhadores. Apesar de enfatizar a importância de novos conhecimentos, é necessário que os trabalhadores se apropriem ao máximo do conhecimento formal para ir além dele e não ficar aquém; pois encontramos que muitas vezes o conhecimento científico e técnico formal é usado contra os trabalhadores no processo de luta, seja com a patronal, seja com as instituições correspondentes ou mesmo com advogados. É necessário que entendam o conhecimento formal também como processo de objetivação da subjetividade de trabalhadores que os precederam. Seria importante discutir como é possível garantir a apropriação crítica do conhecimento formal, da maneira questionadora que a pesquisa participante se propõe.

Também ficou evidente que este saber operário, este conhecimento adquirido na prática cotidiana e a reinvenção desta mesma prática não surgem espontaneamente daqueles que o detém, a apreensão desta subjetividade exige um processo ordenado de sistematização por parte dos próprios sujeitos, pois tampouco se torna evidente para o trabalhador através de um processo de “conversa” ou bate-papo informal. A técnica de escrever sobre as reuniões e aprovar consensualmente uma ata em cada reunião ajuda a desenvolver a capacidade de sintetizar os temas discutidos e acompanhar seu desenvolvimento, isto inclui as respectivas experiências, problemas e potencialidades de cada posto de trabalho.

O problema de alguns trabalhadores se descolarem do processo e se tornarem uma “casta” frente a outros trabalhadores é um tema apontado pelos autores que também se apresenta na experiência do MOV; a socialização do conhecimento por um número cada vez maior de trabalhadores ajuda a evitá-lo, assim como a participação ativa nas decisões; porém, a motivação pela luta por melhoras, apontada como o principal impulso para o processo de participação, também tem forte influência. O fato dos delegados não desfrutarem de benefícios diferenciados, como no caso dos sindicalistas, tende a reduzir a conformação desta casta e do oportunismo, mas observamos que quando adquirem certas conquistas, os trabalhadores tendem a perder parte deste impulso e delegam a luta. Muitas vezes a própria condição de delegado e o conhecimento técnico que detém também de certa forma atribui uma diferenciação entre os trabalhadores, principalmente no caso da FNC, onde foram eleitos alguns trabalhadores para cargos de gerência. Por isso a revocação e a rotatividade dos cargos de delegados é frequentemente reivindicada por organizações mais horizontais, assim como a

figura do *vocero*, ou porta-voz que deve se submeter ao foro de decisão. Talvez aqui seja relevante considerar para o grupo de trabalhadores o que Fals Borda apontou sobre os trabalhadores na Colômbia e a relação de sua participação com a formação política: “É possível ver como, por meio da educação política, o senso comum dos camponeses gradualmente adquire maior perspicácia e adota uma voz própria.” (FALS BORDA, 1988, p.53). A formação política, como proposta para desvendar as mistificações ao redor do poder e do conhecimento científico, podem contribuir a que os próprios trabalhadores evitem o surgimento desta casta, reivindicando sua “voz própria”.

A continuidade do processo de debate, de acordo a nossa experiência, é um elemento que também tende a contribuir com a compreensão e o compromisso dos trabalhadores com a transformação do processo de produção, pois apesar de conquistas e retrocessos, a constante reflexão sobre os mesmos revela que são momentos de um movimento maior; da mesma maneira que os trabalhadores italianos tiveram conquistas importantes, eventualmente foram perdidas. O encontro com trabalhadores de outras unidades de produção, socializando as experiências para além da especificidade de cada fábrica, também contribui com a compreensão de um movimento maior; assim como o estudo da história e das lutas dos trabalhadores.

No caso que relatamos acima, os trabalhadores eram parte de uma EPS, o que constitui certas garantias em relação a seus direitos e sua estabilidade, porém este nem sempre é o caso na Venezuela, principalmente nas empresas privadas. É importante ressaltar que os educadores da INPSASEL também encontram dificuldades em exercer suas funções. Mesmo no caso da multinacional Lafarge antes da nacionalização, há casos de trabalhadores perseguidos ou que sofrem represálias, e contra isso a única garantia é a própria organização dos trabalhadores. Em outras experiências e em certa medida nesta também, o MOV contribuiu com a conformação de organizações dos trabalhadores de maneira mais flexível que o sindicato, que depende da estrutura legal; é justamente o apoio sobre a subjetividade dos trabalhadores que permite estas novas formas de organização. No entanto, que o Estado se declare contra o neoliberalismo, impulse e valorize os trabalhadores como sujeitos protagonistas é, definitivamente, um avanço na defesa de sua saúde, porém corre-se o risco de cair refém na mão de um governo conservador. Susana Martínez Alcántara, em um artigo sobre a contribuição da pesquisa participante ao mundo do trabalho através do Modelo Operário, considera que sua aplicação exige estabilidade trabalhista e liberdade de associação e organização sindical, o que é garantido no caso dos trabalhadores das Empresas de Produção Socialista da Venezuela; mas em relação ao México, essas condições são cada vez mais

escassas devido à nova investida do capital. No entanto, afirma que “os princípios que constituem as vértebras do Modelo Operário, tais como a recuperação da subjetividade ou experiência operária e a não delegação, são potencialmente transformadores, independentemente dos trabalhadores contarem ou não com um centro de trabalho estabelecido e formalizado.” (MARTINEZ ALCÁNTARA, 2007, tradução nossa). Vemos que a aplicação do MOV a outras unidades produtivas, como cooperativas agrícolas e trabalhadores terceirizados, também corrobora essa conclusão.

Outro avanço importante que encontramos na experiência do MOV foi a tentativa de constituir os espaços para teorização do processo nas reuniões entre DDPs de diferentes unidades produtivas e no encontro com outros grupos de pesquisa e organizações comunitárias. Outro avanço que este espaço permite para além das limitações apontadas por Laurell e Noriega, é o resgate constante de processos históricos anteriores, como o próprio MOI, que é impulsionado pelo processo bolivariano em uma perspectiva de construir uma identidade de classe e um acúmulo teórico em relação à saúde no trabalho. A reedição do livro de Ramazzini forma parte deste resgate, como obra clássica e instrumento na luta pela saúde, mas também por sua capacidade de desmistificar as condições como algo imutável e a ciência como algo superior. O risco de instrumentalização e da formação de uma casta está presente com os cursos técnicos oferecidos sob a lógica da medicina ocupacional e se faz mais patente com a entrada dos trabalhadores à universidade. Porém, os conhecimentos acumulados pela ciência formal devem ser apropriados pelos trabalhadores, o problema não são os conhecimentos, mas sua assimilação acrítica e a relação que se estabelece entre os detentores e os não detentores de conhecimento formal. O espaço de reuniões quinzenais se constituía como momento de debate sobre o processo de formação com o Modelo Operário e sua relação com a realidade mais ampla, preservando a condição de igualdade entre os presentes como trabalhadores em luta, mesmo quando estivessem presentes advogados, médicos ou professores universitários; nesse sentido, ter uma forte identidade de classe é uma contribuição com a qual puderam contar os DDPs venezuelanos.

5 CONCLUSÃO

Quais contribuições podemos extrair do MOV para uma educação libertadora? Primeiro, há que entender o que há de universal e específico sobre esta experiência. Vimos que o desenvolvimento do trabalho no capitalismo se evidencia também na história e desenvolvimento da Venezuela e, de fato, hoje constitui uma atividade humana muito mais homogênea que antes; o trabalho reveste um caráter mais universal no mundo globalizado. A exploração do trabalho no neoliberalismo e sua patogenicidade são condições comuns aos trabalhadores hoje, assim como sua incapacidade de decidir sobre o processo de produção. O que há de específico na experiência venezuelana é o processo de transformação social impulsionado pela Revolução Bolivariana, que promove o questionamento ao capitalismo e reivindica sua transformação. Além disso, resgata a história de lutas do povo latino-americano e coloca o sujeito-trabalhador como protagonista deste processo. O Estado como garante da formação, com a estabilidade e o impulso à luta pela defesa da saúde também é específico a esta experiência, porém o MOV como produtor de conhecimento independe desta especificidade.

Como vimos ao analisar a categoria trabalho, à medida que o capitalismo avança no mundo e se torna sistema universal, menos se produz para satisfação imediata, mais se produz pensando em vender; o trabalho concreto tende a ceder espaço ao trabalho abstrato; a produção de valores-de-uso está submetida à produção de valores-de-troca; ainda que para vender, o produto precise satisfazer necessidades, a necessidade não é o objetivo de sua elaboração, mas o lucro; portanto são criados produtos mais descartáveis e novas necessidades; menos importa o que se produz, o mais importante é produzir mais-valia. Da mesma maneira, o trabalho morto, pretérito, cristalizado nos meios de produção tende a dominar o trabalho vivo como fator dinâmico, principalmente no neoliberalismo; as três fases da revolução industrial na substituição do homem pela máquina são os marcos históricos do avanço do trabalho morto sobre o vivo, assim como o taylorismo e o fordismo; a paralisação forçada da PDVSA em 2002-2003 na Venezuela é um exemplo claro deste domínio. Com o aumento da composição orgânica, ou seja, com maior emprego da máquina na produção, a produtividade tende a crescer e o tempo necessário para a produção de mercadorias em geral tende a diminuir; o trabalho necessário tende a um mínimo dentro da jornada para que o capitalista possa se apropriar ao máximo do trabalho excedente; mas sem trabalho necessário, não há trabalho excedente, portanto, o capital nunca poderá abrir mão do trabalho gratuito que recebeu; concentra todo o trabalho excedente possível em suas mãos e aquele do qual não pode se apropriar é supérfluo, vira trabalho de trabalhador indigente, aumenta a informalidade e todo tipo de precarização. Por mais que o capital dependa do trabalho produtivo, dentro deste mesmo mecanismo de concentração, o trabalho produtivo tende a minguar em relação ao trabalho improdutivo, o que implica mais pessoas dedicadas a serviços; muitos trabalhadores disponíveis para o setor público, como no caso do Estado de Bem estar social; mais trabalhadores informais e mais gasto suntuoso por parte de quem acumula – parece contraditório,

mas quanto mais produtividade, menos trabalho produtivo. Na contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, o primeiro polo tende a dominar o segundo, sendo cada vez mais empregado pelo capital e cada vez mais determinante para a produção; o trabalho manual não é aniquilado – o esforço físico dos trabalhadores do petróleo, do qual se deriva o plástico, que por sua vez compõe a carcaça do computador no qual o trabalho criativo libera suas “virtualidades”, ou o corpo do professor que utiliza tecnologias modernas para dar aula a 40 alunos por vez – ele continua a existir e o trabalho intelectual depende dele; porém, na produção social, o polo dinâmico desta contradição é constituído pelo trabalho intelectual, que domina seu antagonista ao planejar a produção, prescrever tarefas, analisar dados, seduzir pela propaganda, criar uma ideologia, etc. O trabalho complexo, portanto, domina o simples, a capacidade de articular diferentes conhecimentos e desenvolver a ciência se faz necessária para a exploração e para a luta contra a mesma; ainda que sua aplicação tenda a simplificar cada vez mais a atividade do trabalho vivo, ao remover este da produção imediata, sua relevância tende a se reduzir. A massificação da educação evidencia, em parte, a necessidade dos trabalhadores desempenharem atividades mais complexas, “resolver problemas”, deter mais conhecimento, saber operar diversas máquinas, ser polivalente.

Sendo assim, hoje mais que em outros momentos históricos, o fator subjetivo cobra vigência e o conhecimento acumulado pela humanidade se torna chave essencial para a transformação social. Neste aspecto, o MOV pode contribuir como método de pesquisa-ação que organiza a sistematização do conhecimento imediato e intuitivo do trabalhador para convertê-lo em ciência popular – seja na identificação dos riscos à saúde no processo de trabalho, na apropriação do conhecimento técnico, no questionamento deste mesmo conhecimento, ou seja, na possibilidade de ultrapassar os limites do debate sobre saúde para alcançar o questionamento de um sistema que condena à doença aqueles que produzem toda riqueza social. É o auto-reconhecimento do trabalhador como sujeito social, vinculado ao questionamento do processo produtivo em um sentido mais amplo, que faz do MOV uma ferramenta de transformação social; no entanto, sem uma classe trabalhadora disposta a empreender luta, o Modelo Operário ou qualquer outra proposta se torna uma ferramenta estéril. Ainda que seja em locais de trabalho sem organizações combativas ou promovido pelos sindicatos, e ainda que a correlação de forças política não esteja a favor da luta pela saúde, o MOV oferece a possibilidade de uma verdadeira educação libertadora. Ao desenvolver coletivamente o conhecimento sobre o processo de produção, revela-se o caráter social dos problemas que afetam a saúde e é possível identificar a relação entre o trabalho e a doença. À medida que o trabalhador, ainda em uma lógica economicista, se organiza para transformar a situação do trabalho e eliminar as condições insalubres; ao estudar os riscos e fatores que afetam a saúde e buscar suas causas, se encontra com sua própria exploração, pois a impossibilidade de eliminá-los não é devido a questões técnicas ou biológicas; mas sim políticas, sociais e econômicas. Torna-se necessário descobrir a lógica por trás das decisões, das técnicas, da própria ciência aplicada como ferramenta, o que necessariamente traz à luz sua exploração. Ao revelar a lógica por trás da estrutura produtiva, não

como indivíduo que se enfrenta a uma máquina, mas como sujeito social, sua condição de trabalhador se evidencia. O MOV promove o questionamento mais profundo sobre as bases da sociedade também porque ao reafirmar-se como ser humano e negar-se como mercadoria – “a saúde não se vende” – o sujeito-pesquisador encontra no trabalho a negação de sua humanidade. O direito de estudar suas condições de trabalho e decidir sobre suas ações desmistifica a superioridade do conhecimento técnico e a luta se vê potencializada por esse processo de pesquisa contínua vinculada à realidade concreta. Ao dominar a ciência formal ou erudita, descobrirá que no capitalismo a ciência o domina.

Apropriando-se do conhecimento formal para aplicá-lo ao processo de produção, é capaz inclusive de fazer com que surjam novos conhecimentos onde a ciência não é capaz de explicar a realidade. Essa é uma contribuição especialmente importante no contexto atual do neoliberalismo, no qual a ciência se converteu em força produtiva determinante e a subjetividade do trabalhador em alvo do capital. Os fatores reunidos no grupo quatro, por exemplo, podem se desenvolver com a aplicação contínua e sistematizada dessa metodologia, são doenças como estresse, depressão e ansiedade que se converteram em problemas de saúde pública, mas seu vínculo com o processo de produção não interessa e nem pode ser classificado e medido pela medicina ocupacional sob seus paradigmas atuais.

Conhecer a realidade concreta e desmistificá-la é de grande importância em um momento em que a indústria cultural, através dos meios de comunicação massivos, criam uma realidade fantasiosa, na qual o trabalhador não importa; enquanto as condições de vida e trabalho pioram, o capital se enriquece e a complexa estrutura da sociedade não permite deduzir da mera aparência esta exploração. O domínio do trabalho intelectual faz com que a formação de trabalhadores seja ainda mais necessária fora da lógica tecnicista e da formação de mão de obra, como pretenderam os trabalhadores italianos na década de 1970. É no encontro do saber erudito, através de técnicos e intelectuais que apoiam [e não conduzem] a formação, com o questionamento dos trabalhadores que surge sua força para enfrentar a realidade. A correlação de forças tem preponderância, como vimos com o MOI, mas mesmo em um momento de descenso da luta de classes, o MOV tem esse potencial na formação cotidiana e contínua, principalmente se encontra aliados nos intelectuais e nas universidades, como foi o caso na década de 1960 na Itália. Quando os trabalhadores, dotados de tal ferramenta, se encontram com uma correlação mais favorável ou com movimento mais amplo que o propicie, essas ferramentas e o conhecimento por elas gerado é de importância estratégica. O caso específico da Venezuela nos demonstra que, mesmo sendo um processo implementado a partir das instituições do estado, tem a possibilidade de se transformar em ferramenta de defesa da saúde e de organização dos trabalhadores para alcançar conquistas ainda mais avançadas, como o controle operário ou os conselhos territoriais de trabalhadores.

6 REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Vladimir. Introducción. In: BOLÍVAR, Simón. **Manifiesto de cartagena: Memoria dirigida a los ciudadanos de la nueva granada por un caraqueño**. MINCI, 2012. p.3. Publicação distribuída gratuitamente em Caracas nas comemorações do Bicentenário de Independência. Parte do acervo pessoal da autora.
- ALAMES. **Estatutos Asociación Latinoamericana de Medicina Social**. Aprobados en la Asamblea General en Montevideo, Uruguay. 8 de Noviembre de 2012. Disponível em <http://www.alames.org/documentos/estatutos2012.pdf>. Acesso 08/2015.
- ALBORNOZ, Orlando. **Del Fraude a la Estafa, La Educación en Venezuela: Las políticas educativas en el segundo quinquenio presidencial de Rafal Caldera (1994-1999)**. Caracas: Ediciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la UCV. 1999
- ÁLVAREZ, Rosanna. Zamora y sus llaneros en Santa Inés. In: **Memorias de Venezuela. N.11**. pp.43-47. Caracas: Centro Nacional de Historia, Dezembro, 2009. Disponível em <http://www.cnh.gov.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/11%20copia.pdf>. Acesso 08/2015.
- _____. José Leonardo Chirino y la insurrección de Coro. In: **Memorias de Venezuela. N.13**. pp.58-61. Caracas: Centro Nacional de Historia, Abril, 2010. Disponível em http://cnh.gov.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/Revista_Mem_13.pdf. Acesso 08/2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). **Caderno CRH**. Salvador, Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, v.15, n.37, 2002. Disponível em <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=128>. Acesso 08/2015.
- ARREAZA, J. A. La revolución del pabelo americano: el plan conspirativo de Gual y España. In: **Memorias de Venezuela. N.13**. Caracas: Centro Nacional de Historia, Abril, 2010, pp.62-64. Disponível em http://cnh.gov.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/Revista_Mem_13.pdf. Acesso 08/2015.
- BCV, Banco Central de Venezuela. **Indicadores Econômicos**. Disponível em <http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>. Acesso 01/10/2012.
- BELLI, Andrea. La salud de los trabajadores no se delega. Capítulo 2. In: CARCOBA, Ángel. **La salud no se vende ni se delega, se defiende: el modelo obrero**. Publicação promovida pela Fundación Sindical de Estudios y Comisiones Obreras de Madrid. Madrid: Ediciones GPS, mai, 2007. Disponível em <http://www.fenapes.org.uy/wp-content/uploads/2015/07/Cárcoba-La-saludno-se-vende.pdf>. Acesso em 07/2014.
- BERNARDONI DE GOVEA, María. **El Proyecto de Reforma de la Ley Orgánica del Trabajo: Consideraciones generales sobre la LOT a 20 años de su promulgación. El contexto social, económico y político de la reforma**. Gaceta Laboral, Maracaibo, v. 17, n. 1, abr. 2011. Disponível em http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131585972011000100005&lng=es&nrm=iso. Acessado 24/08/2015.
- BEVILAQUA, Aluisio Pampolha. **A Crise do Capital em Marx e suas Implicações nos Paradigmas da Educação: Contribuição ao Repensar Pedagógico no Século XXI**. Fortaleza:

Inverta/Edições UFC, 2011.

BERNARDO, João e PEREIRA, Luciano. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

BM, Banco Mundial. **World Development Indicators**. Genebra, 2014. Disponível em <http://wdi.worldbank.org/tables>. Acesso em 06/2015.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica**. Caracas: MINCI, 2010a. Disponível em http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2013/03/carta_de_jamaica_pdf.pdf. Acesso 08/2015.

_____. **Discurso de Angostura**. Caracas: Imprenta Nacional, 2010b. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2013/03/discursodeangosturapdf.pdf>

_____. **Manifiesto de Cartagena**. Partido Socialista Unido de Venezuela, MINCI: Caracas, dezembro, 2012. Disponível em <http://www.psu.org.ve/wpcontent/uploads/2013/05/ManifiestodeCartagena.pdf>

BRANAS, Charles C.; KASTANAKI, Anastasia E.; MICHALODIMITRAKIS, Manolis; TZOUGAS, John; KRANIOTI, Elena F.; THEODORAKIS, Pavlos N.; CARR, Brendan G.; WIEBE, Douglas J. The impact of economic austerity and prosperity events on suicide in Greece: a 30-year interrupted time-series analysis. **BMJ Open**. Londres. 2 de fevereiro de 2015. Disponível em <http://bmjopen.bmj.com/content/5/1/e005619.full.pdf+html?sid=773c322e-c975-4ec1-8ce829800e91a7f1>. Acesso 08/2015.

BRANDÃO, Carlos. Introdução. In: _____. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BULTRAGO, Leonardo. Hace 116 años llegó la electricidad a Caracas. **Agencia de Noticias Venezolanas**. Página digital. Seção Economía. Publicada em 11/11/2011. Disponível em <http://www.avn.info.ve/contenido/hace-116-a%C3%B1os-lleg%C3%B3-electricidad-caracas>

BURGOS, Raúl. Sobre o anonimato dos pareceres nas instituições de fomento à pesquisa: a erradicação necessária de uma instituição arcaica. Uma experiência de uso da lei 12527. **Pensata**. Guarulhos: Unifesp. Vol.2, n.1, ano 2. 2012. pp.108-144.

BVILA, Pedro Ivan. **Reascender a chama**: teses sobre a revolução brasileira. Rio de Janeiro: Inverta, 1996.

CALZADILLA, Juan Antonio. Ezequiel Zamora y los dos liberalismos. **Memorias de Venezuela**. N.11. pp.32-36. Caracas: Centro Nacional de Historia, Dezembro, 2009. Disponível em <http://www.cnh.gob.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/11%20copia.pdf>. Acesso 08/2015.

CÁRCOBA, Ángel. ¿Una sola cultura, un solo modelo? In: _____. **La salud no se viende ni se delega, se defiende**: el modelo obrero. Publicação promovida pela Fundación Sindical de Estudios y Comisiones Obreras de Madrid. Madrid: Ediciones GPS, mai 2007a. Capítulo 1, pp.15-29. Disponível em http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/proyecto_ss/os/act_paises/uruguay/documentos/24_27may2011/lasaludnosevende.pdf. Aceso 05/2016.

_____. El modelo obrero em España. In: _____. **La salud no se viende ni se delega, se defiende**: el modelo obrero. Publicação promovida pela Fundación Sindical de Estudios y Comisiones Obreras de Madrid. Madrid: Ediciones GPS, mai 2007b. Capítulo 3 (pp.49-111). Disponível em http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/proyecto_ss/os/act_paises/uruguay/documentos/24_27may2011/lasaludnosevende.pdf. Aceso 05/2016.

- CARDOSO, Ciro F. S., Sobre los modos de producción coloniales de América. In: **Modos de producción en América Latina**. 11aed., Ciudad de México: Siglo XXI Editores. 1986. pp.135-160. (Colección Cuadernos de Pasado y Presente)
- CARVALHO, Henri de. Categoria simples na crítica de Marx. **Revista USP**. São Paulo, n. 95, p. 160-163, set./out./nov., 2012.
- CASTRO, Fidel. **Nosso direito de sermos marxistas-leninistas**. Página digital do Jornal Inverta, seção Internacional. Rio de Janeiro: Inverta, maio, 2105. Disponível em <http://inverta.org/jornal/agencia/internacional/nosso-direito-de-sermos-marxistas-leninistas>. Acesso 07/2015.
- CHÁVEZ, Hugo R. **O Livro Azul**. Recife: Bagaço, 2014.
- CNEa. **Elecciones presidenciales**: cuadro comparativo 1958-1998. Consejo Nacional Electoral. Dirección de Estadísticas Electorales. Disponível em <<http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf>>
- CNEb. **Referendo Consultivo Constitución Nacional** (Abril-1999). Consejo Nacional Electoral. Dirección Estadísticas Electorales. Disponível em <http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e012.pdf>
- CONSEJO DE TRABAJADORES DE VALLES DEL TUY. **El Modelo Obrero Venezolano**. Material explicativo sobre o Modelo Operário Venezuelano, a diferença entre o Modelo Operário e o Modelo capitalista de medicina do trabalho. Parte do acervo da autora. Distribuído para os trabalhadores em 2009.
- DA COSTA, Zenaida. **LOTT un año cumpliendo con los derechos laborales**. Página oficial da Assembleia Nacional, Seção Notícias. 30/04/2013. Disponível em <http://www.asambleanacional.gob.ve/uploads/documentos/doc_e72945d363318a6bbe47bef8e7c8d46a99f1c02f.pdf>
- DIEESE. A saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n.76, maio, 2015. Disponível em <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2015/estpesq76saudeTrabalhador.pdf>
- DOS SANTOS, Theotonio. Marina Silva: É possível servir a dois senhores? Página digital do **Jornal Inverta**. Rio de Janeiro: Inverta, outubro, 2014. Disponível em <http://inverta.org/jornal/agencia/politica/marina-silva-e-possivel-servir-a-doissenhores>. Acesso em julho, 2015.
- _____. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica**, Niterói, v.1, n.1, p. 119-151, 1999.
- _____. **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1983.
- DRYDAKIS, Nick. Sexual orientation and labor market outcomes. **IZA: World of Labor**. Impressum: Alemanha, Dezembro, 2014. Disponível em <http://wol.iza.org/articles/sexual-orientation-and-labor-market-outcomes>.
- _____. Sexual orientation discrimination in the United Kingdom's labour market: A field experiment. Versão online da revista **Human Resources**, Abril, 2015. Disponível em <http://ftp.iza.org/dp8741.pdf>. Acesso em 08/2015.
- ELÍO, Mariano Noriega; RODRÍGUEZ, Jorge Villegas. La investigación participante en salud laboral

(avances y limitaciones a diez años de distancia. Capítulo 4 (pp.113-129). In: CÁRCOBA, Ángel (comp). **La salud no se viende ni se delega, se defiende**: el modelo obrero. Publicação promovida pela Fundación Sindical de Estudios y Comisiones Obreras de Madrid. Madrid: Ediciones GPS, mai, 2007. Disponível em http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/proyecto_ssos/act_paises/uruguay/documentos/24_27may2011/lasaludnosevende.pdf. Acesso em 09/2016.

ENGELS, Frederick. **A origem da Família, da Propriedade Privada do Estado**: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Transcrito para o MEIA do original em português: Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1964. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.ht>. Acesso em julho, 2015.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Traduzido ao português da edição soviética de 1952. Transcrita para o MEIA em 2004. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em julho, 2015.

EPSTEIN, Stephan R.. Rodney Hilton and the transition from feudalism to capitalism. **Past and Present**, 195 (Suppl. 2). Department of Economic History, London School of Economics. Past and Present Society: Londres, 2007. pp.248-269. Disponível em [http://eprints.lse.ac.uk/3523/1/Rodney_Hilton_marxism_and_the_transition_from_feudalism_to_capitalism\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/3523/1/Rodney_Hilton_marxism_and_the_transition_from_feudalism_to_capitalism(LSERO).pdf)

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp.42-62.

FAO, Food and Agriculture Organization. **El estado de la Inseguridad Alimentaria en el mundo 2015**: cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales procesos. Roma: FAO, 2015. Disponível em <http://www.fao.org/3/aa5ef7f6edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf>

FIGUEROA, Federico Britto. **Historia económica y social de Venezuela**: una estructura para su estudio. Tomo I. 3a ed. Caracas: Ediciones de la Biblioteca UCV, 1975.

_____. **Historia económica y social de Venezuela**: una estructura para su estudio. Tomo II. 3a ed. Caracas: Ediciones de la Biblioteca UCV, 1978.

_____. **Historia económica y social de Venezuela**: una estructura para su estudio. Tomo III. 5a ed. Caracas: Ediciones de la Biblioteca UCV, 2011.

FLORENZANO, Zola. **Manifiesto do Partido Comunista de Marx e Engels**: Comentado. 1ed., Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

FOLADORI, G. Metodología materialista para el análisis social. **Cuadernos de Extensión**. n.2, Montevideo: Sello Editorial de Extensión Universitaria de la Universidad de la República, 2012. Disponível em http://extension.edu.uy/system/files_force/cuaderno-metodologia_0.pdf

FRANÇA JÚNIOR, Antenor da Cunha; TROJAN, Rose Meri. **Um estudo comparado das políticas educacionais de alfabetização para jovens e adultos na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela**. Texto apresentado ao 5º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, na Universidade Federal do Pará, Belém. 9-11/05/2011. Disponível em <http://www.sbec.org.br/evt2012/trab05.pdf>. Acesso em

08/10/2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

GALEANO, Eduardo. **Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GARAVAGLIA, Juan Carlos (ed.). **Modos de producción en América Latina**. 11ª ed., Ciudad de México: Siglo XXI Editores. 1986. (Coleção: Cuadernos de Pasado y Presente)

HADJIMATHEOU, Chole. **Voluntários se mobilizam para combater onda de suicídios na Grécia**. Página da BBC em português. Seção Saúde. 18/10/11. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111017_grecia_suicidios_mv.shtml. Acesso 08/2015.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

HISTORY Chanel. **The Assembly Line: Then and now**. Vídeo educativo sobre a linha de montagem da Ford. 2 mns. Produzido pelo History Channel para a comemoração do dia do trabalho. Setembro, 2014. Disponível em <http://www.history.com/topics/model-t/videos/history-of-the-holidays-the-story-of-labor-day>. Acesso em 01/08/2015. Série Model T videos.

IMEN, Pablo A. Pedagogía y emancipaciones en la Venezuela bolivariana: la política educativa para el socialismo del siglo xxi. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Universidade Estadual de Campinas, v. 32, n. 115, p. 393-410, abr.-jun. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev115.htm>. Acesso em 15/05/2014.

INE, Instituto Nacional de Estadísticas. **Resultados Básicos sobre Población y Viviendas 2011 de La República Bolivariana de Venezuela, y algunos indicadores socio-demográficos básicos, a escala nacional y por entidad**. INE, 2011. Disponível em: http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/Censo%202011_Resultados_Basicos.pdf

_____. **Población de 15 años y más ocupada, según sector formal e informal, categoría ocupacional del sector informal y sexo: 1º Semestre 1989-1º Semestre 2015**. Página oficial do INE, seção Indicadores Sociales, Fuerza de Trabajo, Series Semestrales. Divulgado em Janeiro, 2015a. Disponível em http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40

_____. **Indicadores globales de la fuerza de trabajo, según sexo: 1º Semestre 1989-1º Semestre 2015**. Página oficial do INE, seção Indicadores Sociales, Fuerza de Trabajo, Series Semestrales. Divulgado em Janeiro, 2015b. Disponível em http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40

_____. **Población de 15 años y más ocupada, según sector empleador y rama de actividad económica: 1º Semestre 1989-1º Semestre 2015**. Página oficial do INE, seção Indicadores Sociales, Fuerza de Trabajo, Series Semestrales. Divulgado em Janeiro, 2015c. Disponível em http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40

_____. **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda: Resultados Total Nacional de la República Bolivariana de Venezuela**. Gerencia de Estadísticas Demográficas/Gerencia de Censo de Población y Vivienda. Caracas: INE, Maio 2014a. Disponível em

<http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/nacional.pdf>

_____. **Principales Indicadores de Fuerza de Trabajo 2009-2012**. Gerencia de Estadísticas Sociales/Coordinación de Estadísticas Laborales. Caracas: INE, Julho 2014b. Disponível em http://www.ine.gov.ve/documentos/Boletines_Electronicos/Estadisticas_Sociales_y_Ambientales/IndicadoresFuerza/pdf/2009-2012.pdf

INPSASEL, Instituto Nacional de Prevención, Salud y Seguridad Laborales. **Modelo ObreroVenezolano**: investigación-acción transformadora. Material didático utilizado por técnicos do instituto na formação de trabalhadores. 2008. Parte do acervo pessoal da autora.

JUSBRASIL. **Lei 9732/98 | Lei nº 9.732**, de 11 de dezembro de 1998. Brasília: Presidência da República, reprodução digital JusBrasil, 1998. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/106821/lei-9732-98>. Acesso 04/2015.

KUCHENBECKER, Ricardo. O Modelo Operário 30 anos depois. **Saúde em Debate**. Revista do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde - CEBBES. Rio de Janeiro, n.36, p.48-50, outubro/1992. Disponível em http://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=N.36+-+out.+1992&pesq=&x=68&y=14. Acesso em 08/2015.

LA REBELIÓN del Pueblo: 27-F 1989. Vídeo Documentário. Direção: José Gaya e Gerby Reyna. Produção: La Célula Cooperativa Audiovisual e Venezolana de Televisión, 2009. (30 mins). Disponível em <http://www.dailymotion.com/LACELULA#video=xaxur6>. Acesso em 15/05/2014.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, pp. 7-25. Tradução ao português por E.D. Nunes, transcrita com a paginação que não coincide com a publicação original. Disponível em <https://fopspr.files.wordpress.com/2009/01/sausedoenca.pdf>. Acesso 03/2015.

_____. Ciencia y experiencia obrera: la lucha por la salud en Italia. **Cuadernos Políticos**. n.41, México, D. F.. Editora Era, julio-diciembre de 1984. pp. 63-83. Utilizamos a transcrição digitalizada e disponibilizada pela autora em sua página pessoal, cuja paginação não coincide com o original impresso. Disponível em http://asacristinalaurell.com.mx/component/docman/search_result?search_phrase=ciencia&catid=0&ordering=newest&search_mode=any&search_where%5B%5D=search_name&search_where%5B%5D=search_description. Acesso 08/2015.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEBOWITZ, Michael. **Build it Now**: Socialism for the 21st Century. New York: Monthly Review, 2006.

LENIN, Vladimir Ilich. **Figuras do Movimento Operário**: Karl Marx. Versão online do Marx and Engels Internet Archive, no idioma português transcrita do original Problemas -Revista Mensal de Cultura Política nº 18 -Abr-Mai de 1949. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/11/marx.htm>. Acesso 08/2105.

_____. **Obras Escojidas**: Tomo III. Versão online do Marx and Engels Internet Archive, no idioma português transcrita do original Moscou: Progreso, 1961. Disponível em <http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/oe3/lenin-obras-3-3.pdf>. Acesso 11/10/2012.

_____. **Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. Versão online do Marx and Engels Internet

Archive, no idioma português transcrita do original Lisboa-Moscou: Progresso, 1984.
Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo>.
Acesso 11/08/2015.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOPEZ SÁNCHEZ, Roberto. **El protagonismo popular en la historia de Venezuela**. Maracaibo: Facultad Experimental de Ciencias. Universidad del Zulia. 2002.

LUQUE, Guillermo. Luis Beltrán Prieto Figueroa: Educador de Pueblos y Combatiente Socialista. In: _____ (comp). Venezuela: **Medio siglo de historia educativa 1951-2001**: Descripción y análisis del Sistema Escolar Venezolano y sus Modalidades. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria e Centro Internacional Miranda, 2011. pp.666-736

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Controle da qualidade total: uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital. In: **Controle da qualidade total**: uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994. pp.11-28

_____. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica Editora, n.3, p. 151-174. 1991.

MAIRA, Antonio. **Hugo Chávez presenta a Gramsci ante cientos de miles de personas**. CubaDebate, seção Opinión. 10/06/2007. Disponível em <http://www.cubadebate.cu/opinion/2007/06/10/hugo-chavezpresenta-a-gramsci-ante-cientos-de-miles-de-personas/#.Vdbsximh-OM>. Acesso 06/2016

MANTEROLA, Carlos; CÓRDOVA, Doris. La Educación Secundaria en Venezuela: Período 1951-2001. In: _____ (comp). **Venezuela: Medio siglo de historia educativa 1951-2001**: Descripción y análisis del Sistema Escolar Venezolano y sus Modalidades. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria e Centro Internacional Miranda, 2011. pp.93-125

MARTINEZ ALCANTARA, Susana. La Investigación participativa como práctica social y su aportación al mundo laboral a través del modelo obrero. **Salud de los Trabajadores**, Maracay, v. 15, n. 2, dez. 2007. Disponível em http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-01382007000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em 08/2015.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Versão online do Marx and Engels Internet Archive, transcrita do original São Paulo: Editora Flama, 1946. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/>. Acesso 07/2015

_____. **Teorías de la plusvalía**. Tomo I. Madrid: Alberto Corazón, 1974. (Coleção Comunicación)

_____. Carta a Pável V. Annenkov. In: **Obras Completas em três tomos**. Versão online do Marx and Engels Internet Archive, transcrita do original em português Lisboa, Moscou: Editora Avante!, 1982. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/>. Acesso 06/2015.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livros I, II e III, 5 v. (Os Economistas).

_____. **El Capital**: crítica de la economía política: el proceso de circulación del capital. Livro II, Tomo IV. 20a ed., México: Siglo xxi editores, 2008.

- _____. **El Capital**: crítica de la economía política: el proceso de producción del capital. Livro I, Tomo III. 8a ed., México: Siglo xxi editores, 2009a.
- _____. **El Capital**: crítica de la economía política: el proceso de circulación del capital. Livro III, Tomo VII. 14a ed., México: Siglo xxi editores, 2009b.
- _____. **Grundrisse** : Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Transcrito para o Arquivo Marxista na Internet do original Lisboa: Editorial Avante!, 1997. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>.
- MATTOS, Ubirajara A. de O.; FREITAS, Nilton Benedito B. Mapa de Risco no Brasil: As Limitações da Aplicabilidade de um modelo Operário. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.10, n.2, pg.251-258, abr./jun. 1994.
- MEMORIAS de Venezuela. “El Caracazo”: o el desenlace de una ilusión. **Memorias de Venezuela**. Edição Especial 20 anos do Caracazo. Caracas: Centro Nacional de Historia, Janeiro, 2009, pp.50-63.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINPPCI, Ministério del Poder Popular para la Comunicación e Información. **Venezuela cumple las Metas del Milenio**. Caracas, 2010.
- MISTRAL, Gabriela. Gabriela Mistral: Educación, Resistencia e Integración Indoamericana. In: UBV. **Pensamiento pedagógico emancipador latinoamericano**: por una universidad popular y socialista de la revolución venezolana. Caracas: UBV, 2007.
- MONASTA, Atilio. **Antonio Gramsci**. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- MORAIS, J.F.S. Quarta Frota Avança Sobre a América Latina. **Ciência & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p., dez./jun. 2009.
- MPPP, Ministerio del Poder Popular para la Planificación. **Venezuela en Cifras**: nuestra transición al socialismo. Caracas: Sistema de Información para la Planificación y el Desarrollo, Fevereiro, 2015. Disponível em <http://www.mppp.gob.ve/libro/>. Acesso em 08/2014.
- MPR, Movimiento Pedagógico Revolucionario. **Falsedades opositoras y propostas de cambio en la Ley Orgánica de Educación**. Aporrea. Publicado em 16/08/09. Disponível em <http://www.aporrea.org/educacion/a84647.html>. Acesso 08/2015.
- NAIDITCHF, F. Pesquisa -ação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- ODDONE, Ivar. **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: HUCITEC, 1986. (Saúde em debate)
- _____. Reflexiones sobre el Modelo Obrero Italiano: Entrevista. **Revista Sindical**. San Isidoro: Instituto Laboral Andino, ano 2, n.5, Junho, 2007. p. 4-8. Disponível em <http://issuu.com/lisset/docs/name1890f4>. Acesso 08/ 2015.
- OIT. **World Employment Social Outlook 2015**: The changing nature of jobs. Geneva: International

- Labor Office, 2015. Disponível em http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm. Acesso em 08/2015.
- _____. **World Employment Social Outlook: Trends 2015**. Geneva: International Labor Office, 2015t. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_337069.pdf. Acesso em 08/2015.
- _____. **World of Work Report 2014: Developing with Jobs**. 2 ed. rev. Geneva: International Labor Office, 2014. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_243961.pdf. Acesso em 06/2015.
- _____. **Global Employment Trends 2014: Risk of a jobless Recovery?**. Geneva: International Labor Office, 2014t. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_233953.pdf. Acesso em 08/2015.
- OIT e CASALE, Giuseppe (ed.). **The Employment relationship: A comparative Overview**, Executive Summary. Geneva: Department of Communication and Public Information, 2011. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_150013.pdf
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy; OLIVEIRA, Miguel Darcy. Pesquisa Social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp.17-33.
- OPS. Asa Cristina Laurell (coord). **Para la investigación sobre la salud de los trabajadores**. Washington, DC: Oficina Regional de la OMS, 1993. Série PALTEX, Salud y Sociedad 2000.
- OXFAM. **Richest 1% will own more than all the rest by 2016**. Página digital da organização, seção News. Publicado em janeiro, 2015. Disponível em <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2015-01-19/richest-1-will-own-more-all-rest2016>. Acesso 04/2015.
- PDVSA. El sabotaje contra la industria petrolera nacional. Sitio oficial de **Petróleos de Venezuela S.A.** Seção Acerca de PDVSA / Historia. 2005a. Disponível em www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuhist.tpl.html&newsid_obj_id=119&newsid_temas=13
- _____. Bitácora. Diciembre 2002-abril de 2003. Sitio oficial de **Petróleos de Venezuela S.A.** Seção Acerca de PDVSA / Historia. 2005b. Disponível em http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuhist.tpl.html&newsid_obj_id=121&newsid_temas=13
- _____. **Misiones Sociales**. Sitio oficial de Petróleos de Venezuela S.A. Seção Desarrollo Social / Misiones. 2009. Disponível em http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuprinc.tpl.html&newsid_temas=40
- PEÑA, Jesús. La economía em vísperas de la independencia. In: **Memorias de Venezuela. N.13**. Caracas: Centro Nacional de Historia, Abril, 2010, pp.30-37.

- PINTO, Elizabeth. **Reflexiones sobre el papel de la clase trabajadora en la construcción de la Comuna**. Dissertação de Mestrado em Seguridade Social -Universidad Bolivariana de Venezuela. Caracas, Outubro, 2009. Documento enviado por correio eletrônico, disponível no acervo pessoal da pesquisadora.
- PRENSA CJV. **CJV logra alcances significativos en el transcurso de su gestión**. Página oficial da Comisión para la Justicia y la Verdad de Venezuela. Seção notícias, Julho, 2015. Disponível em <http://www.comisionporlaverdad.org.ve/site/index.php?m=ExQZDggOBhjUCQoZBhERCg==&N=3NnY>. Acesso em 07/2015.
- QUARESMA, Adilene Gonçalves; MENEZES NETO, Antonio Julio de. O caráter ontológico do trabalho: Implicações para a relação trabalho-educação. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, NETE/FaE/UFGM, v.20, n.2, p. 63-75, mai./ago. 2011
- RAMAZZINI, Bernardino. **Disertación Acerca de las Enfermedades de los Trabajadores**. Colômbia: Fondo Editorial 28 de Julio, 2010.
- RAMIREZ, Yolanda. Una Mirada Pedagógica a las Reformas Educativas en Venezuela. In: LUQUE, Guillermo (comp). **Venezuela: Medio siglo de historia educativa 1951-2001: Descripción y análisis del Sistema Escolar Venezolano y sus Modalidades**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria e Centro Internacional Miranda, 2011.
- RANGEL, Domingo Alberto. **Capital y Desarrollo: la oligarquía del dinero**. Caracas: Editorial Fuentes, 1971.
- REISCH, Robert P. **Althusser and the Renewal of Marxist Theory**. University of California Press: Berkley-Los Angeles-Oxford, 1992. Disponível em <http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft3n39n8x3;brand=ucpress>. Acesso 08/2015
- RIVAS, Pedro J. Educación Bolivariana: Entre la utopía realizable y no hacer nada. **Educere**, Mérida, ULA, ano 11, n.36, p. 81-90, jan./mar. 2007. Disponível em <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/20128>
- RODRIGUEZ, Simón. **Inventamos o erramos**. Caracas: Monte Ávila Editores, 1988.
- SANTOS, Oder José dos. Reestruturação Capitalista: Educação e escola. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFGM, v.13, n.1, p. 79-89, jan./jul. 2004.
- SEGRERA, Francisco López. **Tendencias Mundiales y Regionales de la Educación Superior, Crisis Económica Mundial e Innovación**. Material do Curso Internacionalização da Educação Superior da REGGEN/Rede e Cátedra da UNESCO em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Subsede Sudeste da REGGEN. 20 de agosto de 2013. Disponível em http://www.seminarioreggen.ufc.br/curso/arquivos/8_TEMA1a_TENDENCIAS.pdf Acesso em 05/2015.
- SOUZA JÚNIOR, Hormindo. Forma e conteúdo na construção ideológica do discurso da qualidade. In: **Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994. pp.53-62
- STALIN, Josef. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Versão online do Marx and Engels Internet Archive, traduzido do original russo de 1938 ao português e transcrita do original Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945. Disponível em

<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>. Acessado 05/2015

STF. **Uso do equipamento de proteção individual (EPI) pode afastar aposentadoria especial.**

Notícias STF. 04/12/14. Disponível em

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=281259>. Acesso em 12/2014.

SULBARÁN, Iraida. La Educación Primaria en Venezuela: Una mirada hacia la historia (1951-2001).

In: LUQUE, Guillermo (comp). **Venezuela: Medio siglo de historia educativa 1951-2001:**

Descripción y análisis del Sistema Escolar Venezolano y sus Modalidades. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria e Centro Internacional Miranda, 2011. pp.39-91.

TAVARES, Elaine. **Simón Rodriguez: plantador de uma nova América.** Página digital do Instituto

de Estudos Latino-americanos. Seção Notícias. 21 de outubro, 2013. Disponível em

<http://www.iela.ufsc.br/noticia/simon-rodriguez-plantador-de-uma-nova-america>. Acesso 07/2015.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios da Administração Científica.** São Paulo: Atlas, 1963. Biblioteca

de Ciências Econômicas e Administrativas; Série Administração.

TSE TUNG, Mao. **Sobre a Contradição.** Versão online do Marx and Engels Internet Archive, no

idioma português transcrita do original Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Pequim, 1975, Tomo I, pág: 525-586. Disponível em

<https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/08/contra.htm#n1>

UIS. Unesco Institute of Statistics. **UIS Statistics in Brief: Education (all levels) profile –Venezuela (Bolivarian Republic of).** Montreal, Canadá: UIS, 2013. Disponível em

<http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?ReportId=198>. Acesso em 15/05/2014.

UNESCO. **Datos Mundiales de Educación:** República Bolivariana de Venezuela. International Bureau of Education. Vol. VII, Ed. 2010/2011. Julho, 2010. Disponível em

http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/WDE/2010/pdfversions/Venezuela.pdf. Acesso em 15/11/2013.

_____. **The State of Education in Latina America and the Caribbean: Towards a Quality**

Education for All – 2015. OREALC/UNESCO, Santiago, Chile: 2013. Disponível em

http://www.orealc.cl/educacionpost2015/wpcontent/blogs.dir/19/files_mf/efainformeinaldef57.pdf. Acesso em 15/05/2014.

VASCONSELLOS, Luiz Carlos Fadel de; ALMEIDA, Carmem Verônica Barbosa de, et. al. Vigilância

em saúde do trabalhador: Passos para uma pedagogia. **Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro, vol.7,n.3, pg.445-462, nov.2009/fev.2010.

VENEZUELA. **Ley de Tierras y Desarrollo Agrario.** Página digital do Programa Venezuelano de

Educação-Ação em Direitos Humanos. Decretada em Caracas, 13 de novembro, 2001.

Disponível em

http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/ley_tierras.pdf. Acesso em 2013.

_____. **Ley de Expropiación por causa de Utilidad Pública o Social. Gaceta Oficial 37.475.**

Assembleia Nacional de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas 1o de julho, 2002.

Disponível em <http://www.pgr.gob.ve/dmdocuments/2002/37475.pdf>

_____. **Ley Orgánica de Prevención, Condiciones y Medio Ambiente de Trabajo. Gaceta Oficial n.**

- 38.236.** Assembleia Nacional de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, 26 de julho, 2005. Disponível em http://www.inpsasel.gob.ve/moo_doc/lopcymat.pdf
- _____. **Ley Orgánica de Hidrocarburos.** Página oficial da PDVSA. Lei com emendar decretadas em Caracas, 16 de maio, 2006. Disponível em http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=164&newsid_temas=6. Acesso em 06/2015.
- _____. Reglamento de la Ley Orgánica de Prevención, Condiciones y Medio Ambiente de Trabajo. **Gaceta Oficial n. 38.596.** Decreto Oficial de la Presidencia de la República. Caracas, 03 de janeiro, 2007. Disponível em http://historico.tsj.gov.ve/legislacion/reglamentos/2.GO_38596.pdf
- _____. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela con la Enmienda No.1 de fecha 15 de febrero de 2009a. **Gaceta Oficial n. 5.453.** Tribunal Supremo de Justicia. Caracas, 20 de fevereiro, 2009. Disponível em (decreto oficial) <http://www.mp.gob.ve/LEYES/constitucion/constitucion1.html> (decreto oficial sobre emenda) <http://historico.tsj.gov.ve/legislacion/enmienda2009.pdf> Acesso em 04/2015.
- _____. **Ley Orgánica de Educación.** Portal internacional de políticas públicas da UNESCO. Lei decretada em Caracas, 13 de agosto, 2009. Disponível em http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Venezuela/Venezuela_Ley_Organica_Educacion.pdf Acesso em 06/2015.
- _____. Ley Orgánica del trabajo, las trabajadoras y los trabajadores. **Gaceta Oficial n. 6.076.** Presidência da República. Caracas, 7 de maio, 2012. Disponível em <http://www.lottt.gob.ve/wpcontent/uploads/2012/05/LOTTT-Gaceta-6.076.pdf>. Acesso em 15/04/15.
- _____. **Ley de Pesca y Acuicultura.** Página oficial do Instituto Socialista da Pesca e Aquicultura. Lei decretada em Caracas em 2001, e última modificação decretada em Caracas, 18 de novembro, 2014. Disponível em [http://www.insopesca.gob.ve/files/LEY%20DE%20PESCA%20Y%20ACUICULTURA%20\(DDecreto%20con%20Rango,%20Valor%20y%20Fuerza%20de%20Ley\).pdf](http://www.insopesca.gob.ve/files/LEY%20DE%20PESCA%20Y%20ACUICULTURA%20(DDecreto%20con%20Rango,%20Valor%20y%20Fuerza%20de%20Ley).pdf). Acesso em 07/2015.
- VENEZUELA en tres tiempos.** Vídeo Documentário. Direção: Carlos Rebolledo e Edmundo Aray. Produção: Carlos Rebolledo; Escuela de Cine de La Universidad de Los Andes e Rocinante-cine. Mérida, Mérida. 1973. Cópia digitalizada em DVD (48mins), preto e branco.
- WALLACE, Gregory. Workers at nation's largest oil refinery join growing strike. Página digital do canal CNN. Seção Money. 22/02/15. Disponível em <http://money.cnn.com/2015/02/22/news/companies/oil-refinerystrike/>. Acesso em 08/2015.
- ZUCK, Débora V. **Projeto Simoncito:** A educação infantil na Venezuela. Trabalho apresentado ao II Simpósio Nacional de Educação. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Cascavél. 13 a 15 de outubro, 2010. Disponível em <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/67.pdf>. Acesso em 08/2015.
- ZUCK, Débora V. NOGUEIRA, Francis M. G. **A Concepção de Educação Escolar Bolivariana da Venezuela:** Proyecto Simoncito, Escuela Bolivariana e Liceo Bolivariano e os Avanços nos 10 Anos do Governo Bolivariano. Trabalho apresentado nas Jornadas Bolivarianas de 2009, Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina. 2009